UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

ANA PAULA GOMES MANCINI

ESCOLA NORMAL DA CORTE (1876-1889): UM ESTUDO POR MEIO DE FONTES DOCUMENTAIS

MARÍLIA
2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

ANA PAULA GOMES MANCINI

1.692

ESCOLA NORMAL DA CORTE (1876-1889): UM ESTUDO POR MEIO DE FONTES DOCUMENTAIS

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Educação. UNESP – Marília.
Orientador: Professor Doutor Carlos Monarcha.
Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira.
Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

1410001692

MARÍLIA
2005

UNI001157768

70809029

Nº cham 373.20981
M.269e

Nº Tombo 1.692
Aquisição D
Preço R$ 5,00
Data 10/06/05
Proced. autor

- Escolas normais - Brasil - 1876-1889
- Professores - Formação - Brasil - II. Formador

284 p. anexo

Mancini, Ana Paula Gomes.
M269e Escola normal da corte(1876-1889): um estudo por meio de fontes documentais / Ana Paula Gomes Mancini– Marília, 2003.
265 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.
Bibliografia: f. 221-225
Orientadora: Pro°. Dr° Carlos Monarcha

1.Escola Normal – Corte. 2. Professores – Formação. 3. Professores - Formação – Modelo. I. Autor. II. Titulo

CDD 373.2

RESUMO

Esta pesquisa procurou recuperar uma parcela da trajetória da Escola Normal da Corte, percorrida de 1876 a 1889. A metodologia esteve subsidiada com auxilio de fontes documentais. O período de estudo tem início a partir da criação da Escola no século XIX. De imediato, procuro demonstrar que, não obstante o discurso do fracasso escolar, em razão da Escola Normal da Corte que tem início a idealização de se construir um modelo de formação de professores no Brasil. Dessa forma, procurei pesquisar os antecedentes da criação da Escola, o momento histórico da fundação, a organização didática e pedagógica, os professores e os alunos para que, a partir da reconstrução histórica dessa trajetória, a pesquisa pudesse revelar momentos fundamentais do cotidiano e da cultura geral da escola. Assim, a pesquisa teve por fim revelar a gênese, o desenvolvimento e a trajetória da formação de professores na Escola Normal da Corte nas úlltinías décadas do século XIX.

Escola Normal da Corte; formação de professores; modelo de formação de professores

ABSTRACT

This work aims at getting back the *Escola Normal da Corte* (the Court school for teacher education) trajectory from 1876 to 1889. Documental sources underlie the methodology. The period of study starts with the establishment of the School in the nineteenth century. First, I try to demonstrate that despite the discourse of school failure, the idealization of building a model of teacher education in Brazil begins with *Escola Normal da Corte*. Thus, I researched the foregoing of the school creation, the historical moment of the foundation, the didactic and pedagogical organization, the teachers and students in order to reveal the fundamental moments of the everyday life and the general culture of the school. Then, the research aimed at revealing the genesis, the development and the trajectory of the teacher education at *Escola Normal da Corte* in the last decades of the ninteenth century.

Escola Normal da Corte; teacher education; model of teacher education

Aos Meus Filhos
Ricardo, Laura, Letícia

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador professor Carlos Roberto Monarcha;

Agradeço ao professor Gilberto Luis Alves pelas preciosas correções;

A professora Lucrécia Stringuetta Mello, professora, orientadora e amiga;

A Marina Mancini pela grande ajuda na coleta dos documentos;

Ao meu marido, Ricardo Cezar Mancini, pelas horas difíceis e pelos momentos de ausência que precisou suportar.

SUMÁRIO

Apresentação 06

Primeira Parte: A criação da Escola Normal 11

Capítulo 1: As idéias científicas... 13
O positivismo no Brasil Império 13
O ambiente cultural na Corte 17

Capítulo 2: Antecedentes 25
O Ato Adicional de 1834 25
A organização do ensino no Município Neutro 28
O ensino primário 30
O ensino secundário 34
O Colégio Pedro II: Modelo para os Liceus provinciais 36
Os estudos preparatórios e os exames parcelados para ingresso no ensino superior 39

Capítulo 3: A Escola Normal da Corte 44
As escolas normais do Império 44
Os Decretos 46
A inauguração da Escola Normal da Corte 50

58
Capítulo 4: As reformas da Escola Normal da Corte 58
O projeto de regulamento 59
As idéias reformadoras no ano de 1881 62
Os projetos de reforma no ano de 1887

Segunda Parte: Estrutura didática e pedagógica da Escola Normal da Corte 71

Capítulo 5: Métodos de formação de professores 72
A transição para outros métodos 76
As Lições de Coisas 83
Capítulo 6: A organização do ensino na Escola 86
A seção de Ciências e Letras 93
A seção de Artes 95
O método de ensino 105

Capítulo 7- Ainda sobre a rotina de ensino 106
Avaliar e planejar: a burocrática rotina diária 109
A Escola Normal nos anos finais do Império 115

Terceira Parte: Os professores da Escola Normal da Corte 116

Capítulo 8: Os professores e os professores diretores 122
Os primeiros professores 122
A formação acadêmica dos professores 123
Os professores do Instituto e as doutrinas cientificistas 126
Os professores diretores 129
O positivista Benjamin Constant 131

Capítulo 9: Os concursos de professores para a Escola Normal e Escolas Primárias 135
Os concursos para professores efetivos 136
Provimento das cadeiras da Seção de Artes 143
Concursos para professores substitutos 148
Concursos para professores primários nas escolas das freguesias da Corte 149

Capítulo 10: A participação de professores da Escola Normal e professores das escolas primárias nas Conferencias Pedagógicas 155

Os pareceres do Inspetor Geral da Instrução Pública e de um professor da Escola Normal apresentados no Congresso de Instrução de 1883 158
Aspectos do cotidiano da Escola Normal

Capítulo 11: Leitura de professores 169
A literatura pedagógica 170
Os livros 172
As leituras: modernidade e educação 178

Quarta Parte: Alunos da Escola Normal 181

182
Capítulo 12: Os alunos 182
A busca da formação profissional 184
Os exames 189
As primeiras turmas de alunos 193
A freqüência dos alunos 196
Os memoriais e as cartas

Capítulo 13: a presença feminina 202
A professora primária 202
Mulheres no magistério 207
Considerações 216
Referências Bibliográficas 221
Instituições Consultadas 226
Anexo 1- Documentos 227
Anexo 2- Cronologia 285
Organograma 288

Apresentação

A opção por desenvolver uma pesquisa que procura resgatar a trajetória da Escola Normal da Corte, no período de 1876-1889, é uma decisão que repousa na necessidade de delimitar o espaço e o tempo da pesquisa. Assim, dada extensão das fontes primárias e considerando o prazo estipulado para conclusão do Doutorado, optei por tomar como corpus para a pesquisa os anos de criação e funcionamento da Escola Normal da Corte. A nomenclatura Corte me fez limitar a pesquisa, não adentrando nas fontes documentais da Escola Normal da Capital Federal pela grande quantidade de documentos a serem catalogados e estudados.

Antes de tratar diretamente das agruras e percalços da pesquisa acredito ser interessante contar um pouco de minha trajetória pessoal até o meu ingresso, no ano de 2001, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências / Universidade Estadual Paulista/ Câmpus de Marília.

A minha formação como pesquisadora iniciou-se no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e, sob a orientação do prof.Dr. Sandino Hoff apresentei, em 3 de outubro de 1999, perante banca examinadora, a dissertação de mestrado intitulada "Concursos públicos para admissão de professores na Corte: 1876-1886".

Mais tarde, em setembro de 2000, resolvi me inscrever no processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Doutorado, da FFC-UNESP/ Marília, onde iniciei o curso sob a orientação do professor Dr. Carlos Monarcha.

Em 2001, cursei a disciplina "Filosofia da Educação no Brasil", ministrada pelo Prof. Dr. Pedro Ângelo Pagni e a disciplina "Análise de Dados em Entrevistas e Diálogos" ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo José Manzini. Em 2002 cursei "Práticas de Leitura e Representações Social", ministrada pela Profª. Drª. Raquel Lazzari Leite Barbosa e a disciplina concentrada "Tópicos Especiais sobre Ensino Superior", ministrada pelo

professor convidado Dr.Waldemar Sguissardi. E junto a essas disciplinas, conforme se realizavam as sessões de orientação com o Prof. Dr. Carlos Monarcha, o projeto foi sendo delineado.

Paralelamente aos trabalhos de revisão bibliográfica e estudos sobre o tema, iniciei a análise da bibliografia relacionada com a história da educação no Brasil, instrução primária e formação de professores que eu já havia reunido durante o curso de Mestrado em Educação.

No Arquivo Nacional, recuperei e reuni documentos variados: relatórios, despachos imperiais, planos de aula dos professores da Escola Normal da Corte, relatos de atividades desenvolvidas na escola; propostas de reformas para a escola, grade curricular, projetos de regulamento, material informativo sobre os alunos; projetos e propostas curriculares, currículos; material informativo sobre a carga horária das disciplinas; programa de aulas, decretos, correspondências ativas e passivas, memoriais de professores e programas de disciplinas e provas de alunos.

Na Biblioteca Nacional, fiz um levantamento dos projetos de leis e de reformas para instrução pública no século XIX, além de uma série de manuscritos referentes ao ensino primário.

Na Biblioteca Municipal da cidade do Rio de Janeiro, localizei bibliografia sobre o Rio de Janeiro no século XIX. E no Instituto de Educação reuni um conjunto documental significativo para o estudo do ensino normal na Corte: livros de oficios, documentos oficiais, livros de memória histórica.

Com base nessas leituras, observo que o período oitocentista é rico em representações suscitadas pelas idéias de "ilustrar" o país; "iluminá-lo" pela ciência e pela cultura. Os conflitos de pensamentos que se revelaram no Brasil em torno das idéias do progresso por meio da instrução pública, surgiram a partir dos representantes da nossa intelectualidade.

Essa asserção coloca a necessidade de um aprofundamento teórico sobre o conceito de representação. Para tanto, adentrei um campo teórico desconhecido para melhor compreender a questão da formação de professores no século XIX, o que, sobretudo exigiu que eu assumisse uma postura crítica diante dos documentos que havia selecionado para o desenvolvimento desta pesquisa.

Diante do exposto, considerei possível formular a hipótese de que a Escola Normal da Corte foi criada como modelo para as outras escolas normais das Províncias, e pode nos remeter as representações que eram feitas em prol de uma educação que pudesse conduzir o individuo a alcançar a ordem e progresso, aclamados como desiderato da educação. Nessa perspectiva procurei indicar aspectos significativos da trajetória da Escola Normal da Corte, dos docentes e discentes que fizeram a história dessa instituição escolar. A questão era saber como essas idéias se concretizavam nas práticas da Escola Normal.

Entretanto, eu ainda precisava compreender como lidar com alguns documentos referentes ao processo interno da Escola Normal da Corte, principalmente relatórios oficiais, relatos do cotidiano, memoriais e históricos da escola, que me ajudaram a discernir um conjunto de práticas que permitiram a reconstrução histórica das representações culturais sobre uma instituição responsável por formar mestres durante um período de fecundidade intelectual, como foi considerado "os oitocentos".

A pesquisa das fontes primárias que poderiam oferecer um panorama da Escola Normal permitiu-me pensar a questão da representação social da época que pode ter se concretizado na prática escolar da Corte. Por tudo isso, foi feita a opção por selecionar os textos que continham aspectos pedagógicos, técnicos, políticos, sociais e culturais sobre o cotidiano da Escola Normal. Essa opção advém da possibilidade de construção da imagem da Escola Normal por meio da descrição das práticas escolares e das práticas sociais pelo fato de estarem em permanente intersecção.

Assim, a preocupação com a pesquisa sobre o saber escolar encontrou apoio na investigação histórica da constituição desse saber. Essa investigação histórica obrigou-me a um novo esforço em busca de uma teoria que embasasse a pesquisa. A história cultural veio ao encontro de minhas expectativas. Documentos históricos, livros didáticos, documentação

escolar, todo tipo de material remanescente que pudesse testemunhar o cotidiano escolar tomou o lugar de fontes para o trabalho.

O plano geral de pesquisa foi orientado pela hipótese de que se a Escola foi um modelo a ser seguido, ainda havia a necessidade de se reconstituir aspectos da realidade escolar que ainda não haviam sido devidamente explorados. Considero que muitos fatos não foram sequer abordados, como: de que setores da sociedade provinham os alunos da Escola Normal; como aprenderam o que pretendiam ensinar; como eram recrutados e remunerados os professores.

Por não ser historiadora encontrei algumas dificuldades. É bem verdade que os textos de Chartier me deram amparo. Eles reforçam o caráter diferenciado da escrita da nova história também pelo fato de que ela não é propriedade dos historiadores, ela vem sendo escrita por profissionais de áreas mais diversas.

A história da "cultura escolar", assim entendida constitui-se na expressão das práticas e condutas inseridas na história das ações escolares: função, uso, espaço, representações simbólicas, criação, transformação, modos de pensar e idéias compartilhadas como aspectos condicionantes da cultura escolar veiculada no século XIX.

O objeto da pesquisa sobre a história da Escola Normal da Corte encontra-se aqui representado no levantamento e estudo de descrição dos costumes, percepções, crenças e atividades da massa anônima da população escolar no século XIX. Acredita-se que existem lacunas na história da formação dos professores que podem ser preenchidas com um estudo rigoroso dos procedimentos dos professores na Escola Normal da Corte. Para tanto, uma reconstituição detalhada da Escola é necessária por compreender um dos aspectos essenciais para entender o "conjunto de aspectos institucionalizados",denominado por Frago [1] como cultura escolar que inclui práticas e condutas, a história do fazer escolar.

Para apurar as informações necessárias ao estudo proposto nesta pesquisa, utilizei fontes primárias e secundárias. As fontes primárias consistem de documentos

[1] FRAGO, Antonio V. História de la educación e história cultural: posibilidades, problemas e cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*.ANPED-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Nº 0, p.63-82,Set/Out/Nov/Dez, 1995.

processuais, projetos de regulamento para a Escola Normal da Corte, os vários projetos de reforma propostos para a escola, conteúdos de ensino, horário de aulas, programa de ensino, matrícula de alunos, direitos e deveres dos alunos, exames de ingresso na escola normal, planos de aula e memoriais dos professores todos sob a ótica dos diretores que nela atuaram. As fontes secundárias referem-se a livros, jornais e periódicos que permitem conhecer a estruturação do ensino à época, dissertações e teses que tratam do assunto ou que concorrem para a sua compreensão e entendimento.

Feito este recorte e tendo em mãos o conjunto de fontes, os procedimentos adotados para organização e análise dos dados serão os seguintes:

- Levantamento e descrição dos aspectos cotidianos da Escola Normal da Corte por meio do entendimento dos antecedentes históricos à sua criação e doa apresentação da reconstituição fiel da instituição e do ambiente intelectual nesse contexto.

- Reconstituição da estrutura didática da Escola no intuito de verificar como funcionava o processo pedagógico da formação de professores.

- Descrição dos sujeitos do processo escolar: aquele que ensina e aquele que aprende;
- Levantamento e reconstituição do perfil dos alunos da Escola Normal da Corte.

Os momentos de análise são mais tímidos. Executado esse primeiro mapeamento das informações obtidas, o próximo passo, denominado como segundo momento da pesquisa, foi o de apreensão, interpretação e seleção das fontes primárias, documentos processuais, relatórios e itens referentes à Escola Normal da Corte, especialmente àqueles que tratam de informações sobre o tipo de formação que era proposto aos professores nesse período.

Esta tese encontra-se organizada em quatro partes acrescidas das considerações finais, referências bibliográficas, bibliografia e relação de acervos e instituições consultados.

Na primeira parte, apresento uma descrição o panorama intelectual da Corte Imperial. Procurei evidenciar os propósitos da campanha universal pela democratização do ensino, levada a efeito pelos países desenvolvidos no final do século XIX. Ressalto os antecedentes da criação da Escola Normal, a inauguração e funcionamento da Escola e as Reformas pedagógicas que ocorreram na Escola no período delimitado.

Na segunda parte, apresento dados e considerações sobre a organização didática e pedagógica da Escola. Procurei evidenciar a rotina pedagógica a partir da leitura dos métodos e organização do ensino.

Na terceira parte, apresento os professores da Escola. Procurei citar e salientar algumas características dos concursos públicos, Conferências Pedagógicas e Congressos de Instrução que ocorreram na Corte.

Na quarta parte, analiso as características dos alunos da Escola Normal, revejo o cenário e a presença feminina no contexto da Escola Normal.

Seguem-se, então, considerações, referências bibliográficas, bibliografia de apoio teórico, instituições e acervos consultados.

Primeira Parte
A criação da Escola Normal da Corte

Capítulo 1

Idéias científicas

O positivismo no Brasil Império

Para uma melhor compreensão do cenário intelectual no Brasil Império far-se-á, nesse capítulo, uma descrição das discussões educacionais no panorama da Corte Imperial. Foi imprescindível considerar os propósitos da campanha universal pela democratização do ensino, levada a efeito pelos países desenvolvidos no final do século XIX. Essa campanha exerceu um impacto no Brasil e suscitou um amplo e prolongado debate sobre a educação das classes populares brasileiras.

Uma dessas campanhas atingiu numerosos eruditos e intelectuais receptivos às idéias de Auguste Comte, que viam no sistema comtiano um reservatório de análises e soluções aplicáveis ao caso brasileiro: escravidão, politicagem e vida desregrada.

Foi no Segundo Império, por volta de 1850, que as idéias positivistas passaram a se difundir no Brasil, certamente como conseqüência de brasileiros que foram completar seus estudos na França, tendo alguns deles sido alunos de Auguste Comte.

> O conjunto de idéias filosóficas denominado positivismo pelo seu próprio fundador, o francês Augusto Comte (1798-1857), ganhou terreno e adeptos no Brasil nas últimas décadas do século XIX. As academias militares, médicas, de engenharia e de direito foram os espaços intelectuais onde primeiro começaram a ser defendidas as teses com base nos pressupostos teóricos de Comte.[1]

O positivismo difundiu-se no contexto histórico do século XIX, marcado por ideais republicanos, pelo liberalismo político, pela luta para a abolição dos escravos, pelo ecletismo e pela ascensão de uma burguesia urbana. Essa "nova burguesia" seria responsável pela circulação de diversas formas de pensamento, originárias dos grandes

---

[1] ABREU, Martha. Positivismo. In VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial. (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva. 2002. p.585

centros europeus e da América do Norte, onde buscava inspiração não somente nas idéias e crenças, mas nas próprias realizações de países como França, Inglaterra e Estados Unidos da América. Foi nessa camada social da intelectualidade brasileira, formada por jornalistas, escritores, tribunos, professores, militares e religiosos, que se esboçou o positivismo como filosofia social. Entre os adeptos dessa filosofia positivista estavam Luís Pereira Barreto, Benjamin Constant, Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Silva Jardim e Júlio de Castilho.

> Desde pelo menos 1844, há notícias de idéias positivistas no Brasil, quando foi defendida uma tese em um curso de filosofia na Bahia. A partir daí, mas, sobretudo nos anos de 1870, quando no país passou-se a discutir frontalmente a escravidão, a união do Estado e da Igreja, e o próprio regime monárquico, registram-se referencias ao pensamento de Comte em livros, cursos, jornais, debates e manifestos republicanos.[2]

Desde 1850, a doutrina comteana surgiu na Escola Militar do Rio de Janeiro. Posteriormente foi se firmando, sempre nos meios estudantis: Colégio Pedro II, Escola da Marinha, Escola de Medicina e Escola Politécnica. Aqui, as teorias positivistas eram ainda nitidamente cientificistas e aplicadas pelos brasileiros aos campos da Física, Matemática e Biologia, sem a tendência apostólica que iria ser efetivada por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, a partir de 1881, quando o primeiro retorna da França e recebe plena adesão do segundo. Mas, o marco inaugural da difusão do Positivismo, em caráter especulativo, foi a obra de Luís Pereira Barreto, *As Três Filosofias*, cujo primeiro volume foi publicado em 1874 e o terceiro jamais chegou à publicação.

> [...] com o início da publicação de As Três Filosofias de Luiz Pereira Barreto, que o positivismo, especialmente no sul, começará a mostrar toda a sua eficácia na luta pela transformação do país [...] o objetivo de Barreto coincide perfeitamente com a tarefa fundamental da Ilustração brasileira: elevar o país ao nível do século,descobrindo o sentido ecumênico de nossa história; compreender que somos a expressão particular de uma só lei genérica que rege a humanidade inteira, explicar que o que nos diferencia da civilização ocidental é uma questão de fase, não de natureza.[3]

De um modo geral, os intelectuais positivistas dividiam-se em ortodoxos, evolucionistas e ilustrados. O positivismo no Brasil destacava os pensamentos dos intelectuais da segunda metade do século XIX, formadores de opinião dentro dos partidos políticos e das famílias de prestígio da época.

---

[2] Idem, Ibidem. p. 586

[3] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*.São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p.123.

O positivismo, especialmente de Comte, influenciou a formação do estado moderno brasileiro e marcou profundamente os esforços intelectuais do século XIX na Corte.

> [...] Um movimento intelectual forte, que retoma "cientificamente" os ideais das Luzes, estava em curso ao longo desses anos. Silvio Romero resumiu-os com a expressão "um bando de idéias novas", fixando também em 1868 o seu ponto de partida. Positivismo e evolucionismo, Comte e Spencer, formam o eixo principal de referencia. O trabalho livre e um regime político mais representativo eram as metas a ser atingidas. [4]

Os discursos sociais dos intelectuais positivistas abordavam, dentre outros, a questão social, política e cultural e ressaltavam a preocupação em manter a ordem social e a produção de um saber técnico-científico. Esses discursos se tornaram uma teoria cientificista quando, no século XIX, Auguste Comte elaborou o positivismo como sistema doutrinário. Talvez jamais tivesse lhe ocorrido que suas idéias germinariam nos países sul-americanos.

A fala de Roque Spencer Maciel de Barros exemplifica a vida intelectual dos brasileiros e como a doutrina comteana poderia ter chegado até o Brasil.

> [...] nada mais fácil do que dizer que a nossa vida intelectual se fazia ao sabor do acaso, ao encontro ocasional de um livro em lugar de outro qualquer. Certamente, isso pode valer para um ou outro caso isolado, mas,no conjunto, as idéias que triunfam são exatamente aquelas que melhor servem ao propósito de integração do país na cultura ocidental, confundida com a humanidade;são as doutrinas que nos trazem uma filosofia progressista da história e que dão um sentido ecumênico aos acontecimentos que se verificam no país.[5]

Na verdade, o Positivismo, a doutrina de Auguste Comte, fornecia a filosofia que fundamentou a teoria da educação no século XIX. Curioso notar que, apesar da ação limitada da teoria positivista, houve boa aceitação em vários círculos intelectuais brasileiros. Como nas Faculdades de Ciências Jurídicas de São Paulo e de Recife, na Faculdade de Medicina na Bahia, nas escolas Militar e Politécnica, no Rio de Janeiro, e em certas escolas brasileiras, como a Politécnica de São Paulo. Mas, é possível dizer que o

---

[4] BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4. ed. Acrescida de Posfácio. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

[5] BARROS, Roque Spencer Maciel de.*A ilustração brasileira e a idéia de universidade.*São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p.13.

positivismo difundiu-se no Brasil principalmente por intermédio dos alunos e professores das escolas Politécnica e Militar.

Na Corte, foram importantes os movimentos culturais que aproximaram as idéias de Auguste Comte das teorias de educação próprias do século XIX. Eventos culturais e artísticos, como as Conferências Pedagógicas, os Congressos de Instrução e a presença das idéias próprias da Ilustração brasileira e de intelectuais de renome contribuíram significativamente para a formação de uma mentalidade educacional de época.

> A filosofia positivista, ou alguns aspectos dela, ao lado do evolucionismo e darwinismo, seria acionada como alternativa para o futuro do país. Em 1876, foi fundada a primeira sociedade, reunindo pessoas que se declaravam positivistas em graus diversos. Sem nenhum caráter religioso, propunha-se a organizar uma biblioteca positivista e realizar cursos científicos. Foram seus fundadores: Antonio Carlos de Oliveira Guimarães, Benjamin Constant, Joaquim Ribeiro de Mendonça, Oscar de Araújo, Álvaro de Oliveira, Miguel Lemos e Teixeira Mendes.[6]

Mesmo com o Império ainda de pé, as idéias surgidas na Europa do século XIX ganhavam adeptos no Brasil, fortalecendo em nossos intelectuais as aspirações por um governo republicano baseado na liberdade e capaz de, através dessas novas idéias, colocar o país em sintonia com o moderno espírito científico.

No período monárquico havia um clima geral de insatisfação entre os políticos e intelectuais, que passaram a criticar a política adotada pelo Imperador D. Pedro II. Mesmo sendo o Brasil uma Monarquia Constitucional representativa e hereditária, isto é ,com uma Constituição e um Regime Parlamentar, o Imperador era o árbitro de partidos e de estadistas, podendo fazer e desfazer Ministérios e Ministros.

Opor-se ao poder da Coroa era o mesmo que se candidatar ao ostracismo político. O Imperador conseguiu neutralizar a oposição, pois a luta política realizava-se entre partidos Conservador e Liberal, que se revezavam no poder, sendo os membros do Parlamento Imperial representantes da aristocracia rural brasileira.

---

[6] ABREU, Martha. Positivismo.In VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial.(1822-1889).*Rio de Janeiro: Objetiva. 2002.p.586.

O Exército era o veículo de ascensão social e os antigos militares foram substituídos por jovens que amavam as Letras e as Matemáticas em detrimento do antigo sentimento da velha classe militar. Quanto ao clero, nenhuma influência exercia nas classes dirigentes. Submetido ao Estado pelo regalismo, desacreditado junto às classes menos favorecidas e ignorado pelos indivíduos voltados para o pensamento racionalista, era inativo e chegava mesmo a reconhecer que o espírito do catolicismo estava a definhar em nosso país. A relação entre a Igreja e o Estado era estabelecida na Constituição do Império e tolhia a Igreja, prendendo-a aos interesses daquele.

E´ natural que, num contexto como o que se expôs, um país que não possuía uma filosofia definida aspirasse por idéias que lhe desse uma nova concepção de valores e orientasse os seus atos. O positivismo vem preencher esta lacuna, traz respostas, válidas para a época cientificista e mesmo materialista do século XIX que, note-se bem, não era privilégio do Brasil.

Segundo Roque Spencer Maciel de Barros, os princípios da ilustração brasileira e de outras filosofias populares foram divulgadas no Brasil oitocentista ao lado do positivismo. No ano de 1876 foi fundada a Sociedade Positivista Brasileira, mais tarde transformada na Igreja Positivista do Brasil.

O ambiente cultural na Corte

As décadas de 1870 e 1880 presenciaram mudanças significativas no Brasil e conseqüentemente no Município Neutro, centro administrativo do Império brasileiro. Desde a segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira vinha sofrendo modificações: iniciou-se a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, as fazendas de café e outras lavouras se modernizaram, as cidades cresceram e as primeiras indústrias se instalaram.

E´preciso considerar que o aparato do Estado brasileiro vivenciou a oposição entre a garantia da continuidade das relações entre a economia e o regime escravocrata de padrão conservador e se opunha à democratização e ao progresso representado pela industrialização, porque ambos poderiam gerar questionamentos e uma pluralidade de idéias. Como a história da consolidação do Estado Imperial está intimamente ligada à da

formação da instrução pública no Brasil, é importante destacarmos a formação de dois partidos políticos: o conservador e o liberal.

Os conservadores representavam a elite dominante e os liberais, camada ilustrada influenciada pela ideologia liberal importada através da literatura, continuavam a acreditar em elite governante e povo dependente e submisso como algo inevitável no processo de nacionalização. Esses intelectuais internalizavam a ideologia política da classe dominante e, embora traduzissem idéias liberais enquanto discurso, eram, na prática, muito favoráveis à manutenção da estrutura vigente. [7]

Tais aspectos políticos foram traduzidos também como "idéias estrangeiras".Essas foram idéias européias, principalmente francesas, que passaram a circular no Brasil a partir de 1870 e influenciaram a política como também a cultura brasileira.

> As mudanças na educação e da instrução pública estão relacionadas, sem dúvida, às alterações que ocorreram no nível econômico e social, resultantes do processo de industrialização e urbanização do século XIX. A revolução epistemológica resultante do cientificismo e da ideologia do progresso fez-se juntamente com algumas alterações a nível pedagógico.[8]

As mudanças culturais advindas da Europa ecoaram no Brasil. Certos aspectos do positivismo, do evolucionismo social, do naturalismo e do social-darwinismo permitiram o avanço reformista dos grupos intelectualizados que tinham como objetivo o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional. E´ importante salientar que essas idéias reformistas eram conciliadas com os valores tradicionais, de modo a não provocar abalos na sociedade.[9] Havia ainda uma lentidão no que se referia ao ensino e em alargar os espaços concedidos para a educação do povo.

---

[7] Vf. CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial.* Rio de Janeiro: 1980; *Teatro de sombras: A política imperial.* São Paulo: Vértice; RJ, Iuperj, 1988; e MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.

[8] BASTOS Lúcia Maria oliveira. *A instrução pública e o ensino na província do Rio de janeiro: visão oficial e prática cotidiana.* 1985. 365 f. Dissertação (Mestrado em História) -. Universidade Federal Fluminense, Niterói.p.98.

[9] Vf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de historia da cultura brasileira..*Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 52.

> [...] Os primeiros militantes positivistas mobilizaram-se mais na província de São Paulo do que na Corte, até a fundação, em 1879, de um clube positivista na escola Militar, e a transformação, em 1881, da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro em Igreja Positivista do Brasil.
>
> Esta é submetida À direção firme de Miguel Lemos, que trouxe de Paris a mensagem de Pierre Laffite – o discípulo de Auguste Comte que disputava com Emile Littré a herança do mestre – e a religião da Humanidade, versão religiosa do positivismo. A Igreja Positivista do Brasil estimulava seus fiéis a repudiar a escravidão, a abster-se da politicagem, assim como do jornalismo, e a levar uma vida irrepreensível. Também, faz construir no bairro da Glória um templo dedicado à Humanidade, que se mantém ativo desde a sua consagração, em 1887. A grade da entrada e o frontão exibem as divisas comtianas. "Viver para outrem" e "o amor por principio, e a ordem por base, o progresso por fim" [...]. [10]

Assim, ganhava destaque a emergência de uma nova elite profissional que incorporou princípios liberais e um discurso científico e evolucionista para os moldes sociais da época. As práticas liberais evoluíram para os modelos políticos e houve ataques à religião católica e ao regime de trabalho escravo.

Vários estabelecimentos de caráter cultural visavam a transformar o Município Neutro em sede do Império brasileiro e do Poder Moderador. Havia a intenção de alcançar o panorama de referência para a produção e reprodução de sua cultura e memória. Entre esses estabelecimentos podemos citar o Colégio Pedro II, A Imperial Academia de Belas Artes, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica. [11]

> A preocupação fundamental era constituir um Estado onde o mito da autoridade central se transformasse na garantia de salvação e segurança, para minimizar os conflitos internos que poderiam representar o perigo da dispersão e desunião política entre as várias províncias. Todo esse aparato estatal devia, no entanto, trazer em seu bojo, uma coloração das idéias liberais, advindas dos movimentos revolucionários europeus do final do século XVIII e o início do século XIX, mas que se coadunassem com os interesses dos grupos dominantes. Tempos múltiplos e estruturas diversas representavam a realidade brasileira nesse momento: intenções inovadoras existentes entre as camadas mais ilustradas e conscientes, que se mesclavam aos hábitos aristocráticos, preservados intactos em sua essência, do grupo agrário-exportador, que

---

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*.São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.28.

[10] ENDERS, Armelle. *História do Rio de Janeiro*. Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo.Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.Título original: Histoire de Rio de Janeiro.

[11] A partir da década de 1870 os Brasil passou por uma nova fase cujo mapeamento das correntes filosóficas e referenciais teóricos da "geração de 1870" podem ser consultados na obra de BARROS, Roque Spencer Maciel Barros. *A "Ilustração Brasileira" e a idéia de Universidade no Brasil*, obra citada,

> também, representava interesses na constituição do Estado brasileiro. A situação legal distanciava-se das condições reais do país.[12]

Outro estabelecimento de ensino que contribuiu para a composição do panorama intelectual do Município Neutro foi a Escola Normal. Na sua organização, adotaram-se modelos liberais de análise da educação, mas predominava o conservadorismo social. As mudanças refletiram na Escola Normal, que passou a ganhar maior prestígio na medida em que se fazia necessário formar quadros de funcionários para atuarem na Capital do Império. Passou-se a destacar a necessidade de valorizar a formação de mestres e a importância de aprender a ensinar, questão presente nos relatórios dos ministros do Império no período de 1871 a 1889.[13]

Já no primeiro ano de funcionamento, a fim de inserir a Corte na "modernidade", surgiram projetos de reforma geral da Escola Normal e de criação de escolas primárias e cursos noturnos.

No final do século XIX, revelando a influência do cientificismo e do positivismo, alguns educadores insistiram na inclusão do francês, da filosofia e das ciências físicas e naturais.[14]

---

[12] BASTOS Lúcia Maria oliveira. A instrução pública e o ensino na província do Rio de janeiro: visão oficial e prática cotidiana..ob.cit.p.116.

[13] Relatório do Ministro João Alfredo de Oliveira, 1872; Relatório sobre as escolas públicas da Corte apresentado pela Comissão criada pelo Ministério do Império, 1873. O Ministro João Alfredo permaneceu no governo até meados de 1876 e em seu último relatório reclamou que o número de matrículas nas escolas públicas não era real, pois muitos alunos se matriculavam em duas ou mais escolas. Para o Ministro esse número era "ilusório". Arquivo Nacional, Fonte Impressa.
Em 1876, o Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, ex-Inspetor Geral da Instrução Pública da Corte assumiu a pasta do Ministério do Império. Acreditava que a Corte poderia ser o "modelo" para impulsionar a difusão do ensino público. *Relatórios do Ministério do Império de 1875, 1876 e 1877*. Arquivo Nacional. Fonte Impressa.
Em 1878, assumiu a pasta o Ministro Carlos Leôncio de Carvalho, que acreditava que a reforma social deveria visar ao alcance do "progresso" pela instrução popular. *Relatório do Ministro do Império*, dezembro de 1878. Manoel Pinto de Souza Dantas permaneceu no Ministério do Império ente 1880 e 188. Para o Ministro Manoel Souza Dantas, o Estado tinha a "pretensão de igualar todas as inteligências", mas o que seria possível era " imprimir o desenvolvimento gradual e harmônico das faculdades em um sistema regular de ensino, acomodadas às exigências da natureza e da sociedade" Relatório do Ministro do Império, 1881, p. 18, Arquivo Nacional, Fonte Impressa. No ano de 1882, o novo responsável pela pasta do Império era Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, que acusava as reformas de "enganosos melhoramentos".

[14] NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Escolas Normais.In VAINFAS, Ronaldo.*Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*.(Org.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.p.236.

A partir dos anos de 1880, é possível verificar o surgimento de propostas de reformas da Escola Normal apresentadas por professores, diretores da instrução pública, inspetores da instrução primária e secundária da Corte, Ministros do Império e diretores da Escola Normal. A década assistiu uma "instabilidade administrativa, política e pedagógica".

Em nove anos de funcionamento, isto é, de 1880 a 1889, foram idealizados e concretizados parcialmente vários projetos de reforma da Escola Normal. Dentre eles, não se pode deixar de mencionar o projeto de criação da Escola Normal em 1876, que não foi posto em prática, já que a Escola passou por uma nova Reforma antes mesmo de ser inaugurada.

O texto original do projeto estabelecia que "ficam criadas no Município da Corte duas Escolas Normais primárias, uma para professores e outra para professoras de instrução primária. A Escola Normal de professores será externato, a de professoras internato. [...]"[15]. No projeto inicial o curso seria gratuito, com duração de três anos, e a idade mínima para ingresso era de 16 anos.

É importante destacar que, no ano de 1883, Antonio Herculano de Souza Bandeira, Inspetor Geral da Instrução Pública na Capital do Império, em seu relatório sobre "Organização das Escolas Normais", apresentado ao Congresso de Instrução em 1883, denunciou o que considerou vícios da Escola Normal. Nessa parte salienta-se o Plano do professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet, que, em Dissertação ao "Congresso de Instrução em 1883", emite conceitos sobre a Escola Normal.

E, finalmente, ainda em relação ao magistério público e projetos da Escola Normal, aborda-se a reforma de 1887, que foi discutida em 1888 e oferecia várias alternativas de mudanças para que o ensino da Escola fosse modificado no sentido de estimular a formação de professores no Município Neutro.A relação entre as práticas educativas e as idéias cientificas surgem de mobilizações sociais, pedagógicas, filosóficas e, no caso, do Positivismo de Auguste Comte. Quando caracterizadas em seus diferentes

---

[15] MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. Ensino Normal. São Paulo: Nacional, 1938, p. 301.

momentos históricos, o positivismo e a idéia Comteana auxiliam a compreender melhor a questão da mentalidade educacional de uma época.[16]Todavia, deve-se dizer que as mudanças que ocorrem são caracterizadas pela dinâmica social, que interfere, modificando ou conservando as práticas vigentes.

Para compreensão da atmosfera intelectual que envolveu a educação brasileira no século XIX, temos que ter bem claro o ideário positivista que perpassa nossas leis e a Constituição Brasileira no advento da República.

O lema "ordem e progresso" da atual bandeira brasileira expressa os ideais positivistas elaborados por Auguste Comte: "Nenhuma ordem legítima poderá daqui a diante estabelecer-se e, principalmente, durar, se não for plenamente compatível com o progresso. Nenhum grande progresso poderá se realizar eficazmente se não tender em última análise para a evidente consolidação da ordem". Nesse contexto, um dos fundadores da República e um dos autores da divisa "Ordem e Progresso" da bandeira brasileira, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o primeiro diretor da Escola Normal da Corte, foi também um grande divulgador do positivismo no Brasil.

Se de um lado havia um grande desconforto em relação ao regime imperial no Brasil, de outro havia o positivismo, uma corrente de pensamento fundada na França por Auguste Comte, que foi mais que um sistema filosófico, trouxe uma nova concepção do mundo, uma nova classificação das ciências e um programa político de construção. Apesar de afirmar que o método científico é o único válido para se chegar ao conhecimento, acabou exercendo um fascínio muito mais próximo da religião, tendo excelente penetração em muitos países, sobretudo no Brasil. Neste cenário do fim do século XIX, surgiu a nova bandeira republicana.

---

[16] Benjamin Constant em seu relatório sobre as escolas normais – Sua organização, plano de estudos,métodos e programas de ensino e em Documentos sobre a escola normal considerava ser possível a aplicação do Positivismo nas escolas normais. Benjamin Constant reconhecia que as escolas normais por serem instituições revolucionárias e transitórias poderiam ter um plano de estudos diferenciado fundado nas sete ciências fundamental: matemáticas, astronomia, física,química, biologia, sociologia e moral. Fonte: Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Escolas Normais, sua Organização, Plano de Estudos, Métodos e Programas de Ensino. Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro de 1882. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1884. Localização: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice: 15-3-13

Foi idealizada por Raimundo Teixeira Mendes, com a colaboração de Miguel Lemos e do Professor catedrático em Astronomia, Manuel Pereira Reis, sendo o desenho executado por Décio Vilares. Eles insistiram numa "fuga positivista a qualquer imitação norte-americana", preferindo fixar-se na França. A divisa "Ordem e Progresso" por si só já lembraria a França. Sua origem foi o lema positivista de Auguste Comte: "o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim".

Para atrair a simpatia e garantir aprovação, Teixeira Mendes e Miguel Lemos pretendiam fazer entender que o criador da bandeira havia sido o General Benjamim Constant (1836-1891). Mas ele foi pouco mais que um intermediário entre os autores do projeto e o Governo Provisório. Constant apenas sugeriu destacar a constelação do Cruzeiro do Sul na composição da bandeira. O Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, estabeleceu as diretrizes para a nova bandeira, armas e selos nacionais. A primeira bandeira republicana foi bordada por D. Flora Simas de Carvalho.

O desenho da bandeira republicana, afinal, não rompeu definitivamente com o Império. O retângulo e o losango permaneceram e com as mesmas tonalidades da bandeira imperial. O círculo central em azul, no decreto simplesmente definido como "esfera", é um antigo emblema usado pelos romanos e que também aparece na bandeira do Principado do Brasil instituída por D. João IV, onde já constava, também, a faixa branca no sentido descendente.Tal faixa conferiu ao círculo a perspectiva esférica e permitiu a inscrição da legenda "Ordem e Progresso".[17]

A palavra chave da época era o progresso: seguro de si, satisfeito, iluminado. Era fundamental que o povo compreendesse que a busca do progresso era a mais ampla aquisição da humanidade. Os benefícios de melhores condições de vida, as medidas de higiene, os avanços da medicina, na modernização de vários setores da sociedade atingiam, sem dúvida, todas as camadas sociais, porém, principalmente, os setores burgueses.

O progresso tornava-se um fato inegável, pois era por demais óbvio para ser questionado O século XIX caracterizou-se, portanto, como o coroamento da idéia de

[17] COMBRA, R. O .A bandeira do Brasil. Rio de Janeiro. Fundação IBGE, 1972.

progresso, da grande expansão econômica, das inovações cientificas e intelectuais. O progresso era a realidade e o cientificismo a forma mais moderna da esperança.

As mudanças cientificas, porém, não deveriam alterar a ordem vigente, pois o avanço cientifico não devia destruir a própria sociedade humana. A religião e a educação eram formas de controle social e tinham como função controlar a inconstância da natureza humana. [18]

O século XIX, porém, arrolaria novos mecanismos, cujo papel da educação e da instrução eram destaque. Revelou uma fé inabalável na educação, na meta de uma sociedade pautada pelo progresso, pela ilustração, pela instrução como fonte fecunda da ordem, do repouso e da felicidade.

[18] È importante salientar que se o século XIX soube revelar uma fé inabalável na educação foi porque negou o pressuposto, até então aceito, de que a natureza humana era constante.

Capítulo 2

Antecedentes

O Ato Adicional de 1834

Com a abdicação de D. Pedro I, o Ato Adicional à Constituição de 1824, aprovado em 12 de agosto de 1834, transformou-se no principal marco das medidas descentralizadoras ocorridas no Período Imperial e, dentre outros, transformou os Conselhos Gerais em Assembléias Legislativas Provinciais.

Gouveia analisou as mudanças introduzidas pelo Ato Adicional do seguinte modo:

> De acordo com o artigo 4º da lei nº. 16, a eleição para as Assembléias Provinciais se faria "da mesma maneira que se fizer a dos deputados à Assembléia Geral Legislativa, e pelos mesmos eleitores". Não se sustentam, portanto, as interpretações que atribuem às medidas descentralizadoras e ao próprio período regencial um conteúdo não apenas liberal, mas também democrático. A suposta autonomia do Poder Legislativo provincial é também discutível à luz do artigo 13, que conferia ao presidente da província o poder de sancionar as leis e resoluções das Assembléias Legislativas Provinciais, exceto quando se referissem à receita, despesa e organização dos regimentos internos, aos casos de pronúncia do presidente da província e do magistrado e à defesa da Constituição e das leis da província. [1]

Não houve modificações em relação à receita, à despesa e a empregos municipais. O representante executivo da província continuou sendo indicado pelo poder central. Já a geografia política passou por alterações: a cidade do Rio de Janeiro, a Corte, foi transformada em Município Neutro e confirmada como sede da Corte Imperial.

A menoridade do Imperador, por sua vez, foi resolvida por meio da criação da Regência Una, a ser eleita de quatro em quatro anos, podendo ser renovada se necessário fosse.

Como decorrência da descentralização administrativa introduzida pelo Ato Adicional, atribuiu-se às Assembléias Provinciais a competência de legislar sobre o ensino

---

[1] Vf. verbete Ato Adicional de 1834.ENGEL, Magali Gouveia. In: VAINFAS. Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, obra citada, 2002, p.60.

primário e secundário, originando os primeiros liceus, enquanto que o ensino superior ou acadêmico - Faculdades de Medicina e de Ciências Jurídicas - ficou sob a estrita competência da União. Ainda nesse contexto de transformações ocorreu a criação da Escola Normal de Niterói, Rio de Janeiro, primeira instituição no país destinada à formação de professores.

Com a abdicação de D. Pedro I, o Ato Adicional à Constituição de 1824, aprovado em 12 de agosto de 1834, transformou-se no principal marco das medidas descentralizadoras ocorridas no Período Imperial e, dentre outro, transformou os Conselhos Gerais em Assembléias Legislativas Provinciais.

Gouveia analisou as mudanças introduzidas pelo Ato Adicional do seguinte modo:

> De acordo com o artigo 4º da lei nº. 16, a eleição para as Assembléias Provinciais se faria "da mesma maneira que se fizer a dos deputados à Assembléia Geral Legislativa, e pelos mesmos eleitores". Não se sustentam, portanto, as interpretações que atribuem às medidas descentralizadoras e ao próprio período regencial um contcúdo não apenas liberal, mas também democrático. A suposta autonomia do Poder Legislativo provincial é também discutível à luz do artigo 13, que conferia ao presidente da província o poder de sancionar as leis e resoluções das Assembléias Legislativas Provinciais, exceto quando se referissem à receita, despesa e organização dos regimentos internos, aos casos de pronúncia do presidente da província e do magistrado e à defesa da Constituição e das leis da província. [2]

Não houve modificações em relação à receita, à despesa e a empregos municipais.O representante executivo da província continuou sendo indicado pelo poder central. Já a geografia política passou por alterações: a cidade do Rio de Janeiro, a Corte, foi transformada em Município Neutro e confirmada como sede da Corte Imperial.

A menoridade do Imperador, por sua vez, foi resolvida por meio da criação da Regência Una, a ser eleita de quatro em quatro anos, podendo ser renovada se necessário fosse.

---

[2] Vf. verbete Ato Adicional de 1834.ENGEL, Magali Gouveia. In: VAINFAS. Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, obra citada, 2002, p.60.

Com a abdicação de D. Pedro I, o Ato Adicional à Constituição de 1824, aprovado em 12 de agosto de 1834, transformou-se no principal marco das medidas descentralizadoras ocorridas no Período Imperial e, dentre outro, transformou os Conselhos Gerais em Assembléias Legislativas Provinciais.

Gouveia analisou as mudanças introduzidas pelo Ato Adicional do seguinte modo:

> De acordo com o artigo 4º da lei nº. 16, a eleição para as Assembléias Provinciais se faria "da mesma maneira que se fizer a dos deputados à Assembléia Geral Legislativa, e pelos mesmos eleitores". Não se sustentam, portanto, as interpretações que atribuem às medidas descentralizadoras e ao próprio período regencial um conteúdo não apenas liberal, mas também democrático. A suposta autonomia do Poder Legislativo provincial é também discutível à luz do artigo 13, que conferia ao presidente da província o poder de sancionar as leis e resoluções das Assembléias Legislativas Provinciais, exceto quando se referissem à receita, despesa e organização dos regimentos internos, aos casos de pronúncia do presidente da província e do magistrado e à defesa da Constituição e das leis da província. [3]

Não houve modificações em relação à receita, à despesa e a empregos municipais.O representante executivo da província continuou sendo indicado pelo poder central. Já a geografia política passou por alterações: a cidade do Rio de Janeiro, a Corte, foi transformada em Município Neutro e confirmada como sede da Corte Imperial.

A menoridade do Imperador, por sua vez, foi resolvida por meio da criação da Regência Una, a ser eleita de quatro em quatro anos, podendo ser renovada se necessário fosse.

Como decorrência da descentralização administrativa introduzida pelo Ato Adicional, atribuiu-se às Assembléias Provinciais a competência de legislar sobre o ensino primário e secundário, originando os primeiros liceus, enquanto que o ensino superior ou acadêmico - Faculdades de Medicina e de Ciências Jurídicas - ficou sob a estrita competência da União. Ainda nesse contexto de transformações ocorreu a criação da Escola Normal de Niterói, Rio de Janeiro, primeira instituição no país destinada à formação de professores.

---

[3] Vf. verbete Ato Adicional de 1834.ENGEL, Magali Gouveia. In: VAINFAS. Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, obra citada, 2002, p.60.

A organização do ensino no Município Neutro

Este capítulo especifica a descrição de aspectos considerados importantes para o entendimento do ensino primário e secundário no Município Neutro. Existem alguns momentos que, privilegiados, podem oferecer ao leitor um panorama do ensino na Corte e principalmente, proporcionar uma melhor compreensão da necessidade de criação de uma escola normal destinada à formação de professores para o primário, considerado pela maioria dos reformadores a solução para o desenvolvimento do Brasil.[4]

Enfocando os projetos dos dirigentes imperiais que chegaram a se concretizar, ainda que de modo efêmero, procura-se oferecer um panorama inicial da organização da instrução pública no Município Neutro. No entanto, para tecer esse panorama, foi preciso adentrar as primeiras iniciativas que ocorreram na tentativa de se configurar o quadro da instrução pública e que remontavam à emancipação política do Brasil e à primeira Constituição Brasileira.

Com a emancipação política do Brasil, cogitou-se a organização da instrução primária no Município Neutro[5]. No ano de 1823, no dia 1 ° de março, o Governo Imperial criou uma escola de primeiras letras que seguiria o método do ensino mútuo[6], para a instrução de militares e aos indivíduos que desejassem se instruir na Corte.

Apesar da tentativa de organizar a instrução pública na Corte, os vencimentos eram exíguos e faltavam edifícios escolares apropriados.Tais fatos continuavam a constituir um grave problema para o desenvolvimento da instrução primária.

---

[4] Considerando essas perspectivas é que os debates sobre a instrução primária e secundária e ensino superior se intensificaram e foram sempre reclamados nos projetos de reforma apresentados no Império Brasileiro. O Município Neutro era o local privilegiado para a disseminação dessas discussões por ser o coração administrativo do país, centro político do Império e principalmente por ser o maior e mais populoso complexo urbano do Brasil oitocentista.Essas discussões sobre instrução pública se tornaram mais fortes e repercutiram de forma mais expressiva nos anos de 1870 e 1880, décadas de debates sobre a vida cultural, política e social do país. Foi nesse período que a instrução passou a ser reclamada mais intensamente como uma necessidade social.

[5] A cidade do Rio de Janeiro, a Corte, era também chamada de Município Neutro. Essa nomenclatura foi resultado do Ato Adicional à Constituição de 1824, aprovado em 12 de agosto de 1834.

[6] BASTOS Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: Bastos Maria Helena Câmara e FARIA FILHO Luciano Mendes. *A escola elementar no século XIX*.Passo Fundo: Ediupf, 1999. p 109.

Na primeira Constituição Brasileira, a formação da instrução pública e a educação enquanto temáticas das preocupações do Estado em 1824, passaram a ser um dever constitucional. O parágrafo 32 do artigo 179 assegurava que "a Instrução Pública é gratuita a todos os Cidadãos", enquanto o seguinte estabelecia "Colégios e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Letras, e Artes". O Estado comprometia-se, assim, a oferecer ensino gratuito e a zelar pela liberdade de ensino, permitindo a existência concomitante de escolas públicas e particulares.

Três anos mais tarde, uma nova lei de Instrução Pública foi aprovada pelos dirigentes imperiais. Promulgada em 15 de outubro de 1827, ela ordenava a criação de "escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império", assim como a de "escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas".

O início da organização do ensino primário fez surgir a necessidade de fiscalizá-lo. Apesar de o artigo 70 da Carta de Lei de 1° de outubro de 1828 incumbir as câmaras municipais de fiscalizar o ensino primário, nada foi feito para que essa determinação fosse cumprida. Na tentativa de sanar esse problema, o Decreto de 19 de novembro de 1829 determinou que se organizasse uma comissão para regulamentar o ensino elementar. [7]

Apesar dessas tentativas, nada de prático foi feito. O ensino continuou ruim, não havia edifícios escolares, as aulas funcionavam em qualquer casa alugada pelo Governo, o material escolar era quase nulo. Não havia método no ensino, e muito menos, quadros negros, mapas, quadros murais; nem papel e lápis.Se alguma dessas coisas existia era porque o professor os tinha adquirido.[8] Havia uma preocupação com a economia, os bancos não tinham encosto, pois era considerado um "luxo" supérfluo. Como o ensino mútuo não trouxe resultados para o progresso dos alunos e eles não estavam preparados para dedicar-

---

[7] RIOS FILHO, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro Imperial.* Rio de Janeiro: Top Book. 2ª ed. 2000, p.395 BASTOS, Lúcia Maria Oliveira. *A instrução pública na Província do Rio de Janeiro - 1871-1888.* Rio de Janeiro, 1982. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 1982, p.177; VILLELA, Heloisa. *A primeira escola normal do Brasil. Uma contribuição à história da formação de professores.* Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, 1990, p.121.

[8] A descrição física das escolas públicas primárias pode ser encontrada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro sob os Códices: 11.3.17, que traz o relatório do Ministro do Império Paulino José Soares de Souza no auto de lançamento da pedra fundamental da escola municipal Onze de Junho, Sant'Anna (1870), Códice 11.3.27 construção da Escola da Praça onze (1870-1889). Documento manuscrito.

se a estudos que exigem o mínimo dos alunos. Talvez por isso os castigos eram muitos: ficar de pé, voltado de encontro à parede; receber dúzias de pesadas palmatórias; *entrar* na vara de marmelo; enfiar na cabeça um gorro com orelhas: *cabeça de burro*. Os professores eram, geralmente, improvisados e, como tais, não sabiam do empirismo de sua própria formação. Para ensinar servia qualquer pessoa. Por isso os professores não eram reconhecidos socialmente, não possuíam garantias, sendo, como já se viu, miseravelmente remunerados.

A organização do ensino no Município Neutro nos idos da instalação da Corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro enfrentou desde o início sérios problemas. O ensino primário limitava-se a poucas aulas em cada freguesia. Como faltavam aulas oficiais, as aulas particulares começaram a se desenvolver de forma vultosa. Essas aulas precisavam de licença especial do Governo imperial para que pudessem funcionar. A legislação[9] concedia aos indivíduos livres, que comprovassem idoneidade, um prazo fixado para abrir escolas primárias e secundárias e para lecionar em aulas avulsas particulares. Essa concessão era restringida aos estrangeiros, que somente poderiam ter a licença se metade dos professores fossem brasileiros.

O ensino primário

Por volta de 1850, havia no Município Neutro 17 escolas públicas de primeiras letras situadas nas Freguesias de Santa Rita, Candelária, São José, Sacramento, Glória, Santana, São Cristóvão, Engenho Velho, Lagoa e Irajá.

Para prover as escolas públicas dos professores necessários havia os professores adjuntos, cargo criado com o Regulamento de 17 de fevereiro de 1854. No caso de efetivação dos "indivíduos" que já atuavam nas escolas públicas primárias o decreto nº 440 de 10 de dezembro regulou os concursos para o provimento das cadeiras de primeiras letras do Município Neutro. [10]

---

[9] Lei n. 630 de 18 de setembro de 1851. MOACYR. *Primitivo. A instrução e o Império*: 1831-1889. Rio de Janeiro: Nacional, 1939. V.I.

[10] RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*, obra citada.

A construção de uma rede escolar no Município Neutro, no final do século passado, mais precisamente a partir de sua segunda metade, com subvenções ou subsídios da municipalidade, resultou de esforços do governo geral do Município Neutro, que reformou o ensino primário com a edição do decreto nº 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854[11]. Esta reforma, dentre outras medidas, criou o Conselho Diretor da Instrução Pública na perspectiva de especializar e centralizar a fiscalização da rede escolar.

O Regulamento de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, assinado pelo Conselheiro e então Ministro do Império Luiz Pedreira Couto Ferraz incorporou algumas de suas idéias: a obrigatoriedade do ensino primário elementar para crianças dos 7 aos 14 anos e a expansão da instrução para adultos e analfabetos. Às escolas primárias elementares cabia ensinar a ler, a escrever, a contar bem como a doutrina cristã e o sistema usual para pesos e medidas[12]. Determinava também que as crianças encontradas nas ruas fossem recolhidas e matriculadas nas escolas públicas ou subvencionadas pelo Estado. A intenção do Governo era retirar essas crianças da rua, ensinar-lhes as competências já citadas e depois garantir que aprendessem um ofício que lhes desse sustento. As escolas primárias de segundo grau idealizadas na Lei de 15 de outubro de 1827 nunca foram criadas. [13]

No período de 1855 a 1865, foram criadas pelo Ministério do Império 16 escolas primárias na Corte.Nesse número as escolas particulares subvencionadas pelo Governo é que tinham o objetivo de instruir as crianças pobres.

---

[11] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice sobre instrução pública na Corte — 1870-1889. Códice 10.4.2. Reforma do Ensino (1854-1906).

[12] No ano de 1872, adotava-se no Rio de Janeiro e no Brasil o sistema métrico decimal, fato que ocasionou uma pequena revolta na cidade, denominada "Motim do Quebra Quilos". O carioca estava habituado ao velho sistema de pesos e medidas seguido pelo comércio: o arcaico sistema português que não obedecia nenhuma regra, nem conhecia qualquer método. Balanças defeituosas e primitivas, com pedras funcionando como pesos, controlavam as quantidades. Quando existiam balanças, pois na maior parte das vezes o peso ou a medida ficava a critério do negociante, ou melhor, à mão do negociante, pois este sopesava a mercadoria e exclamava: pode levar que está bem "pesadinho" . Com a implantação do novo sistema dos quilos e dos metros, moralizava-se o comércio. Mas o povo estranhou, não compreendeu de pronto e muitas desordens foram promovidas, dando muito trabalho à policia. MACEDO, Sergio D. T. *Memórias do Rio: a história da Guanabara.* São Paulo: Ed. São Paulo, 1962, p.59.

[13] Moacyr, Primitivo. *A instrução e o Império*: 1831-1889. Rio de Janeiro: Nacional, 1993. V. 1, p.191.

O Imperador Pedro II mandou construir prédios para o funcionamento de várias escolas a partir de 1870, já que as escolas primárias funcionaram durante muitos anos em prédios alugados pelo Governo Imperial. Entre elas estavam as Escolas de São Sebastião e Rivadávia Correa, ambas na Freguesia de Sant'Anna, a Escola José de Alencar na Freguesia de Nossa Senhora da Glória, a Escola José Bonifácio na Freguesia de Santa Rita, a Escola de São José na Freguesia de São José, Escola da Freguesia de São Francisco Xavier, Escola da Freguesia de São Cristóvão e a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea.[14]

Nas décadas de 1870 e 1880, houve uma grande proliferação de sistemas doutrinários que começaram a modificar o ambiente intelectual e influenciaram também as referências teóricas para o ensino primário e secundário no Município Neutro. Entre esses sistemas podemos citar o Positivismo de Auguste Comte, as idéias científicas que depositavam na razão o progresso da Nação e as idéias republicanas que modificavam paulatinamente o cenário social, político, econômico e cultural, principal e inicialmente na Corte.[15]

Nesse ambiente, em que idéias fervilhavam, não havia dúvida de que a instrução pública, principalmente a primária, era vista como o baluarte do progresso. Essa importância era justificada pela impossibilidade de os menos abastados conseguirem alcançar o ensino secundário, muito menos o superior, que era destinado às castas intelectuais. Nessa época os Ministros do Império e os Diretores de Instrução Pública estavam sempre discutindo sobre as possibilidades de reformas, regulamentos e planejamentos para modificar a organização da instrução pública na Corte.Educar e formar para o magistério era uma atribuição importantíssima do Estado e um dever constitucional

---

[14] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códices sobre a instrução pública na Corte- 1870- 1889. Códice-11.4.23, 11.3.17, 11.3.27.

[15] SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez. *Educar e Instruir: a instrução popular na Corte* Imperial: 1870 a 1889. Niterói, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 1997, p.34.

segundo as considerações do Ministro do Império João Alfredo Correa de Oliveira, que esteve à frente da pasta do Império entre 1871 e 1879. [16]

No ano de 1881, o professor da Corte, José Bernardes Moreira, em nome da Delegacia da Freguesia de Santa Rita, acrescentou que a boa organização de uma escola dependia do método e dos respectivos processos, e considerava de suma importância que o poder competente mandasse melhor localizar as escolas de modo que todas guardassem igual distância para que a freqüência ficasse regularizada e todas com um número igual de alunos.

O professor pedia também a aquisição de prédios para as escolas, depois de bem localizadas, questiona o Governo Imperial:

> Não conviria que o poder competente se interessasse para que as comodidades indispensáveis para o bom desenvolvimento e progresso do ensino fossem satisfeitos com a modificação do repartimento, desaparecendo para sempre o costume de se alugar casas próprias somente para residência de familiar e nelas se estabelecer escolas sem a menor modificação mesmo as essencialmente reclamadas?A mobília nova ultimamente distribuída pelas escolas de alunos de ambos os sexos preenche os fins há muitos anos reclamados? Se a resposta for negativa, qual deve ser o modelo a que deve substituir? De todos os livros adotados para as escolas quais devem continuar e quais os que devem ser eliminados e quais poderão ser substituídos? [17]

Esses questionamentos, entre outros, foram discutidos nas Conferências Pedagógicas, instituídas pelo art. 76 do decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854, que deveriam se realizar duas vezes por ano e tinham como objetivo "[...] manter a emulação e a vida na corporação dos professores públicos de instrução primária, promovendo entre eles a troca de observações pedagógicas, colhidas na prática diária de suas funções [...]". [18]

Em 1871, foram criadas no Município Neutro duas escolas primárias noturnas, uma pública fundada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que funcionou

---

[16] Relatório do Ministério do Império. Ministro João Alfredo Correa de Oliveira-Assembléia Legislativa, maio de 1871. Arquivo Nacional - Fontes: Administração da Instrução Pública, da Justiça e da Legislação Imperial. Caixa contendo Livros que compreendem os anos de 1871 a 1889. Documento manuscrito.

[17] Corte. Delegacia da Freguesia de Santa Rita em 17 de janeiro de 1881. Professor José Bernardes Moreira. Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. Códice 11-4-7. Minutas de ofícios e professores-1872-1889. Documento manuscrito.

[18] Instruções para a realização das Conferências Pedagógicas. Palácio do Rio de Janeiro em 11 de março de 1884 - Francisco Antunes Maciel. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. Códice 15-3-13, 1880-1889.

numa sala do edifício da Inspeção Geral da Instrução Pública, inaugurada em março do mesmo ano, e uma particular fundada na paróquia de São João Batista da Lagoa, inaugurada em fevereiro de 1872, freqüentada por mais de 40 alunos. Nesse ano o Ministério do Império era representado pelo Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, que exerceu o cargo até 1875 e,*segundo os discursos dos professores,* muito contribuiu para a causa da instrução pública. [19]

O ensino secundário

Inicialmente, o ensino secundário limitava-se ao estudo das línguas modernas mais usuais e línguas mortas, exigidas como preparação às diversas áreas e humanidades; noções de física, química e outras eram pouco ensinadas. Esse ensino era ministrado nas aulas avulsas, nas escolas particulares ou nos preparatórios para o ensino superior.

Em relação ao ensino secundário supervisionado pelo Ministério do Império no Município Neutro, a ação do Governo Imperial limitou-se ao Colégio Pedro II, com um curso de sete anos de duração. Poucos foram os alunos que concluíram os sete anos de estudos destinados à formação do bacharel; mas, quando concluíam o curso, recebiam o título de Bacharel em Letras diante do Ministro do Império, podendo ingressar em instituições de ensino superior sem necessidade de prestar exames.

As províncias, ao longo da história do Império, tentaram e conseguiram em boa parte aglutinar em Liceus Provinciais as aulas avulsas, que deveriam constituir um curso secundário, mas como o certificado de conclusão não era necessário para a matrícula na faculdade, e sim os exames parcelados, tal sistema não prosperou. De modo geral, o ensino secundário no Brasil era constituído de cursos em que os alunos visavam apenas à

---

[19] Durante o ministério do Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira e sob a benéfica influência deste homem de Estado, formou-se entre seus auxiliares um grupo de homens, quase todos jovens, que consagraram seu tempo livre ao estudo das questões que se referem à instrução pública. Convém citar Balduíno Coelho, futuro Conselheiro e diretor no Ministério do Império; o Dr. Cupertino do Amaral, o Dr. Antônio Augusto da Silva; o comendador Nicolau Midosi, o doutor e depois Conselheiro Campos de Medeiros e Albuquerque; o Dr. Henrique de Campos. Cf. Almeida, José Ricardo Pires de. *A instrução pública no Brasil. História e legislação*. 2 ª ed. ver. Tradução Antonio Chizzotti; ed.crítica Maria do Carmo Guedes. São Paulo: EDUC, 2000, p.65. (1ª edição em francês 1889)

realização dos exames parcelados preparatórios feitos em geral nas próprias faculdades de ensino superior onde se realizavam os cursos.

Cada província podia organizar seu sistema de educação primária e secundária. Como não havia obrigatoriedade de passar por estes cursos para o ingresso às faculdades, existiam também os cursos preparatórios e um punhado de estabelecimentos de ensino autônomos particulares, após ou durante os quais o aluno poderia prestar os exames parcelados que valiam como certificado de estudos secundários e davam acesso as faculdades.Os cursos isolados de Filosofia, Grego, Língua Latina e outros existiram durante muitos anos como expressão do ensino secundário na Corte. Após a criação do Colégio Pedro II esses cursos ainda continuaram a existir.

Na direção da ampla reorganização do ensino surgiram as propostas de Paulino José Soares de Souza em 1869, de João Alfredo em 1871 e, fechando a década de 1870, a Reforma Leôncio de Carvalho, decretada em 1879, que deu origem aos pareceres de Rui Barbosa, uma obra monumental abrangendo todos os aspectos da educação, desde o jardim de infância ao ensino superior.

Na segunda metade do Império começou a surgir um punhado de estabelecimentos particulares de ensino secundário e algumas poucas escolas de formação para o Magistério. [20]

O ministro que sucedeu João Alfredo Correa de Oliveira foi José Bento da Cunha e Figueiredo, no ano de 1875, e o Colégio Pedro II recebeu um novo regulamento com base nos projetos do conselheiro João Alfredo.

No ano de 1878, estava à frente do Ministério do Império o conselheiro Leôncio de Carvalho, que manteve a fecundidade das idéias do conselheiro João Alfredo Correa de

---

[20] Dessas escolas merece destaque o Colégio Menezes Vieira por seu pioneirismo educacional. Em 1875 Menezes Vieira, juntamente com sua esposa, dona Carlota, criou o Jardim de Crianças no Colégio Menezes Vieira, situado na rua dos Inválidos, n.26, em um dos melhores bairros da cidade do Rio de Janeiro, com ótimas instalações: um pavilhão hexagonal, especialmente construído no centro do jardim, com ar e luz por quatro janelas. BASTOS,Maria Helena Câmara. Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, Carlos (org) *Educação da infância brasileira*: 1875-1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea). p. 32

Oliveira. Para Leôncio de Carvalho, as funções de professor e institutor não eram compatíveis com cargos administrativos. Para tanto, o professor deveria ter um salário digno para poder manter-se financeiramente e dedicar-se totalmente à sua profissão.

O Município Neutro contava também com o ensino superior representado pela Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito. Para o Ministro Leôncio de Carvalho, à instrução superior deveria ser aplicado o principio de liberdade, indispensável à autonomia dos cursos. Assim, o aluno que morasse em uma localidade distante poderia se preparar com um professor particular e vir até as faculdades apenas para prestar os exames.

O Colégio Pedro II: modelo para os liceus provinciais

O Colégio Pedro II foi inaugurado em 2 de dezembro (data do nascimento do Imperador) de 1837. Ao ato foi solene compareceram D. Pedro II, as princesas imperiais, dona Januária e dona Francisca, os regentes Maciel Monteiro, Miguel Calmon du Pin e Almeida, José Joaquim Rodrigues Torres e Bernardo Pereira de Vasconcelos, tutor do Imperador, o corpo diplomático, a nobreza e muitas pessoas da sociedade.

O Colégio foi instalado no Seminário de São Joaquim, antigo Seminário de Órfãos de São Pedro, devidamente adaptado, por ordem de Bernardo Pereira de Vasconcelos, pelo arquiteto Grandjean de Montigny. As aulas começaram em 25 de março de 1838. [21]

O regulamento de 17 de fevereiro de 1854 criou um organismo técnico e administrativo para supervisionar o ensino primário e secundário público e particular no Município Neutro. Os estudos no Colégio Pedro II foram divididos em dois cursos distintos: estudos de 1ª classe e estudos de 2ª classe. Os estudos de 1ª classe eram destinados aos estudantes que não desejavam prosseguir os estudos até o bacharelado e recebiam um certificado especial. Os estudos de 2ª classe foram montados sobre os

[21] Houve a necessidade de adaptar apressadamente as instalações do antigo seminário para que pudesse exercer suas novas funções. O colégio fora fundado, segundo Bernardo Pereira de Vasconcelos com a intenção de estimular e elevar o nível da contribuição privada, oferecendo-lhe um modelo. Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.

primeiros e acrescidos mais três anos para completar os sete anos exigidos no colégio para o grau de bacharel em letras. Os estudos da 1ª classe eram compostos de: Gramática Nacional, Latim, Francês, Inglês, Aritmética e Álgebra até equações do 2° grau, Geometria e Trigonometria Retilínea, Geografia e História Moderna, Geografia e História do Brasil, Ciências Naturais, Desenho, Música, Dança e Exercícios Ginásticos. Na segunda classe eram: Alta Latinidade, Grego, Alemão, Geografia e História Antiga, Geografia e História da Idade Média, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética e Italiano. [22]

No inicio de 1857, o conselheiro Pedreira Couto Ferraz decidiu organizar o Colégio Pedro II em dois estabelecimentos distintos: o internato e o externato. O externato permaneceu na Rua de São Joaquim, e o internato mudou para um casarão na Chácara da Mata, no Engenho Velho.

O Imperial Colégio Pedro II foi, desde 1858, o único estabelecimento de ensino secundário supervisionado pelo Ministério do Império que tinha como objetivo cuidar dos interesses da instrução pública na Corte e nas províncias. Uniu-se a esse interesse o ideal de se criar um modelo que pudesse ser o exemplo de instrução secundária para as Províncias. No campo da educação as reivindicações e a preocupação de criar um modelo de instrução secundária partiu do principio de que era necessário um espírito inovador para acabar de uma vez com as imoralidades dos preparatórios para o ensino superior e dos exames parcelados.

O ensino ministrado no Colégio Pedro II destinava-se ao preparo de candidatos para os cursos superiores. O conselheiro transformou as construções do Colégio Pedro II em um suntuoso edificio e reviu os programas de instrução secundária na Corte. O único estabelecimento secundário que dava certificados de conclusão de curso com direito a ingresso no ensino superior era o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro.

Apesar de a formatura no Colégio Pedro II permitir o livre ingresso em qualquer instituição de nível superior, poucos, aliás, pouquíssimos, eram os alunos que completavam o curso de sete anos, uma vez que para o ingresso nas faculdades, não era necessário

---

[22] Idem, p. 113-4.

comprovar a freqüência nem do curso primário nem do secundário, bastando a realização dos exames parcelados. O curso no Colégio Pedro II exigia que os alunos fossem muito bem preparados intelectualmente, a maioria conseguia a aprovação nos exames parcelados, não havendo mais interesse em concluir o curso. [23]

Os exames do ensino secundário eram uma solicitação sempre presente nos discursos dos Ministros do Império. A essas reivindicações se juntavam o pedido de equiparação dos exames preparatórios realizados nos Liceus Provinciais com aqueles feitos pelo Colégio Pedro II, cuja aprovação garantia aos alunos o acesso direto aos cursos superiores. Essa era uma tentativa para impedir o esvaziamento das escolas secundárias. Os liceus tinham caráter propedêutico ao superior, constitucionalmente regulado com exclusividade pelo poder central, estavam na dependência direta das normas legais emanadas pela Corte. Para esses, o Colégio Pedro II deveria servir de padrão ideal de ensino secundário. Porém, segundo Maria de Lourdes Mariotto Haidar o Colégio Pedro II não atuou como padrão idealizado: [...] destinando-se precipuamente ao preparo de candidatos para os cursos superiores, nortearam-se, de modo geral, os demais estabelecimentos públicos e privados, pelas exigências mínimas consubstanciadas nos preparatórios para a matrícula nas Academias.[24]

O padrão real foi baseado nos cursos preparatórios e nos exames parcelados que continuaram a existir junto com as aulas avulsas durante todo o Império. Esse padrão ideal serviu de parâmetro para os Liceus Provinciais, na tentativa de oferecer melhorias para o ensino secundário que há muito vinha desmoralizado.

Dessa forma, os liceus deveriam tomar como modelo para o ensino secundário os estudos normatizados no Colégio Imperial. Essa foi a razão básica, associada à freqüência livre e aos exames parcelados, de não se ter constituído uma verdadeira escola secundária naquele período histórico. Local de aulas avulsas oferecidas pelas diversas cadeiras, as escolas secundárias jamais deram organicidade ao título de Bacharel em Ciências e Letras, conferido, aliás, a pouquíssimos egressos dessas escolas.

---

[23] HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*, obra citada.
[24] Idem, p. 95.

Os estudos preparatórios e os exames parcelados para o ingresso no ensino superior

Os estudos do ensino secundário foram encarados durante todo o Império como "[...] canais de acesso aos cursos superiores [...]"[25]. Esse fator reduziu o ensino secundário aos estudos preparatórios que serviam de base para os exames exigidos para o acesso às faculdades. O conhecimento que o aluno deveria possuir para a conclusão dos exames serviu de modelo para os preparatórios de estabelecimentos públicos e particulares. A história dos preparatórios e dos exames parcelados está consubstanciada na história do ensino superior no Império brasileiro.

A lei de 11 de agosto de 1827, que criou as academias de São Paulo e Olinda, determinava no seu artigo 8° que os alunos, além de apresentarem certidão de idade, tinham que ter quinze anos completos e certidão de moral adequada, precisavam ter sido aprovados nos exames de Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria. Esses exames deveriam ser realizados junto aos Cursos Jurídicos e ter a assistência de dois professores designados pelo diretor.

Os preparatórios para esses exames, em muitos casos, eram ministrados junto às próprias faculdades, recebendo o nome de Cursos Anexos. Esses cursos, muitas vezes, possibilitavam fraudes e benefícios para os seus alunos, que acabavam sendo protegidos e escolhidos para as Faculdades onde funcionavam os Cursos Anexos. Os primeiros a serem criados funcionavam para os exames dos Cursos Jurídicos e foram denominados de Colégios das Artes Preparatórias. As matérias eram: Latim, Francês, Inglês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia.

Em 3 de outubro de 1832, foram criadas as Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro. Os conteúdos dos preparatórios para o ingresso nos cursos médicos não diferiam muito dos preparatórios para os cursos jurídicos. As faculdades de Medicina não tiveram Cursos Anexos de preparatórios. Os candidatos à matricula deveriam conhecer Latim, Francês ou Inglês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria. Os exames

---

[25] HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, obra citada, p. 47.

deveriam ser realizados por três professores públicos nomeados pela faculdade e acompanhados do Secretario da faculdade.

O Decreto nº 1134 de 30 de março de 1853 reformou os estatutos dos Cursos Jurídicos, e o Decreto nº 1169 de 07 de maio de 1853, os Estatutos das Faculdades de Medicina. Tais Decretos, apesar de disporem sobre as aulas menores, seus professores e os exames de preparatórios não chegaram a ser executados. Por esse motivo, sofreram uma nova reformulação pelo Ministro do Império Luiz Pedreira Couto Ferraz. Os Cursos Jurídicos passaram a chamar-se Faculdades de Direito. O Governo passou a controlar o ensino ministrado nos Cursos Anexos adotando compêndios para os programas também determinados pelo Governo. Os professores e os substitutos deveriam ser selecionados por meio de concurso.Para o curso de Medicina, os alunos deveriam freqüentar estudos preparatórios das seguintes matérias: Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral, História e Geografia, Aritmética e Álgebra até equações de 1º grau.[26]

As reformas do Ministro Luiz Pedreira Couto Ferraz refletiram positivamente sobre os estudos preparatórios no Município Neutro. Esses estudos melhoraram durante a gestão do Inspetor Geral da Instrução Pública Euzébio de Queiroz, mas não alteraram de forma significativa o ensino secundário no Império.Os exames de preparatórios deveriam ser realizados num período de dois anos. Em 1864 esse prazo foi para quatro anos e, a partir de 1877, não havia mais prazo determinado para a realização de todos os exames. Para Haidar, "[...] os males do ensino preparatório decorriam do próprio sistema de exames que incentivava estudos irregulares e desordenados [...]". [27]

Os exames parcelados foram postos em discussão na década de 1860 na Faculdade de Medicina da Bahia. Nesse período, levantou-se a hipótese de que somente completando o bacharelado o aluno poderia estar preparado para freqüentar o curso médico. Essa hipótese não se efetivou pois não houve a possibilidade da substituição dos estudos preparatórios pelo curso de bacharel devido às péssimas condições do ensino secundário.

---

[26] Idem, p. 51.
[27] Idem, p. 54

Nos anos de 1868 e 1869, o Ministro do Império Paulino José de Souza expediu várias Instruções regulando os exames realizados na Corte e nas faculdades das Províncias. Os preparatórios foram ampliados com a inclusão do ensino de Português. Mesmo com a ampliação dos cursos preparatórios os exames parcelados continuaram a ser deficitários, concedendo favores especiais para os candidatos indicados por algum político ou pessoa influente da sociedade.

Os exames parcelados eram realizados nas capitais das Províncias e no Município Neutro. Em 1875, o Ministro do Império João Alfredo criou, com o Decreto número. 5249 de 2 de outubro de 1873, mesas de exames nas Províncias onde não havia faculdades com o intuito de desenvolver os estudos secundários nos Liceus Provinciais. A iniciativa estava ligada à tentativa de fazer dos Liceus Provinciais escolas calcadas no modelo do Colégio Pedro II na Corte.

Porém, em 1875, o Ministro João Alfredo observava que a medida estabelecida pelo Decreto não havia favorecido o ensino e, sim, aberto espaço para maiores irregularidades. A multiplicação das bancas de exames e a impossibilidade de fiscalização fizeram com que a procura do ensino preparatório fosse menor. Muitas Províncias transformaram os exames parcelados em um comércio. Os alunos muitas vezes saíam de sua Província para procurar outra Província onde os exames eram realizados de forma inescrupulosa e sem muito esforço. Esses atos enfadonhos impossibilitaram a tentativa de fazer dos Liceus Provinciais um colégio como o Pedro II.

No ano de 1878 o Ministro do Império Leôncio de Carvalho reformou os Estatutos do Colégio Pedro II, instituindo matrículas parceladas e freqüência livre.

Para o ingresso nas Escolas Militares, eram exigidos os exames nas seguintes disciplinas: Gramática da Língua Portuguesa e da Língua Francesa, História e Geografia, especialmente a do Brasil, Aritmética, Álgebra Elementar, Geometria, Trigonometria Plana, Desenho Linear e Geometria Prática, Administração de Companhia e de Corpos. No externato da Marinha, que passou a se chamar Colégio Naval os exames deveriam ser de: Gramática Portuguesa, Francês, Inglês, História do Brasil e Noções de História Universal, Geografia Física, especialmente a do Brasil, Matemática e Desenho Linear.

Para o ingresso na Escola Politécnica, os exames deveriam abranger conhecimentos elementares de Português, Francês, História, Geografia, Aritmética, Álgebra, Geometria Plana e no Espaço, Trigonometria Retilínea e Desenho Geométrico e Elementar.[28]

Apesar da sistematização das disciplinas, os estudos preparatórios permaneceram no descaso, favorecendo os escândalos nos exames.

Os problemas de organização também denunciavam a precariedade dos preparatórios. Muitos alunos deixavam de fazer os exames em virtude do não comparecimento do examinador. Os Liceus Provinciais entravam em decadência e aumentavam os estabelecimentos particulares que tinham a função de somente adestrar para os exames

O quadro dos estudos preparatórios continuou o mesmo durante todo o Império, o que permite afirmar que também nas faculdades o ensino não estava organizado de maneira satisfatória, portanto, pouco eficiente, já que os alunos que lá ingressavam, não haviam recebido o mínimo do conhecimento necessário para freqüentar os cursos a que se inscreviam para os exames.

Como se pode observar, a maioria dos estudos dos antecedentes sobre a Escola Normal apresentam a preocupação em problematizar os aspectos históricos e o contexto social da instrução pública na Corte Imperial.

Os relatórios, decretos, leis e normas para a instrução primária e secundária e as transformações sociais, culturais e históricas vão se mostrando presentes nos documentos analisados.Trilhando por esse caminho, as fontes primárias apresentam o panorama histórico da instrução pública na Corte antes da criação da Escola Normal. Assim foi possível perceber suas origens, suas características, os valores vinculados.

Observa-se, no entanto, que mesmo de pontos de vista diversos e tomando como referencial a pesquisa documental, textos diferentes e/ou conflitantes, os pontos comuns da

---

[28] HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*, obra citada, p. 61.

discussão sobre a instrução pública foram a busca por um ensino público, pela liberdade de ensino, pela veiculação das "luzes" na educação.

Diante disso, pode-se inferir que, embora este capítulo perpasse as iniciativas teóricas e as discussões sobre a instrução na Corte, ainda há muito por fazer e pesquisar a respeito da instrução pública na Corte.

Capítulo 3

A criação da Escola Normal da Corte

As escolas normais no Império

Para compreensão da necessidade da criação de uma escola normal na Corte, acredita-se ser necessário explicitar que as escolas normais surgiram no Brasil a partir de 1835. Foram criadas pelas assembléias provinciais do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e São Paulo. A primeira escola normal do Brasil foi a de Niterói.

> As escolas normais tinham por principal finalidade "ensinar como se ensina" e destinavam-se a preparar candidatos ao magistério público, explicitando-se que não devia servir de meio para que adultos analfabetos, por descuido ou incapacidade, procurassem prosseguir em seus estudos.
> Inspiradas no modelo da Escola Normal francesa, existente desde o século XVIII, propunham um curso pautado em torno das disciplinas necessárias ao ensino primário. A primeira cadeira ocupava-se de língua portuguesa, religião e pedagogia; a segunda, de aritméticas e geometria; e a terceira, de história e geografia, geral e do Brasil. Para o sexo feminino, a última acrescentava ainda atividade de corte, costura e bordados.[1]

O pensamento pedagógico brasileiro inspirava-se nas idéias européias, sobretudo da França. E´ indiscutível a influência do pensamento pedagógico europeu sobre o brasileiro, porém, faz-se necessário indagar o que existia concretamente na estrutura da sociedade brasileira de meados do século XIX que justificasse a opção por tal modelo.

> Não se pode negar, por exemplo, a influencia do iluminismo sobre o sistema de ensino que se organizou a partir do império, quando, então, prevalece a idéia da formação das elites em detrimento da instrução do povo, ou mesmo quando nos discursos dos dirigentes fluminenses transparece a crença ilimitada na capacidade civilizadora da instrução – percebida como antídoto contra a ignorância responsável pelo caos e pela desordem, ou ainda quando tomam como paradigma de civilização a sociedade européia, e tentam conformar nossa realidade "*rebelde*" aquele modelo em direção ao qual todas as sociedades "*atrasadas*" deveriam caminhar.[2]

---

[1] NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Escolas normais.In VAINFAS, Ronaldo._*Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).(Org.)* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

[2] VILLELA, Heloísa de O.S._*A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores.* 1990. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Nesse contexto é que vemos surgir a Escola Normal da Corte Imperial.Ao criar a sua primeira escola normal, é indiscutível que o Município Neutro tenha buscado inspiração no modelo europeu. No entanto acredita-se na necessidade de um maior conhecimento da origem dessa instituição no Brasil. É bem verdade que apenas depois de 41 anos é que vemos surgir a Escola Normal da Corte.

A literatura educacional brasileira, especialmente quando se refere ao período imperial, não se cansa de repetir que nosso país, por sua situação periférica face às nações mais desenvolvidas, sempre buscou adaptar modelos europeus a nossa realidade. Porém, o Brasil não é mero reflexo da história européia. Não de pode negar que os vínculos com o plano internacional guardam particularidades que se relacionam com a construção de uma ordem social própria. Segundo Schueller [...] o fato é que, em fins do século XIX, ocorreu, no Brasil, um movimento intelectual similar ao europeu, ao menos no sentido de uma busca das raízes culturais, visando fundamentar deferentes propostas de reconstrução da nação.[3]

Somente pela compreensão dessas questões é que se pode entender a criação da Escola Normal da Corte. Essa criação não representou apenas a transplantação de um modelo europeu à nossa realidade, mas representou o potencial de organização e civilização que era atribuído a instituição destinada a consolidar e expandir a ordem e o progresso. Essa consolidação deveria ocorrer na Corte, coração administrativo do Império Brasileiro, pois nas Províncias onde a escola normal já existia, eram unânimes os discursos referentes ao fracasso das instituições.

> Os parcos resultados produzidos pelas primeiras escolas normais que se criaram no Brasil e o flagrante insucesso de algumas delas granjearam-lhes tal desprestigio que vários Presidentes de província e Inspetores de Instrução chegaram a repudia-las como instrumento para qualificação do pessoal docente e indicar, como meio mais aconselhável e mais econômico, o sistema de inspiração austríaca e holandesa, de professores adjuntos. [4]

Na Corte, a necessidade de se inaugurar uma escola normal pode ser constatada nos documentos oficiais bem antes de ser inaugurada a Escola Normal. Em maio de 1871, o

---

[3] SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial-1870 a 1889*. 1997.250 f. Dissertação (Mestrado em História).- Universidade Federal Fluminense. Niterói.p.18

[4] TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no estado de São Paulo*: 1830-1930. Publicação da Faculdade de Educação: estudos e documentos. Universidade de São Paulo. V. 16, 1979.p.21.

Ministro do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, afirmava que era dever dos poderes públicos empregar os meios possíveis para que a instrução elementar se estendesse a todos. Alertou que no Município Neutro, como também em todo Império, esse dever não estava sendo cumprido.[5] A obrigatoriedade do ensino primário para menores entre 7 e 14 anos foi vislumbrada como indispensável para que os conhecimentos elementares fossem difundidos por toda a população. O Ministro João Alfredo propôs também a alfabetização de adultos.

> A fundação da primeira Escola Normal da Corte, em 1874, coube à iniciativa particular da Associação Promotora da Instrução, cujo diretor era o Conselheiro da Coroa, Manoel Francisco Correia. Em suas aulas eram admitidas gratuitamente " todas as pessoas morigeradas", sem distinção de sexo e nacionalidade,e, quando necessário haveria doação de livros e material aos " reconhecidamente pobres". Os professores adjuntos, em geral ex-alunos das escolas públicas, freqüentaram o curso noturno da Escola Normal. A sua proposta revelou a importância da formação do magistério, pretendendo integrar os homens livres e pobres, nacionais, ou estrangeiros, no projeto do governo imperial, conferindo-lhes um papel social ao passo que intencionando formar agentes intermediários entre a população e o Estado. [6]

Apesar da tentativa da formação de professores e dos discursos que previam os melhoramento do magistério público, a primeira escola normal da Corte não funcionou da forma como foi idealizada. Os professores reclamavam da situação de penúria em que se encontravam. O discurso dos professores revela o quadro de tensão e das perspectivas de mudanças abertas pela nova conjuntura representada pela década de 1870.

> O combate à "ignorância" seria possível com a difusão da Instrução Pública e, diziam eles, com o reconhecimento do papel do magistério na obra da "civilização". Esta, segundo o juízo dos professores, era expressa na importância que a educação adquiriu nos países mais adiantados. Ao se dirigirem os ideais das nações ditas "civilizadas", os professores públicos da Corte possuíam um objetivo claro: o de afirmar a essencialidade de sua profissão para a reconstrução da nação brasileira.[7]

Os Decretos

---

[5] Relatório do Ministério do Império Brasileiro apresentado à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro pelo Ministro João Alfredo Correa de Oliveira, maio de 1871. Arquivo Nacional.Fontes Relativas à administração da Instrução Pública, da Justiça e Legislação Imperial. Relatórios do Ministro dos Negócios do Império. 1871-1889. Imprensa Régia.

[6] SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial-1870 a 1889*. 1997.250 f. Dissertação (Mestrado em História).- Universidade Federal Fluminense. Niterói.p.43.

[7] Idem, Ibidem.p.45.

È importante destacar que a partir dos anos setenta, a preocupação em ampliar as bases do ensino a uma maior parte da população, principalmente em relação ao ensino elementar, fazia parte dos discursos oficiais.

A necessidade de reformas educacionais fazia-se sentir nas discussões parlamentares e na criação de decretos e leis para a instrução pública. Os esforços dispendidos nesse regime alcançaram a Escola Normal da Corte no ano de 1872, mas só foram autorizados em 1876.[8]

Pelo Decreto nº 6379 de 30 de novembro de 1876, usando de autorização conferida na lei nº. 2670 de 20 de outubro de 1875, o Ministro do Império, José Bento da Cunha e Figueiredo, em nome do Governo Imperial, criou duas escolas normais no Município da Corte, sendo uma em regime de externato para professores e outra em regime de internato para professoras de instrução primária. Porém, o Decreto baixou um regulamento de 21 artigos seguido de tabelas que apenas ficaram no plano das idéias, não se realizando "[...] o plano do Governo".[9]

> Em1876, com a presença da Princesa Regente e mais altas autoridades foi lançada a pedra fundamental da primeira das duas escolas normais que uma lei recente previa, uma para formar professores e outra para preparar professoras. Aos costumes do tempo repugnava a idéia de reunir num só estabelecimento de ensino, destinado a adolescentes e adultos, alunos dos dois sexos. O edifício que, segundo o projeto do arquiteto Bittencourt da Silva, o mesmo fundador do Liceu de Artes e Ofícios, foi

---

[8] O Ministro João Alfredo Correa de Oliveira continuou a se interessar pelas questões do ensino e pela criação de escolas.Para preparar o futuro dos estabelecimentos novos, o ministro incluiu a necessidade de fundar uma escola de institutores e institutoras. No seu relatório de 10 de maio de 1872, diz aos membros da Assembléia Nacional Legislativa: "Algumas medidas me parecem urgentes: a criação imediata de duas escolas normais, uma para alunos-mestres, uma para alunas-mestras. O programa dos estudos e alista de livros a adotar nestas escolas serão preparados pelos respectivos diretores, ajudados pelos professores e submetidos à aprovação do governo. O curso das escolas normais primárias será de três anos e continuará de algum modo os estudos primários do primeiro e do segundo grau". Cf. ALMEIDA, J. R. Pires. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889).* Tradução de Antonio Chizzotti; ed.crítica Maria do Carmo Guedes. 2ª ed. Ver. São Paulo: EDUC, 2000.p.128.

[9] O ensino nestas escolas foi declarado gratuito.[...] Em cada escola normal havia anexa uma escola primária, para exercícios práticos. O curso todo era de três anos. O ensino compreendia instrução moral e religiosa, História Sagrada, Língua Portuguesa, Francês, Aritmética até os logaritmos, a Álgebra até as equações de segundo grau, elementos de cosmografia, de Geografia Geral, de Geografia do Brasil, de História Universal e História do Brasil, os princípios elementares das Ciências Físicas e Naturais, de Fisiologia e de higiene, a Pedagogia e a prática de ensino, as noções de direito e deveres dos cidadãos e economia doméstica; Música Vocal, a ginástica e os trabalhos manuais da mulher.Idem, Ibidem.p.177.

então construído na esquina das Ruas da Relação e dos Inválidos, veio a se mais tarde utilizado para o Fórum.[10]

A criação de escolas normais para a formação de professores especializados para o ensino primário é também fruto do surto de interesse pela instrução pública dessa época. Antes disso, o ensino, mesmo nas escolas do governo, era ministrado por "mestres" muitas vezes de reduzidos conhecimentos e sem formação pedagógica.

Após essa tentativa frustrada, o Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, reformou o ensino primário e secundário do Município da Corte e o superior em todo o Império.Trouxe em seu artigo 9º a enumeração das matérias que deveriam entrar no plano de estudos das escolas normais do Estado, a respeito das disposições dos planos de ensino, métodos,professores, organização curricular, propostas pedagógicas e didáticas.[11]

Na conformidade desse artigo é que foi organizado o Decreto nº. 7684 de 6 de março de 1880, referendado pelo Senhor Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira. A Escola Normal foi inaugurada no dia 8 de abril e deveria funcionar em duas salas do Imperial Colégio Pedro II,mas isto não ocorreu em virtude da quantidade de alunos que se matricularam e do grande número de ouvintes. As matriculas se efetivaram de 25 de março a 28 de abril. As aulas na Escola Normal da Corte começaram no dia 30 de abril, funcionado já no edifício da Escola Politécnica.

O Ministro do Império que sucedeu Leôncio de Carvalho, o conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira, mediante Decreto-Lei nº 7684, de 6 de março de 1880, criou uma escola normal primária destinada a formar professores de ambos os sexos. Havia,

---

[10] COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3.ed.Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.(Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; 132). P.182.

[11] Em 1878, encontramos à frente do Ministério do Império um jovem ardoroso, entusiasta, querendo a todo susto realizar, sem demora, reformas que seu espírito, um pouco aventureiro, considerava úteis e até mesmo indispensáveis ao desenvolvimento rápido da instrução pública no Brasil [...]Em conformidade com estas idéias, apareceu o decreto de 19 de abril de 1879, reformando o ensino primário e secundário do município do Rio de Janeiro e o ensino superior no Império que declarava, pelo seu artigo 1º,estas diversas categorias de ensino inteiramente livres, salvo a inspeção da autoridade sobre a moralidade e a higiene. O artigo tornava a instrução obrigatória para as crianças de ambos os sexos, abaixo de catorze anos. [...] traçava o plano da Escola Normal e introduzia, no programa de estudos, o Latim, o Inglês, o Alemão, o Italiano e a Retórica. Cf. ALMEIDA, J. R. Pires. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. Tradução de Antonio Chizzotti; ed.crítica Maria do Carmo Guedes. 2ª ed. Ver. São Paulo: EDUC, 2000.p.181-6.

naquele contexto da Corte idéias de modernização do império brasileiro e fervilhavam as discussões sobre o abolicionismo e o republicanismo.

Os últimos vinte anos do século XIX apresentaram propostas inovadoras, mas podia-se sentir a ausência de mobilização para a concretização dessas propostas. Foi o início de um tempo de incertezas e crises que podem ser sentidas nas leituras do cotidiano da Escola Normal da Corte. Grandes temas educacionais e relatos modernos de emancipação aparecem nitidamente nos discursos professados e na atitude dos professores reformadores da Escola.

Noticiário

Em 19/09/1874, reuniram-se, em uma das salas da Escola Normal, na Rua larga de São Joaquim, n. 104, os professores públicos primários da Corte;

Objetivo: examinar questões do magistério e apresentar proposta de reorganização escolar

Reunião: Presidente: Professor Silva Castilho, achando-se presente um professor de Minas, Escola Normal da Campanha; e o Conselheiro Dr. Felix Martins.

Secretario: Marques

Silva Castilho apresenta o plano de discussões (p.348)

- os professores primários são os que melhor podem apresentar o quadro mais exato do estado atual da instrução primária;
- os exemplos dos professores da Corte devem ser imitados na Província;
- Objetivo da Reunião - criar uma sociedade para tratar de assuntos pedagógicos; como vão trabalhar?
- 1º organização de um trabalho estatístico da instrução pública; e dar sugestões de meios para propagar a instrução;
- 2º necessidade de participação de todos; (trabalhos, conferências).

Pontos a discutir:

- compêndios: quais são usados; trazem resultados e benefícios; como escolhê-los;

meios disciplinares: quais os resultados práticos obtidos pelo regulamento de instrução pública?

- o que ensinar? Quais as matérias de educação popular?
- Ensino obrigatório, como?
- Finanças: como o governo as utilizará como economia?

O professor Castilho lamentou o pouco número de professores presentes;

Cony defendeu a entrada de professores particulares e diretores de colégios na associação de professores públicos, já fundada nesta data.[12]

A inauguração da Escola Normal da Corte

E´ interessante situar que, entre 1835 (ano de instalação da primeira escola normal do Brasil) e 1880 (ano de instalação da Escola Normal da Corte) foram criadas quatorze escolas normais nas principais províncias brasileiras.A Escola Normal de Niterói, Escola Normal de Minas Gerais, Escola Normal da Bahia, Escola Normal de São Paulo, Escola Normal de Pernambuco, Escola Normal do Piauí, Escola Normal do Alagoas, Escola Normal de São Pedro do Rio Grande do Sul, Escola Normal do Pará, Escola Normal de Sergipe, Escola Normal do Amazonas, Escola Normal do Espírito Santo, Escola Normal do Rio Grande do Norte, Escola Normal do Maranhão. A Escola Normal da Corte foi a décima quinta na ordem da lista de criação. [13].Tanuri relata também que na província do Amazonas foi "[...] criada em 1871, uma aula de Pedagogia no Liceu, de forma que, juntamente com as demais matérias deste, comporia o currículo do curso normal [...]". [14]

Para a autora:

> [...] E´ nesse esquema, ou seja, inseridas nos sistemas provinciais de educação, que são criadas as primeiras instituições brasileiras para formar professores das escolas primárias. A descentralização total de toda infra-estrutura educacional seria um dos fatores a retardar o desenvolvimento do sistema brasileiro de formação docente, nascido entre os pioneiros da América.[15]

Nesse contexto, é imprescindível a ressalva de Gilberto Luiz Alves que, ao tratar da educação e história em Mato Grosso, revela a existência de uma escola normal em Cuiabá.

> Em janeiro de 1842, instalou-se uma escola Primária Normal em Cuiabá, que teria sido a terceira brasileira, somente precedida pelas de Niterói (1835) e da Bahia (1836). Para

---

[12] Data: 21/03/1875 / (p.29) Localização do documento: PR SOR 3795 (1) — Título do documento: A Instrução publica, n. 4 .Acervo: Fundação Biblioteca Nacional.

[13]. TANURI, Leonor Maria. *Contribuição para o estudo da escola normal brasileira*.São Paulo. Dissertação de Mestrado em Educação, FFCL-USP, 1969.Mimeo.

[14] TANURI, Leonor Maria. *Contribuição para o estudo da escola normal brasileira*, ob.cit., p.09

[15] Idem, Ibidem.

> implanta-la e dirigi-la, foi escolhido "um professor que à custa da Província fora estudar na Escola Normal do Rio de Janeiro", a partir de janeiro de 1838.[16]

Depois de criadas essas escolas, que ora abriam ora fechavam as suas portas. As escolas normais eram criticadas por sua falta de aproveitamento e por suas deficiências no ensino.

> Na verdade, a inércia do Poder central, apoiada no caráter supostamente inibitório do art.10 do Ato Adicional, não era suprida com o empenho necessário por parte das Províncias, de forma que as escolas normais, instituições apenas nascentes no Brasil, não poderiam ser alvo de atenções especiais.[17]

Foi nesse clima, que no dia 8 de maio de 1880, foram abertas as aulas da Escola Normal, com a presença de um grande número de alunos e assistentes, conforme relato de Carlos de Laet[18].

> [...] No dia 8 de maio abriram-se as aulas da escola Normal com tamanha concorrência de alunos e assistentes como talvez igual não registre a história dos nossos institutos de instrução pública, e da qual pode formar-se idéia sabendo que, afora os alunos, freqüentaram a escola 753 ouvintes e 154 pessoas. Diversas causas para isso contribuíam. Assinalemos primeiro, como é de justiça o louvável desejo de aprender por parte dos aspirantes ao magistério. Depois a oportunidade da hora que tão concorridos torna geralmente os cursos noturnos. Muitos vinham também para ver como se desempenhariam do seu encargo os professores recém-nomeados que já tinham contra si o haverem sido objeto da escolha do Governo. Acrescia ainda o amor da novidade, esse poderoso estímulo tão natural no coração do homem e que si, muitas vezes só procura o posto da futilidade, é em outro fortíssimo incentivo para a conquista da ciência; e no caso vertente, sendo esta a primeira escola mista que com tais proporções entrava a funcionar nesta capital, não foi o que menos despertou a atenção publica, o numerosíssimo concurso de senhoras a sentarem-se nos bancos escolares [...]. [19]

---

[16] ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e história em Mato Grosso. 1719-1864*.2ed.Campo Grande: UFMS, 1996.p.104.

[17] TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no estado de São Paulo*: 1830-1930. Publicação da Faculdade de Educação: estudos e documentos. Universidade de São Paulo. V. 16, 1979.p.23.

[18] Se houvéramos de sintetizar na concisão de uma formula a mensagem e Laet, diríamos que ele foi um defensor da tradição. Tradição religiosa, tradição política, tradição literária. De mote heráldico poderia servir-lhe está sua formula: " O passado é a nossa força para a conquista do futuro."Laet foi professor em toda a linha. Injustamente afastado pela República, largo tempo, do magistério público, conquistado por concurso, tinha de granjear, milionário do espírito," nababo intelectual", o pão cotidiano, mourejando longos anos modestamente na tarefa de professor no ensino particular, exercida principalmente em estabelecimentos religiosos, como o Ginásio de São bento e o Seminário de São José. Como de si mesmo dizia um dos discípulos prediletos de Late, Torquato Vieira de Mesquita, "vendia substantivos a prestações", qual "mascate do ensino" Cf. LAET, Carlos de. Textos escolhidos pelo padre Francisco Lemes Lopes . Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1964. (Coleção Nossos Clássicos).

[19] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684

A Corte, como espaço físico, pode representar os movimentos intelectuais em prol da educação brasileira, por ser, neste momento, o coração administrativo do Brasil e do "[...] Município Neutro, segundo a Constituição de 1824, sede política do regime imperial e residência oficial dos soberanos brasileiros, a própria cidade do Rio de Janeiro era reconhecida como a Corte [...]". [20]

> Sobre a Escola Normal, os dados que aqui vão reunidos, nós os retiramos do belo trabalho de Jonathas Serrano – ex-diretor da antiga Escola Normal, professor do Instituto de Educação e do Colégio Pedro II – intitulado "Cinqüenta anos de ensino normal", publicado pela primeira vez no "Boletim de Educação Pública", ano I, nº 4, out./dez., de 1930, pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal e reimpresso nos "Arquivos do Instituto de Educação" vol. II, dez., 1945, nº 4, publicado pelo Instituto de Educação.
> Pelo texto de Jonathas Serrano, verifica-se que a Escola Normal foi efetivamente fundada em 05/04/1880, sendo seu Diretor interino o bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. A ata de inauguração da Escola, transcrita por Jonathas Serrano está redigida nos seguintes termos: "Às sete horas da tarde do dia cinco de abril do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta, em uma das salas do Externato do Imperial Colégio de Pedro Segundo, onde se achava Sua Majestade O Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, Sua Majestade a Imperatriz, S.Exa., o Sr. Conselheiro Barão Homem de Mello, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Diretor Interino da Escola Normal, os Professores e Substituto da mesma Escola e outras pessoas abaixo assinaladas, depois do discurso do Sr. Dr. Diretor, S. Exa., o Sr. Ministro do Império disse: ' Com a vênia de Sua Majestade o Imperador acha-se solenemente instalada a Escola Normal'" (Arquivo do Instituto de Educação, p. 9). Tal ata foi encontrada por Jonathas Serrano, no Arquivo da Escola em 1927.
> A fundação da Escola em 1880 foi, no entanto, precedida de várias tentativas, sendo de notar que a 25 de março de 1875 inaugurava o Senhor Corrêa, em prédio da rua Larga, de São Joaquim, uma escola de caráter particular destinada a formação de professores primários. O curso estava planejado para três anos, mas já em 20 de dezembro a escola encerrava suas atividades. Como registra Jonathas Serrano, a lei orçamentária de 1875 autorizava a criação de escolas normais, sendo, pois, dispensável a que fora criada pelo Senador Corrêa. A dois de dezembro de 1876 foi lançada a pedra fundamental de nova escola, na esquina da rua da Relação com a rua dos Inválidos. A 30 de dezembro de 1876 criavam-se duas escola normais. Uma seria internato e estava destinada a formação de professoras primárias; a outra, funcionando em regime de externato visava a formação de professores. Em anexo a cada uma dessas escolas previa-se o funcionamento de uma escola primária destinada à prática dos estudantes. Entretanto,

---

de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881; Livro de Relatórios Históricos e Memórias de Diferentes Anos. Fonte: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[20] Vf. verbete Corte. ABREU, Marta. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*: 1822-1889, ob. Cit., p. 175.

> só a 6 de março de 1880 decreta-se a criação da Escola, efetivamente inaugurada, consoante o que consta da ata já transcrita, em 5 de abril de 1880. [21]

A Escola Normal da Corte foi instalada nas dependências do Colégio Pedro II, cujas portas se abriram para receber Benjamim Constant Botelho de Magalhães, professor e publicista eminente que atuou na Guerra do Paraguai como oficial de engenharia em trabalhos de abastecimento, construção de trincheiras e elaboração de esboços topográficos.

Durante a congregação dos professores e substitutos da Escola Normal, de 24 de março de 1880, sob a presidência do diretor-interino Benjamin Constant Botelho de Magalhães[22], foram apresentados os programas das cadeiras de Francês, Português; Geografia, Cosmografia e História Universal; Geografia e História do Brasil; Elementos de Ciências Físicas e Naturais, de Fisiologia, Higiene; Princípios de Direito Natural e Público; Instrução Religiosa; e Pedagogia e Prática do Ensino Primário.[23]

Na reunião da congregação de 5 de maio de 1880, também presidida pelo diretor-interino, foram organizados pelo diretor e professores os programas das matérias: Instrução Religiosa, Português, Aritmética, Caligrafia e Desenho Linear e os respectivos horários de aulas, que após aprovação em Congregação foram submetidos à aprovação do Governo Imperial.

Em 1881, o professor relatou que a instrução primária, garantida como gratuita aos cidadãos desde a Constituição Imperial de 1824, era objeto de atenção dos poderes públicos do Brasil, mas que o Município da Corte, local onde funcionavam importantes

---

[21] PENNA, Antonio Gomes – 1917. *História da psicologia no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.58-59.

[22] A direção da Escola ficou a cargo do professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães que em 23 de fevereiro de 1881 tomou posse também como Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fonte: Livro de Correspondências Oficias da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[23] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto n. 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881. Documento manuscrito. Livro De Relatórios Históricos e Memórias de Diferentes Anos. Acervo: Instituto de Educação do Rio De Janeiro.

estabelecimentos de instrução secundária e superior, ressentia-se da falta de uma escola onde fossem preparados os professores primários. [24]

Nesse relatório, Carlos Maximiano de Laet registrou que embora o decreto de criação fosse de março, a Escola Normal só foi inaugurada oficialmente no dia 8 de abril, sendo instalada "[...] em um dos salões do externato do Imperial Colégio de Pedro 2°, na augusta presença de suas majestades Imperiais, e perante o Senhor Ministro do Império, Barão Homem de Mello e numeroso concurso de pessoas gradas [...]". [25]

O Governo Imperial solicitou aos professores a freqüência, duas vezes por mês, aos trabalhos práticos da Escola Normal. O professor da primeira escola pública de meninos da Freguesia da Gávea, José Soares Dias, dirigiu à Inspetoria Geral uma carta afirmando que:

> Não posso aceder ao convite que a Inspetoria Geral acaba de fazer aos professores públicos ministrando-lhes o aperfeiçoamento pedagógico com a assistência de duas aulas práticas mensais na Escola Normal. Medido está (talvez por minha miopia intelectual) de cuja importância não percebo o alcance, porquanto sendo essas aulas esparsas e escassas muito insensivelmente concorreram para dar uma idéia longínqua mesmo do que seja metodologia, seja por ventura o professor que se preza não procurasse quotidianamente no estudo e na experiência dilatar a zona de seus conhecimentos práticos. Dessa- felizmente- talvez por fortuidade e amor próprios do que por amor ao serviço público, porque se por ventura eu tivesse de assistir a essas aulas, seria substituído pelo meu adjunto, a fim de não sofrer com isso o ensino público. Muito bem, mas como não tenho adjunto, teria de ser substituído por um adjunto estranho ao meu método e a minha escala e bem sabemos que embora aprendamos com os mesmos mestres, na pratica divergimo-nos mais ou menos e isso devido ao maior ou menor tino pedagógico a prova desta é que nas escolas em que as mudanças de professor são freqüentes o ensino caduca e se atrofia, por conseqüência o ensino não

---

[24] *Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte,* organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado à Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881, op. cit.Durante a existência da Escola Normal da Corte, era comum a prática de redação de relatórios "dos sucessos mais notáveis do ano letivo", elaborados por professores da instituição de ensino. Nesses relatórios podem-se observar os assuntos considerados importantes para a existência da Escola Normal. Todavia, nos ofícios dos professores encaminhados ao diretor da Escola e nas atas da Congregação encontram-se sinais de resistência dos deles por ocasião da escolha do responsável para relatar as memórias históricas. De acordo com esses documentos vários professores alegavam estarem enfermos e, portanto, impossibilitados de desempenhar a tarefa que lhes foi incumbida, ou então havia discordância entre os professores sobre a escolha do relator.

[25] Idem, Ibidem.

> deixaria de sofrer nesses dois dias uma alteração posto que pequena, embora contra a minha vontade e a da Inspetoria Geral.[26]

. No Município Neutro pude observar que sua instalação tardia e a seriedade com que era tratado o ensino parecem apontar para o desafio de se instalar uma Escola Normal que absorvesse o nível de profissionalização do futuro mestre. As escolas normais no Brasil sempre flutuaram entre nível primário e secundário. Não há dados concretos que afirmem o nível em que estavam inseridas as escolas normais E' na brecha desse paradoxo que reside a contradição entre preparação para o ensino superior e preparação profissional.

Na data de 2 de abril de 1889, a Escola Normal da Corte foi transferida das dependências da Escola Politécnica para um edifício próprio localizado no Campo da Aclamação, atual Praça da República, entre as ruas São Pedro e Largo de São Joaquim, no mesmo alinhamento do Paço Municipal, como parte de desenvolvimento da instrução do Ministro João Alfredo. "[...] foi levantado um vistoso edifício, projeto do engenheiro Pereira Passos, para a sede da escola pública da Freguesia de Sant'Ana. Posteriormente, nele se instalou por muitos anos a Escola Normal. [...]"[27].

De acordo com os dados registrados por Jonathas Serrano, a Escola Normal funcionou até 1888 no edifício da Escola Politécnica em regime de curso noturno. A seguir passa a funcionar no prédio, em que se instalou a Escola Profissional Rivadávia Corrêa, situada na Praça da Aclamação, posteriormente denominada de Praça da República. È assim que Coaracy a descreve:

> Também a Praça da Aclamação foi dotada de um edifício escolar nessa época. No trecho compreendido entre as ruas de São Pedro e Larga de São Joaquim, no mesmo alinhamento do Paço Municipal, como parte do programa de desenvolvimento da instrução do Ministro João Alfredo, foi levantado um edifício, projeto do engenheiro Pereira Passos, para sede da escola pública da freguesia de Sant'Ana. Posteriormente, nele se instalou por muitos anos a Escola Normal.[28]

---

[26] Carta enviada junto com ofício ao Inspetor geral da Instrução Pública do Município da Corte em 30 de setembro de 1889. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 11-4-7 Minutas de ofícios e professores. Documento manuscrito.

[27] COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3.ed.Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.(Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; 132).

[28] Idem, Ibidem p.182.

Em 1914 mudou-se para o Estácio, ocupando o prédio da rua São Cristóvão, onde funcionava a Escola Estácio de Sá. Posteriormente foi-lhe reservado o edifício situado, na esquina do Largo, antes destinado a uma Agência da Prefeitura. Já em 1915, conforme consta do breve histórico mimeografado pelo Instituto de Educação, criava-se como uniforme obrigatório o azul e branco que permanece até hoje. Ainda em 1915 foi-lhe anexada a Escola de Aplicação destinada ao treinamento dos futuros professores, que funcionava no Campo de São Cristóvão, onde posteriormente se instalou a Escola Gonçalves Dias. [29]

Entre 1876 e 1889, a sistematização e a organização da Escola Normal da Corte continuaram a ser um objetivo a ser alcançado. Apesar do afã modernizador, o período conheceu poucas mudanças efetivas nesse setor. No nível inferior, o poder público queria atingir as camadas mais pobres.

O ensino primário deveria moralizar e fazer de seus membros cidadãos, pois os homens públicos partilhavam o ideal do século de que, a educação, símbolo da civilização e do progresso. Significava a solução para os problemas sociais. Porém, para que as escolas primárias exercessem o seu papel era necessária a formação do magistério. O professor era visto como o responsável pela transmissão dos valores da sociedade e pela formação da futura geração.

> Para a visão oficial, o professor surgia nessa sociedade do século XIX, como aquele que desempenhava as funções elevadas de iniciar a criança no conhecimento do bem e na prática da virtude, desenvolvendo-lhe ao mesmo tempo a inteligência, ensinar e educar, transformavam-se numa missão, pois "o magistério era um sacerdócio ao qual estava incumbido o futuro do país". A visão de sacerdócio mesclada À idéia de vocação em relação ao professor constituía uma estrutura de longa permanência, herdada através dos portugueses, prendendo-se nos tempos medievais.[30]

Desse modo, a subsistência dos mestres estava assegurada. Porém, aproveitava-se da visão de vocação do professor para mantê-lo sob o controle do Estado. O professor deveria ter qualidades essenciais: trabalhador, abnegado, formador de jovens consciências,

---

[29] PENNA, Antonio Gomes. *História da psicologia no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.58-59.

[30] BASTOS Lúcia Maria oliveira. *A instrução pública e o ensino na província do Rio de janeiro: visão oficial e prática cotidiana.* 1985. 365 f. Dissertação (Mestrado em História) -. Universidade Federal Fluminense, Niterói.p. 255.

afastado das brigas políticas, a serviço do poder oficial. Esse era o professor que deveria ser formado na Escola Normal da Corte.

No conjunto, porém, não ocorreram alterações estruturais. Apesar da asserção de uma elite urbana, educada no espírito de progresso do século XIX, e que desejava uma educação melhor, o poder público, ainda que pressionado por uma conjuntura de mudanças, limitava-se a registrar essa visão no seu discurso e a desenvolve-las sob a forma de legislação no mais das vezes ineficaz.

Capítulo 4

As reformas na Escola Normal da Corte

O Projeto de Regulamento

Um dos primeiros documentos encontrados foi o "Projeto de Regulamento para a Escola Normal da Corte" que expõe detalhadamente as regras de funcionamento da Escola Normal. [1]

O texto do projeto foi assinado pelos professores José Manuel Garcia, relator; José Halbout, Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Paulino Pacheco, Joaquim Rodrigues Lyra da Silva. [2] Começou a ser discutido em 9 de outubro de 1880 e foi apresentado em 10 de janeiro de 1881 ao ministro do Império, conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, membro do Partido Liberal.

No capítulo I "Do Ensino Normal", artigo 1°, são explicitados os objetivos da Escola Normal "[...] preparar professores do 1° e 2° grau [...]". Esse artigo estipulou a gratuidade do ensino a ser destinado a ambos os sexos, compreendendo dois cursos "[...] o de ciências e letras e o de artes". Nesse mesmo capítulo constam outros seis artigos que determinavam o elenco de disciplinas dos cursos de Ciências e Letras, especificando também as séries nas quais deveriam ser ministradas.

O Projeto de Regulamento para a Escola Normal da Corte estipulava também o período de matrícula dos alunos que deveriam ser efetuadas no dia 1° de março de cada ano.

---

[1] Projeto de Regulamento para a Escola Normal da Corte (já incluídas as emendas da Congregação). Arquivo Nacional, Setor de Consultas Pacote IE^5 - 28- Ministério do Império — Rio de Janeiro — Série Educação – 1881. Documento manuscrito.

[2] Parecer da Comissão encarregada de formular um projeto de Regulamento para a Escola Normal da Corte em harmonia com as conclusões aprovadas em 24 de agosto último por esta ilustrada comissão — Sala da Congregação da Escola Normal da Corte em 16 de dezembro de 1880. Setor de Consultas — Pacote IE^5 28- Ministério do Império. Série Educação — 1881.

Os alunos deveriam apresentar os seguintes documentos pessoais: certidão de idade a fim de comprovar a idade mínima de 16 anos, aprovação em exame de admissão que versava sobre leitura, escrita, gramática e as quatro operações fundamentais de matemática, atestados de moralidade expedidos por autoridade religiosa, do pároco se fosse católico, do pastor se protestante, e por duas pessoas conceituadas residentes no Município da Corte.

Determinava a dispensa de exames para os candidatos que comprovassem ter sido habilitados nas referidas disciplinas mediante apresentação de certificados de aprovação obtidos em estabelecimentos oficiais de ensino. O horário de funcionamento da Escola Normal era: dias alternados das 5 horas da tarde às 9 h da noite. Entre uma aula e outra, um intervalo de 15 minutos.A posição dos alunos na sala de aula era determinada pelo seu número de matrícula.

Os demais capítulos normatizavam vários aspectos da Escola Normal: disciplina, pessoal administrativo e seus vencimentos, obrigações do diretor, normas para professores e substitutos, Congregação, concursos para ingresso na instituição, secretaria, inspetores e contínuos.

As idéias reformadoras em 1881

No mesmo ano em que o Projeto de Regulamento foi aprovado pela Congregação da Escola Normal e enviado ao Ministro e Secretario do Estado e dos Negócios do Império, Barão Homem de Mello, o diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, propôs alterações no Regimento. [3]

O conteúdo dessas propostas foi formulado em um texto subscrito pelo diretor e enviado em 22 de fevereiro de 1881 ao Ministro do Império. O depoimento é o que se pode considerar de alterações em matéria de campanha pela formação de professores na Corte. Benjamin Constant Botelho de Magalhães se inclui no grupo defensor de medidas para melhorar o ensino e as condições da Escola Normal da Corte. Na exposição de motivos que anexou à alteração do Regulamento, defendia seu ponto de vista.

[3] Livro de Documentos Oficiais da Escola Normal da Corte. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

1- Reduzir a quatro no máximo, o longo curso de seis anos ou seis séries equivalentes que qualquer indivíduo devia inevitavelmente percorrer para adquirir como aluno o título de professor, sendo completamente ilusória [...]
2- Completar o plano de instrução qual que convém dar a todo cidadão e muito mais particularmente ao professor; acrescentando para isso, como fizemos, o estudo elementar dos fenômenos mecânicos e astronômicos e preenchemos deste modo uma grave lacuna existente no plano de ensino da Escola.
3- Reduzir o número de horas de lições diárias e consecutivas de cada série do curso teórico tornando alternadas em vez de diárias as aulas de cada matéria.
4- Reduzir a uma as duas cadeiras da 6ª seção, distribuindo pelas outras partes das matérias pertencentes aquela seção.
5- Decompor em duas a 1ª cadeira da 4ª seção que está exclusivamente sobrecarregada de matérias.
6- Suprimir a cadeira de lavoura e agricultura [...] por ser este ramo de estudos estranho ao plano de instrução geral e alem disso de pouca ou nenhuma utilidade, reduzido como era forçado a ser, a noções teóricas mais que rudimentares e impossível sob o ponto de vista de uma escola que não dispõe de um horto e cujos trabalhos em sua maior parte, devem ser feitos à noite.
7- Criar uma classe dos inspetores e inspetoras, necessidade indeclinável em uma escola destinada a grande numero de alunos e ouvintes de um e de outro sexo, e de que não cogitou o atual Regulamento.
8- Tomar mais severas e mais apropriadas para bem aquilatar do mérito dos candidatos aos lugares do magistério, as provas do concurso para o provimento desses lugares.
9- Ampliar um pouco mais os prêmios concedidos aos alunos que se houvessem notadamente distinguido por uma conduta, aplicação e talento.[4]

Foram essas as alterações mais importantes propostas pela Congregação e assinadas pelo diretor no projeto do novo Regulamento da Escola. As propostas são discutidas e detalhadas nas 18 páginas seguintes do documento.

O diretor da instituição afirmou ser modesta a missão da congregação da Escola Normal, que se limitou a propor alterações de disposições consideradas defeituosas ou impraticáveis e constantes no Regulamento. De modo geral, segundo palavras de Benjamin Constant, tratava-se de preencher importantes lacunas, como, por exemplo, defesa dos princípios da obrigatoriedade e da secularização do ensino, ensino religioso facultativo, e revisão do horário de funcionamento da Escola Normal.

De modo geral, as propostas de alterações foram nove, abrangendo as seguintes questões: redução da duração do curso normal, que deveria passar de 6 para 4 anos; redução

[4] Diretoria da Escola Normal, em 22 de fevereiro de 1881. Ofício do diretor da Escola Normal da Corte para o Ministro e Secretário de Estado e dos Negócios do Império, Conselheiro e Senador Barão Homem de Mello. Arquivo Nacional. Fonte manuscrita.

das horas destinadas a lições diárias; supressão da cadeira de Lavoura e Agricultura; acréscimo do estudo elementar de fenômenos mecânicos e astronômicos; criação da classe dos inspetores e inspetoras de alunos; maior severidade nas provas dos concursos; ampliação do prêmio concedido aos alunos que se destacaram por conduta, aplicação e talento escolar. [5]

A alteração considerada mais importante dizia respeito ao remanejamento das aulas diárias, uma vez que o horário de funcionamento da escola, a situação das salas, as características dos alunos, a saúde de professores e alunos e a função da escola estavam longe de permitir que esse tipo de atividade de ensino oferecesse resultado positivo.

Em relação ao horário, o diretor afirmou que em uma escola que deveria funcionar à tarde, longe do horário do jantar, refeição mais abundante do dia que necessitava de condições para o fenômeno da digestão, o que era impossível com a atenção presa à palavra do professor, justamente numa idade em que a inteligência começava a desabrochar.

O diretor termina afirmando que era lastimável que uma escola destinada a instruir e educar professores não cumprisse as exigências relativas à saúde do corpo e do espírito, principalmente comprometendo a saúde, o vigor e a vida do cérebro, já que o espírito,assim como o corpo, tem suas exigências que não podem ser impunemente desatendidas.

> A pequena experiência que esta Escola nos ofereceu veio por sua vez confirmar a alta inconveniência de tão funesta exigência. Na ultima hora d'aula do curso tétrico, apesar do reconhecimento do talento e ilustração do habilíssimo professor e do ardente desejo dos alunos de ouvirem a sua palavra sempre amena e instrutiva, grande numero destes deixava de comparecer, outros por exaustos abandonavam a sala antes de terminada a lição, poucos resistiam á fadiga produzida por quatro horas seguidas de atenção. [6]

---

[5] Relatório das Memórias Históricas da Escola Normal da Corte, escrito pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet, indica o número de alunos que freqüentaram a Escola Normal no primeiro ano de funcionamento. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Livro de Memórias Históricas da Escola Normal da Corte. Documento manuscrito, obra citada.

[6] Diretoria da Escola Normal em 22 de fevereiro de 1881. Voto em separado do Diretor Benjamim Constant Botelho de Magalhães sobre a reforma do Regulamento da Escola Normal organizado pela Congregação em cumprimento do Aviso do Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império Conselheiro Barão Homem

Os comentários relativos à Reforma do Regulamento, ou alterações, como preferiram chamá-la os membros da Congregação, evidenciavam a necessidade imediata de mudança de um projeto que acabava de ser aprovado, o que parecia demonstrar a grande importância que se dava à Escola Normal da Corte.

O Regulamento de 1881, ao mesmo tempo em que rebaixava o nível da formação intelectual do professor no Município Neutro, rebaixava também o nível da instrução primária. Esse Regulamento contrariava o Governo Imperial que determinava a expansão de escolas primárias nas freguesias da Corte.O que se pode perceber é que essa desqualificação da formação do professor e das escolas primárias não segue os objetivos do Estado, que defendia a expansão da qualidade de ensino que deveria ser ministrado ao futuro professor e deveria estar intimamente relacionado ao que deveria ser ensinado nas escolas primárias.

O projeto de Reforma no Regulamento de 1881 modificou alguns aspectos do funcionamento da Escola Normal. Estabeleceu as quatro séries para o curso, que funcionou por séries e não por ano. Foi permitida a matrícula em duas séries consecutivas, assim os alunos que quisessem poderiam cursar matérias de uma e outra série juntas. O curso da Escola foi dividido em Ciências e Letras e Curso de Artes. O primeiro distribuído em 4 séries e o segundo em aulas avulsas.

Apesar dessas mudanças, a Escola continuou funcionando das 5 horas da tarde às nove horas da noite. As matérias sofreram pequenas modificações, como a supressão da cadeira de Horticultura, que continuou como conteúdo de ensino da matéria de agricultura.

Os Projetos de Reforma no ano de 1887

Em 3 de fevereiro de 1887, o diretor da Escola Normal, João Pedro de Aquino, respondeu por escrito à ordem verbal recebida do conselheiro senador do Império, Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

---

de Mello. Arquivo Nacional Setor de Consultas – Pacote IE^5 – 28 — Ministério do Império do — Série Educação –1881. Fonte manuscrita.

O Ministro Barão de Mamoré, no ano de 1886, havia nomeado uma comissão para estudar as "bases para reorganização do ensino primário e secundário do Município Neutro" e elaborar um plano de desenvolvimento da Instrução Pública nas Províncias, além de propor o melhoramento do ensino superior em todo o país. O projeto ficou conhecido como "Barão de Mamoré" e influenciou o Projeto de Reforma da Escola Normal da Corte.

Em ofício, o diretor apresentou ao Barão de Mamoré o Projeto de Reforma da Escola Normal da Corte, em documento intitulado "Bases que se poderiam adaptar para realizar a Reforma da Escola Normal da Corte, não excedendo os 60 contos conforme marcou o Poder Legislativo em 1886". [7]

Nele encontra-se um primeiro item que trata especificamente do ensino destinado à formação teórica e prática de professores e professoras para as escolas públicas primárias do município da Corte. O ensino deveria ser gratuito e destinado a ambos os sexos.

No segundo item consta que deveria haver uma Escola de Aplicação, freqüentada por 30 alunos do sexo masculino e 30 do feminino, de 7 a 12 anos de idade; destinada aos trabalhos práticos. Essa exclusividade se baseava nas influências das idéias científicas que se posicionavam a favor da experimentação para a comprovação teórica. Seguindo o princípio básico de se habilitar na arte de ensinar, deixa transparecer um aspecto diferenciado, com características inovadoras, em que a formação do mestre era consolidava na prática. A Escola Normal seria a responsável pelas teorias necessárias e a escola de aplicação funcionaria como o "laboratório pedagógico" da Escola.

As outras propostas de mudança do Regulamento da Escola parecem caminhar no sentido de corroborar a afirmação acima. A Escola deveria ter um ginásio, uma biblioteca, um museu pedagógico, gabinetes de desenho para o estudo das ciências físicas e naturais e também uma oficina de trabalhos manuais.[8]

---

[7] Bases para se realizar a reforma da Escola Normal da Corte apresentada pelo Diretor da mesma Escola O bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas João Pedro de Aquino em 1887. Documento manuscrito.

[8] Arquivo Nacional, setor de consultas — Pacote IE^5 32. Ano: 1887. Ofício do diretor João Pedro de Aquino comunicando ao mui digno Ministro e Secretário dos Negócios do Império Barão de Mamoré o recebimento

Se levarmos em consideração que esse foi um período em que o pensamento intelectual caminhava em direção às novas correntes cientificistas, podemos concluir que as influências do positivismo, do evolucionismo e do darwinismo social foram marcantes na Escola Normal. Essa afirmação é decorrente da análise dos discursos encontrados nos documentos oficiais da Escola Normal.

No projeto proposto em 1887, as cadeiras da Escola Normal continuavam funcionando por séries e não por anos. As cadeiras que formariam o rol de conhecimentos determinados para a formação dos professores seriam: Instrução Religiosa; Português Elementar; Francês Elementar (facultativa); Aritmética e Geometria Práticas; Matemáticas Elementares e Noções de Mecânica e Astronomia (facultativas); Noções Elementares de Física; de Química e Mineralogia e Noções Complementares de Física e Química (facultativa); Noções de Botânica e de Zoologia (especialmente Anatomia e Fisiologia Humanas); e Noções de Biologia (facultativa), Elementos de Cosmografia e de Geografia, Corografia e História do Brasil. Geografia, estudo completo; Noções de História geral; e Noções de História da Pedagogia e História das Belas Artes (facultativas); Legislação Escolar e Noções Elementares de Enciclopédia Jurídica; Economia Social e Doméstica; Noções de higiene; Pedagogia e Metodologia Geral.

Havia também aulas avulsas na Escola Normal, que eram distribuídas em: Caligrafia e Desenho Linear, Exercícios Ginásticos, Música (Leitura e Solfejos), Trabalhos de Agulha. O curso normal compreenderia cinco séries, sendo a ultima de aperfeiçoamento e facultativa. Essa série compreenderia as matérias: Noções de Mecânica e de Astronomia precedido de Noções de Geometria Geral e Calculo Infinitesimal, Noções Complementares de Física e Química, precedidas de Noções de Mecânica Racional, Noções de Biologia, precedida de Noções de Anatomia Geral e Comparada, Noções de História da Pedagogia e de História das Belas Artes precedidas de Noções de Estética.

---

da ordem verbal que recebera do ministro para organizar um Projeto de Reforma da Escola Normal da Corte. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1887;- Bases para se realizar a Reforma da Escola Normal da Corte apresentadas pelo Diretor da mesma Escola o Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas João Pedro de Aquino em 1887. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1887. Fonte manuscrita.

No documento "Bases que se poderiam adaptar para realizar a Reforma da Escola Normal da Corte, não excedendo os 60 contos conforme marcou o Poder Legislativo em 1886", João Pedro de Aquino previa, também, que os programas de aulas elaborados pelos professores deveriam ser entregues à congregação dois meses antes da abertura das aulas para a apreciação e elaboração de pareceres. Os programas de aulas aprovados pela congregação deveriam ser remetidos ao Governo para serem adotados ou não. Neles deveria ser mencionado o assunto de cada lição para que o diretor pudesse rigorosamente inspecionar o ensino.

No artigo 7°, o diretor explicou que os professores catedráticos, excetuando os professores das disciplinas de Instrução Religiosa, Francês e Legislação Escolar, deveriam ministrar aos alunos lições - modelos três vezes por semana, que tinham como assuntos as matérias do programa de estudos da Escola de Aplicação.

> No 1° dia dará o professor a lição modelo aos normalistas seguindo na exposição o método que empregaria um professor de uma escola primária, que estivesse aplicando a meninos ou meninas; no 2° dia reunir-se-ão os normalistas, tirar-se-á a sorte o nome d'aquele que então reproduzirá a mesma lição modelo, diante dos colegas; no 3° dia a mesma exposição será feita às normalistas por uma colega também sorteada.
> Tanto no 2° como no 3° dia deverão estar presentes o Diretor, o professor que deu a lição modelo e o outro professor da mesma matéria. Qualquer dos três poderá corrigir os defeitos de método ou de linguagem, de modo que a mesma lição possa ser dada na escola de aplicação pelos sorteados. Uma nota assinada pelo Diretor e pelos seus professores, será lançada em livro destinado especialmente a este fim.[9]

Conforme o artigo 8°, o programa de estudos da Escola de Aplicação deveria ter a seguinte organização:

> Instrução religiosa
> Leitura e escrita
> Lição de coisas
> Língua portuguesa e elementos de literatura nacional
> Leitura explicada dos evangelhos e notícia sucinta da Historia Sagrada.
> Elementos de Geografia e História, especialmente do Brasil, e explicação sucinta da organização política do Império.
> Aritmética e Geometria Elementar, Princípios elementares físicos e naturais em suas aplicações aos usos da vida, à agricultura, à higiene e ás artes industriais.
> Sistema legal de pesos e medidas. Noções de economia social (para os meninos) e de Economia doméstica (para as meninas), Desenho Linear. Noções de Música e

[9] Idem, Ibidem.

> exercícios de canto. Exercícios Ginásticos. Bordados e trabalhos de agulha para as meninas, e Exercícios militares para os meninos.
> Nota: Este programa foi copiado do Projeto de Reforma de Instrução Primária apresentado pelo Deputado Dr. Antonio Candido da cunha Leitão à Câmara dos Srs Deputados, em sessão de 24 de agosto de 1886.[10]

O artigo 9°, das "Bases que se poderiam adotar para realizar a Reforma da Escola Normal da Corte", [11] determinava que os professores de Instrução Religiosa e de Economia Social e Doméstica deveriam realizar duas conferências semanais sobre moral e religião, economia social e doméstica.

O artigo 17 determinou que enquanto a Escola Normal não tivesse edifício próprio, o horário das aulas compreenderia quatro tempos: das 7 às 9 horas da manhã para o funcionamento das cadeiras; das 9 às 10 horas para o descanso dos normalistas, das 10 às 2 horas da tarde para funcionarem as aulas da escola de aplicação que já se encontrava funcionando na Escola Municipal da Freguesia de São José, e das 2 às 4 horas da tarde para as lições de Instrução Religiosa, Pedagogia e Metodologia, lições - modelos e as aulas de artes.

Observa-se que a proposta dessa reforma incidia também na mudança da clientela que iria freqüentá-la, o que pode ser observado quando comparamos essa nova idéia com a de outros projetos que, apesar de reconhecerem que o estabelecimento precisava funcionar durante o dia, não desconheciam que seria complicado, pois os alunos tinham que trabalhar durante o dia e só poderiam estudar à noite. A proposta de um horário integral modificava o foco de atenção da Escola Normal, já que somente poderiam freqüentá-la pessoas que tivessem condições para se manter sem precisar trabalhar.

O contraste com a Reforma de 1883 era claro. De acordo com aquela proposta, os professores podiam selecionar os livros, os métodos e os programas de ensino, ainda que seguindo o currículo geral determinado pela lei. No projeto de 1887, a liberdade de ensino e de iniciativa limitava-se à abertura de escolas; os programas de ensino, os compêndios e os métodos eram controlados.

---

[10] Idem
[11] PACOTE IE^5 32. ANO: 1887. Bases para se realizar a Reforma da Escola Normal da Corte apresentadas pelo Diretor da mesma Escola, o Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas João Pedro de Aquino em 1887. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1887. Arquivo Nacional. Fonte manuscrita.

> Dois meses antes da abertura das aulas, todos os professores deverão apresentar à Congregação os programas das matérias e de suas aulas para dar parecer. Si a Congregação aprovar os programas, serão estes remetidos ao Governo para serem ou não adotados. Em cada um desses programas virá mencionado o assunto de cada lição, afim de que possa o Diretor rigorosamente inspecionar o ensino, e evitar dêem mais desenvolvimento do que o necessário às lições nas aulas.

O discurso oficial afirmava que a Escola Normal deveria ser controlada pelo Estado, pois era ela quem formava os professores para atuar nas escolas primárias, alvo das ações do governo, já que a obrigatoriedade do ensino primário era um dos únicos pontos com os quais concordavam os intelectuais que se preocupavam com a importância dos conhecimentos e as luzes da civilização.

A liberdade de ensino fazia parte das discussões da reforma de 1887, porém com restrições, exigindo que alunos, professores e diretores do Colégio apresentassem provas de moralidade. A fiscalização dos mestres das escolas primárias era considerada essencial, pois seriam eles os responsáveis pela formação das crianças entre 7 e 14 anos.

No tocante à permanência do ensino religioso na Escola Normal, parece ser necessária para manter o privilégio da Igreja no âmbito da educação pública. A conservação da ordem moral e da religião tinha como objetivo manter a ordem imperial

Na verdade, apesar dos vários projetos de reforma, percebe-se que a formação humanística ainda perpassava a realidade da Escola Normal. A laicidade tão proclamada nas propostas ainda não fora alcançada. Alguns profissionais acreditavam que os princípios religiosos deviam ser mantidos; outros preocupavam-se com as propostas de inovação do ensino normal.

Além da defesa desses princípios, a Escola Normal da Corte incorporou novos ideais proclamados como representantes das aspirações da modernidade. Um exemplo foi o reconhecimento da necessidade de um ensino secundário para as mulheres, que deveriam ser responsáveis pelo ensino de meninos e meninas. O caráter da vocação foi evocado e as mulheres passaram a ser vistas como representantes ideais do "espírito maternal", pois tinham como "missão vocacional" instruir os "pequeninos".

Apesar das tentativas de modernização, os princípios básicos da educação estavam calcados na preservação dos privilégios do ensino nas mãos da elite. Mesmo na Escola Normal, cujo grau de instrução não tinha ainda sido definido, a intenção era manter o ensino secundário apenas para a parcela da população que pudesse usufruir o ensino superior. No caso da Escola Normal da Corte, parece que a intenção estava vinculada ao projeto de reforma de 1887. Basta mencionar os horários de funcionamento propostos, que parecem tender para o atendimento de pessoas que tivessem tempo livre para estudar. O horário integral excluía os próprios professores que atuavam nas escolas primárias das freguesias da Corte.

Apesar da reforma proposta pelo Ministro do Império, Ambrósio Leitão Cunha, o Barão de Mamoré, a situação do ensino no Município Neutro começava a apresentar sintomas de decadência, o que pode ser observado nos textos dos professores primários e da Escola Normal. Havia uma insatisfação em relação ao estado da Escola Normal, que em 7 anos de funcionamento, de 1880 a 1887, ano de implementação da reforma, continuava sem um prédio próprio. O número de alunos que conseguia chegar a prestar alguns exames, o fazia apenas em algumas cadeiras como Português, Francês e Matemáticas Elementares. A falta de alunos formados integralmente nas quatro séries da Escola Normal favoreceu a concessão de cadeiras vagas a professores que haviam completado apenas algumas matérias das duas primeiras séries. Em alguns casos, os alunos da Escola também tinham freqüentado algumas aulas do Curso de Artes.

Por trás dessa degradante situação, muitos professores da Escola Normal e professores das escolas primárias do Município da Corte não ficaram indiferentes. Abordaram, nas Conferências Pedagógicas e também por meio da publicação do periódico *A Instrução Pública*, a necessidade de interferência dos poderes públicos para investir na formação de mestres na Corte, defenderam suas idéias do exercício da profissão na educação das crianças. Os professores entendiam que o seu dever era tornar meninos futuros cidadãos.

O professor José Alves da Visitação, na 4ª Conferência Pedagógica afirmava que a função do professor primário era "[...] converter um pedaço de pedra ou um bocado

de pão n'um homem, um serzinho que desce das montanhas e vem para a escola primária e o professor o transforma num cidadão produtivo para a sua Pátria [...]".[12]

Apesar das iniciativas dos professores para mudar o panorama da instrução pública na Corte, o que prevaleceu nos projetos de reformas foram as tentativas dos professores e diretores da Escola Normal em prol de uma educação de qualidade.

Nas inúmeras propostas de mudanças para a Escola Normal da Corte, destacando-se os três documentos analisados, podemos ressaltar as representações que refletem o momento histórico vivido pela instrução pública no Brasil, as teorias, as ideologias e as culturas. A leitura do contemporâneo corrobora para o entendimento de que a Escola Normal não sofreu nenhuma transformação substancial, o que ocorreu foram mudanças referentes à obrigatoriedade da freqüência e à distribuição das matérias pelos anos de ensino.

Apesar de limitados ao último quartel do século XIX, os processos revelados no decorrer desse caminho são relevantes no sentido de possibilitarem a contribuição para iluminar a trajetória. Mais do que caminhar na busca da reconstrução histórica, produzida nas práticas e representações cotidianas da Escola Normal da Corte, importa demonstrar a validade de se pensar nos fragmentos dessa história que percorrem caminhos sinuosos ao invés de uma simples linha reta.

Por outro lado, é preciso refletir sobre o que de fato enfocavam os discursos e as práticas na Escola Normal. E'uma tarefa que incide sobre o imaginário e as vivências no cotidiano e a capacidade de apreender o real da formação de professores. Para tanto, é preciso reconhecer o movimento complexo e contraditório da história.

Foi possível participar parcialmente desse movimento por meio dos documentos que contêm os projetos de reforma da Escola Normal, nos periódicos pedagógicos, nas Conferências Pedagógicas. A documentação encontrada demonstrou a recorrência de propostas veiculadas por professores públicos e particulares, Ministros do Império,

[12] Considerações do professor primário José Alves da Visitação na 4ª Conferência Pedagógica da Instrução Pública no Município da Corte. Códice 15.3.13. Conferências Pedagógicas 1880-1889. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte manuscrita.

Inspetores Gerais da Instrução Primária e Secundária da Corte, ressaltando a presença de intelectuais como Rui Barbosa, que se preocuparam com a formação de professores públicos.

Por todas as razões citadas pela leitura das propostas das reformas da Escola Normal, pode-se afirmar que houve uma hegemonia do conservadorismo, já que o Estado, liberal ou conservador, parecia concordar em controlar os embates e lutas a favor de uma instrução popular.

Segunda Parte
Estrutura Didática e Pedagógica da Escola Normal da Corte

Capítulo 5

Métodos de Formação de Professores

O primeiro modo de formação de professores no Rio de Janeiro foi por meio do ensino mútuo. Para entendermos esse processo, é preciso que voltemos ao ano de 1815, quando foram criadas escolas no "Exército e na Marinha, em Lisboa".[1] O decreto de 3 de julho de 1820 concedeu "a João Batista de Queiroz uma pensão anual para ir à Inglaterra, aprender o "sistema Lancasteriano". Esse decreto evidencia tanto o interesse oficial na implementação do ensino mútuo no Brasil, quanto a busca, na Inglaterra, de referencial necessário a formação de professores. [2]

É interessante observar que o Brasil, por via do Exército, foi influenciado pelo sistema de ensino mútuo divulgado na Europa, criado por Joseph Lancaster e Andrew Bell, que desenvolveram experiências inovadoras, as quais resultaram na sistematização da técnica do ensino mútuo, nos últimos anos do século XVIII. Lancaster se empenhou na propaganda desse método em outros países e talvez por isso o método seja mais conhecido como "lancasteriano", o que não impediu o reconhecimento posterior do outro autor, já que o método é hoje designado de "método Lancaster e Bell".

Em 1° de março de 1823, o governo imperial criou uma escola de ensino mútuo que deveria ser instalada no Rio de Janeiro. O interessante é "que não se criara até esse período um edifício para a realização desse ensino. [...]".[3] Essa escola destinava-se à instrução das corporações do Ministério da Guerra. Segundo Tanuri[4] existiam algumas decisões posteriores indicativas de que essa escola tenha funcionado também com o objetivo de instruir pessoas sobre o "método de Lancaster".

---

[1] BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827), ob.Cit., p.107.
[2] Idem, p. 109.
[3] ALMEIDA, José Ricardo Pires. *Instrução pública no Brasil* (1500-1889), ob. cit. p. 57
[4] TANURI, Leonor. Contribuição para o estudo da escola normal brasileira. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, v 13, dez., 1970. p.13.

Esse foi o método que prevaleceu nos primeiros estabelecimentos responsáveis pela "formação de professores". Baseados no "método Lancasteriano", esses estabelecimentos eram freqüentados por todos aqueles que quisessem aprender a lecionar pelo método de ensino mútuo, formando-se apenas por meio da observação empírica, sem qualquer preparo teórico, conforme explica Tanuri:

> Realmente a primeira forma de preparação dos professores primários: forma exclusivamente empírica, prática de capacitação didática, sem base teórica nenhuma (que, aliás, seria retomada, de certa forma, pelo estabelecimento de professores adjuntos). O aluno aprenderia a ensinar simplesmente através da observação. [5]

Com esse método, o papel dos professores era restrito, sendo substituídos por alunos monitores com uma atividade determinada. Antes de iniciar a aula, os professores davam as instruções aos monitores, que se encarregavam de transmitir aos demais alunos os conhecimentos que lhes eram passados.

A respeito do sistema monitorial mútuo, Bastos considerou que:

> O *monitorial system mutuelle*, nome adotado na França, baseia-se no ensino dos alunos por eles mesmos. Todos os alunos da escola, algumas centenas sob a direção de um só mestre, estão reunidos num vasto local que é dominado pela mesa do professor, esta sobre um estrado. Na sala, estão enfileiradas as classes, tendo em cada extremidade o púlpito(sic) do monitor e o quadro- negro. Os alunos estão divididos em várias classes, seis em geral, todos com nível de conhecimento semelhante, ou seja, nenhum aluno sabe nem mais nem menos que o outro. Depois de averiguado o conhecimento do aluno, ele é integrado a uma classe. A classe tem um ritmo determinado de estudo e um programa a desenvolver de leitura, escrita e aritmética. Por exemplo, a leitura, para os menores da primeira classe, consiste em aprender o alfabeto e traçar as letras sobre areia; na segunda classe, os alunos são iniciados nas sílabas de duas letras, que escrevem sobre a ardósia; na terceira, fazem a combinação com três letras; na quarta, trabalham as palavras com várias sílabas; na quinta começam a ler; somente na sexta classe lêem corretamente. Cada aluno pode pertencer ao mesmo tempo a várias classes diferentes: ele pode estar mais avançado em leitura do que na escrita ou no cálculo.
> O trabalho em cada classe é dirigido por um instrutor, o monitor, principal agente do método. Ele é um dos alunos da classe que dentro de uma especialidade determinada, se distingue pelos seus bons resultados e, por isso, é colocado à testa da classe. O professor, antes do inicio da aula, dá uma explicação e indicações particulares. Quando os demais alunos chegam à escola tomam seus lugares, o monitor de cada classe transmite aos seus colegas os conhecimentos que lhe foram dados pelo professor. [6]

---

[5] Idem,Ibidem.
[6] BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827), op. cit., p. 97-8.

A substituição do ensino individual pelo ensino mútuo significava a divisão da responsabilidade entre o professor e os alunos, visando uma democratização das funções de ensinar. Baseava-se no ensino dos alunos por eles mesmos. Com essa organização o papel do professor é restrito. O professor não tem contato direto com os alunos, a não ser antes da aula com os monitores.

> Por exemplo, para um exercício de leitura, o monitor indica o texto a preparar e toma a leitura de seus colegas; quando um aluno comete um erro ou hesita na leitura, ele o repreende e solicita que continue a leitura, até que a dificuldade seja superada. O monitor é quem tem o controle da classe e classifica os alunos na classe. Quando um aluno se distingue, quando se mantém regularmente como primeiro da classe, pode ascender à classe superior, ocupando o último lugar. Se, depois de algum tempo, não for observado progresso, ele retorna á classe que estava. Ele também pode ajudar o monitor e, no caso de sua ausência ou na sua promoção, substituí-lo. Assim, durante o ano, ocorre um movimento contínuo de classificação dos alunos. [7]

Nessa organização, o papel do professor se restringia a permanecer na sua mesa, no fundo da sala, sobre um alto estrado. Os monitores mais velhos e instruídos, em número de dois, assistiam o professor transmitindo suas ordens e o substituíam quando ele precisava faltar. Era o professor que regulava a ordem na escola, avaliava e conduzia um grande número de alunos. Assim, o professor:

> [...] emite ordens precisas e de fácil compreensão. Alem disso, controla o movimento dos alunos: a entrada, a saída, a instalação nos bancos, as mudanças de exercício; controla e regulariza o trabalho dos monitores e, se um deles demonstra pouco zelo na função, coloca-o na classe superior e designa um sucesso; inversamente, se percebe que um monitor abusa de seu poder, repreende-o. O telégrafo assegura a comunicação entre o professor, o monitor geral e os demais monitores. Por exemplo, quando um exercício termina, o monitor, por meio de m cartão, indica a nova tarefa, que todos deverão fazer ao mesmo tempo.[8]

E´ compreensível a preferência de nossos governantes pela adoção do ensino mútuo em consideração, pois por este sistema, um número maior de crianças poderia receber instrução primária sem a necessidade de se formar e contratar muitos professores.

O método de ensino mútuo difundiu-se nos meios escolares europeus de século XIX e foi a primeira forma de preparação de professores no Brasil. Sobre o ensino mútuo é imprescindível que se destaquem algumas colocações de Gilberto Luiz Alves:

---

[7] Idem, ibidem, p. 98.
[8] Idem, Ibidem.

> O *ensino mútuo*, mesmo acossado por polêmicas acirradas desde as suas origens, difundiu-se por todo o universo ao longo da primeira metade do século XIX. Inclusive aqueles que o combatiam não podiam negar que, em face da necessidade de estender a escolarização e da escassez de professores, o único recurso disponível era essa técnica. Mas, diante desse quadro, é possível compreender porque o processo de formação de professores e a expansão das redes escolares, em especial das públicas, desencadeariam efeitos mortais sobre o *Método Lancaster e Bell* no futuro. A força dessa técnica coincidia como o primeiro esforço, concentrado para o oferecimento de escolas para todos e, exatamente por isso, sua existência repousava sobre condições precárias e transitórias. Daí, também, a sua fragilidade. (Grifos do autor).[9]

A questão dos métodos de ensino ocupou espaço considerável nessas reuniões. De certa forma, pode-se dizer que a "teoria pestalloziana" e o método intuitivo para o ensino das crianças nas escolas primárias da Corte, eram considerados uma forma ideal e moderna de ensino.[10] Alves, ao se referir às tecnologias educacionais que superaram as antigas lousas individuais, essas eram geralmente de ardósia, e foram muito utilizadas no ensino mútuo, pelo mestre ou monitores para acompanhar e corrigir, individualmente os alunos foram substituídas pelo exercício coletivo copiado do quadro-negro.

> [...] O movimento pedagógico fundado nas experiências de Pestalozzi, por outro lado, fez as ações tenderem para a busca de outra alternativa, qual seja, a do ensino simultâneo, de base intuitiva e dirigido a um coletivo de estudantes. Deu-se, nessa época, o surgimento do quadro-negro, uma nova tecnologia que contribuiu para a criação das condições que permitiram ao professor, desde então, se dirigir ao conjunto dos alunos de uma classe, dentro da sala de aula.[11]

Inspirados nessas teorias, os professores buscavam maneiras de aplicar em seus recursos didáticos o método intuitivo nas escolas anexas, com a finalidade de fazer com que os alunos–mestres exercitassem o referido método, deixando de lado a memorização, um recurso duramente criticado nas entrelinhas dos regulamentos da Escola Normal.

> [...] Entenderá alguém que pouco se alcançou; mas a todos que tiverem na devida conta a grandeza do mole a que se pretendia imprimir movimento, não será difícil convencer

---

[9] ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea.* Campo Grande, MS: ed.UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.p.115.

[10] Relatório das Memórias Históricas da Escola Normal. Fonte: Livro de Memórias Históricas da Escola Normal da Corte. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[11] ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea.* Campo Grande, MS: ed.UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.p 114.

> de que grande foi o impulso e corajosamente trabalharam os primeiros operários da Escola Normal. [...].[12]

A transição para outros métodos

Gradativamente, o método de ensino mútuo foi abandonado, e até proibido, `a medida que o número de escolas e de professores aumentava. Fernando de Azevedo, por sua vez, descreveu e analisou a experiência brasileira relativa ao "método de Lancaster ou do ensino mútuo" do seguinte modo:

> A introdução do método de Lancaster ou do ensino mútuo e as esperanças que suscitou constituem um dos episódios mais curiosos e significativos dessa facilidade, que nos é característica, em admitir soluções simplistas e primárias para os problemas extremamente complexos. Segundo esse método que esteve em voga durante mais de vinte anos, cada grupo de alunos (decúria) era dirigido por um deles (decurião), mestre de turma, por menos ignorante ou, se o quiserem, por mais habilitado. Por essa forma em que o professor explicava aos meninos e estes, divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos. Numa escola de 500 alunos, por exemplo, em vez de doze professores, necessários para doze classes, cada uma de 40 alunos, mais ou menos, não seria preciso mais que um professor, que descarregaria em 50 alunos de melhor aproveitamento o ensino dos restantes distribuídos em decúrias..." Muito e depressa e sem custo: o ideal para o Brasil". Comenta com ironia Afrânio Peixoto. Pois, na divulgação de um tal sistema, o governo imperial se empenhou, durante anos a fio, até a mais completa desilusão, com era de esperar e espanta que houvesse tardado tanto. A lei de 15 de outubro de 1827, refere-se em três artigos às escolas de ensino mútuo: no artigo 4º , em que determina sejam de ensino mútuo as escolas nas capitais das províncias e nas cidades, vilas e lugares populosos destas; no 5º , em que estabelece providencias para a sua instalação e obriga os professores "que não tiverem a necessária instrução desse ensino a irem instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas das capitais; e no 15, em que estatui que "os castigos serão praticados pelo método de Lancaster" . O sistema fora erigido em "método oficial", imposto em todas as escolas primárias do Império. Em 1833 começaram a manifestar-se as primeiras dúvidas sérias, e em 1838, um homem do valor de Bernardo Pereira de Vasconcelos ainda procurava, no tempo do ensino e nas imperfeições do exercício, uma escusa para o malogro do método Lancasteriano que foi afinal quase completamente abandonado" [13]

---

[12] Relatório do Professor Carlos Maximiliano Pimenta de Laet sobre os sucessos mais notáveis da escola Normal da Corte em 1881. Arquivo morto do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[13] AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1963. p.564.

De acordo com a pesquisa de Villela[14], a Escola Normal de Niterói foi criada pela lei nº 10 de 4 de abril de 1835, no mesmo "momento que o método de ensino mútuo foi adotado para ser ensinado aos futuros professores que se destinassem ao magistério nas escolas das províncias". Dessa forma, o método lancasteriano foi adotado na primeira escola normal do Brasil com o objetivo de ensinar a ler e escrever, a executar as quatro operações de Aritmética, Noções Gerais de Geometria Teórica e Prática, Gramática da Língua Nacional, Elementos de Geografia e Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado. Esse ensino deveria ser ministrado pelo diretor da instituição.

Ainda segundo Villela, o primeiro diretor da Escola Normal de Niterói, José da Costa Azevedo, exerceu também a função de professor de todas as disciplinas do currículo da instituição, dominando a teoria e a prática que apreendeu na Academia Militar. No final do mesmo parágrafo, a autora acrescenta que José da Costa Azevedo "[...] desempenhou comissões de responsabilidade, dirigindo obras militares na Bahia e planejando melhoramentos na cidade de Salvador [...]".

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, a Capital Imperial, quando o ensino mútuo se revelou ineficiente, o governo imperial, por meio do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, adotou a figura do "professor adjunto". Tais professores eram pessoas leigas escolhidas entre alunos com mais de doze anos de idade, capazes de seguir os exames, e que atuavam como uma espécie de "monitores remunerados".A análise desta afirmação permite afirmar que na verdade, o que mudou foi apenas a nomenclatura e não o ensino monitorial, pois o ato pedagógico era o mesmo. A utilização do professor adjunto também exigia a racionalização e a rapidez do ensino por um baixo custo. Pode-se afirmar que a sua função era a mesma dos alunos-mestres idealizados pelo ensino mútuo.

Na verdade, a transição do ensino mútuo para a figura do professor adjunto e outras discussões sobre a instrução pública de cada Província brasileira foi discutida nas assembléias Provinciais. Essas também se preocupavam com a formação dos professores efetivos que teriam a função de administrar as ações dos professores adjuntos.

---

[14] VILLELA, Heloisa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes. *A escola elementar no século XIX*: o método monitorial mútuo, ob. cit. p. 145-176.

No julgamento de José Ricardo Pires de Almeida, a criação de escolas normais "[...] no papel - por leis e decretos -, mais os benefícios que poderia resultar destas iniciativas e o progresso que deveria ser a sua conseqüência foram arruinados [...]" [15]

Na Corte brasileira, cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Escola Normal foi tardiamente instalada, já que no Brasil as primeiras escolas normais brasileiras passaram a ser criadas nas províncias após o Ato Adicional de 1834.

A criação de uma escola normal na Corte começou a ser idealizada por volta do ano de 1860, quando o Inspetor Geral Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, em seu relatório endereçado ao Ministro e Conselheiro do Império, João Almeida Pereira Filho, alertou para o fato de que as escolas normais tinham produzido "poucos frutos para o ensino primário no Brasil". E parece ser este um dos motivos da instalação tardia da Escola Normal da Corte, que teria sido tentativa de salvaguardar a formação de professores, até então insatisfatória. [16]

O ministro do Império Conselheiro Luiz Couto Ferraz fez aprovar, em 17 de fevereiro de 1854, Lei nº 1331-A, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte, que propôs a criação de professores adjuntos para suprir a inexistência de uma escola normal na Corte.

Em 1868, ocorreu uma nova composição ministerial, o Partido Conservador afastou o Partido Liberal da direção dos assuntos públicos. Assim, a condução do novo ministério do Império foi confiada ao conselheiro Paulino José Soares de Souza, teve a atenção despertada para a necessidade de se preparar professores que soubessem "não só as matérias de ensino como também as maneiras de ensinar".[17]

A partir de 1870, a instrução pública passou a ser aclamada como princípio fundamental para o desenvolvimento do país. E foi nesse contexto que a formação de

---

[15] ALMEIDA, José Ricardo Pires. *Instrução pública no Brasil (1500-1889). Historia e Legislação*, ob. Cit., p. 127

[16] Idem, Ibidem.

[17] Regulamento da Escola Normal da Corte; Decreto e artigos 8 e 9. Arquivo Nacional, Pacote IE - 36 - Ministério do Império-Série Educação. Ano: 1872. Documento Manuscrito.

professores na Corte Imperial começou a ser discutida mais sistematicamente, "[...] quando se consolidam as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como a liberdade de ensino [...]".[18]

Para Roque Spencer Maciel de Barros, essa década assinala o início da "ilustração brasileira" [19], quando ocorreram transformações de ordem ideológica, política e cultural que repercutiriam na instrução pública. Em 1872, o conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira manifestou novamente em seus relatórios a necessidade de criação de duas escolas normais na Corte: "[...] uma para alunos-mestres, uma para alunas-mestras. O programa dos estudos e a lista dos livros a adotar nestas escolas serão preparados pelos respectivos diretores, ajudados pelos professores e submetidos à aprovação do governo [...]".[20] Nessa época, o Município Neutro contava com 67 escolas primárias públicas, distribuídas do seguinte modo: 35 escolas para meninos e 32 para meninas. [21]

O Ministro do Império, conselheiro João Alfredo, inseriu nas discussões a questão do ensino obrigatório no Município Neutro, o único que estava sob a sua jurisdição. Assim, a Câmara dos Deputados aprovou a criação de 20 escolas primárias e votou fundos destinados a fornecer às crianças pobres "ajuda para freqüentar a escola". Em 1874, o conselheiro João Alfredo propôs novamente a criação de duas escolas normais "[...] uma para cada sexo, nas quais se formariam os instituidores primários. O programa dessas escolas seria o mesmo que o das escolas primárias [...]". [22]

Uma escola normal gratuita chegou a ser criada na Capital do Império, em março de 1874, por iniciativa particular do representante no Senado da Província do Paraná, o conselheiro Manuel Francisco Correa. Com duração de três anos, o curso contava com as seguintes matérias: Língua Portuguesa, Aritmética, Álgebra até as equações do segundo grau, Geometria aplicada às artes, História do Brasil e Particular, Geografia Geral

---

[18] TANURI, Leonor Maria. *A escola normal no estado de São Paulo no período da primeira República. Contribuição para o estudo da estrutura didática.* Marília, Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 1973, p. 9.
[19] BARROS, Roque Spencer Maciel. *A Ilustração Brasileira e a idéia de Universidade no Brasil.* São Paulo: EDUSP, 1959, p. 14.
[20] ALMEIDA, José Ricardo Pires. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*, ob.cit, p. 128.
[21] Idem, p. 129.
[22] Idem, p. 144.

e Corografia do Brasil, Filosofia, Noções de Química e Física, História Natural, Higiene e Fisiologia, Medicina Doméstica, Direito Público e Constitucional, Noções de Desenho, Música e Pedagogia. De imediato inscreveram-se 104 alunos.[23]

A necessidade da criação de escolas que profissionalizassem os professores para o magistério, com os conhecimentos teóricos e práticos necessários para o ensino primário, ampliaram as noções de pedagogia e métodos de ensino. A idéia de progresso abriu os horizontes do espaço para formação e seleção dos professores públicos que deveriam ser realizadas nas escolas normais. O reconhecimento de que a obrigatoriedade do ensino primário era essencial e as denúncias dos professores que atuavam na Corte[24], sobre a situação degradante em que se encontravam, ampliaram os discursos em prol da urgência da criação de uma escola normal na Corte.

Em 1874, a criação de estabelecimentos particulares foi incentivada por iniciativa particular da Associação Promotora da Instrução, com direção do Conselheiro da Coroa, Manuel Francisco Correa. Nessa escola as aulas eram gratuitas para pessoas que tivessem boa moral. Alunos pobres recebiam como doação livros e material escolar. Essa escola foi freqüentada por professores adjuntos provenientes das escolas públicas que freqüentaram o curso noturno da escola.[25]

A essa época havia, no Município Neutro, 78 escolas primárias públicas, 42 para meninos, freqüentadas por 3200 alunos, e 36 escolas para meninas, freqüentadas por 2.808 alunas. A freqüência total de alunos nesse ano foi de 6008 alunos. Nessa época também se instituiu a gratificação destinada aos estabelecimentos particulares de ensino que recebiam gratuitamente crianças pobres.[26]

---

[23] ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*, ob. cit. p. 151.

[24] Instrução Pública por diversos professores públicos(manifesto dos professores públicos da instrução primária da Corte ao Imperador, ao Primeiro Ministro, sobre a situação de penúria em que viviam) Rio de Janeiro, 1871. Localização do Documento: PR- SPR 01.
Titulo do Documento: J.Villeneuve- Jornal do Comércio. Fundação Biblioteca Nacional. Fonte Impressa.

[25] Instruções para a Escola Normal do Município da Corte, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1874. Fundação Biblioteca Nacional. Fonte relativa às Associações e Sociedades de Instrução criadas no Rio de Janeiro.

[26] Idem, p. 148.

Em meados de 1876, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo sucedeu João Alfredo. O relatório do novo ministro do Império, no que se referia à instrução pública na Corte, propunha também a criação de duas escolas normais. Assim "por um decreto de 30 de novembro de 1876 criaram-se duas escolas normais no Rio de Janeiro" [27], uma escola normal para cada sexo: um externato para os alunos-mestres e um internato para as alunas-mestras. Em cada escola normal deveria haver uma escola anexa destinada aos exercícios práticos.

Conforme o decreto, o curso teria a duração de três anos, compreendendo as seguintes matérias: Instrução Moral e Religiosa, Língua Nacional, Língua Francesa, História Sagrada, Língua Portuguesa, Francês, Aritmética até os Logaritmos, Álgebra até as equações de segundo grau, Elementos de Cosmografia, de Princípios Elementares das Ciências Físicas e Naturais, de Fisiologia e de Higiene, a Pedagogia e a Prática do Ensino, Noções de Direito e Deveres do Cidadão e Economia Doméstica; Desenho Linear, Música Vocal, Ginástica e Trabalhos de Costuras, Tecidos e Bordados. Esse decreto constou dos atos do Poder Executivo, emitido no Palácio do Rio de Janeiro em 30 de novembro de 1876, tendo a autorização da Princesa Imperial Regente e a assinatura do Senador do Império, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, José Bento da Cunha e Figueiredo.

Em 1877, o conselheiro Antônio da Costa Pinto Silva foi encarregado da chefia do Gabinete do Império. O relatório apresentado à Câmara em 11 de junho de 1877 demonstrou o desânimo do ministro em relação ao estado da instrução pública. Escreveu ele: "[...] Não ocupamos entre as nações civilizadas o lugar que devíamos ocupar. As estatísticas confirmaram minha asserção [...]". [28]

No mesmo relatório, encontramos um artigo referente às nomeações de professores primários e a preferência pelos professores diplomados pela Escola Normal de Niterói para efeito de nomeação para os cargos vagos.

---

[27] Idem, p. 177.
[28] ALMEIDA, José Ricardo Pires. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*, ob.cit., p. 178.

No ano de 1878, Leôncio de Carvalho assumiu a chefia do ministério do Império e reformou o ensino imperial por meio do Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, que introduziu a célebre liberdade de ensino. O Ministro defendeu a liberdade de ensino por acreditar que era a melhor forma de instruir a população. Essa instrução daria condições de criação e permanência de instituições democráticas. Para Leôncio de Carvalho somente a instrução poderia possibilitar o conhecimento dos direitos e deveres da população. Resumia essa questão como um modelo cujas ações:

> [...] possam ensinar todos aqueles que para isso se julgarem habilitados, sem dependência de provas oficiais de capacidade ou prévia autorização; que a cada professor seja permitido expor livremente suas idéias e ensinar as doutrinas que reputo verdadeiras pelo método que melhor entender;só assim, com os fortes estímulos que a consciência desperta, abrindo-se a carreira franca a todos os talentos e aptidões, a ciência será cultivada com ardor e dedicação, as suas conquistas aumentadas e vulgarizadas[...] [29]

O mesmo decreto introduziu mudanças significativas no ensino primário e secundário do Município do Rio de Janeiro e no ensino superior no restante do Império.[30] Traçou um plano geral para as escolas normais, no qual constava um programa de estudos constituído pelas seguintes matérias: Latim, Inglês, Alemão, Italiano, e Retórica; e criação de escolas anexas às normais para a realização de exercícios práticos.Leôncio de Carvalho assinalou também que a função de professor era incompatível com o exercício de cargos políticos e administrativos, objetivando favorecer dedicação integral ao magistério, concebido analogamente à função de sacerdote religioso.

Uma outra mudança projetada pelo ministro foi a não obrigatoriedade de freqüência às aulas, pois para Leôncio de Carvalho os alunos se instruíam melhor e se tornariam mais inteligentes se deixassem de ser obrigados a comparecer às aulas. [31]

No que diz respeito às expectativas dos "intelectuais de 1870", expressão que caracteriza um grupo heterogêneo e crivado por antagonismos, mas unidos pela ênfase na

---

[29] Reforma Leôncio de Carvalho, 1878, apud MOACYR, Moacyr. *A instrução e o Império*, ob. cit. p.169.
[30] Cf. MOACYR, Primitivo. *A educação e o império*, obra citada. Para Leôncio de Carvalho, defendendo os pressupostos gerais da direção política liberal, o processo eleitoral deveria ser direto, eliminando-se os dois turnos, além de exigir, para a qualificação dos votantes, que todos soubessem "ler e escrever". Saber ler e escrever fazia-se mister para a formação dos deveres de ordem pública e social. Conferir SCHUELLER, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial– 1870 a 1889*, obra citada, p. 67.
[31] Idem, p. 34.

defesa da instrução pública como fator de progresso da Nação, Schueler[32] afirma que se tratava de um momento de modernização do país e de proliferação de "novas idéias" no ambiente intelectual, principalmente na Corte, com certo predomínio das teorias cientificistas, como, por exemplo, evolucionismo e positivismo. Nesse clima de renovação ocorreram novas tentativas de reformas do ensino público primário e secundário da Corte.

As Lições de Coisas

A partir da década de 80 do século XIX, o método intuitivo é entendido como um instrumento pedagógico capaz de sanar os problemas da ineficiência do ensino na Corte. Nesse processo, é possível encontrar vários documentos da Escola Normal enfatizando a necessidade de modificar o método de ensino. A justificativa da adoção do método intuitivo era a de que os professores formados pela Escola não tinham preparo suficiente. Havia uma grande defasagem no ensino que priorizava a repetição, a memorização e não tinham capacidade de expressar suas idéias.

> Num clima de descontentamento generalizado, expresso em enquetes, documentos oficiais e pareceres, o movimento de renovação pedagógica que começa a despontar na metade do século XIX, tenta investir contra o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução, prescrevendo-lhe novo método de ensino, novos materiais, a criação de museus pedagógicos, variação de atividades, excursões pedagógicas, estudo do meio, entre outras.[33]

A organização enciclopédica e a inserção de disciplinas como instrução moral em substituição do ensino religioso, da ginástica, das noções de direito nos permite afirmar a presença de movimentos intelectuais influenciados pelo positivismo comteano. Esta observação é decorrente dos vários movimentos em prol de mudanças na organização didático-pedagógica da Escola Normal. Esses movimentos aparecem nas fontes primárias como a preocupação fundamental na formação dos professores. Na verdade, a cada ano de funcionamento da Escola há tentativas do diretor e de alguns professores de modificar a estrutura curricular.

---

[32]- Idem, Ibidem.

[33] VALDEMARIN, Vera Teresa. *Estudando as Lições de Coisas: analise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo.* Campinas, SP: Autores Associados, 2004.(Coleção educação contemporânea). p. 104.

O manual didático *Primeira Lições de coisas*, de Norman Allison Calkins, educador americano, dirigido aos pais e professores, apresentava uma proposta de efetivação do método de ensino intuitivo. Segundo Valdemarin:

> Esse manual, marco significativo da tentativa de implantar o método de ensino intuitivo no ensino brasileiro, que remonta ao decênio de 1880, expressa a pretensão de adotar um método didático consoante com a renovação pedagógica em curso na Europa e nos Estados Unidos da América, cujos efeitos poderiam ser irradiados para toda a sociedade, implementando as transformações sociais, políticas e econômicas almejadas nas ultimas décadas pelo Império.O discurso político e educacional produzido nesta época estabelece estritos vínculos entre as propostas de inovação metodológica e a difusão do ideário liberal republicano, destacando-se a utilização das "lições de coisas" ou método intuitivo como estratégia de intervenção na sala de aula, *lócus* especifico da instrução e da mudança das práticas pedagógicas, adequando a escola ao projeto político modemizador.[34]

O manual de Calkins foi largamente adotado na Escola Normal. Foi traduzido e adaptado por Rui Barbosa e publicado em 1886 pela Tipografia Nacional. Essa publicação marca oficialmente a introdução e difusão do Método Intuitivo na Escola.

O método adotado por Calkins em seus modelos de aulas era apresentado aos professores e seguia procedimentos rigorosos que partiam sempre do concreto para o abstrato. Para Calkins, as idéias tinham suas origens nos sentidos humanos. Era necessário observar como o intelecto operava e progredia da percepção concreta para a abstrata.

> As Primeiras lições de coisas de Calkins abrangem a maior parte do conteúdo a ser ministrado no ensino elementar, acompanhadas dos passos metodológicos a serem observados pelo professor na atividade de ensino. Esse conteúdo, no entanto, não é apresentado na seqüência em que deve ser ensinado. Em coerência com os princípios norteadores do método, as lições são organizadas tendo por critério a importância atribuída a cada um dos sentidos para a aquisição do conhecimento, iniciando-se pelos conteúdos mais adequados à percepção visual e finalizando com aqueles que tem no tato se suporte cognitivo.[35]

Na Escola Normal, desde a sua inauguração, é possível perceber a necessidade de se ensinar por meio do método intuitivo. Provavelmente tendo como referência o decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879 do ministro Leôncio de Carvalho, que estabelecia que as noções de coisas deveriam ser adotadas no ensino primário.

---

[34] Idem, Ibidem.p.119
[35] Idem, Ibidem.p.120.

Nesse processo, a Escola Normal da Corte adota o método intuitivo para a formação de professores que iriam trabalhar no ensino primário. Os professores precisavam aprender as lições de coisas para superar o ensino mecânico, de memorização. O ensino deveria ser pelas coisas e depois ser auxiliado pelos livros.

Essa primeira aproximação ao tema permite identificar pistas sobre a organização do ensino no Brasil e principalmente na Corte Imperial. Essas pistas são vestígios que podem ser aprofundados e pesquisados para a melhor compreensão da história da instrução pública brasileira.

Pode-se buscar um maior número de documentos que explicitem a experiência do método na Escola Normal. A influência do método do ensino mútuo na Corte.

O surgimento dos professores adjuntos também pode ser melhor pesquisado, já que sua atuação é extremamente similar ao ensino mútuo. Como esses professores se organizaram na Escola Normal. Estudos regionalizados podem ser realizados levando em consideração a institucionalização dos professores adjuntos nas Províncias brasileiras.

Capitulo 6

Organização do ensino na Escola Normal

Entre 22 de julho e 24 de agosto de 1880, a Congregação reuniu-se doze vezes, para deliberar sobre as proposições que objetivavam um melhor funcionamento da Escola Normal da Corte. Como resultado das deliberações, foram tomadas as seguintes iniciativas: suprimir as matérias Escrituração Mercantil e Princípios de Lavoura e Horticultura, bem como a prática manual de ofícios; tornar facultativos os estudos de Instrução Religiosa e de Francês.

Ainda segundos as deliberações, o curso da Escola Normal deveria passar de seis para quatro séries, com a seguinte distribuição de matérias:

1ª série: Português, Francês (facultativo), Instrução Religiosa (facultativo), Aritmética, Ginástica, Desenho Linear e Caligrafia.

2ª série: Português, Corografia precedida da nomenclatura Geográfica, História do Brasil, Álgebra e Geometria, Pedagogia e Metodologia Elementar e Prática nas escolas anexas do ensino primário do primeiro grau, Desenho Linear e Caligrafia, Música e Trabalhos de Agulha.

3ª série: Noções de Física, Química, Mineralogia e Geologia, Noções Gerais de Mecânica e Astronomia, Noções de Lógica e Princípios Gerais de Direito Natural e Público, Análise Sucinta da Constituição do Império, Pedagogia, Música e Trabalhos de Agulha.

4ª Série: Noções Gerais de Biologia, Botânica, Zoologia e de Higiene, Geografia e Principais épocas da História Geral, Economia Social e Doméstica, Metodologia e práticas nas escolas anexas do ensino primário do segundo grau, inclusive o intuitivo.

O diretor da Escola Normal ficou autorizado a contratar adjuntos aos mestres sempre que em cada uma das respectivas aulas houvesse mais de 50 alunos; a Congregação da

Escola deveria submeter à aprovação do governo a distribuição do tempo e a matéria de ensino, de modo que as aulas de cada série fossem ministradas em dias alternados; nenhuma aula deveria durar mais que uma hora; não deveria haver três aulas teóricas seguidas, nem o acúmulo de sabatinas e trabalhos para o mesmo dia.

Os alunos aprovados nas matérias obrigatórias constitutivas das duas primeiras séries receberiam o titulo de habilitação de "professor primário do primeiro grau", e os aprovados nas matérias da terceira e quarta séries receberiam o titulo de habilitação para "professor primário do segundo grau".

Em seu "Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte", Carlos de Laet justificou a distinção de "professor primário do primeiro grau" e "professor primário do segundo grau", com os seguintes argumentos: "[...] os esforços e sacrifícios para a obtenção do respectivo diploma e as vantagens, tão poucas e minguadas [que] bem poucos se atreverão a arrastar semelhante noviciado para uma profissão tão modesta e mal remunerada [...]". [1]

O término dos trabalhos escolares ocorreu na data de 15 de dezembro 1880, quando foram efetivamente encerradas as aulas, aprovados pela Congregação os pontos[2] dos exames e organizadas as mesas examinadoras. Os resultados das aprovações foram os seguintes: Português: um aluno e duas alunas; Aritmética: cinco alunos; Instrução Religiosa: três alunas, Caligrafia e Desenho Linear, dois alunos; Música Vocal: dois alunos e uma aluna.

O professor Carlos Maximiano de Laet justificou o número reduzido de aprovações nesse primeiro ano. Para ele esse resultado negativo devia-se, entre outros, à transição da freqüência obrigatória para a o regime de freqüência livre, completado pela não obrigatoriedade de apresentação de lições. Completou a justificativa escrevendo que o resultado negativo não deveria ser considerado como definitivo, pois muitos alunos alegavam

---

[1] *Quadro do pessoal administrativo e docente da Escola Normal da Corte* enviado pelo diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães ao Dr. Joaquim Pinto Netto Machado, Diretor da 2 diretorias da Secretaria de Estado e Negócios do Império. Manuscrito Acervo: Arquivo Nacional. Pacote IE [5] 29 sob Série Educação: ano 1882. Anotação de documento 5582 — Fundo 93.

[2] Nesse caso a palavra "pontos" está se referindo ao conteúdo escolar e intelectual que seria sorteado e cobrado dos candidatos nos atos dos concursos.

que iriam se preparar durante as férias, por saberem que haveria exames em fevereiro do ano seguinte.

No que diz respeito à Escola Normal da Corte e a sua relação com o desenvolvimento urbano da capital imperial, observou-se uma situação paradoxal. A precariedade em que se instalava a Escola Normal na Escola Politécnica foi sempre assinalada como um empecilho para o bom funcionamento das atividades dos normalistas. Acentuava-se a impossibilidade de se instalar uma biblioteca, já que a escola "[...] com mais de mil volumes sobre obras importantes, não pode ser freqüentada convenientemente por falta de espaço necessário no edifício em que funciona a Escola [...]" [3]. O mesmo ocorria com a pretensão de se instalar um museu pedagógico e as escolas anexas.

Os ofícios encontrados nos livros de documentos oficiais indicam que os professores também sugeriam adoção de determinados livros e autores. Aos professores cabia analisar e avaliar os materiais, como mapas, livros e compêndios e enviar seus pareceres ao Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Para o Ministro, havia uma ineficiência nas reformas e nas enganosas tentativas de melhorar a estrutura da formação de professores na Corte.

Os materiais pedagógicos — livros, mapas geográficos e compêndios escolares —faziam parte de uma tentativa de oferecer maior autonomia aos mestres, já que eles deveriam concordar ou não com a adoção dos materiais. Essa prática estava de acordo com os ideais do Ministro Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, que defendia a liberdade de ensino.

Para que os conhecimentos elementares indispensáveis à formação dos professores fossem difundidos, era indispensável, segundo o Ministro responsável pela pasta

[3] 3ª Diretoria — Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1887; Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte, remete exemplares dos livros de Português para a Escola Normal da Corte. Escola Normal da Corte: Livro de Correspondência Oficial da Escola Normal da Corte: 1880-1887. Acervo: Instituto de Educação do Rio De Janeiro. Documento manuscrito.

o Império Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, [4]que a Escola Normal da Corte recebesse os materiais pedagógicos para o efetivo exercício de suas funções.

As sessões da Congregação, no ano de 1884, foram muito significativas. Em 19 de janeiro de 1884, o professor Paulino Pacheco apresentou aos membros da Comissão um projeto de reforma para a escola Normal, lendo seus arquivos na reunião. O diretor escolheu três membros da Congregação para examinar esses artigos, para que cada um deles desse o seu parecer. Os professores que não pertenciam à Congregação podiam participar da discussão, pois este era um direito garantido pelo Regulamento, tanto quanto o direito de votar. Depois do processo de votação, ficou responsável como relator da Comissão o professor Pelino Guedes, que se encarregou de exarar parecer sobre a reforma do regulamento proposta pelo professor Paulino Pacheco.

Ele declarou ser ilegal a participação dos professores do Curso de Artes e do Curso de Ciências e Letras, que não pertenciam à Congregação da Escola Normal. O diretor discordou de tal declaração, pois havia abertura para participação de professores que não compunham a Congregação. Nesse momento, percebe-se nos documentos que houve um momento de tensão logo dissipado pelo pedido de desculpas do professor Pelino Guedes. Após esse incidente, o professor Paulino Pacheco declarou que as alterações propostas no Regulamento tinham como objetivo alcançar o verdadeiro fim que a Escola Normal tinha desde a sua criação. Houve divergências de votos e o parecer foi negativo, ficando sem atuação as alterações do professor.

A Escola Normal da Corte funcionou de acordo com os preceitos didáticos e administrativos de escolas estrangeiras, com grande influência da Prússia e da França.[5]

As seções de Ciências e Letras

---

[4] Rodolfo Epifânio de Souza Dantas era filho do Conselheiro Manoel de Souza Dantas. Nasceu na Bahia no ano de 1854. Formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Assumiu o a pasta do Império no dia 21 de janeiro do ano de 1882. Vf. BLAKE, Sacramento. *Dicionário biobibliográfico Brasileiro*, ob.Cit., v. 7, p.139.

[5] A idéia de civilizar os homens por meio da educação fundamentava-se no pressuposto de que somente por meio da evolução teórica a instrução poderia melhorar. Por isso, as idéias de Augusto Comte e de seus seguidores foram reinterpretadas por muitos intelectuais brasileiros e incorporadas a mentalidade cientificista então em voga.

O curso da Escola Normal da Corte estava dividido em duas seções: a de Ciências e Letras, e a de Artes. Segundo Primitivo Moacyr[6] um novo Regulamento calcado na Portaria nº 4 de 5 de janeiro de 1881 estabeleceu que: "A Escola normal tem por fim preparar professores primários de 1º e 2º grau. O ensino será gratuito e destinado a ambos os sexos. O curso da Escola é dividido em duas secções: a de ciências e letras e a de artes.[...]"

Conforme a Ata da sessão da Congregação do dia 2 de abril de 1882 [7], as matérias do curso de Ciências e Letras, cuja duração era de dois anos foram agrupadas em "seções" .

1ª Seção: Francês;

2ª Seção: Matemáticas Elementares e Elementos de Mecânica e Astronomia;

3ª Seção: Corografia e História do Brasil e Cosmografia, Geografia e Historia Geral;

4ª Seção: Ciências Físicas, Ciências Biológicas, Noções de Agricultura;

5ª Seção: Lógica e Direito Natural Público, Economia Social e Doméstica;

6ª Seção: Pedagogia e Metodologia.

De acordo com essa divisão em seções, o artigo 4º do Regulamento da Escola Normal da Corte determinava que para o Curso de Ciências e Letras as matérias seriam distribuídas pelas seguintes Cadeiras: 1 de Instrução Religiosa, 1 de Português, 1 de Francês, 1 de Matemáticas Elementares, 1 de Corografia e Historia do Brasil, 1 de Cosmografia, Geografia e Historia Geral, 1 de Elementos de Mecânica e Astronomia, 1 de Ciências Físicas, 1 de Ciências Biológicas, 1 de Lógica, Direito Natural e Público, 1 de

---

[6] Moacyr, Primitivo. *A Instrução e o Império*: subsídios para historia da educação no Brasil.São Paulo: Nacional. 1938. p.313

[7] Ata da sessão da Congregação do dia 2 de abril de 1882, aprovada em sessão de 3 de maio de 1882. Presidência do senhor diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães; Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Economia Social e Domestica, 1 de Pedagogia e Metodologia. Cada uma das Cadeiras era regida por um professor.

No Curso de Ciências e Letras, as matérias que fossem compor os objetos de Ensino na Escola Normal deveriam ser distribuídas nas seguintes séries e com os seguintes conteúdos:

Primeira Série

1ª Cadeira — Instrução Religiosa: Dogmas, Moral, Culto, História;

2ª Cadeira — Português: leitura corrente, recitação de cor de trechos de prosa e verso, gramática elementar, exercícios, análise sintática, ortografia, exercícios de fraseologia preparatórias para a redação;

3ª Cadeira — Francês, Ginástica, temas, leitura, análise e tradução de autores clássicos modernos;

4ª Cadeira — Aritmética: estudo completo teórico e prático.

Segunda Série:

1ª Cadeira — Português: leitura expressiva, recitação de cor de trechos de prosa e verso, gramática, desenvolvimento das regras de fonologia, morfologia e sintaxe, análise etimológica e exercícios de pontuação, metrificação, teoria do estilo, exercícios de redação;

2ª Cadeira — Álgebra: até equações do 2º grau a uma incógnita inclusive, geometria elementar estudo completo, exercícios e problemas, noções de trigonometria retilínea;

3ª Cadeira — Corografia: limites, partes de mar e terra, montanhas, bacias, vertentes e rios. Etnografia: governo, divisão, administração judiciária, militar e religiosa, estudos de cada Província sob os diversos pontos de vista

administrativo, industrial e comercial, cidades primeiras com pormenores sobre cada uma. História: fatos memoráveis desde o descobrimento do Brasil até o fim da guerra do Paraguai;

4ª Cadeira — Pedagogia e Metodologia Elementar: noções de pedagogia e metodologia geral aplicáveis à escola primária, ensino intuitivo, prática do ensino nas escolas públicas primárias de 1° grau.

Terceira Série:

1ª Cadeira: — Lógica, Direito Natural e Público, dados psicológicos da Lógica, natureza, classificação dos conhecimentos, observação, definição, indução, dedução, lógica das ciências com especialidade da moral e do direito, princípios de direito com relação ao indivíduo, ao Estado e à família, exposição sucinta da Constituição do Império e do Código Criminal;

2ª Cadeira — Cosmografia e Geografia Geral: cosmografia: a terra e os astros, suas relações, representação da terra. Geografia Geral: continentes e oceanos, população e raças, montanhas e rios, raízes da América com estudo detido aos adjacentes ao Brasil, descrição sumária de outras partes da terra: Europa, Ásia, África e Oceania;

3ª Cadeira — Elementos de Mecânica e de Astronomia. Mecânica: noções preliminares, cinemática do ponto dos sistemas invariáveis, dinâmica do ponto material, noções sobre a dinâmica dos sólidos ou dos sistemas materiais invariáveis, noções sobre máquinas. Astronomia: noções preliminares, geometria celeste, noções se mecânica celeste;

4ª Cadeira — Ciências Físicas: Física: noções preliminares, barologia, termologia, acústica, ótica, eletrologia, noções de meteorologia. Química: noções preliminares, corpos simples, principais compostos, ácidos, bases e sais, corpos orgânicos mais importantes, noções de mineralogia e geologia.

Quarta série:

1ª Cadeira — Economia Social e Doméstica: Noções de Economia Social, produção, suas leis, influência das máquinas na condição física e moral dos obreiros, leis de repartição de riquezas, troca; sua origem e utilidade, lei do valor, moeda, crédito, consumo, suas espécies, caridade pública e privada-sua utilidade social-conciliação da caridade privada com a produção, origem ordinária da miséria, remédios paliativos, meios de diminuí-la consideravelmente. Noções e fins da economia doméstica: regras de bom governo da casa;

2ª Cadeira — História Geral: épocas memoráveis das revoluções da humanidade, ciências, letras e artes na Antigüidade, na idade média e nos tempos modernos, quadros sinópticos e sincrônicos;

3ª Cadeira — Ciências Biológicas: noções preliminares, histologia, anatomia, fisiologia e taxonomia, noções exemplificadas de preferência com produtos peculiares da flora e fauna brasileiras, noções de higiene geral e privada, especialmente a escolar;

4ª Cadeira — Pedagogia e Metodologia Geral: Pedagogia: fim e importância da educação, educação física, intelectual, moral e religiosa e nacional, missão do professor no ponto de vista da educação e da instrução nacional, escologia, relações do professor com as autoridades escolares. Metodologia Geral: ensino:método em geral e em pedagogia, didática, exercícios práticos do ensino primário do 2º grau nas escolas anexas.

Essas eram as matérias propostas a serem ministradas no Curso de Ciências e Letras da Escola Normal da Corte. Pode-se perceber que a preocupação era com conteúdos que realmente oferecessem uma formação humanística e científica.

A Seção de Artes

O curso de Artes, por sua vez, com duração não especificada nos documentos oficiais, comportava quatro séries, cujas matérias se destinavam à formação humanística e encontrava-se mais direcionado para o sexo feminino. Sabe-se que muitas alunas

submeteram-se apenas aos exames das matérias do Curso de Artes e assumiram cadeiras vagas nas diversas freguesias da Corte.

Primeira Série:

1ª Aula — Caligrafia e Desenho Linear: caligrafia: regras de posição e igualdade, escrita inglesa, desenho, linear, definições e delineamento à simples vista das figuras geométricas;

2ª Aula — Ginástica; exercícios disciplinares, movimentos parciais e flexões, marchas, corridas, saltos, exercícios físicos, equilíbrios.

Segunda Série:

1ªAula — Música: rudimentos de música vocal, leitura musical e compasso, exercícios de solfejo elementar, cantos de escola, religiosos e morais e patrióticos;

2ª Aula —Trabalhos de Agulha-costura chã, corte e feitio, marca, crochê.

Terceira Série:

1ª Aula —Caligrafia e Desenho Linear — Caligrafia: letra Aldina e gótica, de fantasia e letras desenhadas. Desenho Linear com Instrumentos: aplicações à indústria e à arquitetura;

2ª Aula — Ginástica: exercícios com marimbas e mils, exercícios com máquinas, jogos ginásticos.

Quarta Série:

1ª Aula — Música; desenvolvimento da teoria da música vocal, análise musical, exercícios de solfejo progressivo, coros a unismo, a duas, três e quatro vozes diversas;

2ª aula — Trabalhos de Agulha: tricô, conserto de meias e de outros tecidos, bordado, tapeçaria, trabalhos de mero recreio. [8]

O fato de o Curso de Artes estar destinado à formação de professores que iriam atuar nas escolas primárias das freguesias da Corte e principalmente de os exames dessas matérias serem aplicados isoladamente favoreceu a formação parcial dos professores. Assim que terminavam as matérias do Curso de Artes e Matemática e Língua Portuguesa do Curso de Ciências e Letras, solicitavam ao Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária a licença para lecionarem nas cadeiras vagas. A maioria dos pedidos era aceita, já que havia falta de professores formados.

> Era permitida a matrícula em qualquer dos cursos isoladamente e nela guardar-se-á a ordem das séries em que as matérias de ambos os cursos são distribuídas. A matrícula poderá efetuar-se em uma série inteira ou em parte de uma série, contando além do exame de admissão, exiba o pretendente certificado de aprovação obtida na Escola em todas as matérias da série anterior do curso de ciências e letras, exclusive as facultativas. Esta concessão é extensiva ao curso de artes. Os pretendentes declararão em seus requerimentos, se ficam ou não obrigados às lições, sabatinas e trabalhos práticos, menos quanto às aulas do curso de artes em que essa obrigação é de rigor. Os alunos não serão sujeitos ao ponto, e quanto às lições, sabatinas e trabalhos práticos só serão chamados os que a isso se tiverem obrigado; os ouvintes são permitidos. Haverá para as alunas lugar reservado, onde só elas poderão entrar. O pessoal docente constara de 13 professores, 6 substitutos no curso de ciências e letras e de 3 professores e 2 professoras no de artes. O pessoal será de nomeação do governo, mediante concurso podendo concorrer para os lugares de professores, substitutos e pessoas estranhas. O horário das aulas será de 5 horas da tarde até 9 da noite.[9]

O método de ensino

Outra questão que também fazia parte das discussões dos professores nas reuniões e dos discursos do governo Imperial dizia respeito aos métodos de ensino. Essa foi uma preocupação que atravessou o século XIX, principalmente com as discussões sobre o método intuitivo, considerado uma das bases de modernização da forma do ensino, uma vez que, segundo o pensamento da época, poderia substituir o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução. Foi sistematizado em inúmeros manuais, destinados a alunos e professores,

---

[8] Projeto de Regulamento para a Escola Normal da Corte (já incluídas as emendas da Congregação). Arquivo Nacional. Documento manuscrito sob as anotações do fundo IE5 28/01/1881.

[9] Decreto 8025 de 16 de março de 1881 in Moacyr, Primitivo. *A Instrução e o Império*, obra citada, p.317.

nos quais exemplificavam procedimentos didáticos e conteúdos de ensino capazes de concretizar as inovações pretendidas. [10]

Assim, em ofício da 2ª Diretoria do Ministério dos Negócios do Império, expedido em 25 de junho de 1884, encontramos a seguinte passagem.

> Encarrega o Inspetor Geral Interino da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte se tenha particular atenção à conveniência de aplicar-se gradualmente o método intuitivo, procedendo-se aos diversos exercícios práticos, desde os que se fazem no quadro preto, nas cartas mudas, nas cartas em relevo e nas esferas até cartográficas quem habilitam os alunos a desenhar de memória diferentes mapas.

Para efeito de exemplo, podemos citar a correspondência enviada pelo professor Manuel Paulino de Assunção, no dia 6 de agosto de 1889, na qual enviou 60 exemplares de seu *Método Intuitivo para aprender a ler e soletrar*. O fato de o compêndio estar na terceira edição indica uma certa difusão nas escolas primárias da Corte.

Em linhas gerais, os manuais didáticos explicavam os princípios teóricos do método de ensino intuitivo do seguinte modo: o ato de conhecer tem inicio nas operações dos sentidos sobre o mundo exterior, a partir das quais são produzidas sensações e percepções sobre fatos e objetos que constituem a matéria-prima das idéias. As idéias adquiridas são armazenadas na memória e examinadas pelo raciocínio a fim de produzir o julgamento. Em outras palavras, dava-se importância à intuição, à observação, à experiência através dos sentidos.

Pode-se dizer que o pensamento republicano influenciou a difusão do método intuitivo sistematizado na Inglaterra e nos Estados Unidos, ao longo do século XIX, onhecido, então, como "object teaching" ou "object lesson". No Brasil, o método intuitivo foi difundido inicialmente em compêndios, tais como *Lições de Coisas*, inspirados em similares franceses ("Leçon de Choses").

---

[10] Ofício da 2ª Diretoria. Ministério dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1884. Encarrega o Inspetor Geral interino da Instrução primária e secundária do Município da Corte de se tenha particular atenção a conveniência de aplicar-se gradualmente o método intuitivo, procedendo –se aos diversos exercícios práticos, desde os que se fazem no quadro preto, nas cartas mudas, nas cartas em relevo e nas esferas até cartográficas que habilitam os alunos a desenhar de memória os diferentes mapas. Assinado Franco de Sá. Confere: o secretario Teófilo das Neves Leão.

Em 1886, a Tipografia Nacional publicou as *Primeiras Lições de Coisas*, do americano Norman Allison Calkins, com tradução e adaptação de Rui Barbosa, cuja adoção pelo Governo Imperial marca oficialmente a introdução do método intuitivo nas escolas normais e entre os professores primários. A difusão do Método Intuitivo influenciou desde cartilhas de alfabetização até livros didáticos de várias matérias. Dessa forma, os manuais pedagógicos foram sendo incorporados no dia-a dia da Escola Normal.

A partir de meados de 1880, começamos a encontrar as indicações constantes de uso das *Lições de Coisas*, de Calkins. Para Calkins, os objetos são os elementos sobre os quais vão ser exercitados os sentidos e o raciocínio para a aquisição do conhecimento. São objetos conhecidos pelas crianças, como bolas, laranjas, anéis, vassoura, alfinetes, ardósia, mesa, talheres a fim de evoluir daquilo que já é conhecido – o objeto – para sua forma geométrica, suas propriedades e comparação com formas semelhantes e diferentes.

A aprendizagem das formas geométricas tem prosseguimento com atividades, gradualmente mais complexas e ascendendo dos objetos familiares e concretos para a abstração, isto é, para a percepção da forma em si, síntese que consiste em agrupar sob um mesmo conceito objetos variados, salientando suas características determinantes, bem como suas singularidades. Assim sendo, os objetos familiares às crianças são o ponto de partida e o ponto de chegada do conhecimento.

Nas "lições de coisas", o elemento já conhecido pela criança, a bola, por exemplo, serve de ensejo ao exercício dos sentidos para a aprendizagem das formas geométricas e, ao final do processo, o aluno deve ser capaz de reconhecer, na bola, a circunferência, conceito que possibilita reunir na mesma categoria rodas de veículos, frutas, moedas, por meio da abstração, pré-requisito para o conhecimento daquilo que é desconhecido pelo aluno.

È importante explicitar que os livros adotados para os professores na Escola Normal da Corte e os livros indicados para os alunos não foram analisados. Este capítulo apenas indicou as leituras realizadas por esses agentes.

A discussão poderia engendrar aspectos mais detalhados sobre essas questões, mas devido às particularidades dos nossos arquivos históricos e, principalmente, das prováveis dificuldades em localizar essas obras, optei por apenas citar os livros utilizados, sem nenhuma proposta de análise mais detalhada[11]. O exame dessas obras talvez possa indicar muito mais sobre a circulação do conhecimento pedagógico e a formação de professores na Corte.

A prática era uma abordagem de avaliação que em muitos casos favorecia e autorizava muitos alunos da Escola Normal a exercerem a função de professores primários sem concluírem o curso completo da Escola Normal. A prática exigida dos professores nessas matérias compunha-se de: [12]

LEITURA À PRIMEIRA CLASSE:

Aplicação de vários métodos de ensinar a ler e demonstração pratica do melhor;

Escrita: formação do alfabeto. Letras maiúsculas e minúsculas;

LEITURA À SEGUNDA CLASSE:

Lições de coisas a propósito da leitura ou de qualquer incidente escolar;

Ortografia (sistema prático). Pontuações, explicada e aplicada.

ARITMÉTICA:

Adição e subtração; mutuamente e com realização gráfica de operações;

contos e conselhos morais

NOÇÕES ESSENCIAIS DE GRAMÁTICA;

Leitura expressiva e correta;

Lições de coisas e propósito da leitura expressiva;

Análise lógica, partes elementares da oração, suas funções;

---

[11] CAMPOS, M.R. de e CARVALHO, M.A. de *A Educação nas Constituições Brasileiras.* Campinas: Pontes, 1991.

[12] Fonte: Livro de Programas de Pontos da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

ARITMÉTICA MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO, MENTALMENTE E COM A REALIZAÇÃO MATERIAL DAS OPERAÇÕES.

Problemas práticos e aplicáveis usos domésticos;

Análise gramatical;

Leitura correta e expressiva, acompanhada da análise lexicológica e sintática, simultâneas;

Ditado de um trecho de alguma dificuldade, com a explicação do seu sentido, e significação parcial de frases e palavras e reprodução do seu pensamento em termos diversos;

Frações ordinárias, redução das frações ao mesmo denominador;

SISTEMA MÉTRICO DECIMAL, UNIDADES DE METRO E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS.

Lições de coisas a propósito dessas aplicações;

Educação moral: explicação dos deveres dos alunos para com os mestres e dos filhos para com os pais.

NOÇÕES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL

Gramática geral. Exercícios de linguagem, verbos anômalos;

exercícios de calculo mental.

CONTADOR MECÂNICO, EXPLICAÇÃO E EXERCÍCIOS –MEIOS DE APLICÁ-LO.

Desenho linear, elementar, linhas simples e compostas;

Educação cívica- deveres sociais, para com os candidatos, as autoridades legais e a pátria.

ENSINO DE LEITURA PELO MÉTODO PORTUGUÊS À PRIMEIRA CLASSE, SEM AUXÍLIO DE NENHUM LIVRO.

Lição de leitura à segunda classe, em livro e sem livros;

Lição de leitura à terceira classe, racional, correta e expressiva com inteira compreensão do texto e repetição do assunto deles pelos alunos em outros termos.

O ensino prático se vinculou desde os seus primórdios, à esfera teórica. O ensino prático, ao realizar-se insere-se na dimensão simbólica de uma história do cotidiano

que envolve e retraduz a compreensão desse fenômeno.Nesse sentido, dialoga ou não com a teoria, mas, com certeza, demonstra e atualiza a necessidade no ensino do futuro mestre, seja por meio das práticas descritas acima, seja por auxilio de instrumentos que pudessem corroborar a eficácia do ensino prático.

Artífice e parte, ao mesmo tempo, dos jogos simbólicos que se travavam em torno da emergente necessidade do ensino prático, os aparelhos e instrumentos que pudessem ser utilizados para tal atividade foram ganhando lugar no imaginário dos professores, e sua representação tornou-se maior que sua própria eficácia, na medida em que se sobrepunha à realidade.A Escola descrita a largos passos, num ofício endereçado ao diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, datado de 22 de abril de 1882 e assinado pelo professor Borges Carneiro, substituto da 1ª secção da Escola Normal, trazia a descrição minuciosa de um aparelho que, segundo o redator do ofício, poderia auxiliar em muito as aulas práticas de leitura. O aparelho recebe o nome de grafoscópio e foi inventado pelo professor Menezes Vieira. O objetivo do aparelho era o de facilitar o ensino da leitura, escrita, desenho, contabilidade e lições de coisas . A descrição do aparelho é a seguinte:

> [...] o aparelho que se nos depara repetindo mutatis mutantis o que já tive a ocasião de dizer num outro lugar, compõe-se de uma pequena caixa de fonna retangular, com vinte e cinco centímetros de comprimento sobre dezenove de largura e quatro de altura. A parte anterior d'essa caixa é fechada por uma tampa metade de vidro despolido e metade de lousa artificial. Nas extremidades da mesma caixa estão colocados dois pequenos cilindros, também de madeira, em torno dos quais se desenrola uma extensa fita de papel, deixando ver, além de outros trabalhos, um silabário ou grande número de combinações silábicas em caracteres de imprensa e manuscrito, desenhos, figuras e quadros comuns da vida para as lições de cousas.Em presença dessas variedades de imagens multiplicadas, mas em cuja disposição se respeitou a marcha ascendente da inteligência humana, pode a criança, atentar as condições da tampa da caixa preparada para o serviço da vista e das mãos, entregar-se vantajosamente a exercícios de leitor, escrita , desenho, etc. do que fica exposto verifica-se que o Grafoscópio é um instrumento escolar destinado ao emprego, em esfera mais ampla do método lexográfico, adotado pelo sr. Julio Caldas Sulete na Cartilha Nacional para o ensino simultâneo da leitura, escrita, orografia e desenho. Obvias como são as vantagens de tal método, não se pode deixar de reconhecer que o aparelho em questão é um poderoso auxiliar do ensino primário, e, como tal, digno de todo o acolhimento por parte daqueles a cujas mãos se acham confiados os destinos da instrução infantil.[...] (grifos do autor).[13]

[13] Fonte: Livro de Correspondência Oficial da Escola Normal. Localização:Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Mas, na verdade, havia uma certa circularidade cultural na compreensão da utilidade e eficácia desses instrumentos para o ensino. Para cumprir as ordens constantes, o Ministro do Império, Barão de Sá Felipe, solicitou que fosse ouvida a Congregação da Escola Normal sobre os livros, aparelhos e outros objetos que pudessem ser adotados para o ensino das matérias lecionadas nas escolas públicas de instrução primária. Documentos, como oficios e correspondências, acusavam o recebimento desses aparelhos pelo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte e envio ao Diretor da Escola Normal da Corte.

> Remeto a V. Sª o aparelho gráfico-Azambuja a fim de ser presente à Congregação da Escola Normal, para tomar na consideração que merecer quando tiver de organizar a relação de livros e aparelhos a adotar –se nas escolas publicas primárias do município da Corte. [14]

Apresentadas como uma espécie de receita para os futuros mestres, as práticas compreendiam lógicas diferentes, saciavam a necessidade de um discurso que organizasse a escolha dos referenciais teóricos na Escola Normal. Revelavam a representação da modernidade e do progresso vislumbrado como possibilidade de se realizar por meio da instrução pública.

No que se refere ao ano de 1889, encontrei apenas uma ata da Congregação, datada de 18 de junho. Foi realizada uma reunião da Congregação às duas horas da tarde. O diretor Teófilo das Neves Leão, declarou que a reunião foi convocada para que fosse nomeada uma comissão de professores da Escola Normal da Corte a fim de cumprimentar o Imperador e sua família pelo malogro ocorrido no dia 16 de junho. A noticia do atentado ao Imperador foi anunciada nos principais jornais da Corte e causou indignação da população pelo carisma que o Imperador exercera até aquele momento.[15]

---

[14] Oficio do Inspetor Geral da Instrução primaria e secundaria do município da Corte, Barão da Sá Felipe ao diretor da Escola Normal, em 25 de outubro de 1888, envia requerimento comunicando que remete o aparelho gráfico Azambuja a fim de ser presente à congregação da Escola Normal, para tomar na consideração que tiver de organizam a relação de livros e aparelhos adotar nas escolas publicas primarias do município da Corte. Fonte: Livro de Correspondência Oficial da Escola Normal. Localização: Instituto De Educação do Rio De Janeiro. Documento manuscrito.

[15] Representava-se ontem no Sant'Anna a "Escola dos Maridos", tradução de Arthur Azevedo, e nos intervalos apresentava-se ao público a prodigiosa violinista Giulietta Dionesi. S.M. o Imperador, que desejava conhecer a tradução, tanto que o supondo impressa mandara procurá-la pelas livrarias, aproveitou o ensejo de ir ao

Apesar das inúmeras insistências em relação à adoção dos compêndios escritos por autores brasileiros, encontrei uma única nota fiscal, entre as muitas que constam no livro de despesas da Escola Normal da Corte. As outras notas são de compras de livros vindos da Europa. Essa questão denuncia que a escola continuava a adotar livros estrangeiros, principalmente oriundos da França. Essa atitude corrobora a imagem civilizada que a Escola tanto queria passar à sociedade, divulgada e apreciada na Corte brasileira, igualmente dada a estrangeirismos.

Com tantas heranças e momentos de representação do cotidiano da Escola Normal da Corte, selecionei os livros de registros que contam com a presença de poucos alunos nos exames finais. Com efeito, essa realidade denota uma das diferentes formas de manifestação cultural consideradas negativas na Escola Normal da Corte. Dos poucos que se inscreviam para as provas escritas e provas orais, menor ainda era o número de alunos considerados aprovados. Por isso, a freqüência obrigatória dos alunos começou a ser muito debatida nas sessões da Congregação e, em especial, pelos próprios professores. Essa preocupação era plenamente justificável, pois na Escola Normal da Corte não havia uma organização no que dizia respeito à freqüência dos alunos.

De fato, essa consciência do olhar é uma abordagem que conduz a uma reflexão sobre a natureza das leituras que se pode suscitar sobre as representações, na qual tanto

---

teatro.O Sant'Anna achava-se repleto: platéia e camarotes ocupados por pessoas da melhor sociedade; as galerias cheias da gente que de ordinário a freqüenta. No camarote imperial achavam-se, além de SS. MM. o Imperador e a Imperatriz, SS. AA. a Sra. Princesa Imperial e o Sr. D. Pedro Augusto e camaristas de semana. O espetáculo correu na melhor ordem. A atitude do povo era de todo o ponto pacífico e cortês. Nem se quer se poderia suspeitar que houvesse ali o elemento de desordem que mais tarde se revelou. Terminado o espetáculo, o povo que enchia o teatro procurou as saídas. A família imperial dirigiu-se para a porta, indo na frente a Sra. Princesa Imperial, seguida de Sua Majestade o Imperador, que dava o braço a Sua Majestade a Imperatriz e do Sr. Príncipe D. Pedro. O povo encostado para os lados, abria caminho a SS. MM., em silêncio. Ao chegarem ao vestíbulo do teatro, de um pequeno grupo de pessoas de baixa classe partiu um grito estentórico: "Viva o partido republicano". O Imperador parou imediatamente. Começou então uma confusão extraordinária. Grande número de pessoas rompeu em vivas ao Imperador, acercando-se dele. As senhoras, tomadas de pânico, precipitavam-se para o interior do teatro, de onde refluíam, empurradas pela onda dos que saiam. O tumulto generalizara-se: tanto na rua do Espírito Santo, como no largo do Rocio, nas cercanias do teatro, vivas desencontrados se ouviram. Finalmente, pôde S.M. tomar o carro, seguindo acompanhado do piquete, que o guardava de espadas desembainhadas. Ao passar, porém, pela frente da Maison Moderne, foram disparados três tiros de revólver na direção do carro que o conduzia. Asseguram-nos que um desses tiros quase alcançou o Sr. D. Pedro Augusto. Felizmente S.M. o Imperador passou incólume. O sentimento da mais profunda indignação pintou-se em todos os semblantes dos que foram testemunhas desse baixo atentado. Fonte: Jornal do Comércio, 16 de Junho de 1889. Localização: Fundação Biblioteca Nacional. Setor de obras raras.

atores como audiências desempenham papéis específicos, seja no momento histórico em que as imagens estão sendo construídas seja a cada momento em que essas representações foram e vão sendo reativadas.

Refletindo sobre as práticas de instrução pública na Corte Imperial, a partir do momento em que os saberes escolares explicitavam a representação dos ideais de uma sociedade, era natural que a formação dos professores primários fosse a alternativa para que esses ideais se concretizassem.

No que diz respeito aos saberes escolares pode-se afirmar que a conotação cientificista estava relacionada às representações e apropriações que a sociedade esperava de uma instituição destinada à formação de mestres que teriam a grande responsabilidade de estar formando uma nova geração, o que poderia representar os padrões culturais desejados nos últimos anos do século XIX.

A composição de um panorama dessa natureza ajudou a interpretação dos comportamentos da época. Certamente não era a única versão que os explicava, naquele momento, pautado em uma agenda de reformas e modificações idealizadas na e para a Escola Normal da Corte. È possível afirmar que os modelos deterministas culturais foram bastante populares, em especial no Brasil oitocentista. Aqui se fez um uso inusitado da abordagem cultural que deveria ser professada aos futuros professores. O que essas questões têm em comum é a concepção de que é pela educação que se constrói uma nação, ou até mesmo um sentimento de nacionalismo. O seu ponto de partida denota a tentativa de encarar a organização das "matérias" (disciplinas escolares, conteúdos culturais, conhecimento) como uma problemática que, se bem estruturada, daria bons frutos no ambiente que se formava na Corte.

Para construir uma nacionalidade, com a propagação de valores e sentimentos de exaltação à pátria, era preciso ter professores capacitados para educar e instruir as crianças. Ao mesmo tempo, no entanto, a observação dos discursos demonstrava que a criança era vista como o embrião do futuro cidadão. As considerações do professor primário do Município Neutro, José Alves da Visitação, em um discurso sobre o papel dos

professores públicos, proferido na Câmara Portuguesa, podem ser resumidas como uma maneira de expressão máxima dos ideais que se consubstanciavam na seguinte afirmação:

> [...] O professor de instrução primária converte um bocado de pedra ou um bocado de pão n'um homem, um serzinho que desce das montanhas, e vem para a escola primária, e o professor de instrução primária converte este ente n'um homem e um cidadão produtivo para a sua Pátria.[...].[16]

Sua proposta consistia em educar a criança moral e culturalmente, já que o trabalho do professor era o de esmero para conseguir que seus alunos tivessem uma instrução sólida e substancial; não se resumia apenas a ensinar a ler e a escrever a um menino, mas, sobretudo era preciso que a instrução literária e a moral caminhassem juntas para fazer de um menino ignorante um cidadão útil à sociedade.

Nessa perspectiva pode-se observar que o professor demonstrava em seus discursos a influência da mentalidade positivista que há muito era divulgada na Corte. Parece-nos que essa apreensão era fragmentada e muitas vezes imposta pela idéia de que o positivismo era a solução para que os professores pudessem modificar a situação de penúria em que se encontravam.

Nesse contexto, acredito ser importante evidenciar o que a instituição escolar dissimulava por trás da sua "neutralidade". A apropriação dos acontecimentos cotidianos pela narrativa nos discursos construiu uma identidade moral dessas instituições, que foram adequadas para funcionar na Escola Normal da Corte.

Parece-nos que a cultura dos professores primários atinge os discursos na Escola Normal, que estendia o direito a se pronunciar quando salientavam a importância da educação moral, pois o espírito tinha, como o corpo, suas exigências e seus direitos que não podem ser impunemente desatendidas.[17]

A maior- e mais controvertida- inovação nas discussões sobre o ensino na Escola Normal da Corte foi o crescimento e a difusão dos saberes pedagógicos, às vezes

---

[16] Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal da Corte. Localização: Instituto De Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.
[17] Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal da Corte.Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

ironicamente descritos como ideais a serem alcançados, como algo frívolo, artificial e fútil pelos que não a viam com bons olhos. E' claro que a abordagem teórica era comum nesse período, em que as idéias de inovação cultural alçavam novos vôos. O que é ou que foi novo foi sua difusão como prática presente nos relatos cotidianos da escola.

Capítulo 7

Ainda sobre a rotina de ensino

É possível vislumbrar as discussões cotidianas da Escola Normal da Corte através das atas das reuniões realizadas pela Congregação. Em sessão de 3 de janeiro de 1882, o professor Martins Pacheco teceu algumas considerações sobre a criação dos jardins de infância, afirmando que se realmente fossem criados pelo Governo Imperial, tais escolas deveriam adotar o sistema de ensino de Froebel e seria imprescindível habilitar as futuras diretoras para atuarem nesse sistema.

Ao dar continuidade a suas idéias, o professor citou o Colégio Menezes Vieira, cujo diretor e sua esposa realizaram estudos particulares dessa especialidade, acrescentando que as alunas da Escola Normal da Corte deveriam ser preparadas no referido Colégio para serem diretoras dos Jardins de Infância que o Governo Imperial pretendia implantar. Tal proposta foi intensamente discutida na sessão da Congregação. O professor Jacy Monteiro propôs que fosse nomeada uma comissão para discutir o assunto.

No dia 2 de abril de 1882[1], foi realizada uma nova reunião da Congregação. O professor Laet propôs que fosse acrescentado a uma das atas da Escola Normal um ato de pesar pelo falecimento do professor Emílio Zaluar e que se mandasse rezar uma missa no 30° de sua morte. A proposta foi aceita unanimemente.

Discutiram, posteriormente, sobre um compêndio enviado para a Escola Normal, no caso o de Música do Professor Mathias. O professor Laet apresentou seu parecer sobre a criação de uma Universidade no município da Corte; o professor Borges Carneiro apresentou um aparelho denominado Grafoscópio, apresentado pelo seu criador, Dr. Menezes Vieira. O Dr. Magalhães mostrou seu parecer sobre a criação dos Jardins de Infância e acrescentou, que não havendo no Brasil pessoal habilitado, era necessário que fossem contratar na Europa os

[1] Sessão da Congregação do dia 2 de abril de 1882. Presidência do diretor Benjamin Constant, presente: Lyra, Coelho Barreto, Halbout, Nunes Pires, Scheifler, Laet, Borges Carneiro, Magalhães, Pacheco, Martins. Comunicam o falecimento do professor de Pedagogia Emilio Zaluar. Fonte-Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

profissionais para ensinar as futuras professoras dos Jardins.[2] O professor Borges Carneiro declarou, na ocasião, que não era necessário ir buscar na Europa pessoal habilitado para preparar as futuras professoras, pois havia na Escola Normal uma cadeira de Pedagogia, que tinha o ensino teórico e o prático; o que na verdade faltava era pessoal preparado para ensinar as crianças de 3 anos em diante.

Em 10 de abril de 1882, a Associação Promotora da Instrução [3]ofertou premiações aos melhores alunos da Escola Normal da Corte recebida por D. Mariana Carolina Souto e por Oscar do Rego Macedo. Os alunos receberam uma edição da obra Os Lusíadas. O professor José Manuel Garcia, representando o diretor, escreve ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Pedro Leão Velloso, e para o Dr. Joaquim Pinto Netto Machado, Diretor da 2ª Diretoria da Secretaria dos Negócios do Império, solicitando que o ajudasse a decidir sobre o que fazer, visto que o Regulamento da Escola não fixava nenhuma conduta em relação a premiações. O professor aproveitou a ocasião para ponderar se seria ou não conveniente aceitar tais ofertas ou então traçar regras segundo as quais esses prêmios deveriam ser conferidos. O professor acrescentou que em lugar de servirem de oferta de animação para o estudo, o que era desnecessário na Escola Normal da Corte, as premiações estariam causando muitas inconveniências, pois o marido de uma aluna havia se queixado alegando que essas premiações poderiam prejudicar a reputação de sua esposa.[4]

Em ata da sessão da Congregação da Escola Normal da Corte, datada de 9 de junho de 1882[5], sob a presidência do diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, discutiram modificações relevantes que se deveriam efetuar na Escola. O mais importante

---

[2]Fonte: Escola Normal da Corte, Rio de Janeiro de 1883, oficio reservado ao Conselheiro Pedro Leão Velloso, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.Localização:: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Setor de Consultas. Documento Manuscrito CDE/SDE – Pacote IE[5]- 30.

[3] Oficio da Associação Promotora da Instrução em 10 de abril de 1882.Carta de Oscar de Rego Macedo em 13 de novembro de 1882, oferecendo ao sr Benjamin Constant Botelho de Magalhães um exemplar dos "Lusíadas" de Camões a fim de ser conferido como premio à 2ª aluna das que mais se distinguirem nos exames do corrente ano. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal da Corte. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

[4] Idem, Ibidem.

[5] Ata da Congregação de 9 de junho de 1882. O diretor Benjamin Constant, presidente da Congregação fica com a palavra e discute questões relativas as discussões acerca da criação de uma Universidade. O diretor diz que concorda com o parecer da parte relativa ao ensino primário. Discutem modificações sobre o ensino primário. Ensino público, leigo e livre Tem a honra de apresentar a Congregação o pirueto de educação de um novo curso. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

era a supressão do ensino da Religião, que deveria ser realizado em templos e na família, pois a tendência acentuada, segundo o diretor, era lutar em prol do movimento intelectual do século que estava centrado no ensino leigo e livre.[6]

A opinião do diretor foi embasada em questões científicas, pois acreditava que nas escolas primárias era necessária uma maior soma de conhecimentos concretos, por meio da criação de gabinetes de Meteorologia, Astronomia, História Natural, com o objetivo de dar aos alunos a habilidade de contemplar e observar a natureza, de modo que eles pudessem compreender a invariabilidade da ordem e a teoria da relação de todos os seres e todas as classes de fenômenos.

O professor Carlos de Laet tomou a palavra e versou sobre a supressão do ensino da Religião na Escola Normal, perguntando o que se deveria colocar no lugar da referida matéria. Os professores presentes concordaram que a Religião deveria ser substituída pelo ensino de Moral.

Em ofício enviado para o diretor da Escola Normal da Corte, o Diretor dos Negócios do Império Joaquim Pinto Netto Machado, comunicou-lhe que na Freguesia de Sacramento não havia sido desapropriado nenhum terreno para a edificação das escolas públicas. Na Freguesia de Santo Antônio foi desapropriado um terreno na rua dos Inválidos, esquina com a da Relação, onde teria de ser levantado o prédio para a Escola Normal, e os alicerces já foram construídos. Acrescentava que também devia se desapropriar uma porção do terreno em continuação aquele da Relação, a fim de construir um prédio para duas escolas de instrução primária que deveriam ficar anexas à Escola Normal.

No ano de 1883, a Escola Normal da Corte iniciou suas atividades no dia 10 de março. Os professores principiaram o ano elaborando e lendo o horário de aulas a vigorar na Escola.

---

[6] Ata da Sessão da Congregação de 9 de junho de 1882, Presidência do sr Diretor. Presentes o Dr. Benjamin, Schuefler, Nunes Pires, Garcia, Magalhães, Laet, Halbout, X. da Cunha, Coelho Barreto. Livro de documentos oficiais da Escola Normal da Corte, Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

O professor Martins Pacheco solicitou que as aulas do curso de Arte se realizassem três vezes por semana, pois considerava pesado o encargo de darem aulas diárias professores com uma remuneração muito baixa como a do referido curso. [7] O diretor Benjamin Constant declarou que não podia levar em consideração o pedido do professor Pacheco por opor-se ao Regulamento vigente. Os horários de aula foram aprovados. Em seguida, o diretor convidou a comissão encarregada de estudar os programas de ensino para apresentar seu parecer.

Nas atas da Escola Normal, até 27 de setembro de 1883, o nome do professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães aparece como diretor da Escola Normal da Corte.Já na ata de 12 de novembro de 1883, a presidência foi do diretor Sancho de Barros Pimentel. Nessa ocasião foi realizada a eleição de um membro da Congregação para elaborar o relatório dos sucessos escolares mais notáveis do ano de 1883. Visto que o professor escolhido para a incumbência dessa tarefa, Francisco Xavier da Cunha, fora exonerado, havia a necessidade de escolher outro membro da Congregação. O professor Coelho Barreto tomou a palavra e propôs que antes de passar para o assunto principal da Congregação, fosse lançado na ata um voto de louvor à sábia e prudente administração do Diretor da Escola e aos dois ex-professores Laet e Garcia. [8] Nesse mesmo dia, foi eleito o professor Paulino Martins Pacheco para relatar as memórias históricas do ano de 1883. Em seguida, foi nomeada uma comissão encarregada de examinar os programas de exames das diversas cadeiras e aulas.

Avaliar e planejar: a burocrática rotina diária

Em 19 de janeiro de 1884 [9], a Congregação da Escola Normal da Corte se reuniu em uma das salas da Escola Politécnica. O diretor da Escola Normal, nesse período, o professor Sancho de Barros Pimentel, declarou que a seção fora convocada a requerimento do

---

[7] Ata da Sessão da Congregação em 10 de março de 1883. Presidência do Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Livro de Atas da Escola Normal da Corte. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[8] Ata da Sessão da Congregação, em 12 de novembro de 1883. Presidência do Bel. Sancho de Barros Pimentel, Diretor; Livro de Atas da Escola Normal da Corte. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[9] Ata da sessão da Congregação, em 19 de janeiro de 1884. Presidência de Sancho Barros de Pimentel. Seis e meia da tarde. O sr diretor declara que a reunião fora convocada a requerimento do professor de caligrafia e desenho-linear o sr Martins Pacheco para o fim de apresentar a sua consideração um projeto de alterações ao plano de ensino e algumas outras disposições do regulamento de 16 de marco de 1881, quer as instruções de maio de 1880 e 5 de janeiro de 1881, para exames dos atuais cursos da escola. Fonte: Livro de Atas da Escola Normal. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.Documento manuscrito.

professor de Caligrafia e Desenho Linear, professor Paulino Martins Pacheco, que se queixou do enfraquecimento na concessão especial que relativamente a sua posição na Escola lhe foi feita por aviso do Ministro do Império de 30 de abril de 1880, terminando por pedir ao diretor que mantivesse as regalias que semelhante ato lhe outorgou. O professor Halbout acrescentou que não via procedência na reclamação do professor Pacheco, por sempre lhe ser dado um lugar na Congregação. O diretor acrescentou que a posição do professor sempre foi igual à dos professores do curso de Ciências e Letras. Terminou a seção e solicitou aos professores presentes que discutissem a memória histórica da Escola Normal, escrita pelo professor Paulino Martins Pacheco.

No dia 27 de março[10],a Congregação se reuniu para avaliar o resultado da *Memória Histórica* do ano de 1883, escrito pelo professor Pacheco. O diretor da Escola Normal era o professor Sancho de Barros Pimentel. Posta em discussão, tomou a palavra o professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que propôs que não se consignasse à Escola Normal a idéia de submeter-se à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do município da Corte. O professor Borges Carneiro tomou a palavra, acrescentou que o relatório não estava de acordo com o Regulamento da Escola Normal da Corte e propôs que se restringisse à menção dos sucessos mais notáveis das condições do ensino em cada uma das matérias e disciplinas do curso no ano de 1883.

O texto do professor Pacheco foi rejeitado pela Congregação da Escola por 10 votos contra 6. O diretor, no entanto, observou que apesar de ter sido rejeitado, o Ministério do Império estava cobrando o envio do documento que continha a memória histórica da Escola naquele ano. Para tanto, foi aprovada a memória suprimindo-se o que dizia respeito às Reformas propostas para o funcionamento da Escola Normal e às apreciações relativas ao pessoal que trabalhava no estabelecimento.

---

[10] Ata da sessão da congregação, em 27 de março de 1884. Diretor Sancho Barros de Pimentel. Sete horas da noite. Compareceram depois de aberta a sessão o Bacharel Benjamim Constant, o Dr Affonso Moreira em seguida o sr Paulino Martins Pacheco encarregado de apresentar a memória histórica das ocorrências mais notáveis desta escola em 1883. Fonte: Livro de Atas da Escola Normal. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Em oficio endereçado ao diretor da Escola Normal da Corte, Sancho Barros Pimentel, datado de 12 de maio de 1884, [11] o professor Pacheco solicitava melhoramentos para as aulas de Caligrafia e Desenho Linear: divisão das aulas ou, pelo menos, a nomeação de um adjunto para auxiliá-lo nos trabalhos devido à grande quantidade de alunos. Propôs que as carteiras fossem dispostas de duas em duas, deixando passagem em cada linha. Também solicitou que fossem acrescentados dois aos três lampiões que já havia na sala, pois a iluminação estava deficiente. [12]

Na sessão da Congregação em 2 de setembro de 1884, [13] sob a presidência do diretor interino Benjamin Constant, este explicou que os professores haviam sido convocados para que pudessem submeter à aprovação do Governo Imperial a criação de uma Escola Normal de Aplicação anexa à Escola Normal Teórica. Foram também submetidas à aprovação as Bases Gerais de Organização da Escola Normal da Corte.

Finalmente, no dia 23 de dezembro de 1884, [14] a Congregação reuniu-se em uma das salas da Escola Politécnica, sob a presidência do diretor para discutir os pontos de exames de 1884 e os que deveriam ser ministrados em 1885. Ficou decidido que seriam os mesmos de 1883.

No ano de 1885[15], abriram-se as inscrições para a matrícula dos alunos na secretaria da Escola Normal, no dia 1° de março, e foram encerradas no dia 19, conforme aviso

---

[11] Carta do professor Paulino Martins Pacheco ao Diretor da Escola Normal da Corte, 12 de maio de 1884. Cumprindo as ordens do diretor o professor apresenta por escrito os melhoramentos que verbalmente já tivera a ocasião de indicar como necessários à aula de Caligrafia e Desenho-Linear. Livro de Correspondências Oficiais. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

[12] Oficio enviado ao diretor da Escola Normal pelo professor de Caligrafia e Desenho Linear Paulino Martins Pacheco. 12 de maio de 1884; Fonte: Livro de Atas da Escola Normal da Corte. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[13] Ata da sessão da Congregação, em 2 de setembro de 1884. Diretor Benjamim Constant. O sr diretor declara que convocou a congregação para convida-la a completar a Escola Normal criando-lhe uma escola anexa. Fonte: Livro de Correspondências oficiais da Escola Normal. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

[14] Ata da sessão da Congregação, em 23 de dezembro de 1884. Diretor Benjamim Constant. O diretor declara que a congregação fora convocada para resolver os pontos para exames de ginástica e vai mandar proceder a leitura dos referidos pontos para a congregação melhor resolver. Fonte: Livro de Atas da Escola Normal. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

[15] Ata da Congregação da Escola Normal da Corte, em 26 de março de 1885. Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Discussão sobre os programas da Escola. Fonte: Livro de Atas da Escola Normal. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

do Ministério do Império. Concorreram à matricula na 1ª série 181 alunos, sendo 131 do sexo feminino e 50 do sexo masculino; na 2ª série 43 alunos, sendo 38 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Na 3ª série, 13 alunos, sendo 11 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Inscreveram-se 61 ouvintes de ambos os sexos na 1ª série. O número total dos alunos matriculados nas três primeiras séries foi de 237, sendo 180 do sexo feminino e 57 do masculino.

Começaram a funcionar as aulas em 20 de março. Em virtude do grande número de alunos, houve uma divisão dos alunos da 1ª série. A Congregação da Escola reuniu-se em 10 sessões convocadas pelo diretor. Em sessão de 28 de março de 1885, o bacharel Pelino Joaquim da Costa Guedes foi eleito para redigir a memória histórica do Instituto. Em sessão de 30 de maio, foram eleitos os bacharéis Pelino Joaquim da Costa Guedes, Benedito Raymundo da Silva e Antonio Ferreira Vianna Filho para, juntamente com os delegados dos distritos, inspecionarem as escolas públicas e particulares.

Em sessão de 18 de julho de 1885[16] ,foram submetidas à votação e aprovadas pela Congregação as novas Instruções para o provimento das cadeiras vagas da Escola Normal da Corte. Foi designado o Sr. Paulino Martins Pacheco para inspecionar as escolas públicas e colégios particulares, em substituição ao Bacharel Antonio Ferreira Viana Filho, que havia sido dispensado do lugar de professor de Cosmografia e Geografia Geral. Em sessão de 17 de setembro, foram designados para substituir o senhor Pelino Guedes, que solicitara exoneração do cargo de professor de Pedagogia, Paulino Martins Pacheco, bacharéis Alfredo Coelho Barreto e Antonio Valentim da Costa Magalhães. E em sessão da mesma data foi eleito o bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães para relator da memória histórica do ano letivo de 1885.

Em sessão de 16 de novembro, foram eleitos para a comissão de programas de ensino os bacharéis Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Teófilo das Neves Leão, Antonio Valentin da Costa, Dr. João Carlos de Oliva e Maia e José Francisco Halbout. Em

---

[16] Segunda Diretoria da Secretaria do Império, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1885. Cumprimenta o Diretor da Escola Normal e roga-lhe que declare a data em que entraram em exercício na mesma Escola os professores nomeados por Decreto de 2 do corrente mês, o que não consta do seu ofício de 14 de julho, .é essencial para a regularidade dos assentamentos respectivos e expedientes que se tenha de fazer. Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal da Corte. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

sessão de 21 de janeiro de 1886, designou-se o bacharel Antonio Valentim da Costa Magalhães para representar a Congregação da Escola Normal nas Conferências Pedagógicas.

Em decreto de 19 de maio de 1885, foi nomeado diretor da Escola Normal da Corte o bacharel João Pedro de Aquino, por ter sido exonerado a pedido o bacharel Sancho de Barros Pimentel, tendo antes passado a diretoria ao bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Nesse mesmo ano, por aviso de 16 de fevereiro, foram mandados efetuar os exames no Imperial Colégio Pedro II, por não estar concluída a pintura da Escola Politécnica.

O bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães afirmou, nas conclusões de seu relatório sobre a memória histórica da Escola Normal da Corte, que a concorrência das matrículas, bem como a assiduidade nas aulas havia aumentado progressivamente em relação ao período entre 1881 e 1885.O professor chamou a atenção para questões que considerava importante.

> [...] o sucesso do ensino misto e, sobretudo para a constante e notável preponderância em quantidade e qualidade das alunas em relação aos alunos. Esse fato importantíssimo revela a natural tendência de nossas patrícias para uma profissão que deve pertencer exclusivamente a mulheres.[...]". [17]

Terminou seu relatório concluindo que a Escola Normal da Corte era uma nascente instituição com pouco mais de cinco anos de existência, considerou seu plano teórico e prático e acrescentou que muito ainda havia a se realizar, mas que a Escola tinha acrescentado em seus anos de existência essa experiência e poderia suprir as necessidades vindouras.

Em 6 de junho de 1885, [18] o diretor efetivo da Escola Normal da Corte, João Pedro de Aquino, enviou ofício para o Conselheiro e Senador João Florentino Meira de Vasconcelos,

---

[17] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 e apresentado à Congregação da mesma Escola na sessão de maio de 1886, pelo bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Livro de Memórias Históricas da Escola Normal da Corte. Arquivo do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[18] Ofício reservado número 116, 37-85. Escola Normal da Corte, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1885, assinado pelo Diretor João Pedro de Aquino e enviado ao Sr. Conselheiro Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, Mui Digno Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império , examinando cuidadosamente todos os serviços da escola, mandada executar pelo Decreto 8025 de 16 e março de 1881. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Ministro e Secretário dos Negócios do Império, no qual declarava que com seus estudos realizados sobre as Escolas Normais e, principalmente, com a prática que acumulara no magistério público e particular por mais de 20 anos, podia afirmar que a Escola Normal, a princípio uma belíssima instituição de ensino, tinha chegado a um estado tal que sem grandes modificações não poderia preencher seus fins. O diretor enumerou algumas medidas que acreditava serem urgentes para a mudança da Escola: [19]

1ª – Nomear por Decreto professores efetivos da Escola Normal, independente de concurso, os seguintes professores vitalícios do extinto Instituto Comercial: Benjamin Constant Botelho de Magalhães, José Francisco Halbout, João Carlos de Oliva Maia, Teófilo das Neves Leão, os quais tanto "têm se distinguido no magistério pelo caráter, pelo saber e pelo critério pedagógico". O primeiro nomeado para a cadeira de Mecânica e Astronomia, o segundo para a cadeira de Francês, o terceiro para a cadeira de Lógica, Direito Natural e Público, e o quarto, para a cadeira de Cosmografia, Geografia e História Geral.

2 ° - Que o Ministro mandasse, logo depois, abrir inscrição para o concurso de todas as cadeiras[20] disponíveis, menos para as duas seguintes:primeiro a que envolvia os conhecimentos de Instrução Religiosa, Dogmas, Moral e Culto, e, em segundo lugar, os conhecimentos de Pedagogia e Metodologia, para as quais o diretor acreditava que o Governo deveria se reservar o direito de escolher livremente, à semelhança do que se praticava no Imperial Colégio Pedro II, a respeito da primeira, e do que se praticava em todas as Escolas Normais da Europa e dos Estados Unidos quanto à segunda.

3ª - Que o ministro permitisse que o diretor contratasse mais duas inspetoras, a bem da disciplina e moralidade das alunas, para vigiar as 222 alunas matriculadas.

Decorridos cinco anos de funcionamento, a Escola Normal continuava a funcionar na Escola Politécnica e, a respeito dos inconvenientes provocados pelo fato, o diretor João

---

[19] Exposição Sucinta dos fatos mais notáveis, ocorridos durante o ano letivo de 1887. Escola Normal da Corte. Enviado pelo diretor João Pedro de Aquino ao Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior mui digníssimo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote IE [5] 35. ANO: 1887.

[20] O termo "cadeira" no período estudado significa, para a atualidade, disciplinas escolares.

Pedro de Aquino, comunicou, em oficio de 30 de julho de 1885, [21] ao Conselheiro João Florentino Meira de Vasconcellos, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que no dia 29 de julho, às 9 horas da noite, tinha morrido a senhora D. Maria Henriquieta de Castrioto, mãe da aluna Eugênia Sandoval de Castrioto por uma queda da escada que se posicionava na entrada do prédio. O diretor comunicou ao Ministro que os empregados haviam sofrido numerosas quedas. Dessa forma solicitou ao Ministro que mandasse colocar corrimões nas laterais da Escola Politécnica, que à noite davam ingresso aos alunos e alunas da Escola Normal, ao menos enquanto a Escola funcionasse à noite e em edifício tão impróprio.

Ocorreu também na Corte um concurso no dia 7 de agosto de 1885,[22] para o provimento das cadeiras públicas de instrução primária do município da Corte. As seguintes escolas contavam com cadeiras vagas nesse ano: 1ª e 4ª de São Cristóvão, 3ª do Engenho Novo, a de Inhaúma, 2ª da Guaratiba, para meninas, a de Paquetá, a do Curato de Santa Cruz e 1ª de Guaratiba, para meninos.

A Escola Normal nos anos finais do Império

O ano de 1886 começou e a Escola Normal da Corte principiou suas aulas no mês de março. No mesmo ano o Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária comunicou ao diretor João Pedro de Aquino que, às 8 horas da noite do dia 13 de março, [23] haveria uma Conferência de professores públicos primários. A Conferência ocorreu no salão do Museu Escolar Nacional com a presença do Imperador D. Pedro II. O Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa solicitou ao diretor que enviasse para a Conferência os professores e os substitutos da Escola Normal da Corte.

---

[21] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 e apresentado à Congregação da mesma Escola na sessão de maio de 1886, pelo Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Fonte: Livro de Relatórios Históricos e Memórias da Escola Normal. Local: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[22] Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1885. Oficio número 215-85 do Inspetor Geral Egidio Adolfo. Victorio da Costa ao Senhor Conselheiro Senador Barão de Mamoré, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império submetendo o resultado do concurso que procedeu desde 7 de agosto último. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Localização: Pacote IE^5 31 Ano 1885.

[23] Memória Histórica dos sucessos mais notáveis ocorridos na Escola Normal da Corte durante o ano letivo de 1886. Apresentado à Congregação da mesma Escola em sessão de 1º de abril de 1887 pêlo professor José Francisco Halbout. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote IE^5- 31.

A Escola de Aplicação, muito solicitada nas reuniões da Congregação, não foi construída e os professores continuavam enviando os alunos para ministrarem as aulas práticas nas escolas primárias das freguesias da Corte. Em ofício endereçado ao diretor João Pedro de Aquino, o Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte comunicou que havia designado para as provas práticas de Pedagogia e Metodologia as escolas públicas 1ª de meninos e 3ª de meninas da Freguesia de Santíssimo Sacramento. [24]

As aulas na Escola Normal da Corte tiveram inicio no dia 1° de abril de 1886. Em sessão da Congregação de 29 de março, foram aprovados o horário das aulas e o programa de ensino das diferentes cadeiras da escola. As matrículas abriram com 331 alunos, sendo 76 do sexo masculino e 255 do sexo feminino nas três primeiras séries de estudos. Obtiveram cartão de admissão 75 ouvintes: 35 do sexo masculino e 40 do sexo feminino.

Inscreveram-se para os exames da 1ª série em :Português, 50 alunos e 24 foram aprovados. Em Aritmética foram 16 inscritos e 16 aprovados 6. Em Caligrafia e Desenho Linear foram 71 inscritos e 52 aprovados. Em Ginástica inscreveram-se 59, 15 do sexo masculino e 44 do sexo feminino, foram aprovados 32 alunas e 9 alunos.

Foram realizados exames na segunda série das seguintes matérias: Português com 20 inscritos, 5 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, aprovados 8 alunos no total. Álgebra, Geometria e Trigonometria: inscreveram-se 6 alunos, 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, sendo aprovados apenas 2, um aluno e uma aluna. Em Corografia e História do Brasil, inscreveram-se 18 candidatos, 6 alunos e 12 alunas, aprovados 4 alunos e 4 alunas. Em Pedagogia e Metodologia Elementar foram inscritos 9 alunos, 4 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, sendo aprovados 1 aluno e 1 aluna. Musica: 27 inscritos, 6 alunos e 21 alunas, aprovados 16 mulheres e 4 homens. Finalmente em Trabalhos de Agulha inscreveram-se 32 alunas, aprovadas 17. Em resumo, estavam aptos para atuar no curso primário do 1° grau 43 alunas e 13 alunos. Na terceira série, apenas um aluno se inscreveu no exame de Caligrafia e Desenho Linear, mas não compareceu para prestar exame. [25]

---

[24] Idem, Ibidem.

[25] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, n° 4 do Regulamento anexo ao Decreto n° 7684

Na sessão da Congregação de 29 de abril de 1886, [26] decidiu-se que seria solene a entrega das Cartas de Professores do Curso Primário do 1° grau e foi eleito um orador oficial.A entrega ocorreu na presença do Imperador D. Pedro II. Foi cantado nessa ocasião, pelos alunos e alunas da Escola Normal, um hino composto pelo senhor Miguel Cardoso especialmente para o ato[27]. Todos fizeram o uso da palavra: o diretor, o bacharel Antonio Valentim da Costa Magalhães, orador oficial, e vários professores.

Também houve concursos para as escolas públicas primárias do município da Corte. No dia 26 de julho de 1886[28], com a presença do Imperador D. Pedro II, realizou-se o concurso para o provimento da primeira escola pública de meninas da Freguesia de João Batista da Lagoa. Em oficio enviado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro Barão de Mamoré, pelo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, foi possível apreender os resultados do concurso. Das nove candidatas inscritas, apenas quatro compareceram e, destas, uma foi inabilitada na prova de escrita e três na prova oral. Ou seja, nenhuma candidata foi aprovada. Essa era a realidade dos concursos públicos, muitas vezes conclamados como inúteis.

Por ter sido o resultado totalmente sofrível, realizou-se no dia 21 de outubro de 1886 um outro concurso para o provimento da cadeira vaga na 2ª escola de meninos da Freguesia da Glória. Inscreveram-se oito candidatas, mas só compareceram duas candidatas, das quais uma foi inabilitada na prova escrita e outra na prova oral.O Ministro Balduíno Coelho propôs o adiamento dos concursos até que houvesse professores habilitados para exercerem as cadeiras vagas na Corte.

---

de 6 de março de 1880 e apresentado à Congregação da mesma Escola na sessão de maio de 1886, pelo Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães; Arquivo do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[26] Idem, Ibidem.

[27] No levantamento e catalogação das fontes não foi possível encontrar a letra do hino oficial composto para a solenidade de entrega das Cartas de Professores, o que não significa afirmar que não seja possível encontrar esse documento já que são inúmeras as fontes que ainda não foram pesquisadas.

[28] Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1886, oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao professor Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito que foi nomeado para fazer parte da comissão julgadora do concurso ao provimento da 1ª escola publica do sexo masculino da freguesia de S. João Baptista da Lagoa, concurso que será honrado com a Augusta Presença de Sua majestade o Imperador. Fonte: Livro de Correspondência Oficial da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de janeiro.

No ano de 1887, as aulas deveriam começar no dia 15 de março e terminar em 14 de março de 1888, mas por ter sido grande o número de candidatos à matrícula na 1ª série e, também, por não haver terminado até 14 de março os exames da 2ª época de 1886, a abertura das aulas foi adiada para o dia 1º de abril. Em virtude dos problemas de carga horária o ano letivo terminou em 30 de novembro e não em março de 1888, como estava previsto.

Inscreveram-se para exame de admissão 117 candidatos, 83 do sexo feminino e 34 do sexo masculino. Foram habilitados 54, sendo 36 do sexo feminino e 18 do sexo masculino. Matricularam-se nas três séries que funcionaram na Escola Normal da Corte, 189 do sexo feminino e 51 do sexo masculino na 1ª série;. 60 do sexo feminino e 22 do sexo masculino na 2ª série, e, finalmente, 6 alunas e 3 alunos na 3ª série.[29]

Pelo regulamento, não era necessário que o aluno tivesse aprovação em todas as matérias de uma série para se matricular em algumas matérias da série seguinte e, além disso, o aluno não era obrigado a matricular-se em todas as seis aulas de cada série. Houve 908 matriculas na 1ª série, 333 na 2ª série e 30 na 3ª série. No que se refere a freqüência e à divisão de aulas, o Regulamento da Escola Normal permitia que qualquer pessoa, embora não fosse aluno, pudesse assistir às aulas da Escola. Foi a diretoria obrigada, à vista do crescido número de alunos e ouvintes, a pedir divisão das aulas de Português, de Aritmética e de Caligrafia e Desenho Linear da 1ª série, o que foi concedido.

A diretoria da Escola desejava tornar o mais profissional possível o ensino dado na Escola, por isso propôs ao governo, em ofício de 2 de maio, a criação de aulas anexas para os alunos se exercitarem na "arte de ensinar". Por aviso de 6 de maio, o governo enviou autorização para as normalistas ensaiarem nas aulas das escolas lições que servissem de norma ao magistério primário. Esta deliberação produziu grande estímulo entre os normalistas que

---

[29] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1888, na Escola Normal da Corte, apresentado ao Governo Imperial pelo diretor interino Bacharel Teófilo das Neves Leão. Fonte: Livro de Relatórios Históricos e Memória de diferentes anos da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

procuraram, na ocasião em que tiveram de reproduzir a lição dada às crianças pelos respectivos professores. [30]

No dia 5 de dezembro começaram os exames da 1ª época, que terminaram no dia 2 de janeiro de 1888. Os exames da 2ª época começaram no dia 15 de fevereiro de 1887 e terminaram no dia 14 de março. Em virtude das férias escolares, as escolas públicas fixaram para 2ª época as provas práticas dos exames de Pedagogia e Metodologia Elementar. Concluíram o estudo das matérias obrigatórias das duas primeiras séries, de acordo com o Regulamento da Escola Normal da Corte, 9 alunos, 6 mulheres e 2 homens.

De acordo com o relato do diretor Teófilo das Neves Leão, as primeiras turmas de examinandos em Pedagogia e Metodologia realizaram a prova prática nas escolas públicas primárias. Essa assertiva corrobora a não existência das escolas de aplicação como escolas anexas à Escola Normal, pois as práticas continuavam a ser exercidas nas escolas primárias das freguesias da Corte. No caso de as escolas públicas primárias estarem impossibilitadas, ou fechadas, como ocorreu em 1888 em virtude de deliberação do governo e de acordo com a Inspetoria Geral da Higiene, propôs que as provas práticas de Pedagogia e Metodologia das segundas turmas se efetuassem em alguns estabelecimentos particulares [31]. Os trabalhos, segundo o diretor Teófilo, foram realizados no Colégio Minerva e auxiliados pela diretora, professores e alunos.

A Escola Normal da Corte contava com uma biblioteca com mais de mil volumes e obras importantes. Não havia como freqüentá-la convenientemente por falta de espaço necessário no edifício onde funcionava a Escola. Pelo mesmo motivo não houve, em 1887, a possibilidade de fundar o Museu Pedagógico.

Nas atas de reuniões da Congregação, documentos oficiais, correspondências da Escola e documentos avulsos como abaixo-assinados e cartas de professores, não encontrei

---

[30] Memória Histórica dos sucessos mais notáveis ocorridos na Escola Normal da Corte durante o ano letivo de 1886. Apresentado à Congregação da mesma Escola em sessão de 1° de abril de 1887 pelo professor José Francisco Halbout. Fonte: Arquivo nacional. Localização Pacote IE^5- 31. Documento Manuscrito.

[31] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1888 na Escola Normal da Corte apresentado ao Governo Imperial pelo diretor interino Bacharel Teófilo das Neves Leão. Fonte: Livro de relatórios históricos e memórias de deferentes anos. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

documento que citasse a existência de um edifício próprio para a Escola Normal da Corte. Pude observar que não havia unanimidade sobre essa questão. Os membros da Escola esperavam acabar de construir o edifício da rua da Relação, já na época com alicerces e com algumas madeiras, onde estavam aplicados mais de duzentos contos de réis. O diretor João Pedro de Aquino solicitou com urgência que fosse posta em funcionamento a Escola Normal num prédio com as acomodações necessárias para os dois sexos e com ginásio, biblioteca, museu pedagógico, escolas anexas e tudo mais que acreditava ser indispensável para uma escola normal.

Por aviso de 23 de dezembro de 1887, foi nomeado o professor José Francisco Halbout para diretor da escola, durante o impedimento do diretor efetivo que obtivera licença de dois meses para tratar de negócios de seu interesse.

Terminando o relatório dos sucessos mais notáveis do ano de 1887, o professor interino Álvaro Joaquim de Oliveira teceu algumas críticas em relação às condições do ensino na Escola Normal, o que não havia sido feito por nenhum outro relator.Afirmava que a inteligência deveria ser preparada por meio da instrução científica geral e enciclopédica. Essa instrução deveria ser fornecida por um professorado ético no exercício de uma profissão útil, tudo sob a influencia dos bons sentimentos.

O Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do município da Corte, Emigdio Adolfo Vitório da Costa, enviou, em 16 de maio de 1887, ao diretor da Escola Normal, João Pedro de Aquino, uma recomendação do Ministro dos Negócios do Império, Barão de Mamoré. Nesta correspondência o Inspetor solicitou ao diretor da Escola que atentasse para as exposições realizadas anualmente pela Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional. O intuito era atender aos fins a que se destinavam: representar o Estado e apresentar os resultados do ensino. Para tanto, o Inspetor solicitou ao diretor da Escola Normal que dedicasse toda consideração ao assunto e que providenciasse para que no ano de 1888, em relação aos estabelecimentos públicos de instrução primária e secundária, se apresentasse a divisão dos trabalhos clássicos e do material de ensino utilizado nas escolas.

Em 22 de julho de 1887, o Ministro Manuel do Nascimento comunicou ao diretor da Escola Normal, que fora nomeado por Decreto no dia 21 de julho pela Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, para o cargo de Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império.

A Escola Normal da Corte recebeu, em 27 de julho de 1887, para o uso dos funcionários da Escola, 100 passes da Companhia Vila Isabel, 100 do Jardim Botânico, 100 da de São Cristóvão e 100 de Carris Urbanos.

A partir de agosto de 1887, verifica-se a existência de ofícios solicitando que se diminuísse a despesa da Escola Normal e que fossem enviados ao Ministro, em detalhes, as despesas com gás. O documento solicitava que fossem indicados quantos bicos de gás a Escola tinha, fosse na parte externa das salas de aula ou na parte interna. Cabe lembrar que a Escola continuava funcionando em duas salas da Escola Politécnica. Em 22 de setembro de 1887, o Inspetor de Polícia da Corte, João Coelho Bento, acusou ter recebido do diretor da Escola Normal o pedido para que fossem enviados praças de polícia para colocar ordem na porta do edifício, pois como as aulas funcionavam no período noturno era preciso tomar certas precauções com a segurança dos alunos.[32]

No dia 24 de dezembro de 1887, [33] o diretor da Escola Normal da Corte, João Pedro de Aquino, recebeu da Associação Mantenedora do Museu Escolar a incumbência de tomar parte da Comissão Julgadora dos trabalhos apresentados na Exposição Escolar que seria realizada no Edifício da Imprensa Nacional, no dia 27 de dezembro, às 7 horas da noite.

---

[32] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1888 na Escola Normal da Corte apresentado ao Governo Imperial, pelo diretor interino Bacharel Teófilo das Neves Leão. Fonte: Livro de Relatórios e Memórias Históricas de diferentes anos.Localização: Instituto De Educação do Rio De Janeiro. Documento manuscrito.

[33] Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional, em 24 de dezembro de 1887, comunica ao diretor da escola Normal João Pedro de Aquino que foi nomeado para comissão julgadora dos trabalhos apresentados na exposição escolar que se realiza no edifício da Imprensa nacional. Fonte: Livro da sessão da Congregação da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.Documento manuscrito.

Terceira Parte
Os professores da Escola Normal da Corte

Capítulo 8

Os professores e professores diretores

Desde 1997, quando procurava documentos para escrever minha dissertação de mestrado, alimentava a vontade de escrever sobre o cotidiano dos professores na Corte. Queria descobrir como fora a formação dos professores e seu cotidiano na Escola Normal do Município Neutro. [1]

No dia-a-dia dos normalistas, as práticas de leitura e escrita podiam revelar "vestígios" de uma educação destinada a formar professores conforme certa mentalidade dominante.

O problema consistia em conhecer aspectos da vida dos professores na Corte em uma época em que idéias modernizadoras circularam intensamente no Brasil e contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura escolar moderna. Todavia, como sabemos, não é uma tarefa fácil captar o cotidiano do professor: os documentos são pouco precisos e freqüentemente descrevem o professor idealizado e não a realidade cotidiana.

Neste capítulo proponho-me descrever alguns aspectos ilustrativos do cotidiano dos professores que atuaram nas escolas primárias da Corte no período em estudo. Num primeiro momento, procurei conhecer a formação dos professores; num segundo, procurei realizar uma leitura da prática dos professores, de sua vida e de sua formação moral e intelectual.

Os primeiros professores

De acordo com o livro de registros, os professores nomeados para formar o primeiro quadro de docentes da Escola Normal foram: Manoel Olympio Rodrigues da Costa, professor da extinta cadeira de Português e Elementos de Geografia Aritmética do Colégio Pedro II; José Francisco Halbout, professor da extinta cadeira de Francês do

[1] A pesquisa resultou na Dissertação de Mestrado intitulada Concursos Públicos para Admissão de Professores na Corte: 1876-1886. UFMS-Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande .MS.

Instituto Comercial; cônego João Pires de Amorim, possivelmente padre da paróquia próxima do Colégio Pedro II, local onde funcionou inicialmente a Escola Normal; ainda para atuar na aula de Instrução Religiosa foi nomeado Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, professor da extinta cadeira de Alemão do Instituto Comercial; Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho; José Manuel Garcia, professor da extinta cadeira de Português do Externato Pedro II.Para as aulas de Pedagogia e Prática do Ensino Intuitivo encontram-se registrados os professores Augusto Emilio Zaluar; Carlos Maximiliano Pimenta de Laet e Pedro Severiano de Magalhães.

O primeiro relatório sobre a Escola Normal foi elaborado por Carlos Maximiano Pimenta de Laet. O longo preâmbulo do documento inicia-se com a fala do professor, que assinalou a significativa demanda inicial de matrículas.

> [...] Designado o edifício do Externato do Imperial Colégio de Pedro 2º como local onde provisoriamente deveria funcionar a Escola e empossados o corpo docente e mais funcionários, mandou a diretoria abrir a inscrição para exames de 25 a 30 de março prazo que, reconhecido como insuficiente pela grande afluência de candidatos foi prorrogado até fins do mês seguinte.[...] Na secretaria da Escola nos dias que decorreram de 25 de março a 28 de abril apresentaram-se como candidatos à matrícula na 1º série 288 indivíduos, os quais não exibiram os documentos de que tratam os artigos 6 e 13, e matricularam-se 105 do sexo masculino e 177 do sexo feminino [...] .[2]

O professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet acrescentou que vários professores em exercício procuraram a Escola Normal para efetuar as suas matrículas. O relatório apresenta apenas a quantidade de professores que se apresentaram para solicitar uma vaga na Escola, são eles: 1 professor catedrático e 3 professoras catedráticas de instrução primária, 1 professor municipal e 5 professoras municipais; 15 adjuntos e 32 adjuntas efetivas, 8 adjuntos e 20 adjuntas interinas e 5 indivíduos do sexo masculino e 11 do feminino que apresentaram títulos de capacidade pela Inspetoria Geral da Instrução Pública.

A formação acadêmica dos professores

[2] Livro de Relatórios Históricos e Memórias de Diferentes Anos. Fonte: Instituto de Educação do Rio De Janeiro. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, n. 4 do Regulamento anexo ao Decreto n. 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado à Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881.

Na Corte, no último quartel do século XIX, foram inúmeras as iniciativas e as realizações no âmbito educacional, que serviram de referência para as posteriores reformas do ensino, por ter sido considerado um período de modernidade na instrução pública.

Entre os professores da Escola Normal da Corte, constaram nomes de expressão política e representatividade intelectual, como Pedro Autran da Mata de Albuquerque, formado pela Faculdade de Direito de Recife; Antonio Herculano de Souza Bandeira, bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Olinda e professor de Filosofia do antigo Colégio de Belas Artes da mesma faculdade e autor de *Questões de filosofia*, contidas no Programa adotado para os exames do Bacharelado em letras da Universidade de Paris[3]; Pedro Severiano de Magalhães, doutor de Medicina e lente de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e um dos primeiros cirurgiões do Brasil[4]; José Manuel Garcia, conhecida figura da Independência Argentina, exerceu de 1815 a 1820 o cargo de agente confidencial no Brasil com o título de "Deputado das Províncias Unidas do Rio Prata do Rio de Janeiro"; Augusto Emilio Zaluar, poeta e escritor, missário pagador da divisão dos Voluntários Reais de El-Rei, na campanha do Rio da Prata, antes da independência do Brasil. Zaluar, português de nascimento, dedicou-se no Brasil a atividade literária e jornalística, colaborando na redação do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro;* em Petrópolis foi redator principal de *Paraíba,* e em Santos, da *Civilização*, e consta ter sido o primeiro professor de Pedagogia e Prática do Ensino Intuitivo[5]; Carlos Maximiano Pimenta de Laet, bacharel em Letras pelo antigo Colégio Pedro II, engenheiro e geógrafo, professor aposentado de Português, Geografia e Aritmética do Pedro II e Cavaleiro da Ordem da Rosa.[6]

Logicamente, esses não foram os únicos professores que atuaram na Escola Normal, a lista é apenas uma amostra dos professores que eram exemplos da expressão política e representatividade intelectual.

---

[3] *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. J.F Sobrinho. Rio de Janeiro: Ponghetti, 1937.
[4] *Dicionário bio-bibliográfico de escritores médicos* (1500-1899). São Paulo: Nobel, 1972.
[5] SACRAMENTO BLAKE. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*, obra citada,
[6] Idem, Ibidem.

As relações destes com os professores primários das freguesias da Corte estavam calcadas nas ordens constantes do aviso nº 1940, datado do Ministério Imperial em 29 de abril de 1882, e de acordo com as disposições do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854. Nesse aviso, a Escola Normal da Corte ficou encarregada de inspecionar as escolas primárias das freguesias da Corte.

Os professores designados pela Congregação da Escola Normal deveriam verificar especialmente:

1° - Se as escolas estavam convenientemente situadas e se reuniam as devidas condições higiênicas;

2° - Qual a verdadeira freqüência de cada uma, se mais, se menos, conforme as circunstâncias locais e outras considerações que deveriam ser atendidas;

3°- Se os professores exerciam com critério sua função, seguindo o magistério de acordo com o programa de ensino das disposições que se encontravam em vigor;

4° - Qual a influência sobre as escolas, os professores e os alunos, exercida pela inspeção pública do distrito;

5° - Quais os melhoramentos urgentes necessários a fim de que correspondessem formalmente aos intuitos e à solicitude do Governo Imperial pela difusão e progresso do ensino em geral;

6° - Além de Indicar as escolas que por sua diminuta freqüência deviam ser transferidas das localidades em que se localizavam para outras da mesma ou de diversa freguesia, tendo em intenção o maior aproveitamento do ensino. No caso de as escolas públicas primárias estarem impossibilitadas, ou fechadas, como ocorreu em 1888 em virtude de deliberação do governo e de acordo com a Inspetoria Geral da Higiene, propôs

que as provas práticas de Pedagogia e Metodologia das segundas turmas se efetuassem em alguns estabelecimentos particulares.[7]

Com efeito, a Escola Normal da Corte representava para as escolas primárias o instrumento fiscalizador do Governo e a possibilidade de os professores se manterem vitalícios nas cadeiras. Dessa forma, a realização das referidas tarefas não era vista com bons olhos pelos professores da Escola Normal, que delas se esquivavam o quanto podiam, para não aceitarem a nefasta função. Muitos justificavam a ausência por motivo de doença ou problemas pessoais. Os professores eram escolhidos pela Congregação da Escola Normal e vistoriavam a situação do ensino, do prédio escolar, da higiene, da regulamentação e todos os processos que fizessem parte das escolas primárias das freguesias da Corte.

Cumpre notar que todos esses esforços representavam a ordem e o progresso vislumbrado para a educação primária na Corte, a ligação implícita na formação de professores pela Escola Normal e a necessidade de se resgatar o ensino primário, dar-lhe elementos de vida e de prosperidade, tratá-lo com esmero e zelo para que desse bons resultados.

Os professores do Instituto e as doutrinas cientificistas

---

[7] Não há uma informação precisa sobre o fechamento das escolas públicas. Dessa forma apresento um pequeno histórico da condição de salubridade na Corte. Se durante a primeira metade do século XIX os principais núcleos urbanos do Império ficaram livres das violentas epidemias de febre amarela e cólera que assolavam regiões européias e americanas, a partir de 1840 este quadro sofreria mudança radical, destruindo as teses que apostavam nas boas condições de salubridade do Brasil. Em fins de 1849 e inícios de 1850, a febre amarela chegou com toda a sua capacidade destrutiva à Corte. Cinco anos depois, a cidade do Rio e outras regiões do Império foram devastadas pela epidemia de cólera. Conforme observou Sidney Chalhoub, as altas taxas de mortalidade registradas nesse período fizeram com que as questões relacionadas À salubridade pública passassem a ocupar lugar de destaque nas preocupações do governo imperial, resultando, inclusive, na criação da Junta Central de Higiene. A partir da primeira epidemia, a febre amarela passou a manifestar-se regularmente nos verões cariocas, expandindo-se por outras cidades do Império. Contudo, a partir de 1862, os casos reduziram-se bastante, reaparecendo com força total na epidemia do verão de 1868. Os surtos – sendo que os dois mais graves ocorreram em 1873 e 1876 – não mais abandonaram a cidade até que, anos mais tarde, as medidas erradicadoras da campanha de Oswaldo Cruz surtissem efeito. [...] Ceifando um número cada vez maior de vidas, a tuberculose figurava em 1870 como a principal responsável pela mortalidade na Corte [...] Segundo Fritsch, na década de 1870, a tuberculose matou 20.916 pessoas no Rio, enquanto a febre amarela e a varíola, as duas doenças mais importantes na época, mataram 14.541 e 6.618, respectivamente.[...] Cf. ENGEL, Magali Gouveia. In VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)* verbete Epidemias, p.231-3. ob.cit.

Ainda que no Brasil um sistema nacional de educação não tenha se efetivado no século XIX, não se pode deixar de dizer que o Estado, desde as primeiras décadas do século XIX, tenha demonstrado uma preocupação em organizar e dirigir a instrução pública desde o ponto de vista de um discurso liberal e democrático.

Entre os professores, as idéias positivistas começaram a ser discutidas com maior intensidade a partir de 1887. No relatório organizado pelo professor interino bacharel Álvaro Joaquim de Oliveira, que exercia a cadeira de Ciências Físicas, pude verificar essas representações no item referente às condições do ensino.

> È uma verdade hoje universalmente conhecida: a inércia mental que lavra em todo o mundo civilizado, a qual se traduz pela ausência de opiniões propriamente comuns, aumenta de dia em dia pela tendência de cada um a considerar como supremo árbitro, único, a sua própria razão no julgamento das questões sociais e morais, que são as que mais de posto afetou a ordem humana. Os espíritos acham-se assim em flagrante contradição, admitiu a autoridade científica aos domínios inferiores, isto é, em relação aos fatos do meio cosmológico, mas não reconhecem os domínios superiores que abrangem os fenômenos atinentes ao meio social e à própria natureza humana, fenômenos esses, aliás, como os primeiros, sujeitos a leis invariáveis, e portanto à previsão científica.[8]

O professor afirmou que o problema da educação apresentava sérias dificuldades, não só pelas resistências que determinavam a mudança de rumo, como pela falta de uma opinião comum, que não permitia descobrir, por parte dos governos, em cujas mãos estava centrada a função educadora. .

Os conhecimentos científicos eram considerados, pelos professores que adotavam as idéias positivistas na Escola Normal da Corte, a única saída para melhorar o estado de morosidade em que se encontrava a formação de mestres.

Os professores da Escola Normal da Corte preocupavam-se com sua atualização e discutiam várias questões relativas ao ensino em suas reuniões. E', porém, na correspondência oficial que aparece com alguma nitidez a angústia pela falta de

---

[8] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1887 e das condições do ensino na Escola Normal da Corte, organizado de acordo com o artigo 77, parágrafo 8 do Regulamento anexo ao Decreto no 8025 de 16 de março de 1881, pelo professor interino Álvaro Joaquim de Oliveira. Apresentado á Congregação da mesma Escola em sessão de 21 de abril de 1888. Fonte: Arquivo Nacional. Localização Setor de Consultas. Pacote IE^5 35. ANO: 1888.

estabelecimentos que apoiassem o magistério primário. Cada nova intenção, como a criação dos jardins de infância e a defesa pela criação da universidade no Brasil, levava a uma cadeia de novidades, que por sua vez abria novas perspectivas.

Apresentadas como assuntos diletos para as discussões nas reuniões da Escola Normal da Corte, as novidades compreendiam a vitória do progresso e da civilização. Estamos falando de um momento, portanto, em que as instituições públicas passavam a ver na ciência as possibilidades de expressão de seus mais altos desejos e ansiedades. A ciência institucionalizada era vislumbrada como a solução para os problemas. O vínculo entre as intenções de melhorar a educação e as instituições culturais foi de tal monta que não deixa de ser revelador o fato de Benjamim Constant estar durante quase seis anos à frente da direção da escola.

As razões eram claras. Parecia necessário mudar a imagem da Escola Normal e impor sua face de progresso e civilização. A participação de Benjamin Constant não poderia ser mais direta: o professor investiu na imagem da escola e fazia questão de apresentar e enumerar em seu relatório dos "sucessos mais notáveis", maio de 1886, o número crescente de alunos matriculados: 237, sendo 180 do sexo feminino e 57 do masculino. Benjamin Constant relatou detalhadamente as matérias ministradas na Escola Normal e o número de alunos matriculados em cada uma das séries, isto é, alinhavou fatos que demonstravam a "[...] sólida instrução cientifica, embora modesta que a escola em grande parte prodigaliza é necessária e indispensável [...]".[9]

Essa difusão do saber deveria atingir não somente os que se destinavam à profissão do magistério, mas a todos os cidadãos de um e outro sexo para esclarecer e dirigir útil e dignamente sua conduta individual e social.

De um lado, a insegurança e as aspirações da época tornavam-se temas recorrentes e sustentavam os discursos apoiados na idéia de progresso vindouro, que

---

[9] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, n. 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de maio de 1886, pelo Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

somente podia ser obtido por meio da dedicação à formação das gerações futuras.Os relatórios oficiais cumpriam a tarefa de explicitar e de demonstrar as representações que os atores da época pretendiam para si. Visitavam-se aí os domínios da imaginação humana cujos princípios norteadores se referem à representação de uma instituição destinada à formação de pessoal habilitado para atuar nas escolas primárias das freguesias da Corte.

Por outro lado, a preocupação com os programas de aulas e com o regulamento das cadeiras de ensino dialogava com as representações locais, aparatos intelectuais que corroboravam a necessidade de instruir e formar os professores.

Essa é a época, também, dos discursos sobre a função do professor.Esse deveria ser um individuo de grande moralidade, com instrução sólida e, sobretudo, com uma vocação especial. Mas, segundo Jane Soares de Almeida: "[...] aqueles que reúnem todas essas qualidades, têm necessidade de ter uma existência assegurada, para si e para sua família [...]". O que realmente acontecia no Brasil era que dificilmente os professores tinham essas características.

Na introdução do discurso sobre as práticas relativas ao "sacerdócio" do mestre, essa característica aparece bem delimitada nas provas práticas realizadas na escola. Entretanto a noção de "sacerdócio" precisa ser tratada como uma problemática, especialmente quando as funções do professor são discutidas e tratadas em curto prazo, como faço neste trabalho de pesquisa.

Os professores-diretores

Durante os nove anos de funcionamento da Escola Normal da Corte, de 1880 a 1889, vários professores assumiram o cargo de diretor, nomeados pelo Governo Imperial. O capítulo VIII do projeto de Regulamento para a Escola Normal, organizado em 10 de janeiro de 1881 e assinado pelo diretor Benjamin Constant, foi examinado pelo Conselheiro Barão Homem de Mello, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e enumerou as atribuições e funções do diretor:

1º - Exercer a inspeção geral do estabelecimento e especialmente a do ensino;

2° - Observar e fazer cumprir as disposições deste regulamento, admoestando os professores que se deslizarem dos seus deveres, repreendendo os empregados negligentes ou mal sucedidos e suspendendo-os até 15 dias;

3° - Propor a divisão de qualquer aula, quando o número de alunos reclame essa providência;

4° - Pedir providência ao governo para a substituição do professor de instrução religiosa no seu impedimento prolongado, logo que este passe de 8 dias;

5° - Presidir na falta da Inspetoria Geral da Instrução Pública os concursos da Escola;

6° - Representar a Escola perante o governo e quaisquer autoridades;

7° - Rubricar todos os livros de escrituração da Escola;

8° - Assinar os títulos de habilitação;

9° - Propor ao Governo a contratação de inspetores, inspetoras e contínuos;

10° - Contratar os serventes necessários e despedi-los quando julgar conveniente;

11° - Instaurar em oficio os processos disciplinares dos professores e substitutos, bem como os alunos;

12° - Propor ao Governo a demissão dos professores e professoras do curso de artes;

13° - Ordenar todas as despesas para que estiver autorizado;

14° - Tomar as medidas ou providências que forem urgentes.

A Escola Normal foi administrada por vários diretores: Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi diretor no período de 18 de março de 1880 até novembro de 1883. Nesse ano, o professor Sancho de Barros Pimentel assumiu interinamente a direção da Escola, por nomeação do representante do Palácio do Rio de Janeiro, Francisco Antunes Maciel, em 27 de outubro. Permaneceu no cargo por pouco tempo, apenas enquanto este último foi Ministro do Estado dos Negócios do Império. Em 17 de julho de 1884, Benjamin Constant voltou ao cargo, permanecendo até 20 de maio de 1885, quando assumiu o bacharel João Pedro de Aquino, professor da Escola Normal, sendo o conselheiro João Florentino Meira de Vasconcelos o Ministro e Secretário dos Negócios do Império. Em novembro de 1889, três dias após a proclamação da República, Teófilo das Neves Leão foi nomeado e assumiu a direção até 30 de abril de 1890. Apesar das mudanças políticas sofridas pelo Brasil, a Escola Normal conservou o mesmo pessoal docente e administrativo.

O mesmo diretor dirigiu-se ao engenheiro Antonio de Paula Freitas no intuito de orçar a despesa com aparelhos e preparos para a iluminação da Escola Normal, a fim de que pudesse funcionar à noite de maneira adequada e salutar. Não conseguiu colocar suas iniciativas em prática e foi substituído por Francisco Carlos da Silva Cabrita. Podemos compreender que essa hierarquia variava também de acordo com o papel desempenhado na sociedade.

O positivista Benjamin Constant

Certamente Benjamin Constant é exemplo de formação militar. Sua vida militar foi exemplar, tendo estado na linha de frente na Guerra do Paraguai construindo pontes, trincheiras e fazendo mapas, que acabou traçando-lhe o destino. Apesar do sacrifício à carreira militar, a vocação de Benjamin Constant não era essa. Provavelmente inspirado pelo pai, Benjamin Constant sempre quis ser e foi um professor. Sua vida como professor é importante por várias razões. Sua ação profissional gravitou em torno das primeiras instituições brasileiras ensinando Matemática de nível superior nas Escolas Militares sediadas no Rio de Janeiro. O soldo militar e o salário de professor auxiliar eram pequenos, de modo que Benjamin Constant procurou tornar-se catedrático inscrevendo-se em todos os

concursos que foram anunciados na época. As escolas eram todas do Governo Imperial, que não via com bons olhos as pretensões do abertamente antimonarquista.

Com um regime político imperial organizado como uma Monarquia Constitucional representativa e hereditária, começaram a circular as idéias novas na Escola Normal da Corte.

Um professor como Benjamin Constant, de cujas habilidades como comunicador e personalidade cativante há muitos relatos, certamente não teve dificuldades em formar seguidores. Isso fez com que se formasse um primeiro núcleo sistemático de positivistas no Brasil numa época em que o abolicionismo, o republicanismo e o antimonarquismo eram moda entre os jovens militares, alunos de Constant ou não.

Tendo se convertido ao positivismo, tornou-se o seu grande divulgador e líder entre os militares, o que acabou resultando em grandes transformações políticas e educacionais em nosso país. A prática positivista caracterizava-se, além de uma postura científica frente aos fenômenos sociais e naturais, pela seguinte trilogia: o amor por princípio, a ordem por base e o progresso da humanidade como fim.

A preocupação com a função instrumental das representações da figura do diretor da Escola Normal encontra em Benjamin Constant Botelho de Magalhães os ecos de uma nova era na instrução pública no Brasil. O que interessa é como o encontro humano, real ou imaginado, influi na produção de novas idéias pelas pessoas, tanto no âmbito da linguagem como no da prática escolar e sugere modos diferenciados de se lidar com o simbólico.

A partir desse contexto, compreende-se que a hierarquia variava também de acordo com o papel desempenhado na sociedade. Ainda que os homens de ciência, como os demais cidadãos, fossem indivíduos, suas atividades diárias eram exercidas através de uma ampla rede de instituições, agendas e oportunidades profissionais. A figura de Benjamin Constant foi significativa para a criação e a inauguração de uma Escola Normal na Corte. O centro representativo do poder no país precisava de um líder educacional que fizesse jus a essa simbologia.

E´ interessante observar que quase todas as fontes bibliográficas ou biográficas não se referem ao período em que Benjamin Constant exerceu a função de diretor e professor da Escola Normal da Corte. Talvez a indicação esteja representada no fato de o Imperador Pedro II ser conhecido como um homem que dedicou toda sua vida aos estudos e se preocupava em assegurar sua realeza e reconhecer uma cultura nacionalista. Assim, o Imperador afirmava "A ciência sou eu".[10] Essa preocupação com o desenvolvimento cientifico talvez tenha sido o elemento que rechaçou a presença de Benjamin Constant na diretoria da Escola Normal da Corte.

O ensino de Benjamin Constant Botelho de Magalhães seguia a orientação positivista e era, então, o que hoje chamamos de Filosofia da Matemática muito mais do que puramente ensino de Matemática. Como professor, não deixou nenhum livro-texto que nos permita fazer uma avaliação direta e segura do conteúdo de suas metas. Já mencionamos que era verdadeiramente idolatrado por seus alunos. Os inúmeros depoimentos sobre sua ação didática resumem-se em elogiá-lo sem entrar em maiores detalhes. Contudo, parece ser seguro afirmar que seu estilo didático era uma imitação do de Auguste Comte.

Para construir uma nacionalidade, com valores e sentimentos de exaltação a pátria que fossem propagados era preciso ter professores capacitados para educar e instruir as crianças. Ao mesmo tempo, no entanto, a observação desses discursos demonstrou a criança vislumbrada como o embrião do futuro cidadão, nas considerações do professor primário do município Neutro.

A proposta consistia em educar as crianças moralmente e culturalmente, o professor tinha que desenvolver atitudes para conseguir que seus alunos tivessem uma instrução sólida e substancial. Não era apenas ensinar só a ler e a escrever a um menino, mas, sobretudo era preciso que a instrução literária e a moral caminhassem juntas para se fazer de um " menino ignorante" um cidadão útil à sociedade.

---

[10] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

Esse contexto colocou em evidência de forma crua o que a instituição escolar dissimulava por trás da sua "neutralidade", a apropriação dos acontecimentos cotidianos pela narrativa nos discursos construiu uma identidade moral dessas instituições, que foram apropriadas pela Escola Normal da Corte. Completavam essa identidade as defesas às propostas de se inaugurar na Corte um estabelecimento responsável pela formação desses professores. Nesse ato, vê-se que a cultura dos professores leigos atingiu os discursos na Escola Normal que estende o direito a se pronunciar da seguinte forma quanto salienta a importância da educação moral: "[...] o espírito tem como o corpo suas exigências e seus direitos que não podem ser impunemente desatendidas". [11]

[11] PACOTE ID[6] SOB A ANOTAÇÃO DE IG[5] 60 MINISTÉRIO DO IMPÉRIO- SÉRIE EDUCAÇÃO. ANO: -1881. Oficio da Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária do Municipio da Corte em 29 de março de 1881;n[0] 83-81 endereçado ao conselheiro Barão Homem de Mello. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assinado pelo Inspetor Jose Bento da Cunha Figueiredo. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Capítulo 9

Os concursos de professores para a Escola Normal e escolas primárias

Neste capítulo, a pesquisa documental está direcionada para a prática dos concursos públicos para seleção de professores primários no município da Corte. Num primeiro momento, será imprescindível traçar um histórico inicial dos concursos públicos e sua repercussão no Brasil. [1]

Acentue-se que tal prática possibilita apreender as especificidades que marcaram esse período da instrução pública no Brasil, particularmente no que se refere à atuação de professores primários, o que nos leva a concluir que essa forma de enfrentamento da questão realiza o preceito de que apesar de o "[...] singular não ser uma realização mecânica do universal ele é a única forma sob a qual o universal se realiza [...]".[2]

Para o desenvolvimento deste capítulo, parte-se do princípio de que o exame dos concursos de seleção de professores pode revelar as exigências das autoridades educacionais para que alguém viesse a ser professor. Assim, a análise das atas, despachos, documentos processuais, editais, provas e pareceres, pode revelar a dinâmica desses concursos.

Num primeiro momento, procuro fazer uma descrição do panorama dos concursos públicos para seleção de professores para atuarem na Escola Normal; num segundo momento, faço um estudo dos concursos para provimento das cadeiras vagas nas escolas primárias de meninos e de meninas situadas na Corte. Por fim, num terceiro momento, deste capítulo, procuro analisar as provas no intuito de identificar o perfil do professor pretendido pela sociedade em estudo.

Foi possível observar que a seleção de professores era uma das preocupações constantes no discurso de intelectuais da época. E de fato, a preocupação de selecionar

---

[1] Neste capítulo retomo pesquisas e questões constantes na minha dissertação de mestrado intitulada Os Concursos Públicos para Admissão de Professores no Município da Corte: 1876-1886.Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Mestrado em Educação. Campo Grande, 1999.

[2] ALVES, Gilberto Luiz. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, 1990

professores para atuarem nas escolas primárias das freguesias da Corte ou na Escola Normal encontra-se presente nos decretos, projetos e regulamentos sobre a instrução primária e secundária no Município Neutro.

Para realizar o levantamento documental relativo à prática dos concursos, consultei os acervos das seguintes instituições: Arquivo Nacional, Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Geral e Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Os concursos para professores efetivos

Com vistas a atender às necessidades decretadas, já no ano de 1854, foi vetado o artigo número 87 das determinações relativas aos concursos públicos, que exigia que os professores da Escola Normal fossem nomeados por decreto e considerados vitalícios os professores substitutos do Curso de Ciências e Letras.

Para tanto, tornou-se necessário determinar as considerações formais para que os concursos pudessem ser realizados. Referindo-se a esses dispositivos, o artigo 90 da proposta de 1881 estabeleceu que só poderiam ser admitidos em concursos professores que estivessem concorrendo à vaga de "substitutos".

Logo depois da aprovação dos concursos para a Escola Normal da Corte, o Imperador D. Pedro II determinou que fossem seguidas os Atos Preparatórios para os Concursos, datados de 4 de julho de 1881, compostos de 70 artigos que disciplinavam os trabalhos a serem realizados na Escola Normal da Corte.

Os cidadãos brasileiros que estivessem em gozo de seus direitos civis e políticos e se mostrassem habilitados nas matérias da respectiva seção poderiam assumir as cadeiras vagas na Corte. Para comprovar o atendimento das condições, os candidatos deveriam se apresentar na secretaria da Escola Normal com requerimento ao diretor da escola, certidão de idade ou documento equivalente, folha corrida tirada no lugar da residência e certidão de aprovação nas matérias da seção, expedida em estabelecimento de instrução secundária ou superior, nacional ou estrangeiro.

Não podia se inscrever o candidato que tivesse acusação judicial de "[...] furto, roubo, estelionato, banca-rota, rapto, estupro, adultério, ou outro qualquer crime que ofenda a moral publica ou a religião do Estado".[3]

Desse exame resultou a convicção de que os concursos elaborados para selecionar professores apresentavam problemas sérios.

> [...] são em geral deficientes por conterem causas de erro na apreciação do mérito relativo dos candidatos, que embora se não possam eliminar de todo podem ser, contudo grandemente atenuadas sem ter, portanto pretensões à perfeição sempre impossível de atingir-se e muito especialmente em assuntos desse gênero.[4]

Possivelmente, os poucos concursos para seleção de professores para preencher as cadeiras vagas na Escola Normal da Corte e o pequeno número de candidatos eram reflexo da pouca disponibilidade de candidatos preparados para exercer a função do magistério e, possivelmente, do descrédito nos processos de seleção em virtude de fraudes e interferências políticas em favor de determinados candidatos.

A Escola Normal da Corte, por sua vez, destinou um capítulo de seu Regulamento Oficial para a elaboração de normas e regras relacionadas à realização dos concursos, a saber: provas oral e escrita, prática das matérias, apresentação e defesa de tese argüida pelos membros da Comissão Julgadora sobre um tema comum para todos os concorrentes.

Os pontos para todas as provas eram tornados públicos com maior ou menor antecipação dependendo da prova. Todavia, os concursos começavam pela apresentação, defesa e argüição da tese; em seguida eram realizadas as provas orais e escritas. As provas escritas eram lacradas na frente dos concorrentes e guardadas até o dia da leitura das provas realizadas em presença da Comissão. Os atos de julgamento deveriam ser contínuos e apenas terminar quando a comissão tivesse precedido a todos os atos do concurso.

---

[3] Ofício da Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte em 29 de março de 1881; n. 83-81, endereçado ao conselheiro Barão Homem de Mello. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império assinado pelo Inspetor José Bento da Cunha Figueiredo. Setor de Consultas do Arquivo Nacional. Documento manuscrito.

[4] Idem, Ibidem.

Os atos preparatórios foram duramente criticados pelo diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

> [...] o candidato que tem 24 horas para preparar uma preleção de uma hora sobre um ponto dado pode, embora pouco versado na matéria ou mesmo completamente ignorante nela decorar uma excelente dissertação, produto de alheio esforço, e reproduzi-la fielmente, impressionando favoravelmente a comissão e o auditório, ninguém o interrompe durante a exposição nem pode argüi-lo antes ou depois sobre o assunto da prova, portanto aquela impressão favorável produzida ficará como elemento falso suficiente por si só para perturbar e prejudicar a justiça do julgamento.[5]

No relatório é possível identificar aspectos do pensamento do diretor da escola, que, ao dar continuidade ao seu parecer sobre os concursos para seleção de mestres da Escola Normal, reiterou que as falsificações podiam ocorrer também nas provas escritas, exceto no caso de o candidato ter extraído o ponto de alguma obra conhecida dos examinadores. Entretanto, se esse fato não fosse passível de verificação era impossível à banca examinadora verificar se a prova realmente fora escrita ou simplesmente memorizada pelo aluno.

O diretor afirmou que essas hipóteses eram "puras fantasias", mas que exprimiam fatos que poderiam acontecer e colocar em dúvida a eficácia dos concursos como meio de provimento dos cargos do magistério. Declarou ter presenciado um fato parecido "[...] já figurei um caso em que era possível e fácil, apesar desta prova, o triunfo do candidato ignorante ou menos apto d'entre os seus competidores [...]".[6] Afirmou ainda que considerava impossível comprovar esses casos numerosos e que eram conhecidos os "[...] espertalhões ignorantes e de má fé para fazer vingar a fraude que empregou para merecer de uma comissão talvez muito competente na matéria e muito justa na apreciação das provas e a boa classificação que obtém, iludindo a sua boa fé".[7]

Outros casos foram citados pelo diretor: uma comissão parcial na argüição e na confecção dos pontos poderia favorecer seu candidato predileto; os candidatos podiam

---

[5] Voto em separado do Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães enviado ao Ministro e Secretario dos Negócios do Império Pedro Leão Velloso e assinado por Rodolfo Epifânio Dantas, Ruy Barbosa, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, Balduíno José Coelho. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[6] Idem, Ibidem.

[7] Idem, Ibidem.

combinar anteriormente, no caso de argüição mútua, os ataques e defesas que poderiam beneficiá-los.

Fundamentada nas denúncias do diretor, a Congregação da Escola Normal procurou eliminar o maior número possível de causas de erro e criar processos mais rígidos. As argüições dos membros da comissão sobre as provas orais e escritas diminuíram as mais importantes causas de erro apontadas e inerentes a essas provas. Criou-se a dupla defesa de tese - uma realizada entre os candidatos e outra pelos membros da comissão julgadora dos concursos.

No ano de 1881, foi realizado um concurso para o provimento da Primeira e Segunda Seção da Escola Normal da Corte. O diretor da Escola Normal enviou um ofício ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Barão Homem de Mello, informando que as inscrições deveriam terminar no dia 14 de julho e solicitando que o Ministro marcasse o prazo para as inscrições dos candidatos às vagas das restantes seções e nomeasse as comissões julgadoras dos concursos e os seus respectivos presidentes e secretários. O diretor pediu urgência na nomeação, pois essas comissões iriam organizar os pontos para as diferentes provas, pontos a serem apresentados aos candidatos logo depois de terminada a inscrição.

Em resposta, Netto Machado nomeou, em 12 de julho de 1881, uma comissão para acompanhar os concursos da Primeira e Segunda Seção da Escola Normal, composta pelo conselheiro Christiano Otoni e Frontin, Álvaro de Oliveira, Roberto Tromposky Leitão e Cursino do Amarante.

No ano de 1881, quando a Escola Normal realizou o concurso para o primeiro provimento de professores, Benjamin Constant Botelho de Magalhães enviou ao Ministro do Império Conselheiro Barão Homem de Mello as Instruções para os concursos elaborado pela Congregação e que só seriam colocadas em prática se fossem aprovadas pelo Ministro.[8]

---

[8] Instruções para os concursos da Escola Normal da Corte organizada pela respectiva Congregação. Setor de Consultas.Pacote IE^{5}28.Ministério do Império.Série Educação.Arquivo Nacional. Fonte manuscrita.

Nesse documento, a Congregação da Escola não determinou nenhuma disposição sobre o preenchimento efetivo para os lugares do magistério. Percebe-se, nos livros de nomeação de professores para a Escola Normal, que a maioria dos professores estava contratada na condição de interinos e somente os de ensino religioso tinham o cargo de professores efetivos.

O diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães referiu-se aos concursos da Escola Normal em relatório enviado ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, conselheiro senador Barão Homem de Mello, em 22 de fevereiro de 1881. [9] Nele manifestou sua indignação sobre o estado em que se encontrava o concurso para seleção de professores, no caso uma cópia dos preceitos observados pelo Imperial Colégio Pedro II.

Também em julho de 1881 o diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães enviou ao Ministro do Império um pedido para que fosse nomeada uma Comissão para julgar os concursos para o provimento da 1 ª seção do Curso de Ciências e Letras, referente à matéria Dogmas, Moral e História da Religião. O diretor justifica a solicitação em separado por existirem candidatos que não podiam provar suas habilitações na matéria de Religião, pois esta só era ensinada num único estabelecimento de ensino secundário. Tal solicitação comprova a hipótese de que a formação da Escola Normal não poderia ser enquadrada como ensino secundário, no mínimo equivalia a uma formação primária superior.

O artigo 4ª das Instruções para os Concursos da Escola Normal da Corte, em "Atos preparatórios dos concursos", determinava que, os candidatos "[...] poderão exibir quaisquer outros documentos que julguem abonar a sua capacidade para o magistério e dos quais se lhes passará recibo".[10] Os concursos públicos referiam-se apenas ao Curso de Ciências e Letras.

---

[9] Diretoria da Escola Normal em 22 de fevereiro de 1881. Voto em separado do Diretor Benjamim Constant Botelho de Magalhães sobre a reforma do Regulamento da Escola Normal organizado pela Congregação em cumprimento do Aviso do Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império Conselheiro Barão Homem de Mello. Setor de Consultas. Arquivo Nacional. Documento manuscrito.

[10] Atos preparatórios dos concursos. Arquivo Nacional. Documento manuscrito. Setor de Consultas. Pacote IE^5 28.

O candidato que não pudesse provar suas habilitações em qualquer matéria ficava sujeito a um exame de "suficiência" requerido pelo diretor. Esse exame era realizado na presença de três membros da Congregação e aberto ao público e, os candidatos deveriam argumentar sobre generalidades da matéria submetida a concurso. A comissão julgadora deveria ser composta por quatro pessoas eleitas pela Congregação, das quais dois professores exerceriam a função de examinadores que deveriam argüir oralmente os candidatos. Os examinadores poderiam ser pessoas não pertencentes ao corpo docente da Escola Normal. A Comissão deveria ser presidida pelo diretor do estabelecimento e sua função era organizar os pontos[11], que deveriam ser aprovados anteriormente pela Congregação e eram publicados no *Diário Oficial* juntamente com o edital do concurso.

As provas para o provimento das cadeiras vagas eram as seguintes: tese, defesa de tese, prova oral e escrita, prova prática nos casos exigidos e a argüição feita pelos examinadores.

A tese era composta de uma dissertação escrita e impressa, às custas do candidato, sobre o ponto sorteado, comum a todos. O candidato tinha quarenta dias para escrevê-la e apresentá-la impressa, contado o dia do sorteio do ponto. A não apresentação da tese no prazo determinado excluía-o automaticamente do concurso. No caso de haver apenas um candidato, a argüição era feita pelos examinadores. Se houvesse mais de um candidato, a argüição era recíproca, "[...] cabendo a cada um meia hora, marcada por ampulheta".[12]

A prova escrita era realizada três dias depois da defesa e argüição das teses, sendo o ponto sorteado e o mesmo para todos. O candidato tinha um prazo de quatro horas "improrrogáveis" para a realização da prova escrita e era vedada a consulta de livros ou anotações. A dissertação era escrita numa folha de papel rubricado pelo diretor reservando-se uma folha em branco destinada às considerações da Comissão.

---

[11] Nesse caso a palavra "pontos" está se referindo ao conteúdo escolar e intelectual que seria sorteado e cobrado dos candidatos nos atos dos concursos.

[12] Artigo 19ª das Instruções para os concursos da Escola Normal da Corte. Fonte manuscrita. Arquivo Nacional. Setor de Consultas. Pacote IE 28.

Havia uma preocupação com a segurança dessas provas. O sistema de rubricas na frente e no verso da prova, o ato de lacrar as provas num envelope com o nome do autor e colocá-la numa uma e de distribuir as chaves entre o diretor e dois membros da Comissão não impediam que os candidatos indicados pelo Governo fossem aprovados. O fato pode ser observado nas cartas dos candidatos aprovados e que não conseguiam indicação para a ocupação das cadeiras vagas.

Três dias após as provas escritas, eram realizadas as provas orais, sendo que os demais candidatos não podiam assistir às provas orais de seus concorrentes. Assim que terminavam essas provas, eram abertas as umas com as provas escritas, estas eram entregues aos candidatos e cada um teria que ler a sua prova em voz alta sob a inspeção de outro candidato em ordem da inscrição.

Nos concursos para as cadeiras de Ciências Físicas, Ciências Biológicas e Pedagogia e Metodologia, além das provas anteriores havia também as provas práticas, constituídas por experiências físicas e ou preparação e análises qualitativas de um corpo. Para as provas de Ciências Biológicas eram exigidas preparações histológicas, anatômicas e sua análise ou o estudo de fenômenos fisiológicos.

Em relação aos saberes exigidos, verifica-se um direcionamento ao conhecimento do aluno e a certos padrões de saúde e de comportamento que deveriam ser alcançados pelos estudantes, produzindo uma normatização da vida escolar em todos os seus detalhes. Provavelmente essa foi a gênese do que mais tarde seria conhecida como Biologia escolar.

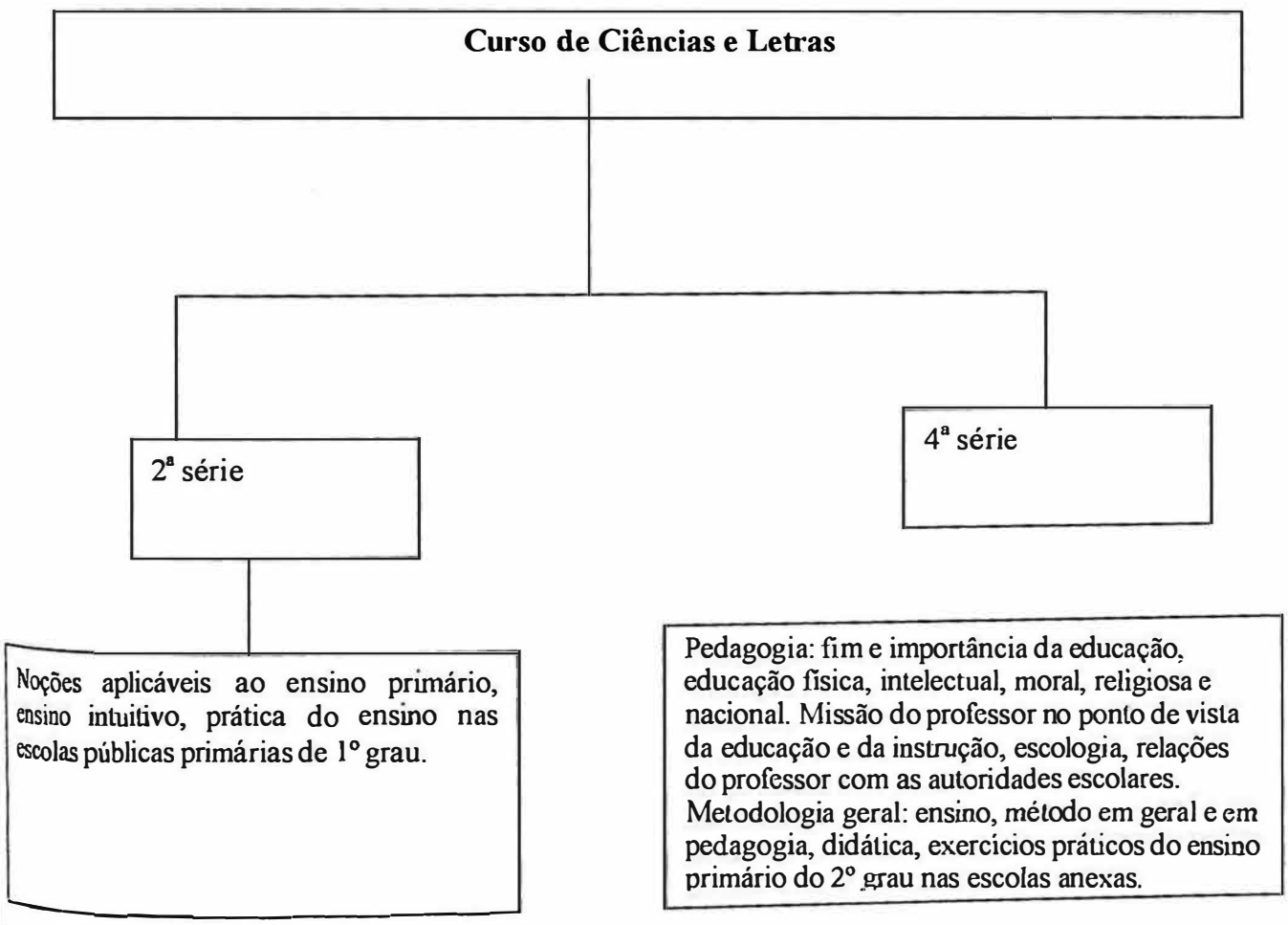
A necessidade de se conhecer o corpo humano focaliza basicamente a criança escolarizada e seu ambiente de estudo, orientando-se no sentido de proporcionar parâmetros de ação aos futuros professores e às instituições de ensino.

È importante também analisar os indícios da prática presente na formação do professor. A análise da documentação arquivística indica ter havido, a partir de 1885, preocupação com os conteúdos de higiene, mas com inserção de ouros temas como doenças e nutrição humana.

No que se refere às provas práticas, a cadeira de Pedagogia e Metodologia, consistia numa "Lição de coisas", uma explicação de gramática elementar e outros exercícios escolares em uma classe que era escolhida em alguma escola pública das freguesias da Corte.

Em relação aos conteúdos veiculados, verifica-se a cadeira de Pedagogia e Metodologia era a 4ª cadeira da 2ª e 4ª séries do curso de Ciências e Letras. No Curso de Artes, as aulas estavam destinadas ao desenvolvimento físico e mental dos alunos da Escola Normal, aulas de Caligrafia, Música, Trabalhos de Agulha (para mulheres), Ginástica, para os dois sexos, — uma novidade nesse período —, já que o exercício físico de eugenia era proposto inicialmente apenas para os homens.

Organograma do Curso de Ciências e Letras



Provimento das cadeiras vagas na Seção de Artes

No concurso para o provimento dos lugares de professor no Curso de Artes, as provas eram as seguintes: oral, escrita, prática e argüição pelos examinadores. Como o Curso de Artes basicamente era composto por aulas de Música, Ginástica, Caligrafia e Trabalhos de Agulha (para mulheres), os atos dos concursos baseavam-se mais nas provas práticas.

No primeiro dia realizava-se a prova oral, sorteando-se o ponto de uma urna que continha os vinte pontos organizados pela Comissão Julgadora. Após o sorteio, o candidato tinha "uma hora para meditar" numa sala reservada, sendo-lhe proibido entrar em contato com outras pessoas. Após o período, o candidato deveria expor o assunto numa "[...] preleção que durará uma hora marcada por ampulheta [...]".[13]

A prova escrita era realizada dois dias depois da oral, com duração de duas horas, e o candidato iria dissertar sobre ponto sorteado. Sobre a prova prática, o artigo 55 do Ato preparatório para os concursos determinava que:

> A prova prática versará sobre os exercícios mais comuns da disciplina respectiva e durará o espaço de tempo requerido pela sua importância relativa. A comissão julgadora antes de começar o concurso fará um programa especial que será aprovado pela Congregação e comunicado aos concorrentes para o seu conhecimento.[14]

Sobre a argüição, o artigo 56 determinava que deveria ser realizada pelos examinadores e versaria sobre todas as provas. Cada examinador tinha meia hora para avaliar o candidato.

Com os atos dos concursos encerrados, a Escola Normal findava o ato público e se dava início à votação e as preleções. Os examinadores deveriam dar seu parecer separadamente sobre cada um dos candidatos, apreciariam o valor de cada prova e observariam, particularmente, a capacidade pedagógica do candidato e do método de exposição. Um dos membros da Comissão Julgadora servia de Secretário para redigir um ofício à Congregação da Escola, registrando o resultado do concurso. Assim que recebesse

---

[13] Atos preparatórios dos concursos. Arquivo Nacional, Documento Manuscrito.Setor de Consultas — Pacote IE^{5} - 28. Artigo 52.
[14] Idem, Artigo 55.

o resultado o diretor, junto com a Congregação, deveria propor ao Governo uma lista com os nomes dos alunos e o Imperador escolheria o candidato para ocupar a vaga.

Como se pode depreender dessa descrição, os atos dos concursos eram bem organizados visando a manter a ordem e a disciplina. Havia rigor e preocupação em lacrar as provas e as urnas contendo as provas, mas todo esse aparato parece não estar de acordo com os atos finais, cujo descrédito muitas vezes se encontra registrado nos documentos. Quando um candidato que não tinha o apoio do Governo Imperial ou do Ministro do Império, seu nome era excluído sem maiores explicações.

Essa parte política dos concursos foi abordada por Rui Barbosa em sua *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*:

> Aqui, como em toda a parte, o concurso, longe de ser um freio liberal contra o arbítrio do governo é o cômodo abrigo a cuja sombra o governo acolhe, e sazona os seus abusos; longe de constituir um preservativo de pureza e sinceridade, tende a atuar como incentivo às clandestinidades odiosas do patronato, longe de joeirar os medíocres e nulos, arreda freqüentemente as capacidades superiores; longe de por em relevo as qualidades sólidas e úteis do merecimento científico, da investigação laboriosa, do ensino proficiente, não deixa luzir, as mais das vezes, senão os dotes superficiais de espíritos fáceis, petulantes e desertos, mas sem profundeza, nem fecundidade real.
> Escutai a linguagem de Michel Bréal, a grande autoridade cuja competência excepcional impõe-se ao respeito de todo mundo, "o guia mais competente, o homem, dentre todos os franceses, que melhor conhece as instituições pedagógicas dos países estrangeiros, e melhor compreendeu as necessidades da instrução pública no seu país". Há onze anos, no seu famoso livro, clássico desde o momento da publicação, dizia ele: "Como se nomearão os nossos professores catedráticos? Não quiséramos que fosse por concurso. O concurso, logo ao estabelecer-se num país, é possível que dê bons resultados; fadado está, porém, este modo de escolha a perder, com o andar do tempo, a mor parte das suas vantagens, e tomar de dia em dia mais sensíveis os seus inconvenientes". A perspectiva do concurso tende a formar oradores, cuja competência afasta verdadeiros sábios. A necessidade de adestração para essas justas desvia dos trabalhos científicos, às vezes para a vida inteira. O concurso, cujos resultados são de certo modo, palpáveis, forra os juizes à responsabilidade perante a opinião. Avantaja o candidato que desenvolve idéias admitidas, sempre mais fáceis de exprimir, ao que produz idéias novas. Coloca os professores na colisão difícil de se pronunciarem algumas vezes em polêmicas, onde se acha empenhada a sua própria opinião. O indivíduo que conquistou o seu lugar em concurso é naturalmente induzido a crer que de direito esse lugar lhe pertence, e nada mais lhe cumpre fazer, para justificar o voto dos colegas .[15]

[15] BARBOSA Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Saúde, 1947. v. 9-10, p.204-6.

A preocupação de Rui Barbosa com os concursos esteve presente nos seus discursos. A critica de Rui Barbosa incidia sobre o fato de que ao indivíduo que se propunha a ser professor, bastava conhecer uma determinada soma de conhecimentos, mesmo porque era notória a falta de pessoas consideradas aptas para desempenhar a tarefa de lecionar nas escolas primárias no município da Corte, resultado da total ineficácia das Escolas Normais em formar pessoal capacitado para tal função.

Nas palavras de Rui Barbosa, podemos notar a influência de pensadores como Guizot, Lorde Brougham e Horace Mann, advogados eloqüentes da educação popular. Rui Barbosa ressaltava, assim, a necessidade de não tergiversar a educação dos mestres, pois é ele quem faz a escola. E assim resume a figura do professor:

> Antes um bom professor, sem concurso de acessórios que o auxiliem, do que um professor medíocre, incompetente, ajudado pelo mais completo material de que a riqueza possa fazer aquisição. Um professor consumado, sem outro teto que a ramaria de um carvalho, nem mais livros que suas folhas, é capaz de instruir, e educar. Um professor deseducado e inábil não fará nada, ainda no meio de uma biblioteca e coadjuvado por um laboratório completo.[16]

A incisiva valorização da figura do professor e a necessidade de encarar com seriedade a educação do futuro mestre podem justificar a preocupação de Rui Barbosa com os concursos, já que os mesmos muitas vezes desmoralizavam o mérito real do professor, atribuindo superioridade às aparências. Em seus pareceres, encontramos vários conclusivos sobre os concursos, os quais denominava como uma forma estéril e imoral de se escolher o professor, sem a preocupação de avaliar a existência de uma verdadeira vocação para atuar no magistério.

O verdadeiro mestre deveria demonstrar preocupação eminente com a necessidade de exercitar a mente, observando, pensando e, sobretudo, raciocinando. Os concursos, por suas características de neutralidade, deixavam de observar as aptidões individuais do professor. Para Rui Barbosa, a vocação era mais importante. Assim, é comum encontrarmos em sua fala frases como a de Lutero, que diz ser a profissão de professor: "Dura e afanosa profissão, que gasta um homem em dez anos". Os concursos

---

[16] Idem, p. 121.

como meio de seleção de professor foram para Rui Barbosa uma forma "conspiracionista" e eficaz de se manter a esterilidade da escola.

> Esse triste expediente dos concursos, tantas vezes desmoralizado, para nos servirmos das justas expressões do Dr. Souza Bandeira Filho num relatório apresentado ao Ministério do Império que o senhor Conselheiro Rodolfo Dantas, quando Ministro dessa pasta, nos teve a bondade de comunicar, esse triste e desmoralizado expediente, a comissão peremptória e absolutamente o rejeita.[17]

As considerações acima enunciadas pelas idéias de Rui Barbosa, conselheiro de ensino provincial na Bahia e deputado à Assembléia Geral do Império, do Ministro do Império Rodolfo Dantas, do bacharel Benjamim Constant, diretor da Escola Normal da Corte, teciam o panorama da situação da instrução pública, em 1883, quase cinqüenta anos depois de criadas as primeiras escolas destinadas à formação de professores, o que deixa transparecer a fragilidade do sistema de seleção.

Os esforços relativos à moralização de concursos públicos para o estabelecimento de mestres na escola normal incidiam sobre a identificação dos objetivos e recomendações de uso das provas dos concursos para o provimento das cadeiras vagas na Escola Normal da Corte. Em detrimento, havia as nomeações por decretos imperiais para nomeação do pessoal docente da escola. Tais considerações são tratadas mais demoradamente nos documentos oficiais da Escola Normal e nas críticas dos intelectuais quanto à validade e fidedignidade dos concursos.

Os títulos acadêmicos, obtidos pelos candidatos aprovados nos concursos, sendo reconhecidos pelo governo central, eram de grande valia para os candidatos, uma vez que garantiam um status legal aos seus possuidores, ao mesmo tempo em que correspondiam a uma expectativa de melhor remuneração.

O professor Orville Derby também se referiu aos concursos públicos para cátedras que foram realizados no país à sua época. Ele disse:

> [...] O sistema de preenchimento das cátedras através de concurso, na forma como tem sido conduzido, freqüentemente dá margens a que a retórica e a elegância sejam

[17] BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*, obra citada, p.209.

> preferidas ao mérito sólido comprovado por pesquisa original; e os mais competentes às vezes se recusam a concorrer, ou, se concorrem, são derrotados numa competição em que a maioria da mesa examinadora tem apenas um conhecimento superficial do assunto da cadeira a ser preenchida [...].

Concurso para professores substitutos

Antes de tratarmos dos concursos para professores substitutos da Escola Normal, é preciso retomar o Projeto de Regulamento do estabelecimento. O papel dos professores substitutos foi continuamente discutido nos projetos de reforma. Os professores substitutos deveriam ter ocupações permanentes, assistindo às lições do professor e repetindo, de acordo com o seu plano de ensino, o curso lecionado pelo professor interino.

Na verdade, não havia muita diferença entre o professor substituto e o professor interino, já que ambos eram contratados pelo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte e poderiam ser substituídos a qualquer momento por um professor nomeado pelo Imperador.

Dessa forma, os concursos para vagas de professores substitutos para o Curso de Ciências e Letras funcionaram como seleção de professores que iriam atuar interinamente no estabelecimento de ensino. Não foi possível encontrar documentos sobre concursos que efetivassem os professores na Escola Normal. O próprio diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães passou a vida toda almejando um cargo de professor efetivo sem tê-lo conseguido.

O Decreto n. 9.684 de 6 de março de 1880[18] determinou que "[...] os professores e substitutos serão nomeados mediante concurso, salvo o de instrução religiosa que será o sacerdote nomeado livremente pelo governo [...]" . Esse mesmo decreto avaliava a situação econômica da Escola Normal e a vinculava à efetiva ação dos concursos que, segundo o decreto " [...] não se efetuarão enquanto o Poder Legislativo não tiver votado os meios necessários para a manutenção da Escola.[...]".

---

[18] Vf. MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império A Instrução e o Império*: subsídios para a história da educação no Brasil, obra citada, p. 308.

No documento relativo aos "Atos preparatórios para os Concursos"[19] os artigos normatizadores do processo de seleção de professores substitutos são menos complexos, mas tratavam de considerações parecidas com as dos concursos para professores "efetivos". Os professores substitutos deveriam conhecer um pouco de cada matéria, já que os pontos das vagas de substitutos para o Curso de Ciências e Letras versavam sobre todas as matérias da seção respectiva. Os pontos chegavam a 20, versando sempre sobre as matérias de cada cadeira da seção. Tinham que escrever uma tese e fazer prova escrita sobre três cadeiras e sobre cada uma delas escolher quatro assuntos.

Os concursos para professores primários nas escolas das Freguesias da Corte

Em 11 de agosto de 1883, um novo Decreto regulamentou provisoriamente o provimento das cadeiras vagas de instrução primária de 1° grau do Município da Corte.O Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte observou a impossibilidade de se cumprir o estabelecido no artigo 117 do Decreto número 8025 de 16 de março 1881,que determinava a obrigatoriedade da conclusão do curso normal para atuar nas escolas primárias e para se candidatar aos concursos públicos.

O artigo 18 do Decreto n. 8985 em relação à indicação dos professores ao Governo abriu um pouco mais as chances às pessoas que quisessem prestar concurso nas escolas públicas das Freguesias da Corte. Determinava que a comissão classificaria por ordem de merecimento os candidatos aprovados em todas as provas, e remeteria a relação destes, com as provas escrita ao Governo Imperial, que faria a nomeação dentre os três que obtiverem a melhor classificação.

Tinha o Governo o direito de nomear para a cadeira vaga um dos três professores classificados entre os melhores. Isso não significava que os outros dois fossem excluídos do processo; continuariam em outra lista para, junto com o quarto classificado concorrerem novamente, e assim sucessivamente até o décimo candidato aprovado.

[19] Atos preparatórios dos concursos. Arquivo Nacional, Documento Manuscrito.Setor de Consultas — Pacote IE^5 28.

Na pesquisa realizada, os dados referem-se aos concursos públicos realizados a partir do ano de 1876. A Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte realizou um concurso para provimento das cadeiras vagas no dia 15 de setembro de 1876. Nesse ano o Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária, Barão de Sá Felipe, enviou um relatório sobre o concurso para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, afirmando que contava a inscrição de vinte e três candidatas às três cadeiras de meninas disponíveis. Segundo o Inspetor Geral e o Conselho Diretor[20], havia nesse concurso professoras adjuntas que atuavam há vinte e dois anos e se encontravam, segundo o artigo 41 do Regulamento de 1854, "[...] na posse de direito á nomeação de professoras catedrática sem dependência de concurso."

Entre 18 de fevereiro e 9 de março de 1881, [21] foi realizado um outro concurso para provimento das escolas públicas primárias da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, 2ª de Jacarepaguá, 2ª e 3ª de Campo Grande, 2ª e 3ª da Ilha do Governador e 1ª da Guaratiba, todas na cidade do Rio de Janeiro, Município Neutro.

O Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha e Figueiredo, que no ano de 1876 ocupava a pasta do Ministério do Império, fora substituído em 1881 pelo conselheiro Barão Homem de Mello, alertava o Ministro para as discordâncias que estavam ocorrendo entre a Comissão Julgadora do concurso e o Conselho Diretor da Instrução.

O Diretor Geral da Instrução Primária e Secundária, Netto Machado, afirmou que o Conselho Diretor alterou o julgamento da Comissão Julgadora, não só habilitando "[...] três dos candidatos que a mesma comissão inabilitara, mas também classificando em três planos aqueles que pela referida comissão tinham sido classificados em sete [...]".

---

[20] O Conselho Diretor de Instrução Primária e Secundária era presidido pelo diretor e composto por três inspetores gerais e três membros nomeados anualmente pelo governo. Esses deveriam servir gratuitamente. O Conselho Diretor era incumbido de: promover o aperfeiçoamento dos métodos de ensino, das escolas e da revisão dos compêndios e sistema de exames e também sobre qualquer outro assunto que pudesse interessar ao melhoramento da instrução primária e secundária. Os Inspetores gerais da Instrução Primária e Secundária são subordinados ao Conselho Diretor de Instrução. MOACYR, Primitivo. *A Instrução e as Provincias*: 1835-1889. (SE, BA, RJ, SP). São Paulo: Nacional, 1939. v.2 , p. 232.

[21] No ano de 1881, um membro do Conselho Diretor foi o Reitor do Externato do Imperial Colégio Pedro II.

Netto Machado ainda reiterou sua afirmação salientando a função do Conselho Diretor, que era a de fiscalizar dos atos do concurso "[...], mas de fiscal a julgador a distância é grande".

Essas divergências eram comuns nos concursos para seleção de professores primários na Corte. De fato, a seleção dos inscritos[22] parece ter sido orientada pela influência política. No mesmo concurso de 1881, os documentos oficiais registram o caso do professor Francisco das Chagas Pereira de Oliveira, que apesar de aprovado não conseguiu assumir a cadeira vaga.

No ano de 1883, realizou-se o concurso para a instrução primária visando ao provimento da 1ª cadeira de meninas da Freguesia de Sacramento, 2ª da Guaratiba, cadeira de meninos da Ilha de Paquetá e a 1ª da Ilha do Governador.

O caráter inovador no concurso realizado em 1883 residiu no pronunciamento a favor da possibilidade de as mulheres atuarem nas escolas de meninos da Corte. Essa decisão provavelmente decorreu do simples fato de que não havia candidatos do sexo masculino inscritos no concurso, restando ao Inspetor Geral aceitar a presença feminina nas escolas de meninos.

O Diretor Geral da Instrução conselheiro Joaquim Pinto Netto Machado, afirmou que a prática de designação de professoras para reger classes de meninas e de professores para reger classes de meninos não se fundava em disposição legal e "[...] expressa não pode obstar a providência indicada pelo Inspetor, da qual, conforme ele bem conhece, deverão resultar grandes benefícios para o nosso ensino elementar".

Em 7 de agosto de 1885 foi realizado um concurso que seguia os padrões do Decreto nº 8985 de 11 de agosto de 1883. As cadeiras que se encontravam vagas eram as 1ª e 4ª de São Cristóvão, 3ª do Engenho Novo, 1ª de Inhaúma, 2ª da Guaratiba para meninas, a de Paquetá, a do Curato de Santa Cruz e a 1ª de Guaratiba para meninas. Durante a realização das provas orais previstas nesse concurso, o Imperador fez-se presente. O

[22] Optei em chamar os candidatos aos concursos públicos primários de "professores" pois a maioria deles já exercia o magistério como "professor adjunto" nas escolas primárias das freguesias da Corte.

Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária, Emigdio Adolfo Vitório da Costa, assim se manifestou sobre o resultado do concurso:

> Devo levar ao conhecimento de Vossa. Excelência que em geral não fiquei satisfeito com o resultado do concurso. As habilitações exibidas ainda não atingem o grau desejado. A prova oral julgada na forma do Decreto citado, isto é, pelo conjunto das matérias e não cada uma de per si, deixa algumas quase desconhecidas ao concorrente. Os cinco últimos candidatos classificados foram julgados com nimia benevolência; creio que para a maioria da comissão assim proceder para que pudesse conservar o cargo que exercem os ditos concorrentes, de professores adjuntos às escolas públicas primárias do Município. Entendo que ele não está em condições de exercer com proveito o magistério publico.[23]

Todavia, por trás do descrédito do processo de concursos públicos, é possível detectar as lutas políticas que geravam conflitos entre políticos conservadores e liberais, pois era comum o fato de candidatos serem reprovados por apoiarem o partido da oposição.

É importante atentar para o fato de que a chamada religião do Estado - a Religião Católica Apostólica Romana - devia ser adotada pelos professores que pretendessem atuar nas escolas públicas.

O estreito relacionamento existente entre o processo de unificação religiosa e a consolidação do Estado nacional moderno nos permite situar com maior propriedade o momento de elevação da Igreja Católica ao *status* de religião oficial do Estado, na conjuntura da expansão de uma instrução pública como elemento de ordem e progresso da Nação.[24]

Na dinâmica desse processo, alguns ajustes foram realizados ao longo do período de vigência dos concursos públicos no Império brasileiro. O primeiro deles ocorreu em 1876 no concurso realizado para o provimento da primeira escola pública de meninos da Freguesia de São João Batista da Lagoa. As diretrizes traçadas e implementadas pelo Governo, em relação aos concursos, entretanto, não sofreram modificação estrutural, apesar

---

[23] Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundaria do Município da Corte, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1885. Oficio n. 215-85 do Inspetor Geral Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Senhor conselheiro Senador Barão de Mamoré, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império submetendo o resultado do concurso a que se procedeu, desde 7 de agosto último. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[24] SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil. (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

da reabilitação política e educacional do ensino primário, que passava a prestigiar as mulheres em escolas de meninos. Na verdade, o período foi marcado muito mais por mudanças do quadro dos professores sem alterar fundamentalmente o quadro ideológico desenhado anteriormente.

Apesar de serem calcadas nos artigos do Decreto nº 8985 de 11 de agosto de 1883, as idéias do Diretor Geral da Instrução Joaquim Pinto Netto Machado foram colocadas em prática: pela primeira vez realizou-se um concurso para selecionar professoras para uma escola masculina.

Nesse concurso inscreveram-se nove candidatas e compareceram quatro.[25] Novamente o Imperador fez-se presente e observou a realização das provas práticas. Em outubro do mesmo ano ocorreu outro concurso para o provimento da 2ª escola de meninos da Freguesia da Glória, quando se inscreveram oito candidatos e compareceram apenas duas candidatas.

Nesse ano ficou decidido, por um aditamento do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Balduíno Coelho, que os concursos seriam adiados por tempo indeterminado, uma vez que os anteriores não apresentaram resultados satisfatórios. O Inspetor considerou o decreto de 1883, responsável pela insuficiência dos professores da Escola Normal para o magistério público, já que os professores que estivessem cursando a Escola poderiam ser escolhidos para dar aulas nas escolas primárias. O Inspetor acreditava que se deveria estabelecer uma norma cujo principio básico fosse aplicado seguindo os preceitos de que "[...] só os diplomados pela dita Escola podem obter cadeira pública primária o que aumentará o número de normalistas". [26]

No Regulamento para a Escola Normal da Corte de janeiro de 1881, o diretor interino Benjamim Constant Botelho de Magalhães escreveu várias páginas referentes aos concursos, enumerando suas falhas.

---

[25] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Resultado do concurso assistido pelo Inspetor Geral Emigidio Adolfo Victorio da Costa; 14 – Pacote IE^5- 31. Ano: 1886. Documento manuscrito.

[26] Idem, ibidem.

> Além destas causas de erro que residem na natureza das provas e no modus faciendi do concurso, outras há igualmente importantes. Uma comissão parcial pode na argüição e na confecção dos pontos favorecer ao candidato predileto. Os candidatos no caso de argüição mútua, principalmente quando seu número coincidir com o dos lugares vagos, podem por interesse próprio reduzir a defesa a um elogio mutuo de suas respectivas teses ou combinar de antemão ataque e defesa bem desenvolvidas para simular uma luta renhida e séria. A estes e outros inconvenientes se podem juntar os apontados na apreciação isolada das provas.
> Basta esta perfunctória análise para deixar em evidencia a proposição a demonstrar, isto é que as provas e o processo dos concursos adaptados entre nós são em geral deficientes. O concurso como se acha organizado não é, pois uma instituição que possa merecer a desejada confiança: as suas bases podem ser falsificadas, suas exigências iludidas, e ficar assim sacrificado o principio do merecimento que deu inspirá-lo e de que ele deve ser a salvaguarda. Os concursos não têm entre nós impedido que os ignorantes ou os menos habilitados dentre os candidatos tenham podido galgar as cadeiras do magistério público.Os fatos têm, pois confirmado os defeitos apontados. Mencionarei ainda uma outra circunstancia que pode ser um corretivo para a incompetência ou parcialidade da mesa, ou para a deficiência das provas, mas que pode também burlar os mais bem combinados planos de concurso e o justo julgamento de uma comissão competente, refiro-me ao arbítrio que o governo reserva na escolha dos candidatos, arbítrio que encontra razão de ser nos defeitos orgânicos da instituição, mas que deverá ser restringido à proporção dos melhoramentos que ela for experimentando.[27]

Os concursos demonstraram que os dizeres de Benjamim Constant não se realizaram, pois a Escola Normal não passou por grandes melhoramentos e tampouco o Governo Imperial deixou de dar a última palavra em relação aos concursos.

Observa-se que ocorriam constantes desavenças entre a Comissão Julgadora e o Conselho Diretor, em relação aos resultados e decisões, o que requeria a interferência do Governo Imperial para a escolha final do candidato. Assim, os resultados dos concursos nem sempre foram aqueles que se encontram registrados nos documentos; eram, na maioria das vezes, "imorais" como afirmava Rui Barbosa.

---

[27] Diretoria da Escola Normal em 22 de fevereiro de 1881. Voto em separado do Diretor Benjamim Constant Botelho de Magalhães sobre a reforma do Regulamento da Escola Normal organizado pela Congregação em cumprimento do Aviso do Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império Conselheiro Barão Homem de Mello. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, setor de consultas, CDE/SDE. Setor de Consultas Pacote IE[5] 28. Ministério do Império Série Educação. 1881.

Capítulo 10

A participação dos professores da Escola Normal e professores das escolas primárias nas Conferências Pedagógicas

Conforme os registros encontrados nos documentos, era freqüente a participação dos professores da Escola Normal da Corte nas Conferências Pedagógicas realizadas pelo menos uma vez por ano na capital do Império. Os professores também publicavam livros para serem usados nos cursos de formação de professores na Escola Normal da Corte, como *Gramática francesa*, de José Francisco Halbout; *Curso elementar de desenho linear*, de Paulino Martins Pacheco; *Lições práticas de ortografia*, de João da Mata Araújo. *Escolas Normais: sua organização, planos de estudos, métodos e programas de ensino*, de Laet (15 folhas no livro Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, 1884), e *Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880*. Sobre condições de ensino na Escola Normal da Corte eram impressos documentos que procuravam o cotidiano e apontando falhas e enaltecendo sucessos nos *Relatório dos Sucessos mais notáveis no ano letivo de 1881 e de 1882* e *Condições de Ensino no Imperial Colégio de Pedro II*, impresso em avulso em 1883 com 15 páginas.

A participação dos professores nos Congressos de Instrução Pública também era comum e geralmente apresentavam alguns relatórios e dissertações sobre as condições de ensino na Corte.

Os professores da Escola Normal participavam das Conferências Pedagógicas, instituídas pelo artigo 76 do Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. Eram realizadas, quase sempre, duas vezes por ano, como propunha o Regulamento, nas férias de Páscoa e nas do mês de dezembro. As Conferências tinham por fim manter o estímulo e a emulação, a vida na corporação dos professores públicos de instrução primária, através da troca de observações pedagógicas "[...] colhidas na prática diária de suas funções, no estudo

de método, dos programas, da disciplina escolar, da introdução de livros e objetos próprios para o ensino [...]".[1]

Os professores e substitutos da Escola Normal da Corte eram obrigados a comparecer e, juntamente com os professores públicos primários de ambos os sexos, catedráticos ou adjuntos, tinham o direito de concorrer a todas as discussões e trabalhos. Os professores particulares legalmente habilitados também podiam comparecer. A Congregação da Escola Normal da Corte elegia um professor especialmente para tomar parte da discussão das teses de Pedagogia.

A Conferência constava de três partes: a primeira destinada ao exame e à crítica dos trabalhos apresentados na Conferência anterior e que eram oportunamente publicados e distribuídos; a segunda versava sobre a discussão das questões teóricas de pedagogia, escolhidas pelo Conselho Diretor; e a terceira e a última parte eram reservadas aos trabalhos práticos de pedagogia, consistindo numa discussão e explicação do emprego e das vantagens dos aparelhos ou instrumentos considerados mais aperfeiçoados para o ensino.

Os professores públicos ou particulares podiam apresentar, durante a Conferência, dissertações escritas a respeito de observações feitas no cotidiano da escola ou sobre questões de ensino. Discussões estranhas aos objetivos da Conferência eram rigorosamente proibidas. Num momento posterior, as dissertações elaboradas pelos professores seriam submetidas pelo Inspetor Geral ao Conselho Diretor, que escolhia as que mereciam ser publicadas.

Os professores cujos trabalhos eram selecionados recebiam uma comunicação pelo menos dois meses antes da abertura das sessões, contendo os temas e questões teóricas e pedagógicas que deveriam servir de parâmetro para a elaboração das teses a serem apresentadas nas Conferências Pedagógicas. O prazo para apresentação das aludidas indicações era de trinta dias antes da realização das mesmas.

---

[1]Palácio do Rio de Janeiro em 11 de março de 1884. Francisco Antunes Maciel. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Documento manuscrito. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Setor de Consultas.

Os professores que desejassem tomar parte dos trabalhos práticos da conferência deviam apresentar ao Inspetor Geral, no primeiro dia da sessão, o objeto da lição-modelo ou dos instrumentos e aparelhos que deviam ser explicados. Em cada Conferência não podia haver mais do que uma lição-modelo. As lições deveriam ser explanadas em uma hora, no máximo. Eram colocados bancos e carteiras apropriadas aos alunos no salão de conferências. O professor que tivesse inventado ou aperfeiçoado um aparelho ou instrumento de ensino devia fazer uma exposição verbal de seu invento

Terminada a Conferência, o Inspetor Geral selecionava os trabalhos e convocava o Conselho a fim de examiná-los. Era conferida uma menção honrosa aos professores que se destacavam.Três eram escolhidos, tinham seu nome enviado ao governo e recebiam gratificações pecuniárias que, segundo o merecimento dos seus trabalhos eram de 100$, 200$ ou 300$. De acordo com a proposta do Inspetor Geral, os professores que recebiam as menções honrosas tinham seus nomes recomendados muitas vezes ao exercício do magistério.

Com o objetivo de dar continuidade às preleções sobre o ensino, a Escola Normal da Corte propôs a realização de Conferências Públicas que obrigariam os professores das cadeiras em que não se tinha matriculado nenhum aluno a preleções diárias e públicas sobre os assuntos que considerassem os mais importantes de suas disciplinas.

As Conferências Públicas foram objeto de críticas de Benjamin Constant:

> Não desconheço a utilidade destas preleções públicas sobre assuntos cientifico e literário. Ela tem a vantagem de despertar e desenvolver no espírito público o amor à instrução e ao estudo, de faculdade aos que se dedicam à cultura regular de qualquer ramo de conhecimento ocasiões de ouvirem com proveito a palavra instrutiva de algum notável especialista no assunto. Mas é incontestável que tais conferências são ineficazes como meio regular de instrução popular. A utilidade e o rigor cientifico aí são quase sempre sacrificados a uma ostentação pretensiosa de ilustração e de eloqüência, mais ao sabor do auditório, e os pontos escolhidos pelo preletor são em conseqüência quase sempre os que a mais se prestam à exibição dos seus dotes oratórios.[2]

[2] Setor de consultas. Pacote IE[5] 28. Ministério do Império.Série Educação. 1881. Diretoria da Escola Normal em 22 de fevereiro de 1881. Voto em separado do Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães sobre a reforma do Regulamento da Escola Normal organizado pela Congregação em cumprimento do Aviso do Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império Conselheiro Barão Homem de Mello.

Autor de um estudo relevante[3] para a compreensão das iniciativas e realizações educacionais relativas à Escola Normal, Benjamin Constant afirmou que nesse período se realizou o mais intenso esforço de racionalização político-administrativa na Escola Normal, com prioridade para a organização da instrução pública.Ele contribuiu significativamente para a compreensão das ações diretamente relacionadas em prol da instrução pública, destacando a dimensão renovadora de tais ações no cotidiano da Escola. Para ele essas conferências jamais teriam o respeito e a preocupação pedagógica que estavam presentes na atmosfera intelectual empenhada na inovação educacional, das Conferências Pedagógicas realizadas no Município da Corte e abertas aos professores primários.

Os Pareceres do Inspetor Geral da Instrução Pública e de um professor da Escola Normal apresentados no Congresso de Instrução de 1883

Político conservador, o Ministro Pedro Leão Velloso, à frente da pasta do Ministério do Império no ano de 1883, acreditava que a instrução pública deveria ser dirigida pelo Estado, mas de forma gradativa e harmônica sem grandes rompimentos que prejudicassem a ordem nacional.[4]

Nesse ano a Escola Normal da Corte continuou a ser alvo das discussões: em 12 de março de 1883, nomeou-se uma comissão para dar o seu parecer sobre a reforma de que necessitava a Escola Normal. Ao expor suas idéias, a comissão integrada por Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, Rui Barbosa, Balduíno José Coelho e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, afirmou ser necessária "uma completa reconstrução orgânica no seu sistema, a qual não pode ser obra senão da interferência parlamentar, que é de supor não se demore os trabalhos da respectiva comissão na Câmara dos Deputados".[5] Tais discussões ocorreram no ano de 1881 e continuaram a inspirar vários pareceres durante os anos em que a Escola funcionou, até que, em 1887, começaram a elaborar uma nova reforma.

---

[3] No ano de 1885, Benjamin Constant Botelho de Magalhães escreveu o relatório dos sucessos mais notáveis da Escola Normal, texto detalhado dos acontecimentos da Escola Normal e principalmente com riqueza de dados sobre a estatística do ensino e das matérias cursadas pelos alunos naquele ano. Cf. Livro de Memórias Históricas da Escola Normal. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Fonte manuscrita.

[4] Relatórios dos Ministros dos Negócios do Império. Arquivo Nacional. Fontes Relativas à administração da Instrução Pública, da Justiça e da Legislação Imperial. Fonte impressa. Relatório do Ministro dos Negócios do Império, João Pedro Velloso, p. 10.

[5] Despacho de Sua Excelência Pedro Leão Velloso, Ministro e Secretario dos Negócios do Império. 12 de março de 1883. Arquivo Nacional. Fonte manuscrita

Conforme o documento intitulado apenas como "Despacho Imperial", havia mudanças consideradas urgentes para o bom funcionamento da Escola Normal. Assim se manifestaram os reformadores que compuseram a comissão nomeada acima:

1- Que a Escola funcione, durante o dia, pois que o ensino noturno excedeu absolutamente o exercício nas Escolas anexas, elemento fundamental na educação do professorado;
2- Que a Escola Normal seja transferida para o próprio nacional, da rua da Harmonia, no qual funcionam duas escolas públicas primárias que podem servir para os exercícios de educação pedagógica dos alunos-mestres;
3- Que a freqüência seja obrigatória;
4- Que sejam suprimidos os concursos para o provimento dos lugares de professor da Escola Normal, devendo no caso negativo, vigorar o regimento dos concursos do Império (Colégio Pedro 2 °)
5- Que se tomarem diurnos os trabalhos da Escola Normal, sejam melhorados os vencimentos do pessoal do magistério e da administração;
6- Que, suprimidas 7 cadeiras, compreenda o curso de estudos, que deve ser de 4 anos, somente os 6 seguintes:
   - I- 1ª de Português e Literatura da língua vernácula;
   - II- 1ª de Matemáticas e Astronomia;
   - III- 1ª de Ciências físicas e biológicas;
   - IV- 1ª de Geografia e História, principalmente do Brasil;
   - V- 1ª de Instrução moral (sem caráter religioso) e cívica, compreendendo elementos de sociologia, direito pátrio, economia política; e economia doméstica para as mulheres;
   - VI- 1ª de Pedagogia e Metodologia.
7- Que, com, a economia resultante das 7 cadeiras, cuja supressão se propõe (16:800) se melhorem os vencimentos dos professores e empregados;
8- Que, si a freqüência se tomar obrigatória, sejam criados 2 lugares de Bedel;
9- Que convém criar também um lugar de adjunto para a cadeira de desenho e caligrafia e outro de adjunto para os trabalhos de agulha;
10- Que convém acabar com os concursos para o provimento dos lugares de professor das cadeiras publicas primarias para os que devem ser nomeados os que tiverem o curso da Escola Normal;
11- Que os substitutos devem ter ocupação permanente; devem assistir às lições dos professores e repeti-las;
12- Que aos substitutos deva ser proibido lecionar em cursos particulares as matérias do programa de ensino da Escola, sob pena de perda do lugar;
13- Que o ensino prático seja dado nas Escolas anexas. No 1° ano os alunos mestres assistirão somente aos trabalhos das Escolas anexas, do 2° em diante serão divididos os discípulos da mesma Escola em turmas, cada uma das quais será confiada à direção de um normalista sob a inspeção dos respectivos professores que deverão ter assento na Congregação da Escola Normal.

O diretor da Escola, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, divergiu de algumas alterações propostas pela Comissão de que fazia parte: mudança das aulas para o dia e a supressão da cadeira de Francês.

Para o diretor, o fato de a Escola funcionar durante o dia traria más conseqüências para a Escola Normal do Rio de Janeiro, já que se atendia "[...] a classe de indivíduos que freqüentam a Escola, na sua quase totalidade pobre e, portanto obrigados a procurar no trabalho diurno meios de subsistência. [...]". Para ele essa mudança proposta, se fosse praticada, determinaria uma grande diminuição na freqüência da Escola. O diretor terminou o tema afirmando que como a principal razão para a mudança eram os exercícios práticos das escolas públicas anexas que não podiam ser realizados à noite, o problema poderia ser resolvido se fossem diurnos os exercícios práticos da aula de Pedagogia.

A supressão da cadeira de Francês também foi pauta das discussões. Segundo o diretor essa era uma língua que os normalistas deveriam aprender. Para a comissão, bastava que essa aula fizesse parte dos exames preparatórios para a Escola Normal. Assim, afirmou que era importante lembrar ao senhor diretor que "[...] no intuito de facilitar aos alunos pobres o estudo desse preparatório, se pode determinar que fique a respectiva aula anexa à Escola Normal, tanto mais quanto por ora o Governo tem um bom professor com o qual nada despenderá [...]".

O diretor concordava com o fato de que o ensino diurno seria mais proveitoso, mas que contribuiria para a diminuição da freqüência diária, uma vez que na sua quase totalidade os alunos eram pobres e que, portanto, procuram sempre um trabalho diurno. Propôs, também, a realização dos exercícios práticos no período diurno e afirmou que o ensino de Francês era necessário para a leitura dos livros da biblioteca da Escola Normal.

Segundo a comissão, o plano de ensino do estabelecimento deveria ser integrado pelas seguintes cadeiras: Português e Literatura da Língua Vernácula; Matemática e Astronomia; Ciências Físicas e Biológicas; Geografia e História, principalmente do Brasil; Instrução Moral e Cívica.

As propostas de alterações elaboradas pela comissão foram enviadas ao Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Joaquim Pinto Netto Machado, que salientou ser necessário manter algumas garantias para a formação de professores, pois a Escola Normal ainda não havia formado seus primeiros mestres. Em continuidade à sua análise ele concordou com a Comissão ao afirmar que o ensino de Francês deveria ser

realizado nos exames preparatórios para que o aluno ingressasse no estabelecimento conhecendo uma língua viva; era cedo para a mudança das instalações da Escola Normal para outro edifício, sendo preferível que continuasse a funcionar na escola Politécnica por sua localização e laboratórios lá existentes; a supressão da cadeira de Religião só poderia ser realizada quando os professores das escolas públicas primárias ficassem dispensados do ensino da matéria.

Ainda no ano de 1883, foi realizado o Congresso de Instrução no Município da Corte. Nessa ocasião, o doutor Herculano de Souza Bandeira, Inspetor Geral da Instrução Pública na Capital do Império, apresentou o seu Relatório sobre as Escolas Normais e emitiu seus conceitos sobre a Escola Normal da Corte.

Para embasar seus argumentos, o Inspetor afirmou que um dos principais vícios da Escola Normal foi a de sempre ter funcionado com professores interinos. A idéia de difundir a necessidade de professores efetivos, em espaços e horários específicos, poderia oferecer melhorias no ensino da Escola.

A justificativa utilizada pelo Inspetor para referendar a necessidade de uma reforma na Escola Normal remetia às tentativas de se formar mestres. De fato, em 1883, o estabelecimento estava no seu quarto ano de funcionamento e havia alunos apenas na 2ª série. De uma forma singular, Antonio Herculano de Souza Bandeira, relacionava os princípios de seu Relatório com as importantes questões educacionais em debate. O Inspetor considerava a Instrução Pública fundamental na viabilização de um projeto mais amplo de mudança na Escola Normal, especificamente sobre o fato de a Escola ser mista.

> [...] formam-se professoras e professores com o emprego dos mesmos métodos, pelos mesmos mestres, e nas mesmas aulas, e isto num país onde os dois sexos vivem em completo divorcio de idéias e de costumes, conseqüência de uma educação tradicional. O resultado têm sido ao mesmo tempo interessante e inesperado. Deu-se um desequilíbrio desanimador entre a freqüência de alunos dos dois sexos: o masculino desceu a um algarismo diminuto, ao passo que o feminino subiu de modo que, quem visita a Escola supõe no primeiro momento que é exclusivamente destinada a mestras. Apesar desta maioria, dir-se-ia que as alunas não se reputam em lugar seguro, porque

> os corredores da Escola, com grande ameaça para a disciplina, ficam cheios das "portadoras" que acompanham as alunas, e ali esperam até o fim dos exercícios.[...][6]

Um outro ponto de discussões foi o fato de a Escola funcionar das 5 horas da tarde até as 9 horas da noite. O Ministro considerou uma aberração se incluir o ensino de agricultura no programa de uma Escola que funcionava à noite. Acompanhando o raciocínio do Inspetor Geral, além dessas questões, sacrificaram a parte literária e a científica, donde resultou que o ensino prático foi sacrificado com o anormal desenvolvimento do teórico. Sem uma instrução prática não haveria um professor realmente preparado, pois só ela possibilitaria o conhecimento dos métodos e técnicas de ensino, reprimindo o exagero teórico. O Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública enfatizava a necessidade de rever o programa da Escola, que estava sobrecarregado de disciplinas "[...] até certo ponto dispensáveis e resumiram-se ou suprimiram-se outras absolutamente indispensáveis. [...]".[7]

As cadeiras criadas foram as seguintes: Matemáticas Elementares, Elementos de Mecânica e Astronomia, Ciências Físicas, Ciências Biológicas, Noções de agricultura. Além delas, criaram-se mais três cadeiras cujas disciplinas poderiam ser ensinadas pelo mesmo professor: Lógica e Princípios de Direito, Economia Social e Doméstica, Pedagogia e Metodologia. Criou-se uma cadeira de Francês, omitiu-se completamente o ensino de Literatura do Brasil e limitou-se a cadeira de Português aos dois primeiros anos.

Acompanhando o raciocínio do Inspetor Geral, além do progresso, o par necessário para o objetivo de desenvolver o ensino na Escola Normal era o ensino prático. Antonio Herculano de Souza Bandeira defendia a necessidade de se instruir mestres e mestras em escolas separadas e com organização própria da pedagogia moderna. O discurso do Inspetor baseava-se no modelo do Pedagogium de Viena, em que os professores vitalícios e os adjuntos seriam obrigados a completar e aperfeiçoar os seus conhecimentos.

> [...] as escolas normais funcionarão de dia com todos os aparelhos necessários; a outra escola à noite ou nos dias em que não trabalharem as aulas primárias. [...] A criação de escolas sugere o contrato de estrangeiros de distinção, habilitados na direção ou

---

[6] Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública na Capital do Império pelo doutor Antonio Herculano de Souza Bandeira. Apud MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 321-22.
[7] Idem, Ibidem.

> professorado de estabelecimentos congêneres na Alemanha, Áustria e Suíça. Nos contratos se estabelecerá a cláusula de que os diretores se obrigarão a aprender o português, para em tempo razoável encarregarem-se de ensinar pedagogia e ciências auxiliares. A nomeação do diretor estrangeiro tem outra vantagem. Entre nós o serviço de inspeção do ensino ressente-se da nossa habitual condescendência. O professor leva a vaidade a ponto de não gostar que se lhe façam observações sobre o desempenho de suas funções, principalmente quando chegou a obter o titulo de vitaliciedade, que é um dos embaraços ao desenvolvimento do ensino no Brasil. [8]

Uma das interpretações possíveis nos remete à própria dinâmica das idéias relativas à instrução pública na Corte. A especificidade de seu Relatório residia no caráter radical de defesa da interferência do Estado no magistério público primário da Corte. Não há como deixar de relacionar as idéias do Inspetor Geral Antonio Herculano de Souza Bandeira com as imagens construídas sobre a cultura voltada para o exterior e receptiva às suas influências. Basta lembrar que, para o Inspetor, a Escola Normal deveria ser dirigida por um estrangeiro. Essa iniciativa era justificada pela tentativa de retirar a Escola da "condescendência" dos brasileiros.

As imagens de formação ideal do professor estavam presentes também na dissertação que o professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet apresentou no mesmo Congresso de Instrução em 1883.

Para o professor, o aluno deveria entrar para a Escola Normal preparado e apto para aprender a metodologia respectiva devido "[...] a sua curta duração [...]". [9] Para tanto, propôs a criação de "[...] cursos análogos ao da Alemanha, onde os candidatos à admissão nos seminários são devidamente preparados em instituições especiais [...]". Esses cursos funcionariam como preparatórios para a Escola Normal, e os alunos "[...] aprenderiam rudimentarmente as matérias, a cujo desenvolvimento pedagógico se daria lugar no curso normal propriamente dito". [10]

O professor Carlos Pimenta de Laet apresentou um plano para que os professores pudessem ser preparados com o conhecimento de leitura, de escrita, de noções

---

[8] MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*: subsídios para história da educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1938, v.1, p. 323.

[9] Congresso de Instrução. Dissertação lida pelo do Professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet.Rio de Janeiro, 1883. apud MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*: subsídios para a história da educação no Brasil São Paulo: Nacional, 1938.

[10] Idem, Ibidem.

de gramática e de aritmética prática, bem como das quatro operações elementares sobre números inteiros e frações.

Considerando que os preparatórios eram tidos como cursos isolados para que o aluno pudesse ter acesso ao ensino superior, é expressiva a inovação do pensamento que o professor Carlos Maximiano, em larga medida, propôs em sua dissertação. Não posso me privar de ressaltar que a proposta de se estabelecer junto à Escola Normal um curso dessa natureza era extremamente inovador num país em que os preparatórios eram exclusividade daqueles que conseguiam ter acesso aos cursos superiores. Nesse sentido, acredito que a iniciativa do professor, ao fazer emergir essa necessidade, incidia sobre a implantação de um aparato administrativo direcionado a organizar a formação de mestres, o qual intencionava expandir a capacidade da Escola, que até então não estava classificada entre as escolas secundárias.

Em grande parte, o projeto do professor era ousado, já que tinha a pretensão de elevar ao nível superior a Escola Normal e os preparatórios seriam específicos para formar os professores que seguissem esse curso.

Partindo da análise das discussões travadas entre os Ministros do Império, Inspetores Gerais, alguns professores públicos e outros agentes, sobre os projetos e reformas propostas para a Escola, nas décadas de 1870 e 1880, é tempo de tentar esboçar algumas considerações acerca dos caminhos que foram traçados até então.

Aspectos do cotidiano da Escola Normal

Os professores da Escola Normal da Corte reuniam-se freqüentemente para discutir os problemas relativos às questões didáticas da Escola. Nas reuniões realizadas sempre no período da tarde, entre cinco ou seis horas até sete ou oito horas da noite, decidiam as regras para os exames da escola, os conteúdos das matérias, os meios de

ingresso dos alunos, os concursos e as nomeações dos professores do estabelecimento de ensino.[11]

Antes do início do ano letivo, os programas das matérias eram postos em votação e a Congregação, composta inicialmente pela maioria dos professores interinos, escolhia os pontos a serem adotados e ministrados durante o ano escolar. Posteriormente, as decisões tomadas nas reuniões da Congregação eram remetidas ao Governo Imperial para a sanção final.[12]

O quadro inicial dos professores apresentado em capítulo anterior foi rapidamente modificado. A direção da primeira e da segunda turma da cadeira de Português ficou sob a responsabilidade de José Manuel Garcia e Francisco Xavier Cunha, respectivamente. A primeira e a segunda turma da cadeira de Aritmética ficaram sob a responsabilidade de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e do professor substituto Carlos Jansen, respectivamente. Na regência de ambas as turmas da aula de Instrução Religiosa ficou o padre Amador Bueno de Barros.[13]

Quanto à aula de Caligrafia e Desenho Linear, foi contratada uma pessoa idônea para servir de mestre auxiliar, o professor Cândido Batista Antunes, que recebeu a

---

[11] As atas das reuniões da Congregação da Escola podem ser encontradas no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Fonte: Livro de Atas da Congregação.

[12] Ata da 2ª sessão da Congregação, em 3 de abril de 1880. Presidência do Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Diretor Interino. Às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas do externato do Imperial Colégio de Pedro 2°, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schieffler, Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Cônego João Pires do Amorim, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Dr. Pedro Severiano de Magalhães e os substitutos Joaquim Borges carneiro e Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva. O senhor diretor comunica a Congregação que recebeu um ofício do professor nomeado para a cadeira de princípios de economia social e doméstica, o Conselheiro Dr. Pedro Autran da Mata e Albuquerque, declarando não poder aceitar a nomeação interina para essa cadeira. Ofício que irá ser enviado ao Ministro do Império. Em seguida declara que vai pedir ao Governo o adiamento da abertura das aulas, bem assim como a prorrogação do prazo das matrículas e dos exames de admissão. São apresentados pelos respectivos professores os programas das cadeiras de Francês, português, de geografia, cosmografia e história universal, de geografia e história do Brasil, de elementos de ciências físicas e naturais, de fisiologia e higiene, de princípios de direito natural e público, de Instrução religiosa e de pedagogia e prática de ensino primário em geral. O Sr. Diretor convida os professores presentes a comparecerem no dia 5 no estabelecimento a fim de receberem Suas Majestades Imperiais e assistirem à sessão solene de inauguração oficial dessa Escola. O Sr Bandeira pergunta se no dia da abertura das aulas deverão ser apresentados os planos de ensino. Levantou-se a Congregação as sete e meia da noite. Fonte: Livro de Atas da Congregação. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[13] Livro de registros da Escola Normal da Corte. Fonte: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

gratificação anual de oitocentos mil réis. Todavia, em virtude do elevado número de alunos matriculados, 284, foram organizadas 4 turmas, atribuindo-se duas turmas a cada professor.

A regência das aulas de Música foi atribuída ao mestre Francisco José Martins, e ofereceram-se para o auxiliá-lo Arthur Camilo e Norberto Amâncio de Carvalho. Na disciplina estavam matriculados 43 alunos e 114 alunas.

Inicialmente, os professores da Escola Normal foram nomeados pelo Governo Imperial, o que fez com que muitos ouvintes comparecessem às primeiras aulas somente para verificar o desempenho dos professores recém-nomeados, os quais tinham contra si o fato de terem sido escolhidos pelo Governo.

Em 1881, houve algumas modificações no que diz respeito aos professores da Escola Normal, e às matérias lecionadas por eles. Os seguintes professores foram designados para regências interinas: Benjamin Constant para a cadeira de Elementos de Mecânica e Astronomia; Carlos Maximiano Pimenta de Laet para o ensino de Matemáticas Elementares; capitão Ataliba Manuel Fernandes para Ginástica; Domingos Jacy Monteiro para o ensino de Português; Augusto Emilio Zaluar para a cadeira de Pedagogia e Metodologia; Evaristo Nunes Pires para a cadeira de História e Corografia do Brasil; Mariana Bernardina de Veiga para Trabalhos de Agulha.

A cadeira de Ciências Naturais foi dividida em Ciências Físico-Químicas e Ciências Biológicas, ficando esta sob a responsabilidade de Pedro Severiano de Magalhães.

O Governo Imperial, preocupado em estudar a organização das escolas normais, enviou para a Europa em viagem de estudos o professor Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho. Os modelos escolares europeus, por certo, inspiraram as ideologias dos professores, dos inspetores da instrução pública e de outros nos vários projetos de reforma da Escola Normal da Corte.

Os professores também registravam seus sentimentos nos documentos da Escola Normal. No livro de Registros, por exemplo, foi possível ler um ofício e mensagens de consternação pela morte do professor conselheiro Pedro Autran da Mata Albuquerque,

ocorrida em 31 de outubro de 1881. Os amigos se referiam a ele como "[...] campeão das Letras, sentinela vigilante do campo da ciência, lutador valente que tombou laureado na arena das suas gloriosas Olimpíadas [...]. [14]"

No dia-a-dia era comum que os professores executassem várias atividades, como escrever compêndios para utilização nas escolas primárias e na Escola Normal ou dedicar-se aos assuntos relativos às discussões intelectuais, como foi o caso de José Manuel Garcia, que escreveu longo e minucioso relatório sobre a criação de uma universidade no Brasil.[15]

Os professores da Escola Normal da Corte eram na maioria oriundos de cadeiras extintas do Colégio Pedro II e do Instituto Comercial. Parte desses professores complementava seus ordenados ministrando aulas particulares para crianças e jovens que muitas vezes já eram seus alunos na Escola Normal ou nas escolas primárias particulares. Essa atitude foi alvo de críticas em uma correspondência oficial redigida pelo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Souza Bandeira, em 15 de fevereiro de 1884.[16]

> [...] Tendo chegado a meu conhecimento por testemunhas dignas de fé que é prática seguida por certos professores dessa Escola tomarem parte no ensino particular, e, o que mais é, darem explicações particulares mediante estipêndio, às próprias alunas que depois têm de examinar, e constituindo este fato uma irregularidade, não só porque os ditos professores perdem destarte as condições de imperialidade que requer o cargo de examinador, mas ainda em face das proibições expressas e tácitas inseridas em nossa legislação peço para este ponto a atenção de V. Sª, a fim de que providencie com julgar mais acertado para impedir semelhante abuso, certo como estou de que não se tornará necessária a minha intervenção [...].[17]

A questão do ensino particular foi intensamente discutida na Corte. Tanto o ensino ministrado por professores particulares ou por estabelecimentos particulares eram

---

[14] Carta dos professores referindo-se à morte do professor. Escola Normal da Corte, 31 de outubro de 1881. .Fonte: livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação.Documento manuscrito

[15] Livro de Atas da Escola Normal da Corte. Fonte: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[16] Fonte: Livro de Nomeações da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[17] Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, 1884. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

vistos como excelente complemento no pequeno salário de professor de escolas públicas primárias. O sistema de aulas particulares era mais criticado por aproximar professor e aluno, podendo ser usado em benefício deste para a aprovação nos exames finais.

Com efeito, durante o Império Brasileiro era visível o amadurecimento de grupos intelectuais distintos que se debruçavam sobre a problemática da instrução pública na Corte. As formações eram diversas, as aspirações variavam em função das particularidades de cada proposta, fossem elas para a instrução primária ou para a Escola Normal.

Na verdade, o que se observa é que esses grupos intelectuais tentavam legitimar suas aspirações sociais através da defesa da instrução pública e da campanha pela formação profissional dos mestres. De um lado, representavam as aspirações de um "povo" que se formava e lutava para respaldar seu direito à educação pública, de outro reconheciam a inviabilidade de suas propostas.

Se levarmos em consideração o grande número de propostas para a Escola Normal, podemos concluir que a produção intelectual era mais importante do que a viabilização de ações efetivas em prol de uma educação popular. Os discursos não se efetivavam na prática porque o solo não era fértil. Para os intelectuais, faltavam recursos humanos e materiais, apesar de o cabedal teórico ser imenso.

Capítulo 11

Leitura de professores

Este capítulo é resultado de uma pesquisa em que a catalogação de documentos foi imprescindível para descrever o conjunto da produção cultural na Escola Normal. Assim, interessa compreender os argumentos estabelecidos para a definição dos livros e compêndios adotados para a formação de professores.

O que se pode dizer é que os intelectuais locais não só consumiam um tipo de literatura, como a adotavam na forma original. Diferentes eram os modelos, diversos eram as decorrências teóricas. Em meio a um contexto caracterizado pelas idéias novas que se assentavam no país, as teorias educacionais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se estabelecia. Para além dos problemas mais prementes, relativos à formação do povo e da conservação de uma hierarquia social, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados na adoção dos conteúdos escolares.

Na Escola Normal do Município da Corte, portanto, a liberdade de ensino ainda era marcada por tensão política. Nesse recorte temporal da história, século XIX, é que acredito ser possível rever os diferentes trajetos da vigência e da apropriação de teorias.[1]

Os compêndios didáticos utilizados pelos professores, segundo o projeto Imperial, deveriam ser aqueles indicados pelas autoridades educacionais, considerados adequados ao perfil do "novo" professor, isto é, um professor despojado da sapiência que caracterizava os antigos professores régios. Dessa maneira assumiam, no século XIX, o papel de vulgarizadores de um saber pré-fabricado e estampado nos livros didáticos. O fato

---

[1] 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, e, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1887; Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte, roga que a exposição sucinta pedida em Ofício da mesma diretoria de 9 de dezembro último e a que se refere o Aviso de 2 do mês findo, das ocorrências que se deram n'essa escola desde maio do ano passado , a fim de que possam ser mencionadas no relatório deste Ministério Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.Os relatórios dos acontecimentos da escola incluíam uma descrição precisa dos programas de ensino, os livros adotados, a postura do professor e o comportamento dos alunos.

em si estava mais para a adaptação de um modelo cultural, cuja liberdade de ensino não era permitida, do que propriamente uma tentativa de melhorar a formação de mestres. [2]

Os livros eram usados como manuais didáticos, representava a possibilidade de objetivação, simplificação do trabalho docente, da organização do trabalho didático do mesmo modo que, nas manufaturas iniciais. O tear mecânico ou qualquer outro artefato moderno representou. Se anteriormente o conhecimento era reservado a um número reduzido da nobreza, se fazia necessário um professor sábio, mas quando a escola passa a se propor a atender a todos, qualquer pessoa podia ensinar.

Ou seja, juntamente com o discurso sobre a necessidade de investimento do Estado na formação de professores, estava também a preocupação em organizar e verificar constantemente como estava ocorrendo essa formação. O fato implicava que os professores da Escola Normal ensinassem apenas os conteúdos aprovados pelo governo Imperial. .[3]

Essa tentativa foi de passar a imagem de uma sociedade harmônica, sem conflitos, construída pelo esforço comum de cada individuo, como se fossem iguais, sem qualquer diferença previamente estabelecida pela sociedade. A escola, nesse contexto, deve ser organizada com base nos mesmos pressupostos, preparando para a vida em sociedade.

A literatura pedagógica

Para o desenvolvimento deste tópico, analisei os documentos constantes do acervo do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Em um desses documentos há o registro

---

[2] Um exemplo de o fato dos conteúdos escolares estarem sempre sendo investigados e vigiados pode ser conferido no artigo do jornal do Comércio de 1887, cuja matéria traz o programa de português que não havia sido aprovado para ser usado na Escola Normal da Corte. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, prestar informações acerca do que se alega, em uma publicação incerta, com, a epigrafe - Ministério do Império - na parte editorial do Jornal do Comércio de ontem, relativamente ao programa de português da 1ª serie do curso de estudos dessa escola. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

[3] Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1886; Ofício do Inspetor Emigdio Adolfo Victorio da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, Dr João Pedro de Aquino que remeta com urgência a relação dos alunos e alunas da Escola , mas também as aprovações obtidas por aqueles e aquelas que pertencem ao quadro dos professores adjuntos. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de janeiro. Documento manuscrito.

de uma descrição minuciosa sobre todas as compras e despesas efetuadas na Escola Normal e dentre, elas, notas de compras de livros adquiridos para uso didático.

As despesas relativas a compra de material didático são constantes nas notas fiscais: inclusive com tintas, canetas - tinteiro, tinta e telas para pinturas, partituras musicais, cadernos, livros para as atas, réguas, giz, quadros - negros e material necessário para as aulas de Trabalhos de agulha, a saber: panos, linhas, botões, rendas, tesouras, agulhas de vários modelos, bastidores para bordar, revistas com modelos de bordados. [4]

Nas notas de compras de material didático podem ser encontradas listas de compêndios utilizados por professores, em sua maior parte de procedência estrangeira, com predomínio de autores franceses. Todavia, é preciso observar que havia a adoção de autoria de professores da Escola Normal. No livro Terceira via de compras da Escola Normal há uma grande listagem de livros franceses adquiridos nas livrarias da Corte, como na famosa Livraria Garnier.

O livreiro e editor Baptiste Louis Garnier, vindo de Paris em 1844, e seu irmão Hippolyte Garnier tiveram papel significativo na vida intelectual da Corte mediante publicação de autores nacionais ou impressão de livros de autores em tipografias parisienses.

O formato francês do livro brasileiro foi introduzido por Garnier, bem como os preços de capa fixos. [5]Apesar de sobressair o nome da livraria Garnier como um dos principais locais para a compra do material a ser usado na Escola Normal da Corte, havia outras livrarias e papelarias nas quais os demais livros eram adquiridos. [6]

---

[4] Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, e, Rio de Janeiro, 23 de março de 1887; Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte urgindo que envie, com toda brevidade, o orçamento das despesas desse estabelecimento para o futuro exercício de 1888. Localização Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[5] Livro – 3ª Via de Contas Da Escola Normal- 1880- 1885- Locais de Compras. Localização: Instituto de Educação Do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

[6] 2ª Diretoria- Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1887; Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte, que remete para uso dessa Repartição 100 passes da Companhia Vila Isabel, 100 da do Jardim Botânico, 100 da S. Cristóvão e 100 da Carris Urbanos. Balduíno Coelho. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

Os esforços de análise incidem sobre os livros voltados para a leitura dos professores e leitura dos alunos da escola. As iniciativas quanto à escrita e à circulação desses materiais são sentidas o tempo todo nos discursos evidenciados no material pesquisado.

Os livros

No que tange às modalidades de apropriação das leituras de professores, verificamos a influência inicialmente dos livros de autores franceses ou traduzidos a saber:Jourdain: *Instruction Publique*; Humbeeck, *Instruction Primaire;* Froebel: *Lê Bonheur de l'enfance*; Defodon: *Ecoles Primaires*; Cirré: *Pedagogie Pratique;* Clavel: *Enseignement dês colleges en France;* Collineau: *La Gymnastiqu; Achille: Methodologie;* Benard: *Philosophie dans l' education*; Bersot: *Questions d' enseignement*; Benncivernni: *Pedagogie*, Bourdet: *Educaction Positive;* Beurdeley: *Ecole Nouvelle*; Blanche: *L' Enfant*, Braun: *Cours d' Education;* Chalamet: *Ecole maternelle;* Dupanloup: *Education Intelectuelle*; Deltour: *Histoire de l'education;* Egger: *La tradiction et les reformes;* Engel: *Progyminaise dês bischssiller;* Froebel: Histoire d'um jardin d' enfant e Dons d' um Jardin *d' enfant;* Hippeau: *Instruction et education*; *Instruction publique em Italie; Instruction publique aus Estats-unis; Instruction publique em Russie; Instruction publique dans les Etats du Nord; Instruction publique em France* e vários outros títulos.[7]

O Ministro do Império José Bento da Cunha e Figueiredo, em 10 de abril de 1883, remeteu à Escola um exemplar do livro *Lições da Infância,* de Manuel Paulino de Assumpção e o *Atlas Elementar org*anizado por João Estanislau da Silva Lisboa. Há uma lista de livros remetidos à Escola Normal, datada de 23 de abril de 1883, pelo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, na qual constam os seguintes títulos: *Carta consagrada aos jovens escolásticos*, por um religioso da ordem de São Francisco; *Silabário Nacional,* de Antonio de Araújo Ferreira Jacobina; *Primeiro e Segundo Livro de leitura*, de Sandolino Rocha; *Método simultâneo de leitura e escrita.* Lisboa. *Coleção de trabalhos para escrita*, por Joaquim de Souza Mascarenhas Junior;

[7] Fonte: Livro – 3ª Via de Contas Da Escola Normal- 1880- 1885- Locais de Compra-. Localização: Instituto de Educação Do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Noções da vida prática, de Felix Ferreira; *Seleta nacional*, de Januário dos Santos Sabino Junior; *Corografia do Brasil* (Lisboa. Biblioteca do Povo); *Gramática elementar portuguesa*, de Antonio Estevão da Costa e Cunha; *Aritmética*, de Augusto Candido Xavier Cosey; *Desenhos de assuntos da História Sagrada*; *Tratado elementar de música*, traduzido por J.J de Póvoas Pinheiro; *Compêndio da arte da música*, de Francisco Santini; *Pedagogia da Aritmética*, tradução de João de Simas Enéas; *Quelques essais em langue française*, de Joaquim José Teixeira.

Os professores recebiam também coleções dos *Anais* da Câmara do Senado e exemplar da Sinopse dos trabalhos pendentes de deliberação do Senado da Secretaria do Paço do Senado.

No dia 19 de abril de 1884, a Segunda Diretoria da Secretaria do Império enviou 300 exemplares das instruções que deviam ser provisoriamente observadas nos exercícios práticos de Pedagogia; em 24 de agosto de 1884, o diretor da Escola Normal solicitou à Inspetoria geral da Instrução primária e Secundária do Município da Corte o envio "com urgência de uma Gramática Geral de Seis Línguas, uma Dita Latina e uma História Universal, todas obras do professor Dr.Guilherme Teodoro Schiefler".

Em 7 de abril de 1887, o Ministro do Império Barão do Mamoré avisou o diretor da Escola Normal da Corte que não podia enviar a *Seleta de Aulete*, livro de português,e envia para adotar-se na 2° série, em substituição, o livro *Seleção Literária de alguns dos principais escritores da língua portuguesa do século XVI ao XIX*, organizado por Fausto Carlos Barreto e Vicente de Souza. Na mesma data, a 2ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. No ofício de mesma data,enviado pela 2ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o diretor interino Balduino José Coelho remete ao diretor da Escola Normal 200 exemplares da obra *Primeiras lições de coisas*, de N. A. Calkins, traduzido e adaptado por Rui Barbosa, e mais 30 exemplares do livro *Camoniana Brasileira*, do conselheiro Barão de Paranapiacaba. [8]

[8] 2ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1887; o Diretor Interino Balduíno José Coelho remete ao diretor da Escola Normal duzentos exemplares da obra " Primeiras lições de coisas" pelo Conselheiro Ruy Barboza e mais trinta exemplares de" Camoniana Brasileira " do

Em oficio da 2ª Diretoria do Ministério dos Negócios do Império, o Ministro Barão de Mamoré aprovou o uso de um trabalho organizado pelos professores Fausto Carlos Barreto e Vicente de Souza, denominado "*Seleção literárias de algumas dos principais escritores da língua portuguesa do século XVI ao XIX*". A autorização do ministro parece ter sido motivada pelo fato de encontrar-se esgotado a "*Selecta de Aulete*" (3ª Parte), compreendida no programa organizado para servir à Escola Normal da Corte durante o ano letivo de 1887 nas aulas de Português da 2ª série.

Devem ser citados os títulos de livros e autores indicados pelos professores em seus programas de ensino. [9]

Para Língua Portuguesa:

Curso de Literatura Brasileira, de Mello Morais Júnior. 2ª Edição

Livro: Gramática Portuguesa, de Júlio Ribeiro.

Lições Práticas de Ortografia, de João da Matta Araújo.

Aritmética:

Tratado Elementar de Aritmética (4ª edição, 1881), de Serrasqueiro[10].

Caligrafia:

Álbum Caligráfico, de P. M. Pacheco.

Desenho Linear (2ª série).

Curso Elementar de Desenho Linear, de P. M. Pacheco.

Álgebra e Geometria (2ª série)

Conselheiro Barão de Paranapiacaba. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[9] Fonte: Livro de Programas e Pontos da Escola Normal da Corte. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.Documento manuscrito

[10] José Adelino Serrasqueiro foi professor do Liceu Central de Coimbra. Bacharel formado em filosofia pela Universidade de Coimbra, sócio efetivo do Instituto da mesma cidade, professor de Matemática no Liceu Central de Coimbra.A evolução didática trazida por Serrasqueiro, como está em Bertrand, é a colocação de um conjunto de exercícios para alunos ao final de cada item de conteúdo apresentado. Cf. VALENTE, Wagner Rodrigues Valente. *Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)*. Tese de Doutorado. FEUSP-SP, 1997.Algumas indicações bibliográficas indicam apenas o sobrenome do autor, nos parecendo que eram livros já bem conhecidos pelos professores. Planos de aula dos professores da Escola Normal da Corte Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documento manuscrito

Tratado de Álgebra Elementar, de Serrasqueiro (1878)

Elementos de geometria e trigonometria retilínea (5ª edição, 1881).

História e Geografia (Corografia) 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Noções Elementares de Corografia do Brasil, de Bacharel Alfredo Moreira Pinto.

Lições de Corografia do Brasil, de Dr. Joaquim Manuel de Macedo.

Atlas do Império do Brasil, por Ângelo Agostini e Paulo Robin(1882).

Lições de História do Brasil, por Dr. Joaquim Manuel Macedo.

História do Brasil, por General J. I. de Abreu e Lima.

Música, 2ª série.

Gramática Musical de Miguel Cardoso.

Escala de Strong, de Francisco Mello de Souza.

Solfejos para Escolas Primárias, de Garandé.

Educação, Pedagogia, Didática, Metodologia.

Elementos de Pedagogia, de José Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire.

Curso Teórico e Prático de Pedagogia (versão Portuguesa), de Michel Charbonenau.

Várias cadeiras:

Lógica, d: Louis Liard.[11]

Direito natural, de Ferrer.[12]

Cosmografia e Geografia, de Moreira Pinto e Pompeu.

Atlas: Gotta.

Atlas do Império do Brasil, de Ângelo Agostini e Paulo Robin.

Aritmética: Condorcet e Ottoni.

---

[11] Fonte: Livro de Programas e Pontos da Escola Normal da Corte. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito. Os programas da Escola podem ser encontrados também no Arquivo Nacional. Nesse local encontram-se impressos e separados por cores diferentes. São pequenos livros onde conta o nome da matéria e os conteúdos que o professor deveria adotar.

[12] Idem, Ibidem.

Livro recomendado para leitura:

A Educação de Herbert Spencer.

Instrução Religiosa:

Curso de Religião, do Padre F. H. Schaouppe.

História Biblica, de D. Antônio de Macedo Costa (Bispo do Pará).

Cathecismo, de D. Antônio Joaquim de Mello.[13]

A leitura de livros de Delaunay e Auguste Comte foram recomendados para consultas referente a matéria de Astronomia; Ganot, para Física; Naquet, para Química; Delafosse, para Minerologia, e Langlebert, para Geologia. No ano de 1889, foi indicado o *Dicionário Geográfico do Brasil* ,do Bacharel Alfredo Moreira Pinto.

È interessante observar que, por outro lado, no ano de 1887, num programa datado de 5 de março, encontramos observações sobre os autores Ottoni (Matemática), Laffite e Auguste Comte, considerando-os inadequados.Os professores que insistissem em mantê-los seriam considerados inconseqüentes.[14]

. Outros títulos e autores encontram-se registrados nos oficios enviados para a Escola Normal e, por vezes, nas atas das reuniões da Congregação.

Assim, no oficio datado de 6 de agosto de 1889, o professor Manuel Paulino de Assumpção, residente em Minas Gerais, manda ao Sr. Barão de Loreto, 60 exemplares de seu *Método Intuitivo para aprender a ler e soletrar*, que havia sido recentemente publicado em sua 3ª edição sob o título de Lições à Infância, e que deveriam ser distribuídos às escolas públicas de Goiás, Mato Grosso e Amazonas[15]

---

[13] Idem, Ibidem.
[14] Livro de Programas de Pontos da Escola Normal da Corte. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.
[15] Arquivo Nacional (Rio de janeiro). Localização: Acervo Série Educação com a sigla IE^5 30.Documento Manuscrito.

Os livros de leitura tiveram papel importante na formação dos professores, pois através deles eram transmitidos e reforçados os novos (e velhos) conteúdos morais e cívicos, fazendo com que várias gerações partilhassem textos que construíam a idéia de pátria, geralmente moderna e civilizada.

A literatura infantil, indicada como leitura suplementar, por sua vez, abordava contos populares, tradução e adaptação de obras estrangeiras, poesia edificante e contos morais.

O Regulamento da Escola Normal indicava a necessidade de trabalhar apenas com livros e não com apostilas. Tanto que, sempre que possível, procuravam chamar a atenção para a importância dos livros e da bibliografia de cada matéria ensinada aos alunos.

> Os alunos do 3º ano visitarão o Museu e a Biblioteca a fim de estudar, sob a direção do professor de pedagogia, o que se refere à construção de casas escolares; bem assim para ter conhecimento das obras sobre educação, metodologia, pedagogia, história da pedagogia, organização material pedagógica das diferentes espécies de escolas primárias, e de quaisquer outros subsídios adequados à instrução do professor e prática de ensino.[16]

Como é possível observar nas atividades cotidianas da Escola, a leitura de livros era atividade considerada imprescindível para a formação de professores e deveria formar o hábito dos futuros professores.Os conteúdos ministrados aos alunos da Escola deveriam ser iguais àqueles ministrados nas escolas primárias da Corte. Eram indicados pelos Inspetores da Instrução Primária e Secundária e pelos Diretores da Instrução Pública com autorização do governo Imperial.[17]

As aulas práticas também faziam parte da formação dos futuros professores: acreditava-se que a melhor forma de aprender era praticar nas escolas anexas e em laboratórios.

---

[16] MOACYR, Primitivo. A instrução e o Império (subsídios para a história da educação o Brasil) São Paulo: editora nacional, 1938. p.332

[17] Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1887; Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte , autorizando-o a providenciar afim de que, nas aulas de Português, aritmética, geometria, corografia e historia do Brasil dessa Escola se instituam como lições que sirvam de norma ao magistério primário.Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

No dia 28 de junho de 1882, o diretor Benjamin Constant solicitou ao Ministro do Império Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, autorização de funcionamento de salas para a fundação de uma biblioteca. O diretor solicitou, também, que fosse montado um pequeno gabinete de Física e Química e que comprassem máquinas e aparelhos para o gabinete.[18]

Os alunos eram estimulados a adquirir o hábito de leitura. Professores e também membros da sociedade consideravam que a formação de professores era o meio para que a Corte se desenvolvesse e progredisse.[19]

No ano de 1888, foi fundado na Escola Normal o "Grêmio Normalista 13 de maio", composto por professores, alunos e empregados. O objetivo era comemorar o dia 13 de maio e todos os dias de festa nacional, promover o bem-estar dos associados, concorrer para o pagamento dos títulos de professores do 1°grau e de 2° grau aos alunos que tivessem escassez de recursos, estabelecer uma biblioteca composta de livros necessários ao ensino das diversas séries e a consultas, ampliando-a todas as vezes que os cofres sociais permitissem e promover festas no dia da entrega dos diplomas dos alunos.[20]

Na verdade, havia uma total ligação entre as escolas primárias e a Escola Normal da Corte, já que nelas ocorriam as aulas práticas. Essas escolas eram designadas pelo Ministro do Império para servir de escolas anexas à Escola Normal.

O que se observa nos planos de aula dos professores é que conhecer o conteúdo das escolas primárias era imprescindível para o desenvolvimento das aulas práticas.

As leituras: modernidade e educação

---

[18] Ofício do diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães roga a vossa excelência Rodolfo Epifânio de Souza Dantas que se digne autorizar que as salas que se verificar nas diversas consignações votadas para esta escola no exercício corrente, seja aplicado para a fundação de uma biblioteca e para a compra de máquinas, aparelhos e mais objetos necessários a um pequeno gabinete de física e química, matérias estas que já devem ser lecionadas no ano próximo vindouro. Brevemente remeteu a Vossa Excelência a relação desses objetos, acompanhada do respectivo orçamento. Fonte: Livro de Correspondências da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[19] Carta de Mariana Carolina Santos ao diretor da Escola Normal da Corte, desejando animar as compatriotas que se entregam aos estudos do curso da Escola Normal da Corte e enviando o premio denominado Barão Homem de Mello; e a obra de Camille Flammarion – Lês estiles et les Curiosites da Ciol -a fim de ser aplicado a 2ª aluna que maior número de exames prestados desde novembro de 1882 a março de 1883.Fonte: Livro de Correspondências Oficias da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[20] Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote IE^5 35. Ano: 1888. Documento Manuscrito.

No caso específico dos professores da Escola Normal da Corte, a instrução se direcionou no sentido da modernização, demonstrado pelo incentivo para que os professores estudassem fora do país. No relatório do professor Afonso Carlos Moreira, professor substituto interino da Escola Normal da Corte, em 11 de fevereiro de 1882, encontrei diversos relatos de professores, a quem o Governo Imperial incumbia de estudar na Europa, nos países considerados culturalmente mais avançados. Esses professores tinham como missão investigar e trazer para o Brasil o maior número de informações possível sobre a organização das Escolas Normais e Instituições análogas.[21]

Tal asserção corrobora a perspectiva de que o Brasil passava naquele momento, por um processo de modernização e que os países em que a educação estava mais adiantada deveriam servir de modelos ao Brasil.

Além da informação do que havia nos países considerados mais evoluídos, havia os regulamentos da Escola Normal que determinavam a organização didática e pedagógica do estabelecimento.

Já os Diretores da Instrução e os Inspetores Gerais representavam os ideais de realização do progresso e da ordem da instrução pública na Corte. Sob o comando do Ministro do Império, executavam tarefas junto aos diretores das escolas primárias, na tentativa de fazer da instrução pública um fator de modernidade. Para alcançar seus objetivos, esses agentes acreditavam ser necessário estabelecer um controle sobre as ações educacionais. Entre suas atribuições podem ser destacados a elaboração de mapas de freqüência dos professores e alunos, relatórios e termos de inspeção e visita. .[22]

---

[21] Livro de correspondências Ofícias da Escola Normal Localização: Instituto de Educação do Rio De Janeiro. Documento manuscrito

[22] Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro. 4 de abril de 1887. Ofício do diretor Barão de Mamoré ao Diretor da Escola Normal mande o programa organizado para servir nessa Escola durante o atual ano letivo; Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1887; Ofício do Inspetor Emigdio Adolfo Victorio da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte urgindo que se proceda a revisão dos quadros dos professores adjuntos no corrente ano e a relação dos alunos e alunas dessa Escola e das condições que foram submetidos os exames da Escola; Segunda Diretoria da Secretaria do Império, Rio de Janeiro, Cumprimenta o Diretor da Escola Normal o Diretor interino da 2ª Diretoria dos Negócios do Império e roga-lhe urgente que lhe sirva mandar remeter, com urgência, a mesma Diretoria, alguns exemplares dos programas e regulamentos dessa escola, em 6 de agosto de 1885. Fonte:

Através desses livros, pude sentir a presença dos mestres e os diretores da Escola Normal da Corte, sentir suas angústias e suas aflições. Essas apontam para uma busca séria e interminável pela melhoria da instrução. Os discursos dos mestres eram representativos de ações. Apontavam as necessidades emergentes da Escola, suas reformas, reivindicavam atenção e ação das autoridades públicas, abordavam seus problemas na sala de aula e também o comportamento dos alunos.

Apesar de diversos em suas características internas, distintas em sua atuação, a Escola Normal da Corte mostrou-se apropriada para a compreensão de diferentes interpretações aqui produzidas e dos próprios professores que atuaram na Escola. A análise da instituição escolar responsável pela formação do mestre e disseminação de saberes escolares no final do século XIX, entendida enquanto instância de seleção e consagração intelectual proporcionou um panorama do cotidiano da Escola, bem como a recuperação da estrutura dos saberes específicos para a formação de um mestre. Nesse sentido é que considerei importante destacar os saberes escolares que eram enfatizados nas disciplinas e apresentavam o caráter humanístico dos saberes escolares disseminados da Escola Normal da Corte.

Refletindo sobre as práticas de instrução pública na Corte Imperial, a partir do momento que se vislumbrou os saberes escolares como possibilidade de representação dos ideais de uma sociedade, como explicar que a formação destinada aos professores primários pudesse sequer atingir um nível satisfatório de práticas condizentes com suas idealizações? O que se pode considerar a esse respeito é que a existência de saberes escolares com conotação cientificista estava relacionada às representações e apropriações que a sociedade esperava de uma instituição destinada à formação de mestres que teriam a grande responsabilidade de estar formando uma nova geração, o que poderia representar os padrões culturais desejados nos últimos anos do século XIX.

Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento Manuscrito.

Quarta Parte
Os alunos da Escola Normal

Capítulo 12

Os alunos

Este capítulo tem por objetivo descrever aspectos do cotidiano dos alunos e alunas da Escola Normal da Corte. O que se pretende realizar, se resume a uma tentativa de traduzir em dados palpáveis a vida escolar dos alunos da Escola Normal da Corte.

A busca da formação profissional

É a partir da década de 20 do século XIX que, pela primeira vez, a importância da formação dos professores é discutida de forma mais intensa na Corte Imperial.

Nos anos de funcionamento da Escola Normal foi comum professores discutirem a necessidade de oferecer aos alunos uma formação científica para atingir os objetivos propostos pelo Governo Imperial: realizar o progresso material e civilizar a Nação.

A necessidade de escolarização da população, principalmente das pessoas consideradas pelos dirigentes como a "camada inferior da sociedade", foi intensamente discutida nas reuniões da Congregação da Escola, nas Conferências Pedagógicas, nos Congressos de Instrução e no dia-a-dia dessa instituição de ensino como condição de sucesso da instrução primária na Corte Imperial.

Verifica-se que naquelas décadas ocorreu crescente intervenção do Estado na esfera da instrução pública. Os relatórios dos Ministros do Império que atuaram no período pesquisado demonstram que o objetivo era garantir a freqüência da população livre à escola e normatizar a formação dos futuros professores, os quais eram freqüentemente considerados "incapazes" pelos Inspetores de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Todavia, o fato de os alunos serem pobres, como afirmou Benjamin Constant, não significava que eram incapazes.[1]

---

[1] Parecer da Comissão encarregada de formular um projeto de Regulamento para a Escola Normal da Corte em harmonia com as conclusões aprovadas em 24 de agosto último por esta ilustrada comissão. Sala da Congregação da Escola Normal da Corte em 16 de dezembro de 1880. Assinado por João Hermenegildo,

Juntamente com a representação oficial que desqualificava o conhecimento e a prática dos professores, intensificou-se a idéia de que era preciso formar um novo professor em moldes científicos, uma vez que a maioria deles não possuía formação escolar específica e exercia o magistério na condição de professores substitutos ou adjuntos. Portanto, para as autoridades era preciso garantir um outro conjunto de saberes de natureza científica.

Várias foram as estratégias utilizadas pelo Governo Imperial e pelas elites locais com a finalidade superar o estado de coisas vigente. O momento foi marcado pela produção de discursos, nos quais a necessidade de organização da instrução pública e da formação de professores era dada como questão vital.

Todavia, a idéia de uma formação rápida e pouco adensada se impôs: os professores que conseguiam aprovação nas disciplinas das duas primeiras séries da Escola Normal eram liberados para ministrar aulas nas escolas primárias das freguesias da Corte. E'preciso lembrar que nessas séries estavam concentradas as disciplinas de cunho humanístico. Um professor não precisava conhecer além das matérias que eram ensinadas às crianças: um intelectual talvez pudesse ser descoberto entre os alunos, mas certamente jamais um intelectual se transformaria em professor primário.

Quanto à precariedade do ensino ministrado, no ano de 1886, um episódio relativo à questão foi publicado na *Gazeta de Notícias*, na edição de 20 de maio.

> Uma numerosa comissão de alunos da Escola Normal da Corte procurou-nos ontem, para se queixar, em seu nome e no dos seus colegas, do modo por que são tratados pelas pessoas da administração daquele estabelecimento, desde o seu diretor até ao empregado da mais inferior categoria.
> Ainda ontem, referiram os queixosos, tendo faltado o lente de uma das cadeiras, e querendo eles, como lhes permite o regulamento, assistir a outra aula, não lhes foi isso consentido.
>
> Queixam-se eles ainda da inconstância dos métodos de ensino, sendo que os lentes catedráticos adotam um sistema, que os substitutos em geral não seguem, quando estão em exercício.

---

relator.Benjamin Constant Botelho de Magalhães, José Francisco Halbout, Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Manoel Olympio Rodrigues de Carvalho; Paulino Diniz Pacheco, Joaquim Rodrigues Lyra. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

> As queixas dos alunos são de tal gravidade, que o governo não se deve demorar em verificar o que há a tal respeito.[2]

Outro fato que aponta a posição crítica dos alunos da Escola Normal está presente no abaixo-assinado. A nomeação de outro professor para reger a cadeira de Português da 2ª série. Alegavam que, estando a escola aberta há dois meses, o professor vinha faltando constantemente e nas poucas aulas que teria dado havia se esquecido do programa a ser cumprido.

Os assuntos relacionados ao professor foram publicados no jornal criados por eles: O Farol. Esse jornal servia de instrumento para que os alunos pudessem fazer suas criticas à organização da Escola.

> Atendendo que o professor vai de encontro ao art. 62 do regulamento desta escola que diz: O professor deve cumprir o programa de ensino, avisar com antecedência o Diretor, no caso de impedimento, empregar o maior desvelo na instrução de todos os alunos e resultando daí inconvenientes para os alunos da escola, os abaixo assinados pedem providencias a vossa senhoria [...].[3]

Os exames

Durante todo o período pesquisado, encontrei registros dos exames realizados pelos alunos para que fossem admitidos em uma outra série. Mas, ainda que se submetessem aos exames de determinadas matérias da 1ª e 2ª séries, eles não conseguiam ser aprovados em todas as provas e, por vezes, sequer compareciam ao local dos exames.

No ano de 1880, ocorreram exames de Português, Aritmética, Instrução Religiosa, Caligrafia e Música. No exame de Português inscreveram-se 25 alunos, comparecem 3 alunos e 2 alunas, e foram aprovados 1 aluno e 2 alunas; no exame de Aritmética inscreveram-se 19 alunos, compareceram 2 alunos e 6 alunas sendo aprovadas apenas 5 alunas; nos exames de Instrução Religiosa houve 15 inscritos, compareceram 3 alunos e 4 alunas, e foram aprovadas apenas 3 alunas; no exame de Caligrafia e Desenho Linear inscreveram-se 11 alunos, compareceram 2 alunos que foram aprovados; nos exames de Música Vocal inscreveram-se 7 alunos, nenhum foi aprovado.

---

[2] *Gazeta de Noticias*. Fundação Biblioteca Nacional. Setor de Obras Raras. Documento microfilmado.
[3] Escola Normal da Corte: correspondência oficial: 1880-1887. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

No ano de 1881, ocorreram exames de Caligrafia e Desenho Linear, comparecendo 24 alunos e 41 alunas; Aritmética, compareceram 2 alunos e 5 alunas; Instrução Religiosa, compareceram 5 alunos e 7 alunas; Francês, compareceram 2 alunos e 3 alunas; Costura, compareceram 31 alunas.

Para o ano de 1885, encontrei os seguintes dados sobre os exames realizados na 1ª série do Curso de Ciências e Letras e Artes da Escola Normal: Português - 44 alunos aprovados; Francês - 15 alunos aprovados; Religião - 11 alunos aprovados; Aritmética -36; Ginástica - 31.

Em 1888, o diretor interino, Teófilo das Neves Leão, ao relatar os "sucessos mais notáveis do ano letivo" apresentou uma sinopse em vários quadros elaborados em seu relatório com as seguintes colocações: realizaram-se 424 exames com 9 alunos e 51 alunas aprovados com distinção; 167 exames com 24 alunos e 143 alunas aprovados plenamente; 169 exames com 37 alunos e 132 alunas aprovados simplesmente; e reprovados 2 alunos e 10 alunas.

No período de 2 de janeiro a 13 de março ocorreram os exames dos alunos. Nesse ano letivo matricularam-se na Escola Normal da Corte 332 alunos, sendo 243 na 1ª série, 84 na 2ª série e 5 na 3ª série. Dos matriculados, 64 eram do sexo masculino e 268 do sexo feminino.

O resultado final dos exames foi o seguinte na 1ª série: 7 aprovados em Instrução Religiosa (9 se inscreveram); em Português, 66 inscritos, 58 aprovados; em Francês, 8 inscritos, com 7 aprovações. Em Aritmética inscreveram-se 47 alunos e foram aprovados 37. Nos exames de Caligrafia e Desenho Linear inscreveram-se 48 alunos e foram aprovados 45 alunos; em Ginástica para ambos os sexos compareceram ao exame 53 alunos, sendo aprovados 51 alunos.[4]. As aprovações começam a ser significativas nas matérias das duas primeiras séries. Essa, talvez, seja a causa de o Governo Imperial ter permitido que os alunos aprovados nas duas séries iniciais exercessem a função de professor nas escolas públicas primárias.

---

[4] Idem, ibidem.

Na 2ª série compareceram, 30 alunos para o exame de Português e foram aprovados 27 alunos; em Álgebra, Geometria e Trigonometria, compareceram ao exame 26 alunos, foram aprovados os 26, Corografia e História do Brasil, 38 inscritos, 36 aprovados; Música, 47 inscritos 45 aprovados; em Trabalhos de Agulha, 30 compareceram ao exame e 30 foram aprovadas. Na prova de Pedagogia compareceram 22 alunos que foram aprovados. Na terceira série não há indicativos da realização de exames.[5]

As primeiras turmas de examinados em Pedagogia e Metodologia realizaram a prova prática nas escolas públicas primárias de meninas, sob a regência da professora Ana Dias Viera, e na de meninos, sob a regência do professor José João de Póvoas Pinheiro.

Porém, em virtude de uma deliberação do governo, as escolas públicas foram fechadas por ordem da Inspetoria Geral da Higiene e o diretor propôs que as aulas práticas fossem realizadas em alguns dos estabelecimentos particulares da Corte. Houve nesse período um surto de Febre Amarela na cidade do Rio de Janeiro.

No dia 2 de abril, a Escola Normal da Corte deixou o edifício da Escola Politécnica, onde funcionava à noite desde 1880, e, também, durante dia e noite desde 2 de janeiro de 1888. Foi transferida para um edifício no Campo da Aclamação, entre as ruas D.Pedro e o largo de São Joaquim.

Segundo o relatório do diretor Teófilo das Neves Leão, a Escola contava com gabinetes, biblioteca, laboratórios, oficina de trabalhos manuais, escola de aplicação e banheiros apropriados.[...] o novo edifício esmeradamente segundo permitiram os recursos disponíveis satisfaz as exigências do estabelecimento e assinala progresso bem sensível no ensino primário do Município da Corte.[...][6]

---

[5] Idem, Ibidem.

[6] Ata da sessão da Congregação da Escola Normal da Corte, em 15 de novembro de 1888. Diretor João Pedro de Aquino, Escola Politécnica, 7 horas da noite. O sr Diretor depois de mandar proceder a leitura da informação que deu ao requerimento de diversos alunos desta Escola pedindo adiamento dos exames para o dia 5 de dezembro futuro, bem como do Aviso do Ministério do Império de 14 do corrente que resolveu sobre esse pedido , diz ter sido reunida uma comissão na sessão passada para propor ao governo reformas e melhoramentos que convém introduzir no ensino do estabelecimento das escolas publicas. Livro de atas da escola Normal da corte. Fonte: Livro de Atas da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio De Janeiro. Documento manuscrito.

Em ata da Congregação de 15 de novembro de 1888, [7] os professores discutiram o Decreto nº 10060, de 13 de outubro de 1888, que instauraria uma Reforma no Regulamento da Escola Normal da Corte, instituído desde 16 de março de 1881.A Congregação da Escola não recebeu com bons olhos as modificações propostas pelo ministério do Império, pois os professores não foram consultados sobre a reforma e receberam a noticia por oficio. O professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães manifestou sua insatisfação declarando que era profundamente lamentável que em uma época em que todos os países civilizados se esforçavam para elevar o prestígio moral das corporações docentes, no nosso país se procurava, ao contrário, amesquinhá-las tão injusta e gratuitamente. [8].

As cadeiras de Pedagogia e Prática do Ensino Primário regidas inicialmente pelo professor José Manuel Garcia, foram as únicas que inseriram em sua prática o destaque e a relevância dos saberes pedagógicos. Estes eram instruídos primeiramente no plano teórico. Considera-se essencial a enumeração dos pontos que deveriam ser ensinados aos alunos.[9]

> Educação: como tem sido definida. Qual a melhor definição. Em que e como se distingue a pedagogia;
>
> Pedagogia: sua definição. É ciência ou arte? Qual o fim da escola?
>
> Didática: sua definição. A escola. Sua organização geral;
>
> Metodologia: definição, divisão. Quantos e quais são os graus do ensino? De que consta o ensino primário?
>
> Instrução. Em que se distingue da Educação. Quantos e quais são os ramos da educação?
>
> Instrução Primária: seu objeto, seu fim, seus meios. Em que se distingue a Instrução do Ensino;
>
> Qualidades e disposições essenciais para o magistério em geral. Quais as que são para o primário? Noção geral de método;

---

[7] Idem, Ibidem.
[8] Idem, ibidem.
[9] Fonte: Livro de Programas de Pontos da Escola Normal da Corte. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Casas escolares: quantos e quais os modos de ensino? Qual o preferível?

Métodos de ensino: quais os direitos do mestre em relação aos alunos? Quais os deveres?

Material de ensino: que é instituição? Quantas espécies de instituição em sentido filosófico e em sentido pedagógico?

Ensino intuitivo: suas formas e processos de ensino. A educação é ciência ou arte?

Lições de cousas. Quais os direitos do mestre em relação aos Paes ou representantes dos Pais dos alunos? Quais os deveres?

Mobília escolar: o mestre. Em que consiste a autoridade do mestre?

Jardins de infância, sua origem e utilidade. Como se organizam e funcionam. Importância e dignidade das funções do mestre;

Método de Calkins. Programas, livros, horários, e ordem dos trabalhos. Como se dividem e classificam os alunos?

Caixas econômicas escolares, sua origem, seus fins. Moral e pedagogicamente preenchem os seus fins? Bibliotecas escolares;

Metodologia especial da leitura e da escrita. Quantos e quais os métodos conhecidos? Qual o melhor?

Metodologia especial da Gramática. Quantos e quais os métodos conhecidos. Qual o melhor?

Metodologia especial da Aritmética. Quantos e quais os métodos conhecidos. Qual o melhor?

O diretor interino, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, caracterizou esses conteúdos destacados como um discurso que, se de um lado reafirma e dá visibilidade ao poder - com seus conteúdos sistematizados -, de outro inicia uma viagem rumo à releitura da necessidade do ensino prático como momento fundamental para a representação do desempenho do aluno na Escola. O seu relato constitui uma interpretação bastante interessante sobre o caráter hierárquico, de extrema importância. Segundo ele, em função da necessidade da existência das escolas anexas à escola Normal da Corte.

> [...] os alunos mestres começando, no primeiro ano por assistir aos trabalhos d'essas escolas, cooperarão depois com os professores dividindo-se os discípulos elementares

> em classes, e estas em turmas, de cada uma das quais incumbir-se-á a direção de um normalista [...][10].

O que se pode constatar é que os alunos que completavam as duas primeiras séries iniciais da Escola Normal eram considerados parcialmente aptos para exercer o magistério, complementando esses saberes da cadeira de Pedagogia e Prática do Ensino com as matérias de Religião, Francês, Caligrafia, Português, Ginástica, Aritmética, e, se fossem alunas, cursavam também as cadeiras de Trabalhos de Agulha.

Alguns dados estatísticos, elaborados pelos memorialistas da Escola Normal da Corte, apresentavam o índice de aprovação dos alunos na matéria de Pedagogia, o que nos leva a concluir que foram realizadas as provas práticas. Estas eram acompanhadas pelo professor da matéria, o que ocorria geralmente em escolas primárias selecionadas para o trabalho prático dos normalistas. As escolas eram escolhidas entre as das freguesias da Corte. O fato era comunicado ao diretor da escola, como o faz o diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães em ofício datado de 30 de outubro de 1882:

> [...] foi escolhida a 3ª Escola do sexo feminino da Freguesia do Sacramento para nela se efetuarem, na forma do art. 114 do regulamento de 16 de março de 1881, os exercícios práticos da aula de Pedagogia e Metodologia Geral, solicito as ordens para que possam começar na 1ª semana do mês de novembro [...].[11]

As primeiras turmas de alunos

Entre 25 de março a 28 de abril de 1880 apresentaram-se na secretaria administrativa da Escola Normal 288 candidatos à matrícula na primeira série, sendo que 282 foram efetivamente matriculadas: 105 alunos e 177 alunas. Entre esses candidatos, constatou-se a presença de um professor e três professoras catedráticas de instrução

---

[10] Setor de Consultas – Pacote IE[5] - 28- Ministério do Império- Série Educação –1881.Arquivo Nacional do Rio De Janeiro. Documento manuscrito.
Diretoria da Escola Normal em 22 de fevereiro de 1881- voto em separado do Diretor Benjamim Constant Botelho de Magalhães sobre a reforma do Regulamento da Escola Normal organizado pela Congregação em cumprimento do Aviso do Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império Conselheiro Barão Homem de Mello.

[11] Ofício do Inspetor Geral da Instrução primaria e secundaria do município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, em 3 de novembro de 1882, solicita do diretor a expedição das ordens necessárias para que possam começar os exercícios práticos da Escola. Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da escola Normal da Corte.Localização: Instituto De Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

primária; um professor e 5 professoras municipais; 15 adjuntos e 32 adjuntos efetivos; oito adjuntos e 20 adjuntas interinas; e cinco indivíduos do sexo masculino e 11 do sexo feminino que apresentaram títulos de capacidade expedidos pela Inspetoria Geral da Instrução Pública. [12]

No relatório de Carlos de Laet fica claro que a grande quantidade de alunos e alunas aprovados deveu-se à benevolência das mesas examinadoras. Os motivos que determinaram tal procedimento foram justificados pelo grande número de pessoas que esperavam ansiosamente pela criação de uma escola normal no Município da Corte, considerada por ele como "demasiadamente retardada", e que não convinha, portanto, no início de funcionamento da escolar normal, criar obstáculos que intimidassem os candidatos futuros.

Essa afirmação decorria do fato de que as disposições regulamentares que regiam a Escola Normal na Corte estipulavam que deveriam ser aprovados 50 alunos, número dado como satisfatório, pois, se o número de aprovados fosse maior, poderia gerar um contingente de professores primários desempregados.[13]

O professor Laet acrescentou ainda que os aspirantes à matrícula conheciam o valor fonético das palavras, mas em geral liam sem a correção e a expressão desejáveis; que nas provas escritas eram poucos os erros de ortografia e "aberrações caligráficas"; e que foi necessário facilitar as operações de Aritmética Elementar, pois boa parte dos examinandos não conseguiu realizá-las. Para ele, a instrução precária dos alunos devia-se ao estado deplorável em que se encontravam as escolas primárias públicas e particulares. Assim, para ele era descabido um excessivo rigor na seleção dos candidatos à matrícula na Escola Normal, pelo menos em seu primeiro ano de funcionamento. Caberia, portanto, à Escola

---

[12] - Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881;Fonte: Livro de Relatórios e memórias históricas.Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito

[13] Idem, Ibidem.

Normal preparar os alunos que vieram com inteligências menos cultivadas devido ao despreparo de seus mestres primários.[14]

Houve também, nessa ocasião, alunos que concorreram à matrícula nas demais séries da Escola Normal. Eram pessoas que exibiram certificados de aprovação em outros estabelecimentos de instrução, conforme disposição prevista no Regulamento da Escola Normal, e tinham, portanto direito à matrícula sem prestar os exames da Escola Normal, pois já haviam sido aprovados pela Inspetoria Geral. Para o professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet, tal documentação "poderia ter máxima valia, mas não preparava os alunos para serem professores", pois apenas com certidões de aprovação em exames prestados na Inspetoria Geral de Instrução Pública, qualquer estudante "simplesmente habilitado" para seguir o curso de uma faculdade adquiria o direito de matrícula na Escola Normal. Foi um ato de desaprovação ao sistema de matrículas, citado pelo professor em seu Relatório sobre o ano de 1880 na Escola Normal da Corte.

O problema foi levado à Congregação. Dividiram-se as opiniões, e por falta de unanimidade a questão foi levada no dia 3 de abril, por intermédio do diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ao conhecimento do Governo Imperial, que decidiu que os exames das matérias do curso normal deveriam ser prestados na Escola Normal, não se aceitando exames realizados em outros estabelecimentos de ensino.[15]

Decidiu-se, então, que a Escola Normal devia promover a organização de um regulamento de exames a que deveriam se submeter os candidatos à matrícula na segunda série e nas séries seguintes. A incumbência ficou sob a responsabilidade de José Manuel Garcia, professor de Pedagogia e Prática de Ensino; Joaquim Borges Carneiro, substituto da sexta seção; e Carlos Maximiano Pimenta de Laet, professor da cadeira de Geografia e

---

[14] Idem, Ibidem.

[15] Ata da 2ª sessão da Congregação, em 3 de abril de 1880. Presidência do Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Diretor Interino. Às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas do externato do Imperial Colégio de Pedro 2º, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Cônego João Pires do Amorim, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Dr. Pedro Severiano de Magalhães e os substitutos Joaquim Borges carneiro e Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva. O senhor diretor comunica a Congregação que recebeu um Ofício do professor Fonte: Livro de Atas da Congregação da Escola Normal.Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.Documento manuscrito.

História do Brasil, que atuava como professor da extinta cadeira de Português do Colégio Pedro II.[16]

Em face do grande número de alunos, e da impossibilidade de reuni-los em apenas duas salas do Externato do Colégio Pedro II, o funcionamento da Escola Normal foi transferido no dia 30 de abril para o edifício da Escola Politécnica. Também devido ao grande número de alunos foram contratados substitutos para servirem de professores suplementares e a primeira série foi dividida em duas turmas.[17]

Na cadeira de Português, a regência da primeira e da segunda turma ficou sob a incumbência dos professores José Manuel Garcia e Francisco Xavier da Cunha (substituto); na cadeira de Aritmética a regência da primeira e da segunda ficou sob a incumbência dos professores Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Carlos Jansen (substituto).

O ensino de Instrução Religiosa para as duas turmas ficou sob a responsabilidade do professor padre Amador Bueno de Barros. Já a aula de Música ficou sob a responsabilidade de Franco José Martins.

Segundo o relatório do ano letivo de 1881, escrito pelo professor Afonso Carlos Moreira, a abertura das aulas ocorreu no dia no dia 2 de abril e os exames de admissão foram prorrogados até o dia 31 de abril. Nesse período matricularam-se na primeira série 181 alunos, divididos em duas turmas, sendo a primeira de 103 e a segunda de 78, 55 homens e 126 mulheres ao todo. [18]

Para os exames do ano de 1881, inscreveram-se 52 alunos, 7 do sexo masculino e 45 do sexo feminino. Foram feitas as seguintes aprovações: Caligrafia e Desenho Linear: 24 aprovados; Português: 9 aprovados; Aritmética: 2 aprovados; Instrução Religiosa: 5 aprovados; Francês: 2 aprovados; Costura: 28 aprovados.

---

[16] Idem, Ibidem.

[17] Idem, Ibidem.

[18] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto n. 7684 de 6 de março de 1880 e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de 11 de fevereiro de 1882 pelo Doutor Afonso Carlos Moreira, professor substituto da mesma Escola. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Afonso Carlos Moreira, comparando os resultados com os do ano anterior, 1880, observou que, se por um lado diminuiu a afluência dos candidatos, por outro o resultado do trabalho intelectual foi relativamente superior [19] . Para ele, somente os exames poderiam fornecer provas positivas ou negativas da habilitação do examinando.

Afonso Carlos Moreira, além de relatar os sucessos da Escola Normal, fez uma crítica ao sistema de exames adotados na instituição. Para o relator, os exames deveriam ser realizados no mesmo dia e em ordem definida: primeiro as provas escritas, em seguida a prova oral sobre o mesmo assunto da prova escrita.

No ano de 1883 foram entregues prêmios aos alunos que obtiveram melhor aprovação no ano de 1882. Houve, porém, a preocupação com a entrega dos prêmios, principalmente no caso das alunas casadas, já que eram ofertados por pessoas da sociedade, geralmente homens, o que era mal visto pelos maridos das mesmas.

Todo o processo de policiamento das ações dos professores em relação às alunas estava calcado no fato de que a escola mista funcionava no mesmo prédio em que alunos e alunas estudavam separados por alas, o que acarretava, na época discussões, relativas à moralidade e a questões culturais do século XIX.

A freqüência dos alunos

A primeira matrícula realizada na Escola Normal da Corte, segundo fontes documentais, foi a de Raul Gustavo Guedes Pinto.As matrículas eram realizadas depois de um exame de admissão. Os alunos precisavam provar que tinham freqüentado a escola primária e que tinham conhecimentos básicos anteriores.

No primeiro ano de funcionamento da Escola Normal, os alunos precisavam ter no mínimo a idade de 16 anos para efetuar a matrícula, idade mínima alterada para menos com o passar dos anos. Essa mudança ocorreu devido aos projetos de reforma propostos para a Escola. Além da idade exigida, os candidatos à matrícula precisavam apresentar

[19] Idem, Ibidem.

atestado de moralidade e de boa conduta social, geralmente concedido pelo pároco da freguesia em que o candidato residia.

Rapazes e moças estudavam em ambientes separados, isto é, em duas salas do Externato Pedro II. Ao ser transferida para a Escola Politécnica, criaram-se seções masculinas e seções femininas submetidas a um sério processo de vigilância por meio de rigoroso mecanismo de inspeção, fato que não impediu o surgimento de tensões periódicas.

Em certa ocasião,os alunos foram assistir a uma outra aula de Aritmética composta somente de moças, e segundo o diretor:

> [...] apesar de lhes ter dito um dos Inspetores dos alunos, que aquela divisão não lhes pertencia, eles não se importaram com esta declaração, aliás feita em termos delicados, e foram entrando para a aula regida pelo professor interino Alfredo Coelho Barreto. O Inspetor vendo que assim ficara destituído uma das ordens terminantes que lhe tinha dado, veio à minha sala, avisou-me deste procedimento, então eu mesmo fui à aula do Professor interino Coelho Barreto e com toda a urbanidade fiz retirar desta todos aqueles rapazes.Nesta ocasião o aluno Jose Soares Dias em tom, que não me pareceu muito respeitoso, disse-me que não podia mandá-lo retirá-los de uma aula, quando o Regulamento pelos Artigos 44 e 45 facultava-lhes o direito de freqüência em qualquer das aulas do curso de ciências e letras. [20]

Apesar das enormes críticas que sofriam por parte dos professores no que diz respeito à sua disciplina, tanto intelectual quanto moral, alguns alunos se destacavam no cotidiano escolar.

Os alunos da Escola Normal da Corte já mostravam também seu desembaraço intelectual e crítico. Na Ata da 9ª sessão, realizada em 2 de julho de 1880, o diretor interino Benjamin Constant apresentou à Congregação um número do jornal O *Farol*,redigido pelo aluno Militino Pinto, que numa série de artigos analisava o professorado e a administração da Escola Normal. Muito provavelmente essas análises eram desfavoráveis à instituição, pois esse assunto foi pauta de mais três reuniões, tendo sido até mesmo comunicado ao Ministro do Império.

Uma das atividades culturais desenvolvidas pelos alunos e alunas da Escola Normal da Corte diz respeito à existência de um coral composto em sua maior parte por

---

[20] Idem, Ibidem.

mulheres e que se apresentava em solenidades na capital do Império, como na ocasião em que por solicitação da Princesa Imperial Regente, em 1° de agosto de 1887, foram chamados para cantar o Hino da Independência em sessão solene no Teatro D. Pedro de Alcântara.

Na visão crítica do professor interino Álvaro Joaquim de Oliveira, os alunos não tinham interesse pelas matérias científicas; e o fato de que a Escola Normal habilitava para ministrar aulas os alunos aprovados nas matérias da 1ª e 2ª séries fazia com que apenas alguns poucos freqüentassem a 3ª série cujas matérias eram de natureza científica.[21] Os documentos raramente registram a participação de alunos nos exames de outras matérias, que não aquelas da 1ª e 2ª séries.

E de fato, Álvaro Joaquim de Oliveira apresentou uma lista com os nomes dos alunos que terminaram a 2ª e solicitavam ao Governo Imperial que fossem habilitados para atuar nas escolas primárias das freguesias da Corte, conforme prescrevia o artigo 99 do Regulamento da Escola Normal.[22]

O número de alunos que se submetiam aos exames das duas primeiras séries era pequeno comparado ao número de alunos matriculados. Talvez tenha colaborado para tal fato a contratação de professores leigos em detrimento da contratação de alunos matriculados na Escola Normal.

Relatos de Carlos Maximiano Pimenta de Laet demonstravam que a freqüência livre e a não obrigatoriedade da presença dos alunos à lição apresentavam sérios problemas no primeiro ano de funcionamento da escola. ". [...] os moços, a quem tanto sorri a ideais de não terem de exibir provas quotidianas de sua assiduidade e aproveitamento não

---

[21] As matérias da terceira série eram de matemática, física, química, biologia, o que nos permite alegar a cientificidade de tal série. Essas características unidas ao discurso de modernidade da época justificam a busca pela ilustração das mentes por meio da educação calcada na proposta positivista de Comte. Verificar livro de pontos da Escola Normal. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[22] Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte.Rio de Janeiro, 4 de abril de 1887. Ofício do Inspetor Emigdio Adolfo Victorio da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, assunto: remeter a relação dos alunos e alunas dessa Escola; Livro de Correspondência Oficial da Escola Normal da Corte. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

compreenderam logo que, em compensação, recrescia-lhes o dever de atentar nas preleções de seus professores [...]".[23]

Os memoriais e as cartas

Para o desenvolvimento deste tópico utilizei as fontes documentais e principalmente memoriais de alunos localizados no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, como os de: Ana Jacinta Dias, de 10 de outubro de 1876, solicitando a S.M.I. "um local para ensinar o curso primário";[24] Elvira César, "professora habilitada com o curso completo da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro se apresentando ao concurso para provimento das cadeiras na escola de instrução pública primária na Freguesia do Engenho Novo", 1876; [25] professora Maria Dias França;[26] Claudina Rosa Dias da Cruz, "natural do Rio de Janeiro, filha da viúva Alzira Rosa Dias da Cruz, tem 23 anos, é aluna da 2ª série da Escola Normal da Corte e já obteve aprovações nas seguintes matérias: português, aritmética, francês desenho e caligrafia, ginástica, religião, trabalhos de agulha e musica";[27] Júlia dos Santos Marques, "professora adjunta às escolas publicas desta Corte, durante doze anos". [28]

---

[23] Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Municipio da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto n. 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado à Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881. Livro de Memórias Históricas da Escola Normal da Corte. Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

[24] Memorial de Ana Jacinta Dias – 10 de outubro de 1876; D'Aguiar Antonio Pinheiro solicita de S.M.I. um local para ensinar o curso primário. Anexo um quadro do plano de aula. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Ministério do Império. Série Educação: 1876-1878.

[25] Memorial de Elvira César, professora habilitada com o curso completo da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro se apresentando ao concurso para provimento das cadeiras na escola de instrução pública primária na Freguesia do Engenho Novo. Fonte: Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Localização: Pacote IE 5 59. Ministério do Império. Série Educação: 187:6-1878.Documento Manuscrito

[26] Memorial da professora Maria Dias França; Pacote IE 5 29. Série Educação. Fonte: Arquivo Nacional. Ano: 1883. Localização: Pacote IE5 31 Ano O: 1885. Documento Manuscrito.

[27] Memorial de Claudina Rosa Dias da Cruz, natural do Rio de Janeiro, filha da viúva Alzira Rosa Dias da Cruz, tem 23 anos, é aluna da 2ª serie da Escola Normal da Corte e já obteve aprovações nas seguintes matérias: português, aritmética, francês desenho e caligrafia, ginástica, religião, trabalhos de agulha e música; Memorial de Julia dos Santos Marques, professora adjunta às escolas publicas desta corte, durante doze anos. Rio de Janeiro, 1° de outubro de 1885. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote IE5 31. Ano: 1886

[28] Memorial de Julia dos Santos Marques, professora adjunta às escolas públicas desta corte, durante doze anos. Rio de Janeiro, 1° de outubro de 1885. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote — IE5 — 31 Ano: 1886.

Os memoriais encontrados na Fundação Biblioteca Nacional contêm a vida corrida dos professores, é uma espécie de "currículo-vitae" do século XIX. Trazem endereço, filiação, situação financeira, condições de saúde dos professores e de seus parentes mais próximos. Há alguns em que a história de vida do individuo é contada nos mínimos detalhes: como nasceu, como o pai morreu, o que a mãe tem feito para sustentar a casa e, lógico, a súplica pelo emprego por ser "pobre". Outra característica desses memoriais é a evocação dos professores para as suas habilidades, competências e,sobretudo, a vocação para o magistério.

Outros documentos são encontrados. São cartas de solicitação enviadas às autoridades da Corte como a de Josefina Joana Adelaide Ribeiro, "professora adjunta às Escolas Públicas de Instrução Primária do 1° grau ao Ilustríssimo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte solicitando concorrer ao provimento provisório da Cadeira que se acha vaga e foi mandada pôr em concurso por edital de 3 de novembro"; [29]

Como exemplo pode-se citar as cartas abaixo relacionadas:

> Abigail Judith Tavares ao "Inspetor Geral da Instrução Pública da Corte em 17 de novembro de 1883, achando-se habilitada à concorrência para a cadeira de meninas, vaga da freguesia de S. Cristóvão";[30] professora Angelina Sandoval Pereira desejando de preferência a nomeação para uma das três primeiras cadeiras por ser aluna da Escola Normal da Corte";[31]
> Claudina Rosa Dias da Cruz solicitando "que seja nomeada ao concurso a que se submeteu e cujo rendimento foi à nota máxima";[32] Maria Dias França "alertando que em fevereiro de 1884 concorreu ao provimento de uma cadeira que vagara na freguesia de S. Cristóvão, e por aquela ocasião foi vítima de injustiça tão clamorosa, que o

---

[29] Carta de Josefina Joana Adelaide Ribeiro, professora adjunta às Escolas Públicas de Instrução primaria do 1 grau ao Ilustríssimo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte solicitando concorrer ao provimento provisório da Cadeira que se acha vaga e foi mandada pôr em concurso por edital de 3 de novembro. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Setor de Consultas. IE[6]

[30] Carta de Abigail Judith Tavares ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Corte em 17 de novembro de 1883, achando-se habilitada à concorrência para a cadeira de meninas, vaga da Freguesia de S. Cristóvão.Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote IE[5] 31.

[31] Carta da Professora Angelina Sandoval Pereira desejando de preferência a nomeação para uma das três primeiras cadeiras por ser aluna da Escola Normal da Corte.Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote IE[5] 31 – Ano: 1885.

[32] Carta de Claudina Rosa Dias da Cruz solicitando que seja nomeada ao concurso que se submeteu e cujo rendimento foi à nota máxima; Fonte: Arquivo Nacional. Localização Pacote IE[5] 31.

Inspetor Geral de então, em ofício que publicou no "Jornal do Comércio" e na "Gazeta de Noticias", não pôde deixar de denunciá-la ao Governo Imperial";[33]

Angelina Sandoval Castrioto Pereira "professora adjunta às escolas públicas deste município pede para ser transferida da Escola pública da Freguesia de São José para uma das três primeiras cadeiras que foram submetidas a concurso, por ser de justiça estar de acordo com o Decreto n. 8985 de 11 de agosto de 1883, em que é facultativo ao Governo Imperial, a nomeação dentre as candidatas que obtiverem melhor classificação".[34]

Maria Amélia Fernandes "nomeada professora adjunta às Escolas Públicas Primárias, aluna da Escola Normal da Corte e aprovada nos exames de Religião, Francês, Português, Aritmética, Desenho Linear, Ginástica, Música e Trabalhos de Agulha pede para ser nomeada para uma das cadeiras vagas a que se submeteu a concurso para ser transferida da Escola suburbana de São José para uma das Escolas urbanas"; [35]; novamente, Maria Amélia Fernandes para o "Delegado de Instrução Primaria e Secundária da Corte solicitando um atestado de que tem cumprido suas obrigações completamente, já que a Professora Eudoxia Brasinha da Costa, sua regente havia falecido; [36] e outra carta da mesma professora: "pedindo para ser nomeada professora da escola de S. Francisco Xavier da 4ª de São Cristóvão".[37].

Lídia Paula de Moraes, "professora adjunta efetiva às escolas públicas de instrução primária e secundária do município da Corte, tendo sido convenientemente classificada no concurso a se procedeu ultimamente para uma das cadeiras vagas, deseja ser nomeada professora de uma das ditas cadeiras, é uma das professoras que maior número de exames têm prestado na Escola Normal da Corte como provam nove certidões que devem acompanhar o processo do concurso a que se submeteu". [38]

---

[33] Carta de Maria Dias França alertando que em fevereiro de 1884 concorreu ao provimento de uma cadeira que vagara na freguesia de S. Cristóvão, e por aquela ocasião foi vitima de injustiça tão clamorosa, que o Inspetor Geral de então, em ofício que publicou no "Jornal do Comércio" e na "Gazeta de Noticias", não pôde deixar de denunciá-la ao Governo Imperial. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote IE ^{5} 29. Série Educação. Ano: 1883.

[34] Carta de Angelina Sandoval Castrioto Pereira professora adjunta às escolas públicas deste município pede para ser transferida da Escola pública da freguesia de São José para uma das três primeiras cadeiras que: foi submetido a concurso, por ser de justiça estar de acordo com o Decreto nº 8985 de 11 de agosto de 1883, em que é facultativo ao Governo Imperial, a nomeação dentre as candidatas que obtiverem melhor classificação. Fonte: Arquivo Nacional. Localização Pacote IE ^{5} 29. Série Educação. Ano: 1883.

[35] Carta de Maria Amélia Fernandes nomeada professora adjunta às Escolas Públicas Primárias, aluna da Escola Normal da Corte e aprovada nos exames de Religião, Francês, Português, Aritmética, Desenho Linear, Ginástica, Musica e Trabalhos de Agulha pede para ser nomeada para uma das cadeiras vagas a que se submeteu a concurso para ser transferida da Escola suburbana de São José para uma das Escolas urbanas; Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1885. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Obras raras

[36] Carta de Maria Amélia Fernandes para o Delegado de Instrução Primária e Secundária da Corte solicitando um atestado de que tem cumprido suas obrigações completamente, já que a Professora Eudoxia Brasinha da Costa, sua regente havia falecido; Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1885. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Pacote IE ^{5} 29. Série Educação.

[37] Idem, Ibidem.

[38] Carta de Lídia Paula de Moraes, professora adjunta efetiva às escolas públicas de instrução primária e secundária do município da Corte, tendo sido convenientemente classificada no concurso a que se procedeu ultimamente para uma das cadeiras vagas, deseja ser nomeada professora de uma das ditas cadeiras, é uma das professoras que maior número de exames têm prestado na Escola Normal da Corte como provam nove certidões que devem acompanhar o processo do concurso a que se submeteu. Rio de Janeiro, setembro de 1885.Fonte: Arquivo Nacional. Localização: IE ^{5} 29. Série Educação.

E´ possível encontrar cartas com outras intenções, como, as de: Mariana Carolina Santos ao "diretor da Escola Normal da Corte, desejando animar as compatriotas que se entregam aos estudos do curso da Escola Normal da Corte e enviando o prêmio denominado Barão Homem de Mello; e a obra de Camille Flammarion – *Lês estiles et les Curiosités da Ciol-a* fim de ser dados a 2ª aluna que maior número de exames prestados .[39]

Os memoriais ofereciam as informações sobre os alunos, portanto, solicitados no ato de matrícula na Escola Normal. Podiam também exercer a função de solicitar aos ministros do Império e ao Imperador a nomeação para o cargo de professores primários nas cadeiras vagas freguesias da Corte.[40]

Os registros documentais apontam para a presença feminina nos memoriais e nas cartas enviadas à Escola desde seu primeiro ano de funcionamento e assim continuou até o último ano do Império[41]e, provavelmente, durante os primeiros anos da República.

Quando lemos os memoriais e as cartas, captam-se melhor os anseios e desejos de certos grupos sociais. Em algumas manifestações, é possível reconhecer o lastro de uma sociedade cujos valores estimulavam a cultura letrada e que tentava resolver o problema das moças pobres, órfãs ou desvalidas para que não fossem conduzidas à prostituição. Portanto, para muitas, a profissão de professor era a única opção para uma moça conciliar suas obrigações domésticas e um trabalho que trouxesse alguma renda financeira.

Em alguns memoriais constam relatos da vida pregressa dos alunos-mestres. Neles podemos encontrar dados sobre filiação, endereço, modo de vida, situação financeira e, sobretudo, a intenção de atuar nas escolas primárias das freguesias da Corte.

---

[39] Carta de Mariana Carolina Santos ao diretor da Escola Normal da Corte, desejando animar as compatriotas que se entregam aos estudos do curso da Escola Normal da Corte e enviando o prêmio denominado Barão Homem de Mello; e a obra de Camille Flammarion – *Lês estiles et les Curiosités da Ciol* — a fim de ser apelidados a 2ª aluna que maior número de exames prestados desde novembro de 1882 a março de 1883.Fonte: Arquivo Nacional. Localização. IE6.

[41] Pacote IE^5 35. Ano: 1888. Oficio n. 17-88. Diretoria da Escola Normal da Corte. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1888; Arquivo Nacional. Fonte manuscrita.

Durante os anos de funcionamento da Escola Normal, houve uma presença expressiva de mulheres no exercício do magistério, já que os pequenos vencimentos eram incompatíveis para os homens que deveriam sustentar suas famílias.

> O diretor João Pedro de Aquino participa a V. Exª Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, que se acham matriculados na Escola Normal da Corte 314 alunos sendo 256 do sexo feminino e 58 do sexo masculino [...]. [42]

Esses dados, acrescidos das teorias cientificistas que apregoavam a vocação da mulher para assumir a instrução de meninos e meninas, contribuíram para reforçar a concepção de que o magistério era uma tarefa feminina.

Era comum que os alunos da Escola Normal se sentissem no direito de assumirem as cadeiras vagas, pois o número de professores leigos era grande.[43]

Apesar de a idade mínima para a matrícula ser de 15 anos, os alunos que se matriculavam na Escola Normal tinham idades que variavam entre 21 e 25 anos. Em boa parte eram professores atuantes nas escolas primárias da Corte ou pessoas pretendentes ao cargo de professor.

Inicialmente, nas escolas primárias da Corte, a maioria dos professores era do sexo masculino e com o passar do tempo as mulheres foram tomando conta desse espaço, sobretudo as órfãs, que teriam uma vida mais digna do que se ficassem abandonadas à própria sorte. Com isso o perfil do professor que atuava nas escolas primárias da Corte, inicialmente do sexo masculino, foi modificado mais tarde, com a abertura das escolas para as mulheres.

O Diretor da 2ª Diretoria de Negócios do Império, Netto Machado, afirmou que o diretor Benjamin Constant já havia atentado para o fato de que os alunos eram "[...] na

---

[42] Relação das alunas aprovadas nos exames realizados em novembro e dezembro de 1882 e março e abril de 1883, relativos ao curso efetuado n'aquele ano. Fonte: Arquivo Nacional. Localização: Documento arquivado sob a denominação CDE/SDE – Pacote IE^5 – 30-1883.

[43] Decreto nº 8985 de 11 de agosto de 1883- Francisco Antunes Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1883, 62 da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade e o Imperador. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.Fonte: Arquivo Nacional.

sua quase-totalidade pobres e, portanto obrigados a procurar no trabalho diurno meios de subsistência [...]". Foi ainda do diretor Benjamin Constant a idéia de enviar um despacho para o Imperador D. Pedro II, afirmando em 12 de março de 1883, que a melhor alternativa era que a Escola funcionasse durante o período noturno. Anexado a esse despacho encontrava-se um abaixo-assinado de 38 alunos solicitando ao Imperador o funcionamento do curso normal no período das 4 horas da tarde até as 9 horas da noite. Os alunos justificavam no documento a necessidade de trabalhar e que, portanto, não poderiam estudar no período diurno. [44]

A leitura desses aspectos que foram sintetizados neste capítulo objetivou reconstituir o cotidiano dos alunos da Escola, no intuito de organizar a documentação disponível nos arquivos do Rio de Janeiro, mas totalmente desordenados dificultando muito o trabalho do pesquisador.

Ao mesmo tempo, serviram para a verificação de como a marca do tempo se faz presente e já apresenta, em determinadas partes, a falta de conservação e falhas que prejudicaram a leitura. Em função dessas condições é que selecionei os documentos.

Esses documentos colaboraram para traçar, em síntese, as idéias daqueles propagandistas da educação que haviam se pronunciado por uma linha de ação mais atuante.

Para tanto, a recuperação e reunião desses documentos permitem observar que há muito para pesquisar sobre os alunos da Escola Normal da Corte. Nossos arquivos contam com um extenso acervo documental, o que permite ao pesquisador inúmeras possibilidades de olhar a história da educação.

Essa observação, por sua vez, aponta para a importância de pesquisas documentais que possam proporcionar a compreensão da cultura brasileira, uma vez que sua produção dialoga com as concepções de educação escolar.

---

[44] Despacho Imperial de 12 de março de 1883 – Parecer da comissão nomeada por S. Exª para indicar a reforma que necessita a Escola Normal da Corte. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documento manuscrito.

Capítulo 13

Presença feminina

O objetivo deste capítulo é analisar o entrelaçamento entre as representações sociais sobre o que era ser mulher e o que era ser professora na sociedade brasileira no século XIX.

Estudar o cotidiano da Escola Normal da Corte implica, necessariamente, enfatizar os aspectos relacionados à história da mulher no Brasil e, mais especificamente, na Corte Imperial. De forma organizada e coletiva ou individualmente, foram inúmeras as mulheres que contribuíram para a construção de nossa condição feminina atual. A elas devemos o reconhecimento da cidadania feminina, com leis e reformas sociais que até hoje nos beneficiam. Nelas temos o exemplo de persistência e luta pela causa indígena, pela abolição da escravatura, pelo direito das mulheres de freqüentar escolas e universidades e o direito de voto.

A professora primária

Durante todo o período colonial, a mulher brasileira esteve bastante afastada da escola em detrimento das atividades que foram atribuídas como naturais: costurar, bordar, cuidar da casa, do marido e dos filhos. As poucas oportunidades de instrução se restringiam aos ensinamentos oferecidos nos conventos religiosos.[1]

A Escola Normal da Corte foi criada no âmbito das discussões e da expansão da mão-de-obra feminina nos postos de trabalho relacionados com a educação.

Na cidade do Rio de Janeiro, entre 1880 e 1889, o ensino normal público era ministrado apenas pela Escola Normal. Esse ensino "normal", pela própria etimologia da palavra, deveria ser o mais normal e natural que pudesse. Para tanto, era da "natureza" feminina a representação natural da figura materna, da " vocação natural" para cuidar das

[1] Para conhecer melhor a atuação das mulheres no magistério primário o leitor pode verificar as obras de BRUSCHINI, Cristina e AMADO, Tina. Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64,p 4-13, fevereiro,1988.

crianças. Assim a maternidade da escola primária e da figura da professora foi gradativamente normatizada.[2]

O Estado precisava introduzir mudanças na morfologia social do corpo de professores; havia que modificar a prática corrente de que os meninos tivessem professores homens.[3]

Se a formação do magistério via Escola Normal Primária na Corte foi endereçada para os homens e só na falta destes poderiam as mulheres também ocupar seus bancos e desempenhar o magistério da Escola, o preceito da liberdade de ensino tinha também uma conotação de gênero.A liberdade de ensinar tinha significado diferente para mulheres e homens. As mulheres só poderiam ser aceitas se submetidas a um processo de formação para o magistério.[4]

Convinha ter mulheres professoras junto a meninos para educá-los, socializá-los, provendo hábitos e atitudes de civilidade, embora também elas pudessem assumir secundariamente e apenas quando fossem pequenos.

Nesse contexto, a Escola Normal da Corte, responsável pela formação de mestres e mestras, passou por várias reformas (muito mais no nível intelectual do que prático), tanto estruturais como curriculares, principalmente relacionadas às matérias que deveriam ser ministradas na escola. Seu diretor, Benjamim Constant, em relatório ao Presidente da Província, argumentava insistentemente quanto isto a prejudicava e que a ampliação do programa de estudos era uma exigência muito grande para as moças, sendo o

---

[2] Vf. NASCIMENTO, Maria José de Carvalho. O (Des) Prestígio da normalista e as relações de gênero no cotidiano do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. p 47.

[3] E' interessante observar que os estudos sobre a condição feminina e as relações de gênero no Brasil apontam uma atuação significativa das mulheres no sustento e na subsistência das famílias populares. Nos memoriais das alunas da Escola Normal da Corte pude perceber que a escola pública primária pode ter aberto um caminho para que as meninas provenientes das camadas pobres conquistassem um trabalho, talvez essa seja a explicação para o ensino de práticas de bordados, agulha e costura. Esses memoriais podem ser encontrados no Arquivo Nacional, principalmente localizado no Pacote IE [5] 29 série educação.

[4] Essa afirmação advém da necessidade de alfabetizar meninas e preparar professoras, entendendo a alfabetização como uma tarefa essencialmente feminina. Porém, é preciso alertar o leitor para o fato de a Escola Normal não ter sido criada exclusivamente para mulheres, até porque se precisava de professores homens, para alfabetizar meninos. Somente nos anos posteriores, a partir de 1885, é que as mulheres passaram a alfabetizar indistintamente meninas e meninos.

aumento do número de matérias e a ampliação do curso de dois para três anos, uma medida desnecessária. A justificativa para a postura do diretor era justamente a de que a Escola Normal da Corte sempre contara com um número bem maior de mulheres em seus bancos escolares.[5]

Para o diretor da Escola Normal, a reforma era inadequada devido a características da clientela e o período em que estava sendo proposta. O curso deveria ter a sua duração de dois anos mantida, pelo fato de ser mais freqüentado por mulheres, as quais poderiam não acompanhar intelectualmente um currículo mais denso de matérias e desenvolvido por mais tempo. A "natureza" das alunas requeria, na visão do diretor da escola, um trabalho menos árduo. Para ele a Escola Normal deveria preparar alguns mestres e também boas mães.[6]

Portanto, o primeiro diretor da Escola Normal da Corte, embora fomentasse a presença de mulheres no curso, também insistia em sua profissionalização e contribuía para representá-las, publicamente, como menos aptas.[7]

A discussão em torno da "feminização" [8] do magistério é sem dúvida bastante complexa. A título de observação, no entanto, vale ressaltar que no final do século passado, algumas correntes de pensamento - que certamente exerceram influência nas medidas educacionais adotadas pelo governo brasileiro - propunham que havia diferenças "naturais" entre homens e mulheres.Nesse caso, supunha-se que às mulheres, por sua constituição natural, cabia socializar as crianças, como parte de suas funções maternas. Como o ensino primário era entendido como extensão da formação moral e intelectual recebida em casa,

---

[5] Fonte: Arquivo Nacional. Voto em separado do Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães enviado ao Ministro e Secretario dos Negócios do Império Pedro Leão Velloso e assinado por Rodolfo Epifânio Dantas, Ruy Barbosa, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, Balduíno José Coelho. Localização: Documento arquivado sob a denominação CDE/SDE – Pacote IE[5]- 30-1883.

[6] Fonte: Livro de Relatórios Históricos e memórias de diferentes anos.Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de maio de 1886, pelo Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[7] Idem, Ibidem.

[8] É necessário esclarecer que a nomenclatura Feminização foi retirada das idéias de Zeila Demartini.in DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo. Número 86.p.5-14,agosto de 1993.

foi fácil admitir que a educação das crianças estaria mais bem cuidada nas mãos de uma mulher, a professora.[9]

Dessa forma, mesmo com todo o reconhecimento do papel da mulher como formadora dos cidadãos para o Estado, havia a preocupação em manter a imagem feminina associada à função de mãe e esposa, desviando a mulher das "[...] inclinações frívolas que são naturais de seu sexo [...]"[10]. Mas, de educadora dos filhos, como passaram as mulheres a professoras nas escolas públicas?

> No final o século passado, algumas correntes de pensamento que discutia a existência de diferenças "naturais" entre os sexos, tais como caráter, temperamento e tipo de raciocínio, acabaram influenciando todas as medidas adotadas na área educacional, acentuando ainda mais os preconceitos e a ordem estabelecida. Segundo essas correntes, a mulher, e apenas ela, era biologicamente dotada da capacidade de socializar crianças, como parte de suas funções maternas. E, sendo o ensino da escola elementar visto como extensão dessas atividades, o magistério primário passou a ser encarado como profissão exclusivamente feminina.[11]

Para homens e mulheres, o magistério esteve sempre associado ao sacerdócio. Mesmo nas sociedades liberais, onde se pretendia a desvinculação com as idéias religiosas, a imagem do professor era confundida com a do sacerdote. As próprias palavras de Guizot, Ministro da Educação da França pós-revolucionária, explicitavam bem tal conjuntura: formar os "sacerdotes laicos" do Estado Burguês.[12]

> No Brasil a partir de 1850, a educação feminina passou a ser questão discutida nos jornais femininos do Rio de Janeiro. Também em Desterro os jornais publicados na época referendavam a instrução feminina. A mulher descrita nos periódicos era ao mesmo tempo frágil e forte. Frágil pela natureza de seu sexo e forte pela sua missão de educadora. Segundo Joana PEDRO (1994:45), "na constituição dos 'homens

---

[9] Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Localização do documento: PR SOR 3795 (1) 1874.Título do documento: A *instrução Pública* Ano III- nº 11 Data: 15/03/1874

[10] Fonte: Relatório dos Sucessos Mais Notáveis do Ano Letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do município da Corte, organizado na conformidade do Art. 58, Nº 4 do Regulamento anexo ao decreto Nº 7684 de 6 de Março de 1880 e apresentado a Congregação da mesma Escola Na Sessão de maio de 1886, pelo bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Documento manuscrito. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[11] BRUSCHINI, Cristina & AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 64, p. 4 – 13, fev. 1988. p.5.

[12] Fonte: Relatório dos Sucessos Mais Notáveis do Ano Letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do município da Corte, organizado na conformidade do Art. 58, Nº 4 do Regulamento anexo ao decreto Nº 7684 de 6 de Março de 1880 e apresentado a Congregação da mesma Escola Na Sessão de maio de 1886, pelo bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Documento manuscrito. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

> melhores".que formariam a nação brasileira, além da escola era necessária a formação no lar, e esta deveria ser ministrada por uma mãe instruída". Foi dentro desta filosofia que se reivindicou a educação pública para meninos e, principalmente, para meninas. O jornal O Santelmo, explica:*" Missão da família; a mulher é tudo nela. - Influencia da religião da moralidade da mulher, mui poderosa sobre a moralidade da família e do estado."Estava posta a necessidade de se investir na instrução das mulheres. Afinal, eram elas as construtoras da boa sociedade".*[13]*(grifos da autora)*

Exercer a função de professor e professora exigia abnegação e dedicação, até mesmo colocando em segundo plano a importância do pagamento pelo seu trabalho. A profissionalização da mulher no magistério público deu-se em meio ao entendimento de que a educação escolar era uma extensão da educação dada em casa. Logo, a função de mãe na família era estendida à escola pela pessoa da professora.[14] Estava assim criado o círculo que permitiria a profissionalização do magistério feminino: as mulheres, mães e educadoras por natureza, passavam agora a estender sua função para as escolas na profissão de professoras. [15]

No contexto, disseminou-se o conceito de "vocação", que desde então serviu para legitimar o crescente aumento do número de mulheres ingressando no magistério. A idéia foi usada como mecanismo eficiente para induzir as mulheres a escolherem profissões menos valorizadas socialmente. Melhor dizendo, em nome da natureza feminina e de uma suposta vocação natural, as mulheres assumiram o magistério de primeiras letras como profissão adequada para o seu sexo.[16]

---

[13] SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. Florianópolis: Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

Universidade Estadual de Maringá

[14] O relatório do ano de 1889 comprova que o número de mulheres era muito maior que a de homens na Escola Normal da Corte.Oficio do diretor Interino Teófilo das Neves Leão comunica que há 314 alunos matriculados- 256 do sexo feminino e 59 do sexo masculino e mais 100 pessoas de um e outro sexo que se julgam com direito à freqüência das aulas em virtude do artigo 41 do Regulamento que tem requerido cartões dos ouvintes. Localização: Arquivo Nacional. Pacote IE5 35.

[15] Fonte: Livro de Correspondências Oficiais da Escola Normal. Oficio do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação) roga que lhe seja enviado uma relação das alunas que freqüentaram essa escola durante o ano findo, com a declaração dos exames que têm feito, e, se for possível, uma outra relação das pessoas, que, não sendo alunas, todavia tem prestado exames, 30 de janeiro de 1884. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

[16] Fonte: Livro de Relatórios e Memórias Históricas da Escola Normal da Corte .Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1888 na Escola Normal da Corte apresentado ao Governo Imperial pelo diretor interino Bacharel Teófilo das Neves Leão. Localização: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Ao contrário, a conciliação dessas duas tarefas se dava em duas vias, a saber: na prática, os horários de trabalho na escola não prejudicavam seus afazeres domésticos; na teoria, a conciliação entre o ideal tradicional de dedicação feminina à casa e à família e à atividade intelectual. Mas, se o magistério passou a ser predominantemente exercido por mulheres o que teria acontecido aos homens que até então eram os mais requisitados para ocuparem os cargos de professores públicos? A resposta talvez esteja no fato de que o salário pouco compensador foi o fator que afastou muitos homens do magistério.

O aumento da urbanização e o momento econômico podem ter contribuído para a ampliação do mercado de trabalho masculino, afastando os homens do magistério, em busca de melhores salários.

> O salário certamente foi uma das prováveis causas do pouco estimulo dos homens postulantes à carreira. Pode-se considerar também que o aumento da urbanização e o movimento econômico em torno da cultura do café ainda no final do século passado poderiam ter contribuído para a ampliação do mercado de trabalho masculino, afastando os homens do magistério.[17]

Mulheres no magistério

A presença feminina na Escola Normal aumentou com o passar dos anos. Em 1887, Benjamin Constant observou em seu relatório a "[..] notável preponderância em quantidade e em qualidade das alunas em relação aos alunos[...]".[18] .Tal preponderância numérica foi explicada pelo diretor do seguinte modo::[19]

> [...] este fato importantíssimo revela a natural tendência de nossas patrícias para uma profissão que deve pertencer exclusivamente à mulher. A nossa educação, é certo, deve ser dada de preferência na família e pela mãe: é este o ideal da educação na infância. O sentimento por sua enérgica e inevitável influencia sobre a inteligência e a atividade que deles recebe a inspiração e o impulso, é incontestavelmente o mais importante atributo de nossa constituição moral.[...]

---

[17] DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri & ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86 p. 5-14, ago. 1993.p.7.

[18] Fonte: Livro de Relatórios Históricos e Memórias de Diferentes Anos. Localização: Instituto De Educação do Rio de Janeiro. Relatório dos Sucessos Mais Notáveis do Ano Letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do município da Corte, organizado na conformidade do Art. 58, Nº 4 do Regulamento anexo ao decreto Nº 7684 de 6 de Março de 1880 e apresentado a Congregação da mesma Escola Na Sessão de maio de 1886, pelo Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Documento manuscrito.

[19] Idem, Ibidem.

Na Corte Imperial, quando o ensino se estendeu ao sexo feminino, foi preciso que o Governo provincial admitisse professoras em seus quadros, a fim de regerem as poucas escolas femininas existentes. A Escola Normal, criada em 1880, encontrou um número bastante elevado de mulheres interessadas em ingressar no magistério. A lista de alunos inscritos para o primeiro ano do curso demonstra bem esta realidade: no ano de 1880 cerca de 63% do alunado era formado de mulheres. [20]

Desde 1880 até o ano de 1889, 49 alunas e 6 alunos tinham concluído o curso oferecido pela Escola Deste total, apenas 21 exerciam o magistério público estadual.

As professoras formadas pela Escola Normal da Corte compunham as duas faces de uma mesma moeda: de um lado estavam aquelas que atuavam no magistério público; elas eram em número reduzido e, no início, muitas delas freqüentavam a Escola Normal por determinação do Governo, já que lecionavam no ensino público primário sem a Carta de Professor; de outro, estavam aquelas mulheres cujos diplomas não eram passaporte para o ingresso no magistério público. O que faziam elas de seus diplomas?

Os documentos oficiais investigados indicam que apenas uma parcela muito pequena de alunas formadas pela Escola Normal atuava no magistério das escolas públicas. Algumas se tornavam professoras em escolas particulares ou, mesmo, atendiam em domicílio os filhos das ricas famílias da Corte. Mas havia aquelas sobre as quais os documentos não noticiam atuação docente e que por isso, chamam nossa atenção para a tese de que o diploma de normalista tenha servido apenas como uma espécie de dote cultural para moças, filhas das elites ou pequenos fazendeiros, que desejavam uma cultura enciclopédica para ornamentar seus dotes para o casamento. [21]

> Mas há aquelas sobre as quais os documentos não noticiam atuação docente, e que por isso, chamam nossa atenção para a tese de que o diploma de normalista tenha servido apenas como uma espécie de dote cultural para moças, filhas das elites ou pequena burguesia, que desejavam uma cultura enciclopédica, para ornamentar seus dotes para

[20] Idem, Ibidem.
[21] Essa afirmação decorre das observações relacionadas nas cartas que as professoras enviavam aos Ministros do Império, onde explicavam que precisavam assumir as cadeiras vagas das escolas primárias que eram pobres, precisavam sustentar sua família e não podiam se dar ao luxo de estudar apenas para adquirir conhecimentos.

> o casamento. BUFFA & NOSELLA (1996), pesquisando sobre a Escola Normal de São Carlos em 1911, descrevem a seguinte situação: "a Escola Normal dos primeiros tempos, a despeito de preparar profissionalmente o professor (sua função oficial), valorizava mais a cultura geral e tradicional como ornamento das elites". Propiciando o acesso das camadas médias da sociedade, a Escola Normal oferecia oportunidades de polir a cultura das elites e ao mesmo tempo ornamentar os dotes de quem tinha dinheiro mas não tinha "berço".Mas se a Escola Normal ia se configurando como instituição de ensino cujo corpo discente era preferencialmente feminino, o mesmo não acontecia com os docentes da mesma escola. Eles eram em sua maioria homens. A explicação para este fato pode estar na diferença de formação exigida para o magistério primário e para lecionar na Escola Normal. Enquanto para ensinar às crianças exigia-se um curso Normal ou equivalente, e a este requisito as mulheres poderiam atender, boa parte das disciplinas oferecidas pela Escola Normal deveria ser ministrada por lentes preparados em centros de formação de nível superior, e neste caso, eram os homens que saíam para estudar em tais instituições os mais aptos para o cargo.[22]

Tal panorama permite reconstruir a inquietação inicial que tomou a Escola Normal da Corte, primeira escola mista que começou a funcionar na capital do Império, pois despertava a atenção pública o "[...] numerosíssimo concurso de senhoras que acudiam a sentar-se nos bancos escolares [...]" [23].O relatório do professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet atenta para a inadequação do edifício às necessidades do estabelecimento, havendo ainda muito a fazer para que fosse possível destruir o preconceito com relação às escolas mistas. Esta questão dependeria do "[...] bom senso público e da força moral da Diretoria e do professorado ficar ou não demonstrada a exeqüibilidade nesta Corte de uma escola que sem inconveniência pudesse ser freqüentada pelos dois sexos [...]".[24]

Certamente essa não era a única versão que explicava a dificuldade de se manter uma Escola cujo objetivo era formar mestres de ambos os sexos. O comportamento diferenciado e os modelos deterministas sexuais foram bastante populares, em especial na Escola Normal da Corte.

---

[22] [22] SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. Florianópolis: Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

[23] Livro de Relatórios Históricos e Memórias de Diferentes Anos. Fonte: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881;. Documento manuscrito.

[24] Idem, Ibidem.

A manutenção da ordem e a fragilidade interna do estabelecimento eram, no entanto, contornadas graças ao papel que os inspetores de alunos cumpriam na escola, dois homens, Joaquim José de Oliveira Alves e Cyrillo José dos Santos, e duas mulheres, Francisca Eugênia de Carvalho Pereira e Amália Proença Guimarães.[25]

No entanto, apesar da administração rigorosa, alguns acontecimentos marcaram a passagem da Escola Normal da Corte a esse respeito: [26]

> [...] Alguns moços, geralmente estranhos à Escola, mostraram-se, logo nos primeiros dias, menos respeitosos do que convinha; mas devidamente exortados e lembrando-lhes as penas em que incorriam de pronto voltaram a melhores sentimentos. Firmou-se desde então a mais severa disciplina, e hoje, terminado como se acha o primeiro ano letivo, indubitavelmente aquele em que mais difícil se toma a manutenção da ordem, não temos que registrar uma única desatenção para com as senhoras que freqüentaram Escola: a experiência está feita e demonstrada a possibilidade de uma escola normal mista, noturna e tão concorrida como deixamos dito. [...].

Num ambiente tipicamente masculino, no caso dos professores da Escola, é que se iniciavam as primeiras aulas. As aulas funcionavam em duas salas do Externato Imperial Colégio Pedro II, uma sala para homens e outra para as mulheres. Num ambiente recatado e de preocupações com o considerado sexo frágil, as matérias e conhecimentos ministrados eram diferentes para ambos os sexos. Cabia ao homem o domínio do conhecimento científico e digno de progresso, e, às mulheres, um conhecimento dos afazeres domésticos.

Assim, havia inúmeras solicitações endereçadas ao Ministro da Instrução Pública para que as alunas aprovadas nos exames de Religião, Francês, Português, Aritmética, Caligrafia e Ginástica pudessem assumir as cadeiras vagas nas escolas primárias das freguesias da Corte..

---

[25] PACOTE IE [5] 29 SOB SÉRIE EDUCAÇÃO. ANO: 1882. Anotação de Documento 5582- Fundo 93- Ministério do Império-quadro administrativo e docente da Escola normal da Corte enviado para o Dr. Joaquim Pinto Netto Machado Diretor da 2ª Secretaria de Estado dos Negócios do Império e assinado pelo diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Em 19 de julho de 1882. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Setor de consultas. Documento manuscrito.

[26] Fonte: Livro de Relatórios Históricos e Memórias de Diferentes Anos. Fonte: Instituto de Educação do Rio de Janeiro.Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881;. Documento manuscrito

A primeira lei de instrução pública definia que poderiam ser mestras "[...] aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar[...][27].

Essas representações podiam ser observadas no cotidiano da Escola Normal da Corte, desde a sua inauguração até o final do regime Monárquico. Ao adotar os registros da Escola Normal da Corte como uma das fontes de pesquisa, não pretendo afirmar um estereótipo, mas analisar a rede de interações entre a sociedade e a comunidade escolar no século XIX.

A paisagem da educação feminina foi representada pelos inúmeros discursos encontrados nos relatórios da Escola Normal da Corte. E nos remete a possíveis práticas relacionadas à educação da mulher em todo o Brasil. Não é minha intenção desvelar quão precisas são essas representações, mas passear nas diferenças, nas multiplicidades de sentido que emanam delas.

Durante o Império, o ensino secundário era destinado àqueles que iriam continuar seus estudos em nível superior, que não era permitido para as mulheres. Dessa forma, a escola normal se tornou a única maneira de a mulher continuar os seus estudos, além do ensino primário, abrigando tanto mulheres que queriam seguir a profissão de professora primária como aquelas que apenas queriam continuar os seus estudos e adquirir uma boa formação geral antes de se casarem.

No final do século XIX, algumas correntes de pensamento que discutiam a existência das diferenças "naturais" entre os sexos, tais como caráter, temperamento e tipo de raciocínio, acabaram influenciando todas as medidas adotadas na área educacional, acentuando ainda mais os preconceitos e a ordem estabelecida. Segundo essas correntes, a mulher, e apenas ela, era biologicamente dotada da capacidade de socializar crianças, como parte de suas funções maternas. E, sendo o ensino na escola elementar visto como extensão dessas atividades, o magistério primário passou a ser encarado como profissão exclusivamente feminina.

---

[27] Coleção de Leis do Império do Brasil. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

Podemos ter algumas explicações para a feminização do Magistério primário, ainda no final do século passado, como a necessidade de prover muitas escolas preliminares e de dar destino às órfãs educandas que não se casavam. A iniciativa teria sido reforçada "[...] devido aos bons resultados obtidos inicialmente e ao salário pouco compensador que era pago aos professores, afastando os homens e criando mais oportunidades para as mulheres. [...]".[28]

A presença das mulheres no magistério primário parece ter reforçado o preconceito existente contra elas, já que passou a ser visto como uma ocupação de segundo nível ou complementar. Por se tratar de uma atividade mal remunerada, geralmente as mulheres que exerciam o magistério primário ou não precisavam do dinheiro para sustentar a família, sendo então uma atividade complementar, ou não conseguiam outra atividade, tendo a docência como a única forma de trabalhar.

Segundo Pessanha[29], nessa época os professores não tinham grande importância social. A profissão de professora era desejável para mulheres de determinada classe social, no caso "[...] mulheres pobres e sem família, com uma perspectiva de se não ascender socialmente, pelo menos não "decair "para um meio de vida "não decente"[...]".

A julgar pelas informações obtidas nos relatórios da Escola Normal da Corte, os professores, de primeiras letras pelo menos, provinham de camadas bem pobres da população da Corte. O propósito do Governo Imperial era o de amenizar o problema da "infância desvalida" [30]criando sociedade e associações propagadoras da instrução na Corte.

Em relação a esse último aspecto, há ainda um nó, talvez, mais difícil de desatar: de onde provinham as mulheres que freqüentavam a Escola Normal da Corte? Relatórios da Escola e os memoriais das professoras que solicitavam ao Ministro do Império provimento nas escolas primárias das freguesias da Corte trazem indicativos de que essas mulheres pertenciam a uma classe menos favorecida, cuja situação financeira decorria

---

[28] CAMPOS, M.R. de e CARVALHO, M.A. de, A Educação nas Constituições Brasileiras. Campinas, Pontes, 1991.
[29] PESSANHA, Eurize Caldas. *Ascensão e queda do professor*.São Paulo: Cortez, 1994.
[30] Verificar a dissertação de mestrado de Alessandra Frota Martinez Schueler. Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial-1870 a 1889. Niterói, 1997. Universidade Federal Fluminense. Mimeo.

da sua orfandade ou de seu nascimento. Essa situação parece não ser tão forte na Escola Normal da Corte. As mulheres que lá estudavam eram, em sua maioria, senhoras casadas e que se dedicavam aos estudos como um prolongamento das atividades maternais, das obrigações do lar.

A necessidade de preparar professoras para alfabetizar meninas representava na Corte, em finais do século XIX, um apêndice de demandas mais significativas em que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado assinalava mudanças. A representação de uma imagem de cidade próspera, condizente com essa simbologia de progresso deveria garantir alfabetização as meninas. Essa mentalidade oportunizou um certo espaço profissional às mulheres. Ambas aluna e professora, primeiramente atendidas enquanto pessoas que não possuíam condições para se manter, poderiam ser o futuro da Nação.

Tais pensamentos representavam as estratégias políticas, o que podia favorecer a concessão do espaço público da instrução para as mulheres, porque os processos de formação eram marcantes e os fatores de ordem social, cultural e econômica estavam associados à aceitação das mulheres como profissionais do magistério. Por outro lado, a expressão "feminilização" destaca uma tendência essencialista que pode ser encontrada no tratamento da questão, na medida em que fatos políticos, administrativos e institucionais tendem a ser justificados com base no argumento "natureza feminina", como que decorrente de uma imanência inseparável e dada previamente às mulheres, independente de suas relações. Por outro lado, à expressão *feminil*, talvez por estar associada uma conotação depreciativa, empobrecedora, pouco agradável, desvalorizante da mulher, é pouco empregada, sendo prevalente o uso de feminização do magistério.[31]

A própria memória da Escola, construída seletivamente pelos discursos nos livros de memórias e pelos documentos arquivados no Instituto de Educação, apontavam para a ambigüidade de representar a normalista como imagem feminina. Vários exemplos podem ilustrar o fato. A partir da primeira matrícula realizada no século XIX - a de um

[31] Verificar Zeila Demartini.in DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo. Número 86.p.5-14,agosto de 1993.

adolescente do sexo masculino - houve uma proporcionalidade numérica de sexos. Ocorre que, mesmo nas fases em que as classes eram oficialmente mistas, o sexo feminino tinha predomínio absoluto sobre o masculino.

Dessa forma, a maioria dos alunos que se submetiam aos exames na Escola era do sexo feminino. Foram essas alunas que, depois, assumiriam as escolas primárias de meninos e de meninas nas freguesias da Corte.

Desde a criação da Escola Normal da Corte, até os primórdios da mudança de regime Monárquico para o Republicano, as mulheres foram maioria e assim continuaram a ser até os dias atuais. Portanto, é imprescindível que se abra parênteses para esta história que foi adquirindo sinônimo de "profissão feminina" por características como vocação, habilidade natural do sexo e, sobretudo, sacerdócio que somente a mulher poderia exercer, por suas atitudes dóceis e frágeis.

Conforme se justificou no início do capítulo a presença de mulheres na Escola Normal e a profissionalização do magistério feminino, a todo o momento requeria um olhar mais atento, apesar dos limites desta pesquisa. Entretanto, o trabalho de pesquisa, sem dúvida, revelou pontos importantes para a discussão da inserção da mulher no magistério primário brasileiro.

Ainda que não se pretenda defender que os documentos apreendidos a partir das fontes, não sejam de fato conclusões (mesmo que preliminares), é bom salientar que, apontam para a necessidade de aprofundar o tema.

Contudo, os elementos discutidos aqui apontam para algumas observações que podem ajudar a compor a história da feminização do magistério. Em primeiro lugar, é preciso considerar a história como processo resultante de determinações sociais e que, ao mesmo tempo, determina relações. A história a mulher no magistério foi, portanto determinada por um conjunto de relações sociais ao longo da história.

Observa-se, em primeiro lugar, que a mulher foi requisitada como agente civilizador dos novos cidadãos; o que não impediu a discriminação com o sexo feminino que se estendia ao trabalho da mulher professora.

Em segundo lugar, como determinação de sua época, a profissão de professora esteve circundada por valores determinados. Neste bojo, o magistério esteve assemelhado ao sacerdócio, tamanha era a dedicação exigida e também, esteve associado ao conceito de vocação.

Finalmente, não se pode deixar de salientar a idéia de sacerdócio, o que talvez explique os baixos salários da profissão e poucos investimentos na educação pública. A fim de desvelar o conceito de vocação, alguns estudos admitem que ele foi utilizado como mecanismo de legitimação do preconceito contra o sexo feminino. Trabalhar como professora e se sujeitar a uma baixa remuneração fazia parte do perfil vocacional das mulheres.

Considerações

Resgatar a história da formação de professores na Escola Normal da Corte nos anos 1876 e 1889 foi, de fato, uma tarefa singular e fascinante. Por um lado, possibilitou a reconstrução da história da formação de professores no período e procurou contribuir para uma visão geral sobre as atividades cotidianas da instrução pública na Corte Imperial brasileira.

Busquei mapear algumas representações e práticas em prol da instrução popular. Como vimos, muitos debates, propostas e posicionamentos políticos povoaram o imaginário e os pensamentos políticos e cotidianos da Escola Normal no que se refere à melhoria da instrução pública na Corte.

No interior do processo, as transformações sociais e culturais, e, sobretudo as perspectivas em nome do progresso material, da urbanização, da modernização e das idéias republicanas buscaram redefinir o Estado e repensar a nação. A instrução pública destinada á formação de mestres na Corte foi considerada um dos caminhos possíveis para o alcance da modernidade, da civilização, do progresso e para a manutenção da ordem Imperial.

A composição de um panorama dessa natureza ajudou a interpretação dos comportamentos dessa época. Certamente essa não é a única versão que ilustrou o momento, pautado em uma agenda de reformas e modificações idealizadas na e para a Escola Normal da Corte. E´ possível dizer, que os modelos deterministas culturais foram bastante populares, em especial no Brasil oitocentista.

Ao analisar as propostas contidas em toda documentação, percebi que os discursos, as representações e as práticas culturais dos professores primários estavam idealizados na perspectiva da Escola Normal da Corte, o local de formação dos mestres na Corte Imperial. Essa documentação, para minha surpresa estava, em sua maioria, perdida entre os vários documentos a espera de microfilmagem no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Arquivo da cidade do Rio de Janeiro e principalmente "deslocados" nos Arquivos do Instituto de Educação.

Discutiam sobre assuntos variados como: a legislação educacional, a freqüência dos alunos, a necessidade de separar alunos e alunas, a freqüência obrigatória, os concursos realizados, os horários apropriados, os métodos de ensino que deveriam adotar, os aparelhos e instrumentos que poderiam colaborar com a instrução pública, as conferências pedagógicas, a instrução feminina, a vocação da mulher para exercer a função de professora primária, os dilemas e vantagens de seu "sacerdócio" enquanto professores de professores. Essas temáticas denotam as representações e práticas da formação de professores na Escola Normal da Corte.

A composição social dos alunos da escola Normal, os programas e métodos utilizados, os livros e compêndios adotados, o sistema disciplinar, foram aqui contemplados. A documentação manuscrita existente nos arquivos pesquisados permitiu um aprofundamento das questões referenciadas, apesar das limitações desse exercício. Nesse momento é possível pensar novas perspectivas de análise e novos caminhos de estudo que podem ser abertos com essa minha incursão no cotidiano da Escola Normal da Corte.

A ênfase na prática e no contexto local de investigação me estimulou a questionar acerca das maneiras pelas quais esses diferentes domínios da prática engrenam-se com algum outro, localmente, e como eles se deslocam globalmente para outros lugares. No caso da Corte oitocentista e a instrução dada aos mestres formados pela Escola Normal, mediavam múltiplos domínios de interesse e programas que constroem sentidos. Pensa-se ser evidente que, quanto mais nos aprofundamos nessa direção, mais nós admitimos que a história da educação deveria se vista a partir da perspectiva da produção cultural.

Vista sob esse novo olhar, esta é uma tese que versa sobre professores, ou melhor, sobre a contribuição para o que poderia representar a formação do professor na Corte Imperial Brasileira. Em se tratando de instituição oitocentista, devo acrescentar que é uma pesquisa sobre modos de ver, sobre olhares que legaram testemunhos da educação como cultura institucionalizada na Escola Normal da Corte.

Gratifica-me ter encontrado visões cotidianas da educação, pois elas permitiram-me ver a Escola Normal da Corte com um olhar diferenciado. Vejo-a agora, singular e múltipla: singular por ser produto de um ambiente destinado a formar

professores, cuja representação evocada é impor um modelo a ser seguido. E ao mesmo tempo múltipla por coexistir junto a vários olhares que se formaram e exigências relativas à instrução pública e a instituição responsável pela formação profissional dos mestres, na virada do século XIX, contexto da emergência da modernidade.

Do ponto de vista teórico, a análise documental fez com que eu me fascinasse ante o encontro com as falas dos professores, como Carlos Laet, Benjamin Constant e todos os outros citados. A realidade representada por eles possibilitou-me entender as representações sociais como imagem da instrução pública na Corte. Permitiu-me entender, também, como a distancia entre o "nós" e os "outros" é cultural e socialmente construída, como nos aproximamos e nos afastamos de representações sobre o outro. Acima de tudo, compreendi quão embebidas em culturas são as representações na Escola Normal da Corte.

A instrução pública oitocentista foi representada por pesquisadores através de uma série de pesquisas, umas mais outras menos interpretativas, mas, sobretudo de modo a se fazer entender pelos diferentes leitores. Apesar da distancia temporal, entrar na instituição que promoveu a formação de professores primários no município Neutro, tocar com as mãos documentos escritos pelos professores, constatar que apesar das dificuldades, muitos documentos continuam a ser preservados e expostos, todas essas ações são indícios de que a História da Educação passa por um processo de afirmação histórica e tem um papel a desempenhar ainda hoje na sociedade contemporânea.

Testemunhar que, ainda hoje, nos arquivos como os da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Casa Rui Barbosa, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro são preservadas as lembranças e imagens de um Brasil tão longínquo, principalmente por vivermos num país em que muitos locais não oferecem condições de reserva técnica, como é o caso do arquivo do Instituto de Educação, que mantém uma vastíssima quantidade de documentos relativos a Escola Normal da Corte, mas em condições precárias, apenas armazenados no depósito do arquivo "morto" do Instituto.

Essa asserção me leva a refletir sobre a natureza do arquivo documental, na medida em que os materiais que examinei como os relatos dos professores sobre os fatos ocorridos no cotidiano da Escola, cartas de alunos e professores, relatórios oficiais são

todos artefatos culturais, relíquias do passado, cuja preservação é um ato cultural. E somos nós pesquisadores que as reconstituímos e atribuímos sentido á elas, que adquirem sentido a partir do momento social em que sobrevivem.

Concluir um estudo desta natureza não significa abrir mão de outros olhares, significa limitar algumas considerações, mas espero ter contribuído para mostrar que é possível um estudo das representações e apropriações culturais num trabalho de curta duração. Apesar de limitados ao final do século XIX, espero que os processos revelados no decorrer desta pesquisa possam contribuir para iluminar questões mais abrangentes referentes á formação dos professores . Mais do que proferir a palavra final sobre o cotidiano da Escola Normal da Corte, minha intenção é demonstrar a validade de um método, ou melhor, que os documentos cotidianos se lidos e compreendidos como instrumento de trabalho sério, como ferramenta do olhar, como linguagem, abrem um campo de pesquisa pouco explorado na História da Educação Brasileira.

Interrogar essas fontes confrontá-las com o sabido, com o visto, traz à tona uma série de dúvidas e contradições que tendem a ficar silenciosas quando não lidas, não analisadas no contexto cultural e social. Acredito que, ao retirarmos a instrução pública do clichê do fracasso e analisá-la nas imagens que foram passíveis de representação na época, retrata o testemunho do cotidiano imaginativo em formação, cujos registros das fontes vislumbram as representações das práticas escolares da Escola Normal da Corte.

Considero, porém, que é necessário deixar bem claro que os acontecimentos em perspectiva de curta duração, como a pesquisa sobre o cotidiano escolar na formação de mestres na Corte é referida pela noção de cultura, sistemas de regras e sistema normativo da Escola Normal. Essa pesquisa refere-se mais às dinâmicas de seus níveis culturais.

Essa dinâmica possibilitou-me vislumbrar que a instrução veiculada na Escola Normal da Corte pode oferecer muitos debates e, sobretudo, que a pesquisa histórica pode enveredar nos estudos sobre o cotidiano.

Apesar de diversa em suas características internas, distintas em sua atuação, a Escola Normal da Corte mostrou-se apropriada para a compreensão de diferentes

interpretações aqui produzidas e dos próprios professores que atuaram na Escola. A análise da instituição escolar responsável pela formação do mestre e disseminação de saberes escolares no final do século XIX, entendida enquanto instância específica de seleção e consagração intelectual proporcionou um panorama do cotidiano da Escola, bem como a recuperação da estrutura dos saberes específicos para a formação de um mestre.

Se este trabalho examina uma pequena parcela no processo de constituição da cultura na Escola Normal da Corte como representação, ou seja, a contribuição e a complexidade do olhar diferenciado em seus diferentes projetos e experiências individuais. Muito há ainda por se pesquisar no que tange ao olhar daqueles que foram professores na Corte brasileira. Mas o que sabemos sobre os modos de ver dos inúmeros normalistas que ali estudaram? E sobre a influência destes no cotidiano da Instrução Primária na Corte?

Essas questões merecem uma atenção acurada por parte do pesquisador, já que muitos aspectos relacionados ao magistério público na Corte merecem ser pesquisados. As perguntas acima se constituem num instigante campo de investigação.

Apesar das dificuldades enfrentadas por um pesquisador vale a pena garimpar, no que restou da instrução oitocentista. Estudos recentes no campo da História Cultural têm demonstrado a importância de se considerarem, as práticas escolares cotidianas. Essas práticas longe de serem homogêneas, revisitam o modo que diferentes culturas assimilam, transformam e conciliam novas formas de representações à luz da história verdadeira ou imaginada que preenche o espaço escolar. Como se vê, há ainda muitos caminhos a serem explorados através dos contrastes da instrução pública na Corte.

Referências Bibliográficas

Livros

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea.* Campo Grande, MS:UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____*Educação e história em Mato Grosso. 1719 – 1864.* 2ª ed. Campo Grande: UFMS, 1996.

_____ *O pensamento burguês no Seminário de Olinda. 1800- 1836.* Ibitinga, SP: Humanidades, 1993.

ABREU, Martha. *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor na Belle-Époche.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____ & SCHUELER, Alessandra. "Infância"; "Instrução". In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial.* Objetiva, 2002.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível.* São Paulo: UNESP, 1998.

ALMEIDA, J. R. Pires. História da instrução pública no Brasil (1500-1889). INEP, 1989.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família.* Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. Título original L'Enfant et la Vie familiale sous l'Ancien Régime.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil.* 4ª ed.rev; aum. Brasília: UNB, 1963.

BARBOSA, Rui. *Textos escolhidos.* Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1968.(Nossos Clássicos).

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade no Brasil.* São Paulo: Convívio: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto e o seu significado pedagógico.*São Paulo: USP, 1955.

BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes. *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/ mútuo.* Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização.* 4. ed. Acrescida de Posfácio. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas.* Tradução de Magda Lopes. 5ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 1992.(Biblioteca Básica).

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial.* Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____*Teatro de Sombras: A Política Imperial.* São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: luperj, 1988.

_____ *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo:

Companhia das Letras, 1987.

_____*A formação das almas: O imaginário da República no Brasil.* 11ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro.* 3.ed.Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.(Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; 132).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.*Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.(Memória e Sociedade)

CUNHA, Marcus V. (Org.). *Ideário e imagens da educação escolar.* Campinas, Autores Associados, 2000.(Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

ENDERS, Armelle. *História do Rio de Janeiro.* Tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo.Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.Título original: Histoire de Rio de Janeiro.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro.* São Paulo: Grijalbo, 1972. (Estante de História e Filosofia da Educação).

LAET, Carlos Maximiano de. *Textos escolhidos.* Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1964.(Coleção Nossos Clássicos).

LEITE, Miriam L. M. *A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX.* São Paulo: Hucitec, 1984.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.*Rio de Janeiro: Garnier, 1991.

MONARCHA, Carlos.*Escola normal da praça: o lado noturno das luzes.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.(Coleção Momento).

_____(org.) *Educação da infância brasileira. 1875-1983.* Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Educação Contemporânea)

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II:1831 –1889.* Tradução de Tomás Rosa Bueno. 2ª reimpressão.São Paulo: Companhia das Letras, 2001.263p.Título original: La vie quotidienne au Brésil au temps de Pedro Segundo. (A Vida Cotidiana)

PESSANHA, Eurize Caldas. *Ascensão e queda do professor.* São Paulo: Cortez, 1994.(Questões da Nossa Época, 34).

PRIMITIVO Moacyr. *A Instrução e o Império (Subsídios para a história da educação no Brasil* São Paulo: Editora Nacional, 1938 (2 vols.)

PRIMITIVO Moacyr. *A Instrução e as Províncias (1835 - 1889).* 2º Volume, SE, BA, RJ, SP. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

REIS FILHO, Casimiro dos. *A Educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista* Campinas, SP: Autores Associados, 1995.(Coleção Memória da educação).

Rios Filho, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial.* 2.ed.Prefácio de Alberto da Costa e Silva. Rio de janeiro: Topbooks, 2000. Herdeiros do autor.

ROMERO, Sílvio. *Trechos escolhidos.* Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1959.(Coleção Nossos Clássicos).

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos S. *A Escola Normal Catharinense: ornamento e.profissão.* Florianópolis, 1999. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação).Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870–1930.* 3ª reimpressão.São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____ *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos.* 2.ed.São Paulo,:Companhia das Letras, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil.* Tradução de Raul Fiker. 3ª.ed.São Paulo: Paz e Terra, 200,.356p.

SOUZA, Rosa Fátima. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus V. (Org.). *Ideário e imagens da educação escolar.* Campinas: Autores Associados, 2000.(Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 73).

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro - história.* Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____ *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).*(Org.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *Síntese de História da Cultura Brasileira.* 19.ed.Rio de Janciro:Bertrand Brasil, 1999.

Artigos

ALVES, Gilberto Luiz. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. *Revista Novos Rumos.* São Paulo, 1990.

BOTO, Carlota. Crianças à prova da escola: impasses da hereditariedade e a nova pedagogia em Portugal da fronteira entre os séculos XIX e XX. *Revista Brasileira de História. Estado e Controle Social*. São Paulo, vol. 21, n 40, 2001.

BRUSCHINI, Cristina & AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p. 4 – 13, fev. 1988.

CARVALHO, Martha & WARDE, Miriam. Política e cultura na produção da História da Educação no Brasil. In: WARDE, M.(Org.). *Temas de História da Educação. Contemporaneidade e Educação. Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada*. São Paulo. V 05,n 07, Jan.2000.

CORREA, Mariza. A revolução das normalistas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 66, p. 13-24, ago. 1988.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*. ,Porto Alegre, n. 2, 1990.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri & ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 86 p. 5-14, ago. 1993.

JULIA´, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.1, 2001.

TANURI, Leonor. Contribuição para o estudo da escola normal brasileira. *Pesquisa e Planejament.*, São Paulo, v. 13, p. 7-97, dez. 1970.

_____História da Formação de professores.*Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 14, mai/ jun/jul/ago, 2000.

Teses e Dissertações

BASTOS Lúcia Maria oliveira. *A instrução pública e o ensino na provincia do Rio de janeiro: visão oficial e prática cotidiana*. 1985. 365 f. Dissertação (Mestrado em História) -. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. *O surgimento dos sistemas nacionais de ensino: a instrução pública no Brasil e na Argentina, na segunda metade do século XIX*. 1993. 280 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHELBAUER. Analete Regina. *Idéias que não se realizam (1870-1930). O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. 1998*. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação).- Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial-1870 a 1889*. 1997.250 f. Dissertação (Mestrado em História).- Universidade Federal Fluminense. Niterói.

TANURI, Leonor Maria. *Contribuição para o estudo da escola normal brasileira.*São Paulo. 1969. 95 f.Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP, São Paulo.

VALENTE, Wagner. *Uma história da matemática escolar no Brasil. (1730-1930).* São Paulo, 1997.. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da USP, São Paulo.

VILLELA, Heloísa de O.S. *A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores.* 1990. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

AGCRR - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AERJ - Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

FBCR - Fundação Casa Rui Barbosa

MHN - Museu Histórico Nacional

IERJ - Instituto de Educação do Rio de Janeiro

ANEXO 1

1.1-Fontes

Arquivo Nacional Setor de Consultas

1- Pacote IE^5- 59 – Ministério do Império-Série Educação–1876-1878

1.1 Memorial de Ana Jacinta Dias –10 de outubro de 1876;
D'Aguiar Antonio Pinheiro solicita de S.M.I. um local para ensinar o curso primário. Anexo um quadro do plano de aula.

1.2 Memorial de Elvira César, professora Habilitada com o curso completo da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro se apresentando ao concurso para provimento das cadeiras na escola de instrução pública primária na Freguesia do Engenho Novo; 1876.

1.3 Relação dos candidatos que concorreram às provas escritas e orais para o provimento das cadeiras públicas primárias, criadas pelo Decreto n 6154 de 10 de março de 1876;

1.4 Parecer da juíza dos trabalhos de agulha no concurso a que procedeu de 11 a 15 do corrente Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, e conferido pelo secretário Teófilo das Neves Leão.- 15 de novembro de 1876;

1.5 Parecer da sala dos trabalhos da comissão organizadora dos candidatos as cadeiras de Instrução Primária do sexo masculino para o resultado de seus trabalhos em 26 de setembro de 1876;

1.6 Instrução primária – concursos para o lugar de adjuntos. Ofício n^0 364 de 19 de novembro de 1876;

1.7 Pareceres da comissão Julgadora do concurso e da Comissão designada pelo Conselho Diretor para examinar as provas escritas; 1876;

2- Pacote IE^5- 36 – Ministério do Império-Série Educação: 1876

2.1- Regulamento da Escola Normal da Corte; Decreto e artigos 8 e 9

2.2 Artigo 21- professores nomeados por concurso através de decreto Imperial

3- Pacote ID^6 SOB a anotação IG^5 60 – Ministério do Império- Série Educação: –1881.

3.1 - Ofício da Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte em 29 de março de 1881; n^0 83-81 endereçado ao conselheiro Barão Homem de Mello. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assinado pelo Inspetor Jose Bento da Cunha Figueiredo;

3.2 - Gazeta da Tarde 12 de abril de 1881;

3.3 - Relação dos candidatos propostos para professores das 7 seguintes cadeiras públicas de instrução primária que se acham vagas no Município da Corte;

3.4 - Lista dos candidatos que compareceram e exibiram provas escritas e orais e que se procedeu para o provimento das seguintes escolas públicas primárias; única da freguesia de N. Senhora da Conceição da Barca, 2^0 de Jacarepaguá, 2^0 e 3^0 de Campo Grande, 2^0 e 3^0 da Ilha do Governador e 1^0 da Guaratiba;

3.5 - Cópia da Ata da sessão do Conselho Diretor em 15 de março de 1881;

3.6 - Pareceres da Comissão Julgadora do concurso e da comissão designada pelo Conselho Diretor para examinar as provas escritas;

3.7 - Despacho Imperial: Concurso para o provimento de Instrução primária que se acham vagas no Município da corte;

3.8 - Relação dos concorrentes que devem ser preferidas para professores das cadeiras públicas de Instrução primária que se acham vagas;

4-Setor de Consultas – Pacote IE^5- 28- Ministério do Império – Série Educação –1881.

1.1-Fontes

Arquivo Nacional Setor de Consultas

1- Pacote IE^5- 59 – Ministério do Império-Série Educação–1876-1878
1.1 Memorial de Ana Jacinta Dias –10 de outubro de 1876;
D'Aguiar Antonio Pinheiro solicita de S.M.I. um local para ensinar o curso primário. Anexo um quadro do plano de aula.
1.2 Memorial de Elvira César, professora Habilitada com o curso completo da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro se apresentando ao concurso para provimento das cadeiras na escola de instrução pública primária na Freguesia do Engenho Novo; 1876.
1.3 Relação dos candidatos que concorreram às provas escritas e orais para o provimento das cadeiras públicas primárias, criadas pelo Decreto n 6154 de 10 de março de 1876;
1.4 Parecer da juíza dos trabalhos de agulha no concurso a que procedeu de 11 a 15 do corrente Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, e conferido pelo secretário Teófilo das Neves Leão.- 15 de novembro de 1876;
1.5 Parecer da sala dos trabalhos da comissão organizadora dos candidatos as cadeiras de Instrução Primária do sexo masculino para o resultado de seus trabalhos em 26 de setembro de 1876;
1.6 Instrução primária – concursos para o lugar de adjuntos. Oficio n^0 364 de 19 de novembro de 1876;
1.7 Pareceres da comissão Julgadora do concurso e da Comissão designada pelo Conselho Diretor para examinar as provas escritas; 1876;
2- Pacote IE^5- 36 – Ministério do Império-Série Educação: 1876
2.1- Regulamento da Escola Normal da Corte; Decreto e artigos 8 e 9
2.2 Artigo 21- professores nomeados por concurso através de decreto Imperial
3- Pacote ID^6 SOB a anotação IG^5 60 – Ministério do Império- Série Educação: –1881.
3.1 - Ofício da Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte em 29 de março de 1881; n^0 83-81 endereçado ao conselheiro Barão Homem de Mello. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assinado pelo Inspetor Jose Bento da Cunha Figueiredo;
3.2 - Gazeta da Tarde 12 de abril de 1881;
3.3 - Relação dos candidatos propostos para professores das 7 seguintes cadeiras públicas de instrução primária que se acham vagas no Município da Corte;
3.4 - Lista dos candidatos que compareceram e exibiram provas escritas e orais e que se procedeu para o provimento das seguintes escolas públicas primárias; única da freguesia de N. Senhora da Conceição da Barca, 2^0 de Jacarepaguá, 2^0 e 3^0 de Campo Grande, 2^0 e 3^0 da Ilha do Governador e 1^0 da Guaratiba;
3.5 - Cópia da Ata da sessão do Conselho Diretor em 15 de março de 1881;
3.6 - Pareceres da Comissão Julgadora do concurso e da comissão designada pelo Conselho Diretor para examinar as provas escritas;
3.7 - Despacho Imperial: Concurso para o provimento de Instrução primária que se acham vagas no Município da corte;
3.8 - Relação dos concorrentes que devem ser preferidas para professores das cadeiras públicas de Instrução primária que se acham vagas;
4-Setor de Consultas – Pacote IE^5 28- Ministério do Império – Série Educação –1881.

4.1 - Diretoria da Escola Normal em 22 de fevereiro de 1881- voto em separado do Diretor Benjamim Constant Botelho de Magalhães sobre a reforma do Regulamento da Escola Normal organizado pela Congregação em cumprimento do Aviso do Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império Conselheiro Barão Homem de Mello;
4.2 - Parecer da Comissão encarregada de formular um projeto de Regulamento para a Escola Normal da Corte em harmonia com as conclusões aprovadas em 24 de agosto último por esta ilustrada comissão-Sala da Congregação da Escola Normal da Corte em 16 de dezembro de 1880- assinado por João Hermenegildo, relator Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Jose Francisco Halbout, Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Manoel Olympio Rodrigues de Carvalho; Paulino Diniz Pacheco, Joaquim Rodrigues Lyra;
4.3 - Projeto de Regulamento para a Escola Normal da Corte (já incluídas as emendas da Congregação).
.4.4 - Oficio n ^{0} 5-81 Escola Normal da Corte, 24 de Janeiro de 1881;
4.5 - Requerimento de Francisco Chagas Pereira de Oliveira, Rio de Janeiro 17 de junho de 1881;
4.6 - Oficio n 34-81 Escola Normal da Corte; Rio de Janeiro, 4 de julho de 1881.Assinado pelo diretor da Escola Benjamin Constant Botelho de Magalhães;
4.7 - Instruções para os concursos da Escola Normal da Corte organizada pela respectiva Congregação;
4.8 - Atos preparatórios para os concursos;
4.9 - Oficio n^{0} 35- Escola Normal da Corte, Rio de Janeiro 5 de julho de 1881;
4.10 - Despacho Imperial – 13 de julho de 1881- Assinado por Netto Machado;
5- **Pacote IE ^{5} 29 – Série Educação: 1882**
5.1 - Anotação de Documento 5582- Fundo 93- Ministério do Império-quadro administrativo e docente da Escola normal da Corte enviado para o Dr. Joaquim Pinto Netto Machado Diretor da 2ª Secretaria de Estado dos Negócios do Império e assinado pelo diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Em 19 de julho de 1882;
5.2 - Folha de vencimentos do pessoal docente e administrativo da Escola Normal da Corte enviado para o Sr Conselheiro Pedro Leão Velloso, Ministro e Secretario dos Negócios do Império.e assinado pelo diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães;
5.3 - Oficio n. 31-82- submetendo a aprovação do Conselheiro Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, o horário, os programas de ensino e os compêndios já aprovados pela Congregação e que devem ser seguidos durante o corrente ano, nas aulas das duas primeiras series dos dois cursos da Escola;
6- – Documento arquivado sob a denominação CDE/SDE – Pacote IE^{5}- 36: 1882
6.1- Programa do curso de aritmética da 1ª série da Escola Normal da Corte para o ano letivo de 1882; 9 de março de 1882 assinado pelo professor interino Carlos Maximiano Pimenta de Laet;
6.2 - Programa para o ensino da aula de trabalhos de agulha da Escola Normal da Corte, 2ª série; 8 de março de 1882, assinado pela professora interina Mariana Bernardina da Veiga;
6.3 - Programa para o ensino de língua francesa na Escola Normal da Corte; 9 de março de 1882 assinado pelo professor interino José F. Halbout;
6.4 - Programa do curso de Álgebra, geometria e trigonometria retilínea da 2ª série da Escola Normal da Corte para o ano letivo de 1882; 11 de março de 1882 assinado pelo professor Evaristo Nunes Pires, professor interino;

6.5 - Programa da aula de Música da 2ª série, 11 de março de 1882, assinado pelo professor Francisco José Martins;
6.6 - Programa de Desenho Linear, assinado pelo professor Paulino José Pacheco. Em 9 de março de 1882;
6.7 - 1ª cadeira da 2ª série do curso de ciências e letras da Escola Normal da Corte: Objetivo do Ensino, Programa do Ensino, assinado pelo professor Francisco Xavier da Cunha substituto interino servindo de professor;
6.8 - Aula de ginástica para o sexo masculino. Escola Normal da Corte. Trabalhos práticos, exercícios disciplinares. 9 de março de 1882. Assinado pelo capitão Ataliba Manuel Fernandes. Professor de Ginástica;
6.9 - Oficio da associação promotora da Instrução em 10 de abril de 1882;
6.10- Carta de Oscar de Rego Macedo em 13 de novembro de 1882, oferecendo ao sr Benjamin Constant Botelho de Magalhães um exemplar dos " Lusíadas" de Camões a fim de ser conferido como premio à 2ª aluna das que mais se distinguirem nos exames do corrente ano;

7 - Pacote IE [5] 29 Série Educação: 1883

7.1 - Despacho Imperial de 12 de março de 1883 – Parecer da comissão nomeada por S. Exª para indicar a reforma que necessita a Escola Normal da Corte;
7.2 - Decreto nº 8985- de 11 de agosto de 1883- Francisco Antunes Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1883, 62º da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. Rio de Janeiro - Tipografia Nacional-1883;
7.3 - Memorial da professora Maria Dias França;
7.4 - Carta da Professora Maria Dias França e da professora Maria Amélia Fernandes reclamando sua classificação no concurso publico para cadeiras vagas chamando a atenção para o fato da classificação não estar feita nos termos do art. 18 do Decreto nº 8985;
7.5 - Memorial de Claudina Rosa Dias da Cruz;
7.6 - Escola Normal da Corte, 28 de junho de 1882. O diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães roga a vossa excelência Rodolfo Epifânio de Souza Dantas que se digne autorizar que as salas que se verificar nas diversas consignações votadas para esta escola no exercício corrente, seja aplicado para a fundação de uma biblioteca e para a compra de máquinas, aparelhos e mais objetos necessários a um pequeno gabinete de fisica e química, matérias estas que já devem ser lecionadas no ano próximo vindouro. Brevemente remeteu a Vossa Excelência a relação desses objetos, acompanhada do respectivo orçamento.

8- Documento Arquivado sob a denominação CDE/SDE – Pacote IE[5]- 30-1883

8.1 - Oficio 11-15, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1883. O professor José Manuel Garcia, servindo de diretor, Comunica ao Conselheiro Pedro Leão Velloso que se acham matriculadas na Escola Normal da Corte as menores Delfina Nunes Teixeira e Luiza Filomena da Cunha Cruz;
8.2 - Oficio reservado enviado em 5 de maio de 1883 pelo professor José Manuel Garcia, servindo de diretor, ao Conselheiro Pedro Leão Velloso;
8.3 Relação das alunas aprovadas nos exames realizados em novembro e dezembro de 1882 e março e abril de 1883, relativos ao curso efetuado naquele ano;
8.4 - Carta de Mariana Carolina Santos ao diretor da Escola Normal da Corte, desejando animar as compatriotas que se entregam aos estudos do curso da Escola Normal da Corte e

enviando o premio denominado Barão Homem de Mello; e a obra de Camille Flammarion – Lês estiles et les Curiosites da Ciol-a fim de ser aplicado a 2ª aluna que maior número de exames prestados desde novembro de 1882 a março de 1883;
8.5 - Carta de Josefina Joana Adelaide Ribeiro, professora adjunta às Escolas Pública de Instrução primária do 1 grau ao Ilustríssimo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte solicitando concorrer ao provimento provisório da Cadeira que se acha vaga e foi mandada pôr em concurso por edital de 3 de novembro;
8.6 - Carta de Abigail Judith Tavares ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Corte em 17 de novembro de 1883, achando-se habilitada a concorrência para a cadeira de meninas, vaga da freguesia de S. Cristóvão;
8.7 - Voto em separado do Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães enviado ao Ministro e Secretario dos Negócios do Império Pedro Leão Velloso e assinado por Rodolfo Epifânio Dantas, Ruy Barbosa, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, Balduíno José Coelho;
8.8 - Oficio nº 25, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1883. Passando as mãos de V. Exª Senhor Conselheiro Pedro Leão Velloso, Ministro e Secretario dos Negócios do Império o Oficio dirigido ao professor José Manuel Garcia, servindo de Diretor, pelo professor de Caligrafia e desenho linear desta Escola;
8.9 - Solicitação do Professor Paulino Pacheco professor de Caligrafia e Desenho Linear ao senhor diretor da Escola Normal para que a classe da 1ª serie seja dividida em duas turmas, pelo numero de cento e tantos alunos matriculados contratando um auxiliar para encarregar-se da 2ª turma;
8.10 - Oficio de 17 de março de 1883 ao Conselheiro Pedro Leão Velloso passando a lista dos alunos desta Escola, classificados por numero de aprovações até a concorrência mínima de três. Assinado pelo professor servindo de diretor José Manuel Garcia;
8.11 - Carta da Professora Angelina Sandoval Pereira desejando de preferência a nomeação para uma das três primeiras cadeiras por ser aluna da Escola Normal da Corte;
9- Pacote ID[6] Sob a anotação de IG[5] 60. Ministério do Império – Série Educação –1883
9.1 - Despacho Imperial informando que se procedeu ao concurso, na conformidade do Decreto n0 8985 de 11 de agosto do corrente ano, para o provimento das escolas públicas da Freguesia de Sacramento, freguesia de Guaratiba, da Ilha de Paquetá e da Ilha do Governador;
10- Pacote IE [5] 30 –: 1884
10.1 - Carta do Professor adjunto efetivo das Escolas públicas do Município da Corte Francisco das Chagas Pereira solicitando a V. M. Imperial que lhe mande passar por certidão pela secretaria d'Estado dos Negócios do Império, qual a classificação do suplicante no concurso a que se submeteu em fevereiro de 1881 para preenchimento das vagas do professorado publico. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1884;
10.1- Certificado assinado pelo Diretor Interino de Instrução Pública da Corte que do Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte número setenta e seis de vinte e nove de março de mil e oitocentos e oitenta e um, consta que no concurso a que procedeu nesse ano para o provimento de sete cadeiras de Instrução primária foi o suplicante Francisco das Chagas Pereira classificado em sétimo lugar pela comissão julgadora;
10.2- Certificado do secretário da Escola Normal da Corte apresentando a lista dos aprovados no concurso de 1881;

10.3- Carta do pai de Francisco das Chagas Pereira de Oliveira suplicando que seu filho assuma lugar no concurso para que foi aprovado;

11-Pacote IE [5] 29-1885

11.1- Carta dos professores Paulino Martins Pacheco e Francisco Martins, professores da Escola Normal da Corte pedem a atenção de V. M Imperial para a manifestação de desigualdade que se dá entre as obrigações que lhes incubem e a retribuição que por elas lhes designa a tabelas de vencimentos;

12-Pacote IE[5] 31 –: 1885

12.1 - Oficio número 20-85.Escola Normal da Corte, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1885. O Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães solicita ao Ministro e Secretario de Estado e Negócios do Império questionando a situação dos professores de aula que não tiverem alunos matriculados;

12.2- Despacho de S. Exa Netto Machado discutindo a obrigatoriedade as aulas nos dias em que não comparecerem alunos matriculados;

12.3- Oficio reservado n0 116, 37-85. Escola Normal da Corte, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1885 assinado pelo Diretor João Pedro de Aquino e enviado ao Sr. Conselheiro Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, Mui Digno Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império , examinando cuidadosamente todos os serviços da escola, mandados executar pelo Decreto 8025 de 16 e março de 1881;

12.4 - Carta Catharina Mattoso Forte da Silva, professora adjunta efetiva às escolas públicas da Corte e aluna da 2ª serie da Escola Normal pede para ser nomeada professora catedrática para uma das escolas vagas, para cujo provimento se esta procedendo a concurso, a que se sujeitou a suplicante;

12.5 - Memorial de Claudina Rosa Dias da Cruz, natural do Rio de Janeiro, filha da viúva Alzira Rosa Dias da Cruz, tem 23 anos, é aluna da 2ª serie da Escola Normal da Corte e já obteve aprovações nas seguintes matérias: português, aritmética, francês desenho e caligrafia, ginástica, religião, trabalhos de agulha e musica;

12.6 - Carta de Claudina Rosa Dias da Cruz solicitando que seja nomeada ao concurso que se submeteu e cujo rendimento foi a nota máxima;

12.7 - Carta de Maria Dias França alertando que em fevereiro de 1884 concorreu ao provimento de uma cadeira que vagara na freguesia de S. Cristóvão, e por aquela ocasião foi vitima de injustiça tão clamorosa, que o Inspetor Geral de então, em Oficio que publicou no "Jornal do Comércio" e na "Gazeta de Noticias", não pôde deixar de denuncia-la ao Governo Imperial;

12.8 - Carta de Angelina Sandoval Castrioto Pereira, professora adjunta às escolas pública deste Município pede para ser transferida da Escola pública da Freguesia de São José para uma das três primeiras cadeiras que foram submetidas a concurso, por ser de justiça estar de acordo com o Decreto número 8985 de 11 de agosto de 1883, em que é facultativo ao Governo Imperial, a nomeação dentre as candidatas que obtiverem melhor classificação;

12.9 Carta de Maria Amélia Fernandes nomeada professora adjunta às Escolas Pública Primária, aluna da Escola Normal da Corte e aprovada nos exames de Religião, Francês, Português, Aritmética, Desenho Linear, Ginástica, Musica e Trabalhos de Agulha pede para ser nomeada para uma das cadeiras vagas a que se submeteu a concurso para ser transferida da Escola suburbana de São José para uma das Escolas urbanas; Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1885

12.10 - Carta de Maria Amélia Fernandes para o Delegado de Instrução Primária e Secundária da Corte solicitando um atestado de que tem cumprido suas obrigações completamente, já que a Professora Eudoxia Brasinha da Costa, sua regente havia falecido; Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1885.

12.11 - Carta de Maria Amélia Fernandes pedindo para ser nomeada professora da escola de S. Francisco Xavier da 4ª de São Cristóvão;

12.12 - Atestado do Delegado de Instrução Primária e Secundária da Corte, Sr Lopo Diniz Cordeiro afirmando que a professora Maria Amélia Fernandes cumpre suas obrigações e foi sempre digna de louvor; Rio de Janeiro, outubro de 1885;

12.13 - Lídia Paula de Moraes, professora adjunta efetiva às escolas públicas de Instrução primária e secundária do Município da Corte, tendo sido convenientemente classificada no concurso a se procedeu ultimamente para uma das cadeiras vagas, deseja ser nomeada professora de uma das ditas cadeiras, é uma das professoras que maior numero de exames têm prestado na Escola Normal da Corte como provam nove certidões que devem acompanhar o processo do concurso a que se submeteu; Rio de Janeiro, setembro de 1885;

12.14 - Carta de Francisco das Chagas Pereira de Oliveira, professor adjunto efetivo de 1º Grau, tendo concorrido ao lugar de professor catedrático, e sendo classificado, vem respeitosamente impetrar de V. M. Imperial a Graça de Provê-lo em qualquer das cadeiras que se acham vagas . Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1885.

12.15 - Carta de Francisco das Chagas Pereira de Oliveira reclamando justiça do ato de preterição que sofre do então Sr. Ministro Barão Homem de Mello, no concurso a que se submeteu em 1881 para o preenchimento de sete cadeiras vagas de escola do sexo masculino. Rio de Janeiro, setembro de 1885;

12.16 - Oficio número 51-85 discutindo a preterição do professor Francisco das Chagas Pereira de Oliveira. Rio de Janeiro 22 se setembro de 1885;

12.17 - Memorial de Julia dos Santos Marques, professora adjunta às escolas pública desta corte, durante doze anos. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1885;

12.18 - Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1885. Oficio nº 215-85 do Inspetor Geral Egídio Adolfo Victorio da Costa ao Senhor Conselheiro Senador Barão de Mamoré, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império submetendo o resultado do concurso a que se procedeu, desde 7 de agosto último;

11.19- Oficio 128- 33-85. Escola Normal da Corte, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1885. Convoca a Congregação da Escola para tratar do novo Programa de Concursos;

11.20. - Despacho de Sua Excelência Balduíno Coelho em 27 de julho de 1885 acusando o recebimento do Oficio do diretor da Escola Normal da Corte cujo recebimento da ordem verbal foi confirmado para o tratamento da reforma do regulamento dos concursos;

13-Pacote IG^5-60- 1885

13.1- Oficio da Secunda Diretoria da Secretaria do Império submetendo análise sobre o provimento das cadeiras do concurso público e, 22 de outubro de 1885;

13.2 - Oficio nº 216 de 19 de outubro de 1885 enviado pelo diretor da Escola Normal da Corte João Pedro de Aquino ao Sr. Conselheiro João Florentino Meira de Vasconcelos, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, relatando as cadeiras vagas e os candidatos selecionados no concurso público;

13.3 - Decreto de agosto de 1885. Altera as disposições relativas ao provimento dos lugares de magistério da Escola Normal da Corte. Palácio do Rio de Janeiro. Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império João Florentino Meira de Vasconcelos;.

14- Pacote IE^5- 31: 1886

14.1- Oficio n^0 25-86. Diretoria da Escola Normal da Corte comunicando ao Senhor Conselheiro Barão de Mamoré, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império um incidente ocorrido entre um aluno e um funcionário da Escola. Assinado pelo diretor João Pedro de Aquino em 25 de maio de 1886;

14.2 – Memória Histórica dos sucessos mais notáveis ocorridos na Escola Normal da Corte durante o ano letivo de 1886. Apresentado à Congregação da mesma Escola em sessão de 1° de abril de 1887 pelo professor José Francisco Halbout;

14.3- Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Resultado do concurso assistido pelo Inspetor Geral Egidio Adolfo Victorio da Costa;

15- Pacote IE ^{5} 35: 1887

15.1- Exposição Sucinta dos fatos mais notáveis, ocorridos durante o ano letivo de 1887. Escola Normal da Corte. Enviado pelo diretor João Pedro de Aquino ao Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior mui digníssimo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império;

16- Pacote IE^5 32: 1887

16.1 - Oficio do diretor João Pedro de Aquino comunicando ao mui digno Ministro e Secretario dos negócios do Império Barão de Mamoré o recebimento da ordem verbal que recebera do ministro para organizar um Projeto de Reforma da Escola Normal da Corte. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1887;

16.2- Bases para se realizar a Reforma da Escola Normal da Corte apresentada pelo Diretor da mesma Escola o Bacharel em ciências fisicas e matemáticas João Pedro de Aquino em 1887. Rio de Janeiro, 1° de fevereiro de 1887;

17- Pacote IE^5 35: 1888

17.1- Oficio no 17-88. Diretoria da Escola Normal da Corte. O diretor João Pedro de Aquino participa a V. Ex^a Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, que se acham matriculados na Escola Normal da Corte 314 alunos sendo 256 do sexo feminino e 58 do sexo masculino, os problemas de um numero tão avultado de alunos funcionando inadequadamente em três pavimentos da Escola Politécnica. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1888;

17.2- 2^a Diretoria, Escola Normal da Corte. Despacho do Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império. Resposta as solicitações do Diretor. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1888;

17.3 –Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1887 e das condições do ensino na Escola Normal da Corte, organizado de acordo com o artigo 77, parágrafo 8 do Regulamento anexo ao Decreto no 8025 de 16 de março de 1881, pelo professor interino Álvaro Joaquim de Oliveira. Apresentado á Congregação da mesma Escola em sessão de 21 de abril de 1888;

17.4 - Oficio da Diretoria da Escola Normal da Corte no 33-88. Avisos em 27 de junho de 1888. Enviado ao Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior avisando das moléstias que as pinturas no edificio da Escola Politécnica tem causado na maior parte das alunas. Assinado pelo diretor João Pedro de Aquino. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1888;

17.5- Decreto n° 10060 de 16 de outubro de 1888. Regularizou os trabalhos do expediente e dos referidos exames de modo que se efetuem à luz do dia;

17.6- Oficio n° 124.Diretor da Escola Normal da Corte João Pedro de Aquino. Professores da Escola Normal podiam exercer particularmente o magistério primário e secundário e não era possível ao diretor por ter de participar de exames gerais preparatórios e pelo horário

noturno poder mudar. O diretor solicita em virtude do baixo salário que tinha como diretor 250 $ mensais que possa estabelecer na Corte das 9 as 3 da tarde em um externato de Instrução primária completo. Salário dos professores 50.000 + 33.000 de gratificação= 83.000 reis;

17.7-Em 1888 foi fundado na Escola Normal o Grêmio Normalista 13 de maio composto pelos professores, alunos e empregados. O objetivo é comemorar o dia 13 de maio e todos os dias de festa nacional, promover o bem estar dos associados, concorrer para o pagamento dos títulos de professores do 1° grau e de 2° grau aos alunos que tem escassez de recursos, estabelecer uma biblioteca composta de todos os livros necessários ao ensino das diversas séries desta escola e para consultar ampliando-a todas as vezes que os cofres sociais permitirem, promover festas no dia da entrega dos diplomas dos alunos.

18- Pacote IE5 35: 1889

18.1 – Oficio 65-89. Escola Normal da Corte, Rio de Janeiro de 1889. Comunicação ao Conselheiro Barão de Loreto, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor interino Teófilo das Neves Leão . Comunicado de que um gatuno entrou na Escola no final da manhã;

.18.2 – Oficio no 106-89 de 20 de dezembro de 1889. O diretor Teófilo das Neves Leão comunicou que o professor Dr Álvaro Joaquim de Oliveira, nomeado por decreto de 1° do corrente mês. O dito conselheiro, porém, de viva voz acaba de comunicar-me que não assumirá o referido cargo, cujo exercício provisório, até que providencieis como vos parecer conveniente passa agora ao professor Dr. João Carlos de Oliva Maia, na forma do ar. 61 de o regulamento mandado executar pelo Decreto n° 8025 de 16 de março de 1881;

18.3- Oficio de 30 de dezembro de 1889 n° 3-1-1889. Diretor da Escola Normal da Capital Francisco Carlos da Silva Cabrita e Ministro e Secretário dos Negócios do Interior Aristides da Silveira Lobo;

18.4- Diretor Interino Teófilo das Neves Leão comunica que há 314 alunos matriculados- 256 do sexo feminino e 59 do sexo masculino e mais 100 pessoas de um e outro sexo que se julgam com direito à freqüência das aulas em virtude do artigo 41 do Regulamento que tem requerido cartões dos ouvintes;

19-Pacote IE^5 59

19.1 - Cadeiras do sexo masculino – provas – Pacote Instrução Primária;

19.2- Cadeiras do sexo feminino –1878;

19.3 -Rio de Janeiro, 06/08/ 1889- Professor Manuel Paulino de Assumpção – Endereço Rio Branco Minas Gerais manda ao Sr. Barão do Loreto – 60 exemplares de seu Método Intuitivo para aprender a ler sem soletrar, recentemente publicado em 3ª edição sob o titulo Lições à Infância para serem destinados às escolas públicas das capitais de Goiás, Mato Grosso e Amazonas;

20-Pacote IE^5- 33

20.1 - Oficio 26 de setembro de 1890 pede urgência da transferência da escola para edificio mais acomodado, pois os professores serão inutilizados em poucos anos se continuarem a lecionar diariamente duas horas, ainda que não consecutivas, no meio dos mais atrovados barulhos produzidos pelos pesados veículos que incessantemente transitam pelas imediações do edifício desta escola. Parece que esta localidade é o ponto de passagem principal não só de todas as mercadorias transportadas pela Estrada de Ferro Central, cuja estação fica a dois passos de distancia, senão também das carroças que servem de comércio desta capital. O diretor da escola normal reclama providencias no sentido de mudar este estabelecimento de local. Alega que o Campo de Sant'Anna é um ligar de grande trânsito

de veículos e com o barulho, como também pelo que resulta dos serviços militares de quartel ali situado, os professores ficarão em estado de não dar aula.

21-Pacote IE[5] 3: 1891

21.1- Maio de 1891 Joaquim Helio Brasil-Diretor da Escola Normal. Professor Paulino Martins Pacheco apto pelo lugar que exerceu no Ministério da Fazenda, reservando-se porem, o direito de protestar perante o Congresso (não podia acumular cargos) Cita então o nome de outro professor que já havia dado provas de competência em um concurso que prestou;

21.2- Gabinete do Ministro- 18-06-1891. Secretario tinha que ser um cidadão que se haja distinguido do magistério público ou particular;

21.3- Oficio de 17 de agosto de 1891.Diretor da Escola Normal comunica que a numerosa concorrência de alunos e o aumento de serviços daquele estabelecimento sugeriram-lhe a providencia de contratar mais serventes;

21.4- Despacho do Senhor Ministro. Rio de Janeiro, 19/10/1891.

Fundação Biblioteca Nacional

Localização do documento: PR SOR 3795 (1) 1874

Título do documento: A instrução Pública

Ano III- n^0 11

Data: 15/03/1874

"Noticiário"

(p.112)

Lê-se no Diário Oficial de 12/03: no dia 25/03 vão começar as aulas da Escola Normal, funcionando nos edifícios do Conservatório de Música: Professores Antonio Estevão Costa e Cunha, Augusto Candido X. Cony, Antonio C. Rodrigues Carneiro, João da Mata Araújo, Luiz Pedro Drago, Diretor: Manuel Francisco Correia(Natural da Província do Paraná;

Localização do Documento: PR SOR 3795 (1) 1874

Título do documento: A Instrução Publica

Ano III-n0 6

Data: 08/02/1874

(p.54)-(64)

"Conferências Literárias, Manuel Francisco Correia (sobre a Escola Normal)".

Localização do documento: POR SOR 3795 (1)

Titulo do documento: A Instrução Pública

N^0 32

Data 17/11/1872;

A Escola Normal

Alambary Luz

Professores – "pobres"

- quem são os professores públicos? (p.282)
- "[...] a carreira do magistério é dos pobres; os meninos em geral concluem os seus estudos de primeiras letras aos 12-13 anos;"
- Nesta idade, os pais pobres já não podem dispensar o trabalho e esperar que entrem para escola normal aos 16;
- As dificuldades em conseguir as "pensões" fazem escassear a matricula na escola normal;

- O redator diz que os alunos, mesmo sem concluir o curso, estavam participando de concursos para as cadeiras na Província;
- Sugere que haja regulamentos leis e isenções para encaminhar à escola "maior porção de "alunos";

Nº 33
Data: 24/11/1872
(p.296)
Freguesia de Sant'Anna
"[...] cidade nova:... verdadeira cidade dentro da cidade [...], e habitada em grande parte pela classe media da cidade[...]

Habitam populares porque:
"A câmara... já tem ali uma escola, as ordens religiosas, as associações de beneficência"
-o artigo sugere criação de bibliotecas populares em Sant'Anna.
Localização do documento: PR SOR 37959 (1) 1874
Titulo do documento: A Instrução Publica
Nº 38- 20/09/1874
(p.347)
"Noticiário"
Em 19/09/1874, reuniram-se, em uma das salas da Escola Normal, na Rua larga de São Joaquim, n0 104, os professores públicos primários da Corte;
Objetivo: examinar questões do magistério e apresentar proposta de reorganização escolar
Reunião: Presidente: Professor Silva Castilho, achando-se presente um professor de Minas, Escola Normal da Campanha; e o Conselheiro Dr. Felix Martins.
Secretario: Marques
Silva Castilho apresenta o plano de discussões (p.348)
- Os professores primários são os que melhor podem apresentar o quadro mais exato do estado atual da Instrução primária;
- os exemplos dos professores da Corte devem ser imitados na Província;
- Objetivo da Reunião -criar uma sociedade para tratar de assuntos pedagógicos.;

Como vão trabalhar?
- 1^0 organização de um trabalho estatístico da Instrução publica; e dar sugestões de meios para propagar a instrução;
- 2^0 necessidade de participação de todos; (trabalhos, conferências).

Pontos a discutir:
-compêndios: quais são usados; trazem resultados e benefícios; como escolhe-los;
Meios disciplinares: quais os resultados práticos obtidos pelo regulamento de instrução pública?
- o que ensinar? Quais as matérias de educação popular?
- Ensino obrigatório, como?
- Finanças: como o governo as utilizará como economia?

O professor Castilho lamentou o pouco número de professores presentes;
Cony_ defendeu a entrada de professores particulares e diretores de colégios na associação de professores públicos, já fundada nesta data.
Localização do documento: PR SOR 3795 (1)
Título do documento: A Instrução publica
N^0 4

Data: 21/03/1875
(p.29)
Críticas à matriz francesa
Uma recomendação
- Estudar línguas: latim, inglês, português, francês; mas a ênfase maior é nesta última, o que o autor criticou.
Localização do Documento PR-SPR 061
Titulo do documento: Jornal a Gazeta de Notícias
Data: 1875 a 1942
Localização do Documento: PR-SPR 01
Titulo do Documento: J.Villeneuve-Jornal do Comércio
Data: 1827-1889
Localização do Documento: PR-SPR 06
Titulo do Documento: A Empresa-O País
Data: 1884-1930
Atas e pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1884, in 4

Jornais e Periódicos

A Instrução Pública.Rj. 1872-1888. Setor de obras raras;
A Escola-Revista Pedagógica Mensal. 1877 a 1878. Setor de obras raras;
O ensino Primário: revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1884.
Jornal do Comércio. De 1880 a 1889
Jornal A Gazeta do Rio de Janeiro. 1880 – 1889

Dicionários Bio-Bibliográficos

BLAKE, Sacramento. Dicionário Bio – Bibliográfico Brasileiro. Volume 6 e 7. 1979
SOBRINHO, J.F e PONGHETTI. Dicionário Bio – Bibliográfico Brasileiro, 1979.
Dicionário Bio-Bibliográfico de Escritores Cariocas (1565- 1965). Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

1-Benjamin Constant (quadro): Códice: volume 3, número 3 p. 298
2-Diretoria de Instrução Pública (Escola Normal e Magistério, sobre Pedagogia-1891-1908).
Códice: vol.3, nº 1 pp. 45;
3- Diretoria Geral de Instrução Pública. Códice: Vol: 3, nº 1, p. 209-219;
4- Docentes (Instrução Pública) . Códice: Vol: 3, nº 1, p. 57 a 68;
5- Escolas -Construções, regulamentos, professores, funcionários, alunos e vencimentos. Códice: vol: 4, nº 1, p. 57 a 99;
6- Estatística do ensino público. Códice: Vol: 4, p. 366;
7_ Estatísticas das escolas públicas. Códice: vol. 4, p. 61;
8- Mapas de diversas escolas: Códice: 13-1-2, Vol. 3, p. 70 a 71;
9- Ofícios da Escola Normal. Códice: 13-1-1, 1872-1898
10- Ofício dos professores públicos. Códice: 11-4-7, ano 1872-1889,
11- Requerimentos e ofícios-Instrução Públicos. Códice-11-3-36;
12- Escolas Subvencionadas -Códice 11-3-40. Ano 1872-1889;
13- Docentes: requerimentos. Códice: 11-4-22
14- Conferências Pedagógicas- Códice- 15-3-13- 1880-1889;

Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro. 1835 a 1860

Instituto de Educação do Rio de Janeiro

Atas da Congregação-diferentes anos: 1880-1894.

1- Atas das Sessões da Congregação de 1880

1.1- Ata da sessão da Congregação de 10 de maio – Presentes os senhores Benjamin, Coelho Barreto, Laet, Pacheco, Garcia, Nunes Pires, X da Cunha, Borges Carneiro, Padre Amador Scheifler-abre-se a sessão as seis e meia da tarde. O diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães convida o senhor Coelho Barreto para servir de secretario.- o fim da reunião é para fazer uma eleição do relato da comissão que tem de fazer a inspeção das Escolas Pública. Tendo falecido o antigo relator Emilio Zaluar, aproveita a ocasião e declara que as instruções enviadas pela Inspetoria de Instrução Pública estavam na secretaria da Escola. Procedendo-se a eleição para relator da comissão. Foi eleito o professor Manuel Garcia. O Senhor Pacheco pergunta à diretoria da Escola Normal se a comissão nomeada para organizar o Regimento interno da Escola já apresentou o seu trabalho; Levantou-se a sessão as sete e meia da noite.

1.2- Ata da 1ª sessão da Congregação dos professores e substitutos da Escola Normal da Corte, em 24 de março de 1880. Presidência do Bacharel Benjamim Constant Botelho de Magalhães, diretor interino. Professores reunidos as cinco e meia da tarde em uma das salas do Externato do Imperial Colégio de Pedro 2°. Professores interinos Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, José Francisco Halbout, Cônego João Pires do Amorim, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, bacharel Carlos maximiano Pimenta de Laet, Dr Pedro Severiano de Magalhães, Dr Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Dr José Manuel Garcia, Augusto Emilio Zaluar e os substitutos interinos Carlos Jansen, Joaquim Rodrigues Lyra da Silva, Dr. Benedito Raymundo da Silva e Joaquim Borges Carneiro. Assuntos: discussão do Horário provisório da Escola Normal, discussão sobre o dia da inauguração da Escola. O Dr. Diretor comunica à Congregação que tinha recebido ordem de V.Exa o Sr. Ministro do Império para abrir as aulas da Escola No dia 5 de abril próximo e que para esse fim ia abrir imediatamente as matriculas, cujo prazo encerrar-se a 30 do corrente, devendo ter lugar os exames de admissão nos dias 1, 2 e 3 de abril próximo. A vista da necessidade de abrirem as aulas em tão curto prazo, o sr, Diretor convida os professores presentes a apresentarem os programas das suas respectivas cadeiras na próxima sessão, que fica marcada para o dia 3 de abril , as 5 horas da tarde. Levantou-se a sessão as sete da noite ;

1.3- Ata da 2ª sessão da Congregação, em 3 de abril de 1880. Presidência do Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Diretor Interino. Às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas do externato do Imperial Colégio de Pedro 2°, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Cônego João Pires do Amorim, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Dr. Pedro Severiano de Magalhães e os substitutos Joaquim Borges carneiro e Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva. O senhor diretor comunica a Congregação que recebeu um Oficio do professor nomeado para a cadeira de princípios de economia social e doméstica, o Conselheiro Dr. Pedro Autran da Mata e Albuquerque, declarando não poder aceitar a nomeação interina para essa cadeira. Ofício que irá ser enviado ao Ministro do Império. Em seguida declara que vai pedir ao Governo o adiamento da abertura das aulas, e bem assim como a

prorrogação do prazo das matrículas e dos exames de admissão.. são apresentados pelos respectivos professores os programas das cadeiras de Francês, Português, de Geografia, Cosmografia e História Universal, de Geografia e História do Brasil, de Elementos de Ciências Físicas e Naturais, de Fisiologia e Higiene, de Princípios de Direito Natural e Público, de Instrução Religiosa e de Pedagogia e Prática de Ensino Primário em geral. O sr. Diretor convida os professores presentes a comparecerem no dia 5 no estabelecimento a fim de receberem Suas Majestades Imperiais e assistirem à sessão solene de inauguração oficial dessa Escola. O Sr Bandeira pergunta se no dia da abertura das aulas.Levantou-se a Congregação as sete e meia da noite;

1.4- Ata da 3ª sessão da Congregação, em 8 de abril de 1880. Presidência do Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Diretor Interino. Às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas do externato Do Imperial Colégio de Pedro 2º, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, José Francisco Halbout, Dr. Jose'Manuel Garcia , Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Dr. Guilherme Henrique Teodoro Schiefler, Dr. Pedro Severiano de Magalhães, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Augusto Emilio Zaluar e os substitutos Francisco Xavier da Cunha, Carlos Jansen, Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva, Bacharel Benedito Raimundo da Silva e Joaquim Borges Carneiro. O sr Diretor declara ter convocado a reunião a fim de pedir aos professores que recebendo seus programas apresentados na sessão anterior , os estudassem de novo , tendo em muita consideração a grande necessidade da unidade em vista do grande número de alunos matriculados e de alunos ouvintes para o ensino das variadas matérias que tem de ser professadas nessa escola. Levantou-se a sessão as sete e meia da noite;

1.5- Ata da 4ª sessão da Congregação, em 24 de abril de 1880. As 6 e meia da tarde , achando-se reunidos em uma das salas do externato Do Imperial Colégio de Pedro 2º, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, José Francisco Halbout, Dr. Jose'Manuel Garcia , Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, Dr. Pedro Severiano de Magalhães, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Augusto Emilio Zaluar e os substitutos Francisco Xavier da Cunha, Carlos Jansen, Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva, Bacharel Benedicto Raymundo da Silva e Joaquim Borges Carneiro.o senhor diretor convida os relatores da comissões organizadas na ultima sessão a lerem os pareceres relativos aos programas das cadeiras que couberam as mesmas comissões. É dada a palavra aos senhores Garcia, relator da 1ª comissão, Carlos Jansen da 2ª, Dr Severiano de Magalhães da 4ª, Dr bandeira da 5ª, os quais procedem a essa leitura.Levantou-se a sessão às 9 horas da noite;

1.6- Ata da 5ª sessão da Congregação, em 29 de abril de 1880. as seis e meia da tarde sob a presidência do Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Diretor Interino. Às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas do externato Do Imperial Colégio de Pedro 2º , os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, José Francisco Halbout,Cônego João Pires do Amorim,Dr. Jose'Manuel Garcia , Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Dr. Guilherme Henrique Teodoro Schiefler, Dr. Pedro Severiano de Magalhães, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Augusto Emilio Zaluar e os substitutos Francisco Xavier da Cunha, Carlos Jansen, Dr Affonso Carlos Moreira,Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva, Bacharel Benedito Raimundo da Silva e Joaquim Borges Carneiro. O sr Diretor propõe que em cumprimento das ordens do Sr. Ministro do Império se nomeie uma comissão para

organizar um regulamento especial para os exames da Escola, e bem assim uma outra que se encarregue da confecção de um regimento interno. Propostas aprovadas,às 8 horas da noite encerra-se a sessão;

1.7- Ata da 6ª sessão da Congregação, em 5 de maio de 1880.Às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas da Escola Politécnica, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, Augusto Emilio Zaluar, Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Cônego João Pires do Amorim, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Dr. Pedro Severiano de Magalhães e os substitutos Joaquim Borges carneiro e Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva. Passou-se a leitura do oficio datado de 4 corrente e enviado ao Ministro do Império, assim como da tabela que acompanhou o dito Oficio . Passou-se a leitura do projeto de regulamento dos exames organizados pelas comissões;

1.8- Ata da 7ª sessão da Congregação, em 29 de maio de 1880. Às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas da Escola Politécnica, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, Augusto Emilio Zaluar, Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Cônego João Pires do Amorim, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, Dr. Pedro Severiano de Magalhães, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Joaquim Borges Carneiro e Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva, Benedicto Raymundo da Silva, Dr Affonso Carlos Moreira e Paulino Martins Pacheco.O sr. Diretor propôs que se organizassem as turmas de exames de admissão para os candidatos à matricula da 2ª serie já inscritos e que as mesas fossem compostas dos seguintes nomes: José Francisco Halbout, como presidente, Cônego João Pires do Amorim e Dr. José Manuel Garcia , como examinadores, para os da cadeira de português: Manuel Olympio Rodrigues da Costa, presidente, Dr. José Manuel Garcia e Francisco Xavier da Cunha, examinadores, para os da cadeira de Aritmética- Bacharel Carlos Maximiano Pimenta da Laet, presidente, bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Carlos Jansen, examinadores. O Dr. Garcia chamou a atenção da Congregação para o que dispõe o parágrafo 1 do artigo 58 do regulamento, o qual exige que os programas dos exames sejam aprovados pelo Governo, depois de organizados pela Congregação. O sr. diretor deu conhecimento à Congregação que no dia 22 do corrente houve uma laceração no recinto da Escola entre o aluno Ricardo Soares de Almeida e um dos ouvintes, tendo sido este ultimo esbofeteado por aquele. Depois de falaram os senhores Carneiro, Bandeira, Olímpio da Costa, Garcia e Lyra da Silva, e de ficar averiguado que o aluno delinqüente tinha sofrido provocação da parte do ouvinte, foi aquele condenado, por proposta do Dr. Laet, a ser repreendido na aula. Esta proposta foi aceita unanimemente, tendo declarado o sr. Bandeira que se abstinha de votar nesta questão por ser parente de um dos contendores. O sr diretor comunicou ter pedido ao Governo a nomeação de inspetores e inspetoras para melhor fiscalização dos alunos;

1.9- Ata da 8ª sessão da Congregação, em 4 de junho de 1880. Às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas da Escola Politécnica, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, , Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Pedro Severiano de Magalhães,Padre Amador Bueno de Barros, Francisco Xavier da Cunha, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Carlos Jansen, Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva, e Paulino Martins

Pacheco. O sr Diretor declara que ainda não Oficiou a s, exa o Sr. Ministro do Império, conforme decidiu na ultima sessão da Congregação, perguntando se devia submeter a aprovação de S.exª os pontos para os exames , uma vez que estes sabem todos do programa do ensino , mas que brevemente o fará Declara que reuniu a Congregação para serem por ela discutidos e aprovados os referidos pontos e pede aos professores da 1ª serie para fazerem a leitura dos pontos de suas matérias;

1.10- Ata da 9ª sessão da congregação, em 2 de julho de 1880 às 6 horas da tarde, achando-se reunidos em uma das salas da Escola Politécnica, os professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Augusto Emilio Zaluar, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, , Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Pedro Severiano de Magalhães,Padre Amador Bueno de Barros, Francisco Xavier da Cunha, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Carlos Jansen, Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva,Joaquim Borges Cameiro e Paulino Martins Pacheco. O sr. diretor comunica a congregação ter recebido do Ministério do Império solução da consulta que dirigiu ao mesmo Ministério relativamente aos programas de exames, e que em conseqüência dessa solução tiveram lugar no mês de junho último os exames da cadeira de Instrução Religiosa, tendo sido reprovados os candidatos que se apresentaram. A vista de tal resultado, resolveu não prosseguir nos das demais cadeiras atenta a doutrina contida no Aviso de 28 de abril último, tendo comunicado essa sua resolução ao Sr. Ministro do Império;

1.11- Ata da 10ª reunião da Congregação, em 22 de julho de 1880. Às 8 horas da noite, achando-se reunidos na sala da Congregação da Escola Politécnica os senhores bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Augusto Emilio Zaluar, José Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, , Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Dr. Pedro Severiano de Magalhães,Padre Amador Bueno de Barros, Francisco Xavier da Cunha, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Carlos Jansen, Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva,Joaquim Borges Cameiro e Paulino Martins Pacheco. O sr. diretor comunica a congregação ter consultado reservadamente o Ex. Ministro do Império sobre a questão debatida na ultima sessão em relação ao aluno Militino Pinto redator do jornal "Farol", e que aguardava resposta de S. Exª. É submetida á discussão a 1ª conclusão assim concebida "que se solicite do Governo supressão no Programa da Escola dos estudos de Escrituração Mercantil e Princípios de Lavoura e Horticultura; bem como a Prática Manual de Oficios", que é unanimemente aprovada. Entra em discussão a 2ª conclusão, concebida nos seguintes termos "que se tornem facultativos, incluídos, entretanto, em séries, os estudos de Instrução Religiosa e Francês";

1.12- Ata da 11ª sessão da Congregação, em 26 de julho de 1880 às oito horas da noite achando-se reunidos na sala da Congregação da Escola Politécnica os senhores bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Augusto Emilio Zaluar, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet,Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Pedro Severiano de Magalhães,Padre Amador Bueno de Barros, Francisco Xavier da Cunha, Manuel Olímpio Rodrigues da Costa, Carlos Jansen, Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva,Joaquim Borges Cameiro e Paulino Martins Pacheco. O Sr.diretor continua as discussões sobre as reformas da escola. Passando a classificação das matérias da 2ª série, é apresentada uma emenda no sentido de serem os estudos de Corografia e historia do Brasil incluídos nos de Geografia, da 3ª série , e História Geral, da 4ª, formando uma só cadeira da 2ª série, e cujo professor

deveria dar com desenvolvimento as partes relativas ao Brasil; bem como para que se discriminem as partes de Pedagogia e da Metodologia- que a comissão propõe para a 2ª série. São aprovados, que os estudos da Corografia e da História do Brasil precedera a indispensável tecnologia geográfica e que na parte relativa à Pedagogia, diga-se: Pedagogia e Didática Prática nas escolas anexas, do ensino primário do 1o grau, inclusive "Noções de Coisas";

1.13- Ata da 12ª sessão da Congregação, em 28 de julho de 1880. Às oito horas da noite achando-se reunidos na sala da Congregação da Escola Politécnica os senhores bacharéis Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Augusto Emilio Zaluar, Jose Francisco Halbout, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schiefler, Dr José Manuel Garcia, Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. Pedro Severiano de Magalhães, Padre Amador Bueno de Barros, Francisco Xavier da Cunha, Manuel Olympio Rodrigues da Costa, Carlos Jansen, Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva, Joaquim Borges Carneiro e Paulino Martins Pacheco. Foram lidas e aprovadas as Atas das sessões de 22 e 26 de julho, depois de algumas observações do Dr. Magalhães sobre a primeira.O sr. Diretor deu conta do aviso do Ministério do Império em resposta à consulta reservada que havia sido feita ao mesmo Ministério sobre a questão do aluno Militino Pinto.Prosseguiu-se, em seguida, na discussão, adiada na sessão anterior, da 3ª conclusão do plano de reforma do Regulamento, começando-se pelo que na mesma se refere a 3ª serie de estudos.

2- Atas de 1881 -1882

2.1 - Sessão da Congregação, em 29 de novembro de 1881. Às seis e meia da tarde o diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães reúne-se com os professores, Halbout, Lyra, Schiefler Borges Carneiro, Nunes Pires, padre Amador e Pacheco para discutir os pontos dos exames de Religião, Português, Francês, Aritmética, Caligrafia e Desenho. Também ficou decidido propor ao Governo que enviassem examinadores e exames de Ginástica e de Trabalhos de Agulha;

2.2- Atas da Congregação de 3 de maio de 1882. O diretor abre a sessão as seis e meia da tarde, declara que o motivo da reunião é continuação da discussão do parecer sobre o Jardim de Infância, o diretor declara a Congregação que o Governo pediu o nome dos 8 alunos mais distintos e alunas da escola que estando esta escola pronta enviará ao Governo com o Parecer que foi aprovado pela Congregação . O sr Laet dirigindo-se ao diretor pergunta-lhe se nada sabe sobre a falada reforma da Escola Normal. O sr diretor diz que se oficial só sabe que se tem dito no parlamento temporário;

2.3 - Ata da Congregação de 9 de junho de 1882.O diretor Benjamin Constant, presidente da Congregação fica com a palavra e discute questões relativas as discussões acerca da criação de uma Universidade. O diretor diz que concorda com o parecer da parte relativa ao ensino primário. Discutem modificações sobre o ensino primário. Ensino público, leigo e livre Tem a honra de apresentar a Congregação o pirueto de educação de um novo curso;

2.4- Ata da Congregação, 3 de janeiro de 1882- rascunho.Apresenta discussões sobre a possibilidade da escola normal estar pensando na criação de um jardim de infância, a discussão é detalhadamente exposta nos rascunhos do secretário.

2.5- Ata da Congregação, em 3 de janeiro de 1882- formalizada. As seis e meia da tarde, achando-se presentes os bacharéis Benjamin Constant Botelho de Magalhães, diretor, Jacy, Schiefler, Magalhães, Laet, Halbout, Borges Carneiro, Lyra, Padre Amador Pacheco, O Professor Martins Pacheco faz algumas considerações sobre a criação dos Jardins da Infância, afirma que o método a adotar deve ser o de Froebel, considerando porém que para a inauguração mesmo como ensaio da referida instituição, torna-se necessário quem habilite

as futuras diretoras. Fala sobre o Colégio Menezes Vieira, o único a adotar esse método na Corte. Propõe que em vez das Escolas da Glória e de Santa Rita, onde o Governo pretende ensaiar o sistema, se entenda o Governo com o diretor do referido Colégio designando-o bem como a sua senhora para mediante algum auxilio, prestarem a preparar as alunas da Escola Normal que fossem escolhidas para serem diretoras.

2.6- Sessão da Congregação do dia 2 de abril de 1882. Presidência do diretor Benjamin Constant, presente: Lyra, Coelho Barreto, Halbout, Nunes Pires, Scheifler, Laet, Borges Carneiro, Magalhães, Pacheco, Martins. Comunicam o falecimento do professor de Pedagogia Emilio Zaluar, propõem uma missa, o que é aceito. Discutem o Projeto da criação de uma Universidade, o professor Borges Carneiro apresenta o parecer sobre o aparelho denominado Grafoscópio apresentado pelo seu autor Menezes Vieira, o professor Borges Carneiro apresenta um parecer sobre o projeto da criação das escolas denominadas Jardins de infância, declara que é preciso mandar vir da Europa pessoal habilitado para trabalhar nessas escolas. Pede que seja adiada a discussão sobre esse parecer.

2.7 - Ata da sessão da Congregação em 12 de junho de 1882, diretor Benjamin Constant. As seis e meia da tarde achando-se reunidos na sala da Congregação o professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Halbout, Garcia, Schiefler, Barreto, Affonso Moreira, Pacheco, Lyra, Cunha, Magalhães e Nunes Pires. O Dr. Garcia pede que se acrescente a discussão em relação ao curso secundário preparatório, proposto pelo Diretor que esta de acordo por equivaler semelhante curso ao do Colégio de Pedro 2°, a qual pensa poder servir de base aos de todas as faculdades, uma vez que sejam substituías as noções de biologia pelas de historia natural. O Dr. Lyra pergunta se, adaptado as emendas que tratam da Constituição do curso científico geral em que estudam a física, a Química, a Botânica, e a Zoologia, ficam imprimidas as cadeiras que se ensinam tais matérias nas Faculdades de Medicina. O sr Diretor declara que não foi seu pensamento porquanto nas Faculdades de Medicina estudar-se-ão essas matérias de modo muito mais desenvolvido do que no curso científico preparatório. Procede-se a votação do parecer da comissão e das emendas apresentadas.

2.8- Ata da sessão da Congregação, em 24 de setembro de 1882. Diretor Benjamin Constant, eleição dos membros encarregados de visitar as escolas públicas, nomeação dos membros. Procede-se em seguida a eleição da comissão que tem que dar o parecer sobre o questionário e quesitos apresentados pelo Congresso geográfico reunido em Veneza.

2.9- Relação dos professores e substitutos que estão em efetivo exercício.

2.10- Ata da sessão da Congregação, em 10 de julho de 1882, diretor Benjamin Constant, comunica o pedido de demissão que faz o Sr. Nunes Pires de membro da comissão encarregadas da visita as escolas públicas e subvencionadas do Município da Corte. Procedeu-se a eleição de um novo membro.

2.11- Ata da Congregação, em 9 de outubro de 1882- rascunho. O diretor Benjamin Constant faz ciente a Congregação aditar a questão, a saber, se pode nomear adjuntas efetivas a pessoas que não tenham as habilitações exigidas no Regulamento da Escola.

2.12- Sessão da congregação, em 9 de outubro de 1882- as questões são colocadas de maneira mais calma.

2.13- Ata da sessão da Congregação, e, 5 de junho de 1882. Diretor-Benjamin Constant, seis e meia da tarde, Escola Politécnica. Estudar o projeto de criação de uma Universidade, enviado a esta Escola pelo Ministério do Império. O parecer fora entregue impresso para todos os professores da Escola.

2.14- Ata da sessão da Congregação, em 11 de fevereiro de 1882. Diretor Benjamin Constant. Discussão sobre o projeto do Ministério do Império sobre a criação de uma Universidade e dos Jardins de Infância.
2.15- Ata da sessão da Congregação, em 24 de outubro de 1882. Diretor Benjamin Constant. Seis e meia da tarde. Lê-se o Ofício do professor de Pedagogia e Metodologia Geral, Manuel Garcia, com que o mesmo senhor acompanhou o projeto de instruções para os exercícios práticos da mencionada cadeira;
2.16- Ata da sessão da Congregação, em 16 de arco de 1882. Diretor Benjamin Constant. É lido e aprovado unanimemente o programa de ginástica para o sexo feminino. Professores discutem programas de outras matérias.
2.17- Ata da sessão da Congregação, em 1 de junho de 1882. Diretor Benjamim Constant. seis e meia da tarde. o Sr diretor declara que convocou a presente reunião dos senhores professores para dar-lhes conhecimento do pedido de uma escusa que faz o Dr. Jose Manuel Garcia da comissão encarregada de visitar as escolas públicas e subvencionadas do Município da Corte. Houve a substituição do demissionário e os votos dos professores que se candidataram

3- Atas de 1883 - 1884

3.1- Sessão da Congregação em 15 de fevereiro de 1883- rascunho. Diretor-Benjamim Constant. A Congregação fora reunida para tratar dos assuntos necessários aos próximos exames dos cursos escolares. Resolve-se alternar os pontos dos exames de línguas, organizar novas mesas de exames. Encerram-se os trabalhos às 8 horas da noite.
3.2- Ata da sessão da Congregação em 10 de março de 1883, diretor Benjamim Constant. Sete horas da noite. Leitura do horário de aulas que deve vigorar no corrente ano. O professor Pacheco pede que as aulas do curso de artes só tenham lugar duas vezes na semana, parecendo-lhe pesado o encargo de darem aulas diárias professores tão exiguamente retribuídos como os do referido curso. O diretor declara não poder levar em consideração o pedido do professor por se opor ele ao Regulamento vigente. O diretor convida a comissão encarregada de estudar os programas de ensino e apresentar o seu parecer. A Congregação conta com a presença de uma professora, dona Maria Carolina Gouveia;
3.3- Ata da sessão da Congregação em 27 de novembro de 1883. Diretor Bacharel Sancho de Barros Pimentel. As seis e meia da tarde, em uma das salas da Escola Politécnica.Faz-se a leitura do parecer da comissão encarregada de examinar os programas de exames das diversas cadeiras e aulas, o qual conclui pela aprovação dos mesmos programas, em seguida o sr. Diretor manda proceder a leitura das relações das turmas de exames que foram organizadas. Essas turmas são detalhadamente declaradas na Ata. O professor Pelino indaga se não deve haver uma prova prática nos próximos exames da cadeira de Pedagogia e, como se realizar essa prova quando da época desses exames já devem estar em férias as escolas públicas. Em seguida faz-se a leitura do parecer da comissão encarregada de examinar o compendio de historia universal.
3.4- Sessão da Congregação em 6 de junho de 1883. Presidência do Dr. Garcia. Procedeu-se a leitura do parecer da comissão encarregada de estudar os livros a adotar nas escolas públicas.
3.5- Ata da sessão da Congregação, em 27 de setembro de 1883, diretor Benjamin Constant. Sete e meia da noite. Reunião convocada para eleição do membro da Congregação que terá de representar a Escola Normal no júri da Exposição Pedagógica, de acordo com ofício recebido da mesa da citada Exposição. O Sr. Diretor aproveita a reunião

para tratar de pedir ao Governo a designação de escolas primárias necessárias para a prática das aulas de Pedagogia, ou de qualquer outro meio de cumprir-se parte do Regulamento. Pedem a criação ao Governo de escolas anexas, cujo plano de estudos esteja de acordo dom a da Escola Normal, a qual devem ficar aquelas escolas subordinadas;

3.6- Ata da sessão da Congregação, em 12 de novembro de 1883. Diretor Sancho Barros Pimentel. Seis e meia da tarde. Reunião para eleição de um dos membros da Congregação que deva encarregar-se de fazer o relatório dos sucessos escolares mais notáveis;

3.7- Ata da sessão da Congregação, em 19 de janeiro de 1884. Presidência Sancho barros de Pimentel. Seis e meia da tarde. O Sr diretor declara que a reunião fora convocada a requerimento do professor de Caligrafia e Desenho-Linear o Sr Martins Pacheco para o fim de apresentar a sua consideração um projeto de alterações no entender de convenientes, quer ao plano de ensino e algumas outras disposições do regulamento de 16 de marco de 1881, quer as instruções de maio de 1880 e 5 de janeiro de 1881, para exames dos atuais cursos da escola;

3.8- Ata da sessão da Congregação, em 24 de janeiro de 1884- diretor Sancho Barros Pimentel. Seis e meia da tarde. O senhor Pelino Guedes. Obtém a palavra como relator da comissão encarregada de das o parecer sobre a reforma do regulamento da Escola Normal apresentado pelo Sr. Paulino Pacheco, lê-se o referido parecer que é posto em discussão;

3.9. Ata da sessão da congregação, em 27 de março de 1884. Diretor Sancho Barros de Pimentel. Sete horas da noite. Compareceram depois de aberta as sessões o Bacharel Benjamim Constant, o Dr Affonso Moreira em seguida o sr Paulino Martins Pacheco encarregado de apresentar a memória histórica das ocorrências mais notáveis desta escola em 1883 passa a lê-la;

3.9- Ata da sessão da Congregação, em 23 de dezembro de 1884. Diretor Benjamim Constant. O diretor declara que a Congregação fora convocada para resolver sobre os pontos para exames de Ginástica e vai mandar proceder a leitura dos referidos pontos para a congregação melhor resolver;

3.10- Ata da sessão da Congregação, em 2 de setembro de 1884. Diretor Benjamim Constant. O sr diretor declara que convocou a congregação para convidá-la a completar a Escola Normal criando-lhe uma escola anexa e pensa que a ocasião de solicitar ao governo esta medida.; 3.11- Turmas de exames de 1884- relação dos nomes dos professores e das bancas do curso de ciências e letras e do Curso de artes;

3.12- Ata da sessão da Congregação, em 29 de agosto de 1884, diretor Benjamim Constant. Congregação foi convocada para organizar um novo programa de Geografia e Cosmografia, visto ter sido rejeitado pelo Ministério do Império o programa adotado e manda em seguida ler o Ofício do mesmo Ministério que rejeitou o referido programa;

3.13- Ata da sessão da Congregação, em 29 de maio de 1884. Seis e meia da tarde, diretor Sancho de Barros Pimentel. O Dr. Benjamim Constant abstém a palavra como relator da comissão de programas e lê o parecer da comissão aceitando os programas de lógica e direito natural e Geografia e Cosmografia;

3.14- Ata da sessão da Congregação e, 4 de abril de 1884. as seis e meia da tarde, diretor Sancho Barros Pimentel. O diretor submete a Congregação o fato de ter sido autorizado a lecionar Ginástica ao sexo feminino o mesmo professor do sexo masculino. O Dr Benjamin Constant, como relator da comissão de programas, lê o parecer da comissão que aceita os programas de Física e Química e de Astronomia e rejeita o de Lógica e de Geografia. È posta em discussão os programas que foram rejeitados;

3.15- Ata da sessão da Congregação, em 2 de abril de 1884. Diretor Sancho Barros Pimentel. Discussões sobre a Ginástica do sexo feminino ser aplicada pelo mesmo professor do sexo masculino;
3.16- Ata da sessão da Congregação em 14 de março de 1884. 7 horas da noite, diretor Sancho Barros de Pimentel. Discussão sobre os programas das aulas;
3.17- Ata da sessão da Congregação, em 1 de dezembro de 1884. Diretor Benjamim Constant Botelho de Magalhães. È' lida a relação das turmas de exames e discriminadas série a série na ata;

4- Atas de 1885 - 1886

4.1- Ata da sessão da Congregação, em 12 de janeiro de 1885. Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, seis e meia escola Politécnica. Congregação fora convocada para ouvir a memória histórica dos sucessos mais notáveis do ano de 1884;
4.2- Ata da sessão da Congregação, em 9 de fevereiro de 1885, Diretor Benjamin Constant. O relator dos pontos e dos programas declara os aprovados e os reprovados;
4.3- Ata da Congregação da Escola Normal da Corte, em 26 de março de 1885. Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Discussão sobre os programas da Escola;
4.4- Ata da sessão da Congregação, em 28 de marco de 1885. Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Divisão dos alunos em turmas, discussão sobre as aulas de desenho, escolha do relator das memórias de 1885;
4.5. Ata da sessão da Congregação, em 13 de abril de 1885, diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, discussão dos programas da Escola. Tratados sobre a freqüência dos alunos matriculados;
4.6 Ata da sessão da Congregação em 15 de junho de 1885. Diretor Bacharel João Pedro de Aquino. Discutir Parecer apresentado pela comissão encarregada de formular as bases para criação de uma escola anexa;
4.7- Ata da sessão de Congregação, em 17 de setembro de 1885- Diretor Bacharel João Pedro de Aquino. O diretor declara que convocou a reunião para proceder a nomeação de um professor para visitar as Escolas Públicas e Colégios Particulares, em substituição ao Sr. Paulino Martins Pacheco;
4.8- Ata da sessão da Congregação, em 21 de janeiro de 1886. Diretor Bacharel João Pedro de Aquino, seis e meia Escola Politécnica. O sr diretor declara que convocara a congregação afim de designar um professor para tomar parte das conferencias pedagógicas
.4.9- Ata da sessão da Congregação, em 24 de março de 1886- discute-se o horário das aulas;
4.10- Ata da sessão da Congregação, em 29 de março de 1886, diretor Bacharel João Pedro de Aquino, salão da congregação da escola Politécnica, seis e meia da tarde. Assunto-horário das aulas;
4.11- Ata da sessão da Congregação, 29 de março, cinco e meia da tarde, diretor João Pedro de Aquino, ouve o professor nomeado para a cadeira de Português, apresentando o programa de ensino da referida disciplina. O Sr Benjamin Constant Botelho de Magalhães, relator da comissão dos programas de ensino comunica a aprovação dos programas apresentados para o curso de 1886;
4.12- Ata da sessão da congregação, em 27 de abril de 1886. Diretor Bacharel João Pedro de Aquino, seis horas, sala da congregação da Escola Politécnica. Lêem-se avisos do Ministério do Império e se comunica que serão entregues diplomas a duas alunas que conseguiram se formar no curso normal da Corte.

4.13- Ata da sessão da Congregação, em 5 de novembro de 1886. Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Eleger a comissão que tem de rever os pontos de exames e os programas de ensino dos diversos cursos d'esta Escola para o ano de 1887;
4.14- Ata da sessão da Congregação 7 horas da noite, em 10 de fevereiro de 1887, sala da Congregação da Escola Politécnica. O Sr. Diretor declara que convocou a congregação teve por fim consultá-lo na segunda época deveriam, ou não, servir os pontos de exame da primeira e bem assim ouvi-la sobre a organização das novas mesas examinadoras; Ata da sessão da Congregação, em 16 de novembro de 1886. Diretor Bacharel João Pedro de Aquino, 7 horas da noite, sala da Congregação da Escola Politécnica. Exames de primeira época e programas de ensino para 1887;
4.14- Ata da sessão da Congregação da Escola Normal da Corte, em 20 de maio de 1887. Diretor Bacharel João Pedro de Aquino, 7 horas da noite, sala da Congregação da Escola Politécnica Discutem avisos do Ministério do Império e a escolha do professor que deve inspecionar as escolas públicas;
4.16- Ata da sessão da Congregação, em 14 de novembro de 1887, diretor Bacharel João Pedro de Aquino, 7 horas da noite, sala da Congregação da Escola Politécnica. Prorrogação das aulas, reforma do ensino da Escola Normal;
4.17- Ata da sessão da Congregação, em 30 de novembro de 1887, diretor Bacharel João Pedro de Aquino, 7 horas da noite, sala da Congregação da Escola Politécnica. Aprovação dos programas de ensino. Eleição da comissão que tem de examinar os programas e sobre eles deu parecer;
4.18- Ata da sessão da Congregação, em 1 de abril de 1887, diretor Bacharel João Pedro de Aquino, 7 horas da noite, sala da Congregação da Escola Politécnica. O Sr diretor declara que reuniu a Congregação de acordo com o regulamento para perante ela, ser lida a memória histórica dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1886 na Escola Normal da Corte. Escolheu o relator da memória histórica de 1887;
4.19- Ata da sessão da Congregação, em 7 de março de 1887, diretor Bacharel João Pedro de Aquino, 7 horas da noite, sala da Congregação da Escola Politécnica. Sujeitar a consideração da Congregação o horário das aulas organizado para o ano letivo de 1887;

5- Atas de 1888.

5.1-Ata da sessão da Congregação da Escola Normal da Corte, em 5 de novembro de 1888. Diretor João Pedro de Aquino. Às 6 horas da tarde reunidos na sala da Congregação da Escola Politécnica os Sr professores Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Bacharel Antonio Valentin da Costa Magalhães, José Francisco Halbout, Bacharel Jose de Souza Gayoso Fausto Carlos Barreto, Dr. João Carlos de Oliva Maya, Bacharel Alfredo Coelho Barreto, Dr. Pedro de Albuquerque Rodrigues, Conselheiro Dr. Álvaro Joaquim Oliveira, Dr. Evaristo Nunes Pires, Monsenhor Luis Raymundo da Silva Brito, Bacharel Benedicto Raymundo da Silva, engenheiro Pedro Barreto Galvão, Frederico Carlos da Costa Brito e os professores de arte Paulino Martins Pacheco, Artur Higgino, Miguel Cardoso e as excelentíssimas sras Mariana Bemardina da Veiga e Cândida Bragazzi. O Sr diretor declara que a presente sessão tem por fim a apresentação, por parte dos senhores professores dos pontos para os exames da primeira época do atual ano letivo de 1889 assim como a dos programas para o ano letivo e termina lendo a organização que ficara das mesas examinadoras da primeira época. É lido o ofício do Sr. bacharel Teófilo das Neves Leão participando que por moléstia deixa de comparecer a sessão de hoje e bem assim que o programa de ensino de sua cadeira para o ano letivo de 1889 é o mesmo que sérvio no corrente ano. Todos os professores presentes declaram que mantêm os mesmos programa

do corrente ano para o ensino de suas respectivas cadeiras no ano letivo de 1889. È em seguida aprovada a organização das mesas examinadoras, sendo também apresentados os pontos para os exames da 1ª serie. O Sr diretor diz que de acordo com o Regulamento se alguns dos professores tiver qualquer medida a propor poderá agora fazê-lo, o Sr Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, deseja que suas palavras sejam tomadas e consignadas na Ata respectiva, pois vai fazer uma proposta que a todo tempo conste do arquivo desta Escola: reconhece o direito que assiste ao Governo de reformar a seu bel prazer institutos de Instrução, mas reconhece também o direito que tem essa Congregação, em vista das disposições do Regulamento ainda em vigor de propor ao Governo Imperial as Reformas que julga conveniente fazer-se no Regulamento e planos de ensino desta Escola, afim de que ela preencha melhor o fim a que se destina, por isso propõe que a Congregação nomeie uma comissão que se encarregue de apresentar as bases de uma Reforma. È sem duvida injustificável a desatenção do Governo para com a corporação docente desta Escola encarregando dessa reforma pessoas que podem ser muito ilustradas, mas que são completamente alheias a profissão do magistério, deixando de ouvir sobre tais assuntos aqueles que pertencem a elas e tem dado provas inequívocas de sua competência moral e profissional e do seu devotamento a causa da Instrução. É um desacato, às corporações docentes e uma ofensa gratuita feira a elas e isto em uma época em que por toda parte se procura e com verdadeiro empenho melhorar cada vez mais as condições Morais e materiais de existência das corporações docentes, rodeando-as de todo prestígio de que são dignas pela elevada importância social e moral de suas funções e em que se deve cuidar da Instrução publica com o zelo que mereceu assunto tamanha importância. Não conhece a reforma, que contrariamente as boas praxes tem se procurado ocultar cuidadosamente às vistas do pessoal docente desta Escola e consta-lhe que também a do seu digno Diretor que só teve conhecimento de tal reforma quando já estava impressa-o que soube por acaso, vieram por engano para esta Escola os folhetos impressos mandados pela Imprensa Nacional com destino a Secretaria do Império. Se porém as bases da reforma são as publicadas pela Gazeta de Noticias e si vigorar semelhante reforma –dou desde já nem sinceros e sentidos pêsames a Escola Normal da Corte, tão digna de melhor sorte. Em virtude da proposta do Bacharel Benjamin Constant, Conselheiro Dr. Álvaro de Oliveira e Fausto Barreto para a comissão que tem de apresentar as bases da reformas. .

5.2-Ata da sessão da Congregação da Escola Normal da Corte, em 15 de novembro de 1888. Diretor João Pedro de Aquino, Escola Politécnica, 7 horas da noite. O Sr Diretor depois de mandar proceder a leitura da informação que deu ao requerimento de diversos alunos desta Escola pedindo adiamento dos exames para o dia 5 de dezembro futuro, bem como do Aviso do Ministério do Império de 14 do corrente que resolveu sobre esse pedido , diz ter sido reunida uma comissão na sessão passada para propor ao governo reformas e melhoramentos que convém introduzir no ensino do estabelecimento das escolas públicas. Pedindo a palavra o Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães diz que a vista do aviso de 14 do corrente, que acaba de ser lido, compete a congregação decidir se a comissão encarregada de organizar as bases da Reforma, deve apresentá-la ao seu juízo e se considera ato de rebeldia tratar deste assunto;

O Ilmo, Diretor declara que tendo conferenciado hoje sobre o regulamento em vigor com o Ministro do Império este lhe declarara que todo o regulamento de 16 de março de 1881 estava em vigor menos na parte que se refere aos exames das duas épocas que ficaram reduzidas a uma só época pelo art. 172 da reforma que terá plena execução do dia 1 de janeiro em diante;

O Ilm. Bacharel Valentin Magalhães entende que, não tendo sido ate agora publicado o Decreto a que se refere o Aviso que acaba de ser lido, não tem ele força de lei, e por isso não vê rebeldia por parte da Congregação, que usa de um direito garantido pelo atual Regulamento único que esta em vigor como acaba de dizer o Sr. Diretor e em virtude do qual está a Congregação reunida razão porque é de parecer que a comissão apresente seu trabalho;

O bacharel G. Garcia Gayoso começa fazendo sentir que na sua opinião, as questões sobre programas de ensino em uma época normal devem depender tão somente do poder espiritual e não do prático; mas que no estado em que nos achamos a apresentação das bases de reforma organizadas pela comissão tem como que o cunho da insubordinação;

O decreto de 13 de outubro é lei e como tal deve ser respeitada, a ele refere-se o Sr. Ministro do Império no Aviso 14, no senado já foi formalmente declarada a reforma da escola Normal da Corte;

O Ilm, Bacharel Barreto manifesta-se contra a apresentação da reforma da comissão, porquanto tendo já uma vez a Congregação deixado de lado uma reforma elaborada pelo Ilm Dr. Benjamin Constant, pelo fato de ter o Diretor declarado já haver uma reforma das mãos do Governo, com mais forte razão deve-a abster-se de apresentar uma reforma hoje, que o próprio Governo nos declara que esta reformada esta Escola por Decreto de 13 de outubro;

O Dr. Oliva Maia julga não haver contradição nem despotismo por parte do Governo no Aviso de 14 do corrente Contradição não: porque informado pelo Diretor desta Escola Sr. Ministro reconheceu a impossibilidade de satisfazer-se a pretensão das alunas em fase do Regulamento vigente;

Despotismo não: por igual, porquanto se referindo ao art. 172 do Regulamento anexo ao Decreto 10060 o Ministro propositalmente faz ver a norma a seguir-se em Hipótese idêntica, que se conforma com o atual regimento; mas que ponderando que por equidade e sem perturbação ao viço da Escola nada obstava que as inscrições possam ser feitas até 4 de dezembro, prestando exames de 20 de Novembro em diante os alunos inscritos ate 15 deste mês e de 5 de dezembro inscritos ate 4, parecia com rigorosa hermenêutica a ele; opinante que o intuito do Ministro foi apenas estabelecer uma disposição moral ao caso das peticionárias.

E mais que não estando promulgada a reforma e devendo supor-se que o desejo do ministro seria de dar a escola uma reforma consentânea a sua missão, ele opinante não julga ser um ato de rebeldia a apresentação por parte da Congregação das bases de uma reforma que ela julgar convenientes, q que quando não aceitar ou adotadas pelo ministro, fiquem pelo menos com um grito de justo queixume pela desconsideração de ser imposta ao corpo docente uma reforma , sobre a qual ele não foi ouvido;

5.3-Ata da sessão da Congregação da Escola Normal da Corte, em 30 de janeiro de 1888. Presidência do professor José Francisco Halbout, Diretor interino. Sete horas da noite, Escola Politécnica. Escolha de um dos professores para escrever a memória histórica da Escola Normal da Corte. O Sr Diretor apresenta a organização das mesas para os exames da segunda época.

5.4-Ata da sessão da Congregação da Escola Normal da Corte, em 12 de março de 1888. Diretor João Pedro de Aquino, seis e meia da tarde, Escola Politécnica. O Sr Diretor apresenta o horário das cadeiras e aulas com o Regulamento organizado para o ano letivo de 1888. Leitura do horário;

5.5-Ata da sessão da Congregação da Escola Normal da Corte, em 21 de abril de 1888. Seis e meia da tarde, diretor João Pedro de Aquino, Escola Politécnica. O Sr Diretor diz ter convocado a sessão da Congregação afim da apresentação e leitura da memória histórica de 1887, bem assim como eleição do relator de 1888;

6- Fatos constantes no Livro da Sessão da Congregação nos anos de 1883 - 1884

1-O número de vezes que a Congregação se reuniu durante o ano de 1892;

2- Os Avisos do Ministério do Império, em 1889, 1890;

3-A lista dos exames realizados em 1890, com suas respectivas bancas.

4-Parecer sobre a proposta apresentada A Congregação da Escola Normal pelo Dr. Alfredo Gomes em 31 de março de 1892;

5- Voto divergente do Dr. Alfredo Gomes sobre seu parecer;

6- Atas da reunião encontradas esparsas pelo secretario Affonso Augusto Costa, Escola Normal, 23 de outubro de 1893: 14 de novembro de 1891, 17 de novembro de 1891, 11 de abril de 1892, 31 de maio de 1892, 25 de junho de 1892, 27 de junho de 1892, 22 de outubro de 1892, 27 de outubro de 1892, 26 de dezembro de 1892, 14 de março de 1893, 16 de março de 1893.

7- Aviso de um professor sobre sua ausência da reunião da Congregação, Capital Federal, 19 de abril de 1894;

8- Declarações dos professores que deixaram de votar sobre os Pareceres diversos das Comissões;

9- Votos de professores;

10- Pareceres sobre os programas da Escola, 1894;

11- Papéis referentes a Congregação: avisos de faltas, indicação de admiração ao diretor pelos professores Eugenio Guimarães Rebello, Thomaz Xavier de Oliveira Meneses, Pedro Barreto Galvão, Raymundo Murtinho, Manuel Luiz.

12- Rascunho de Ata da Congregação referente aos Concursos que deverão ser realizados em 1895

13- proposta de eliminação da Memória Histórica da Escola Normal, Álvaro de Oliveira, 12 de janeiro de 1895

14- Parecer da Comissão eleita pela Congregação sobre as formas de organização do Ensino Normal apresentadas à mesma pelo diretor.

7-Livro de Correspondência Oficial da Escola Normal da Corte – 1880- 1887

1-sessão da Congregação;

2-Rio de Janeiro, 29 de abril de 1880. Oficio do Sr. Diretor da Escola Normal da Corte ao professor interino Pedro de Magalhães;

3-Declaração do diretor interino da Escola Normal Benjamin Constant Botelho de Magalhães ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império Joaquim Pinto Netto Machado;

4-Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1881, Oficio do Diretor da faculdade de medicina Vicente Candido Figueiredo de Sabóia ao diretor da Escola Normal da Corte Benjamin Constant Botelho de Magalhães;

5-Carta do aluno Militino Pinto e outros reclamando ao diretor da Escola Normal sobre do professor de Português, sobre suas faltas e descuido com a educação,

6-Carta do Professor Emilio Zaluar ao professor Lyra convocando para uma reunião da Congregação para discutir os programas da Escola;

7-Ofício do Reitor do externato imperial Colégio Pedro 2º, José Joaquim do Carmo, ao Diretor da Escola Normal da Corte, Benjamin Constant Botelho de Magalhães em 15 de junho de 1881; examinar os atos preparatórios dos exames finais;
8-Ofício do Reitor do externato imperial Colégio Pedro 2º, José Joaquim do Carmo, ao Diretor da Escola Normal da Corte, Benjamin Constant Botelho de Magalhães em 22 de junho de 1881; indicando um professor para dar aulas de Francês;
9-Rio de Janeiro 15 de agosto de 1881, carta do professor Antonio de Souza ao Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, comunicando que parte para a Europa;
10-Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária, em 21 de outubro de 1881, José Bento da Cunha Figueiredo comunicando que não pode comparecer reunião na reunião convocada;
11-Escola Normal da Corte, Rio de Janeiro de 1881, Ofício do Diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães ao Sr. Francisco Bitencourt da Silva, falando sobre as aulas do Liceu para Mulheres;
12-Imperial Liceu de artes e Ofícios. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1881, Ofício do diretor do Liceu Francisco Joaquim Bitencourt da Silva ao diretor da Escola Normal Benjamin Constant Botelho de Magalhães;
13-Inspetoria geral a Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, 7 de dezembro de 1883; comunicado do Inspetor Souza Bandeira para o diretor da Escola Normal avisando que deveria findar as visitas as escolas primárias por findar o ano letivo; 7 de dezembro de 1883;
14-Carta da aluna Maria da Conceição Peçanha solicitando ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães solicitando que mude o dia de seu exame de Caligrafia e Desenho; vinte de dezembro de 1881;
15- Carta do Professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet, declarando ao Diretor Benjamin Constant a impossibilidade de aceitar o cargo de relator da comissão encarregada de dar o parecer sobre o projeto de Universidade, em 29 de janeiro;
16-Carta do professor Raymundo Teixeira Mendes solicitando ao Diretor Benjamin Constant que se digne a conceder-lhe uma sala, para que possa oferecer um curso gratuito de matemática; segundo o plano traçado por Augusto Comte;
17-Ofício do Inspetor geral Barão de Sá Felip solicitando ao diretor da Escola Normal um parecer sobre algumas professoras adjuntas, em 27 de janeiro de 1882;
18-Carta do professor Jacy Monteiro, comunicando ao diretor Benjamin Constant a impossibilidade de comparecer a uma reunião da Congregação por estar adoentado, 19 de fevereiro de 1882;
20-Ofício do Inspetor Geral Barão de Sá Felip remetendo ao Diretor Benjamin Constant um modelo do aparelho chamado "grafoscópio" para que a Escola Normal atente para o fim a que se destina, em 25 de fevereiro de 1882;
21-Carta do Professor Jacy monteiro ao Diretor Benjamin Constant comunicando que enviou u parecer sobre o projeto de criação de uma Universidade;
22-Ofício do Inspetor Geral Barão de Sá Felip solicitando ao diretor da Escola Normal que lhe informe com urgência que execução tiveram as ordens com referência a inspeção das escolas públicas, em 2 de março de 1882;
23-Carta do professor Mathias Jose Teixeira, ao diretor Benjamin Constant, solicitando a adoção de seu Compêndio de Música vocal para ser utilizado na Escola Normal da Corte, em 11 de março de 1882;

24-Ofício do Inspetor geral Barão de Sá Felip remete ao diretor da Escola Normal a cópia do Aviso do Ministério dos Negócios do Império, referindo-se as instruções para o desempenho da comissão visitadora das escolas, em 20 de maio de 1882;
25-Ofício enviado pelo Diretor da Escola Normal para a Segunda Diretoria da Secretaria do Império que remete a Diretoria 150 exemplares das Instruções para os exames das disciplinas do curso de arte da escola;
26-Ofício do Inspetor Geral Barão de Sá Felip informando ao diretor da Escola Normal o envio dos requerimentos de duas professoras que podem ser nomeadas adjuntas na Escola Normal, em 3 de abril de 1882;
27-Carta do professor de Música Francisco Jose Martins dando seu parecer sobre o compendio de musica vocal enviado pelo professor Mathias Jose Teixeira;
28-Carta do Inspetor Geral ao Diretor da Escola Normal informando que incluso o requerimento de uma professora que pede para ser nomeada para professora adjunta das escolas pública primárias; sem data;
29-Carta do Professor Borges Carneiro ao diretor da Escola Normal, dando parecer sobre o "grafoscópio", em 21 de abril de 1882;
30-Ofício da 2ª Diretoria Ministério dos Negócios do Império, assinado pelo Inspetor geral Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, em 29 de abril de 1882. Revisado pelo secretário Teófilo das Neves Leão;
31-Ofício da Inspetora geral Barão de Sá Felip remetendo ao diretor da Escola Normal da Corte Benjamin Constant Botelho de Magalhães o requerimento de uma professora que pede para ser nomeada professora adjunta interina às escolas pública, 29 de abril de 1882;
32-Ofício do Inspetor Geral Barão de Sá Felip comunicando ao Diretor da Escola Normal da Corte enviando exemplares impressos do regulamento de 17 de fevereiro de 1854 e enumerando uma série de ordens para serem executadas no ano letivo, 3 de maio de 1882;
33- Ofício do Inspetor Geral Rodolfo Epifânio de Souza Dantas em 19 de maio de 1884 cumprindo que sem prejuízo das conveniências do ensino se promova a mudança das escolas públicas de Instrução primária que ocupam casas de elevado aluguel;
34-Atestado Médico do Dr. Em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro sobre a saúde mental do professor Jose Manuel Garcia, que o impedirão de atuar na Escola Normal, 29 de maio de 1882;
35-Carta do professor Jose Manuel Garcia, professor de Pedagogia e Metodologia, explicando ao diretor da Escola Normal Benjamin Constant os fatos que o impediam de atuar;
36-Ofício do Inspetor Geral Barão de Sá Felip, solicitando ao diretor da Escola Normal da Corte que lhe informasse se havia pessoas habilitadas para atuar na 1ª cadeira pública de Instrução primária para meninas na Freguesia do Sacramento;
37-Ofício do Inspetor Geral Barão de Sá Felip, informando que estava incluso o requerimento de uma mãe solicitando vaga de professora adjunta para sua filha, em 4 de julho de 1882;
38- Ofício do Inspetor Geral Barão de Sá Felip ao diretor da Escola Normal da Corte, declarando que as escolas subvencionadas também devem ser inspecionadas;
39-Ofício do Inspetor Geral da Instrução publica ao diretor da escola Normal pedindo nomeação de uma professora adjunta interina das escolas públicas deste estabelecimento;
40- Carta do professor Pedro Severiano de Magalhães, ao diretor da Escola Normal da Corte, informando não poder participar da comissão de inspeção das Escolas públicas, 21 de agosto de 1882;

41-Ofício do Inspetor Geral da Instrução publica Barão de Sá Felip, ao diretor da Escola Normal da Corte pedindo que seja visto o requerimento que Francisco Barcellos de Lima Júnior que pede para ser nomeado interinamente ao lugar de professor adjunto junto as escolas públicas primárias, 25 de agosto de 1882;
42-Carta do Professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet, ao diretor da Escola Normal da Corte Benjamin Constant Botelho de Magalhães, comunicando que existem quatro alunas que freqüentam a escola sem estarem matriculadas;
43-Ofício do Inspetor Geral de Instrução primária e secundária do Município da Corte, ao diretor da Escola Normal, em 25 de setembro de 1882, pedindo nomeação de uma professora como adjunta das escolas públicas;
44-Ofício do Inspetor Geral de Instrução primária e secundária do Município da Corte, ao diretor da Escola Normal, em 10 de outubro de 1882, pedindo nomeação de uma professora como adjunta das escolas públicas;
45-Ofício do Inspetor Geral de Instrução primária e secundária do Município da Corte, ao diretor da Escola Normal, em 14 de outubro de 1882, pedindo nomeação de um professor como adjunto das escolas públicas;
46-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Barão da As Felip ao diretor da Escola Normal, em 16 de outubro de 1888, envia requerimento em que Maximiano José da Silva Braga pede ser nomeado para exercer interinamente o cargo de professo adjunto às escolas públicas primárias do Município da Corte;
47-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Barão da Sá Felip ao diretor da Escola Normal, em 21 de outubro de 1888, envia requerimento em que D. Zulmira Rosa Silva Barreto pede ser nomeada para exercer interinamente o cargo de professo adjunto às escolas públicas primárias do Município da Corte
48-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Barão da Sá Felip ao diretor da Escola Normal, em 25 de outubro de 1888, envia requerimento comunicando que remete o aparelho gráfico Azambuja a fim de ser presente à Congregação da Escola Normal, para tomar na consideração que tiver de organizar a relação de livros e aparelhos adotar nas escolas públicas primárias do município da Corte;
49-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, em 3 de novembro de 1882, solicita do diretor a expedição das ordens necessárias para que possam começar os exercícios práticos da Escola;
50-Carta do professor Jose' Manuel Garcia, professor interino de Pedagogia e Metodologia ao diretor da Escola Normal Benjamim Constant Botelho de Magalhães comunicando que os exercícios práticos começam nesse dia nas escolas anexas às alunas das aulas de Pedagogia e Metodologia, em número de sete. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1882;
51-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, em 6 de novembro de 1882, envia requerimento em que Beatriz Maria da Cruz pede ser nomeada para exercer interinamente o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte;
52-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, em 8 de novembro de 1882, envia requerimento em que Ermelinda Rosa Rangel pede ser nomeada para exercer o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte;

53-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, em 10 de novembro de 1882, envia requerimento em que Leonor Paula Martins de Araújo pede ser nomeada para exercer interinamente o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte;
54-Cópia da Carta de demissão do professor Benedicto Raymundo da silva ao diretor da Escola Normal da Corte, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Rio, 11 de novembro de 1882;
55-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, em 21 de dezembro de 1882, envia requerimento do Conselheiro Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá que seja reunida a Comissão encarregada de propor livros úteis para uso das escolas públicas, sobretudo seis mapas que acompanham o presente Oficio;
56-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 29 de dezembro de 1882, envia requerimento em que Josino do Valle Miranda e Silva pede ser nomeado para exercer interinamente o cargo de professor adjunto às escolas pública primárias do Município da Corte;
57-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 3 de janeiro de 1883, envia requerimento em que D. Deolinda Amália De Almeida pede ser nomeada para exercer interinamente o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte;
58-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 5 de janeiro de 1883, envia requerimento em que Cândida Maria de Campos pede ser nomeada para exercer interinamente o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte;
59-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 27 de janeiro de 1883, envia requerimento em que Joana Carolina Barros pede ser nomeada para exercer interinamente o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte;
60-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 3 de março de 1883, envia requerimento em que Leopoldo José de Menezes pede ser nomeado para exercer interinamente o cargo de professor adjunto às escolas públicas primárias do Município da Corte;
61-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 10 de abril de 1883, remete em exemplar do livro intitulado "Lições á infância" por Manuel Paulino de Assunção e um outro do " Atlas elementar " organizado por João Estanilau da Silva Lisboa;
62-Oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 14 de abril de 1883, envia requerimento em que D. Maria do Carmo Ferreira

Cavalcanti Joana Carolina Barros pede ser nomeada para exercer interinamente o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte;
63-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 18 de abril de 1883, envia requerimento em que D. Maria Pereira da Veiga Bastos pede ser nomeada para exercer o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte;
64-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 23 de abril de 1883, alerta que acaba de receber o Aviso do Ministério do Império datado de 21 do corrente recomendando que se execute o Aviso de 29 de setembro do ano findo pela qual determinou a Inspetoria que, ouvindo a congregação da escola Normal e o Conselho Diretor, organize e submeta á aprovação do ministério a meu cargo uma relação não só dos livros que deveria ser adotar para o ensino, em todas as escolas públicas de Instrução primária do Município da Corte de cada uma das matérias ali lecionadas mas também dos aparelhos e quaisquer objetos que o facilitem. Nesta data envio os livros apresentados pelos seus autores para a doação nas escolas públicas, livros que apresentará também a Congregação afim de serem tomados na consideração;
65-Lista dos livros remetidos á Escola Normal que acompanham o Ofício da Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, de 23 de abril de 1883. Inspetoria geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, em 23 de abril de 1883. Jose Bento da Cunha Figueiredo;
66-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 24 de abril de 1883, envia requerimento em que D. Idalina Isolda de Carvalho pede ser nomeada para exercer o cargo de professora adjunta às escolas pública primárias do Município da Corte;
67-Ofício do Dr. Souza Bandeira comunicando ao Diretor da Escola Normal da Corte que no dia 2 de maio corrente prestou juramento e tomou posse do cargo de Inspetor Geral da Instrução Primária e secundária do Município da Corte, por decreto de 30 de abril. 4 de maio de 1883;
68-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Dr.Souza Bandeira ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 8 de maio de 1883, envia requerimento em que Clementina dos Santos Barata que pede ser nomeada para exercer o cargo de professora adjunta às escolas públicas primárias do Município da Corte. Pede devolver resposta.
69-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Dr. Souza Bandeira ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 15 de maio de 1883, envia requerimento em que acrescenta que estando licenciada até o dia 23 de julho próximo a professora pública da escola de Sepetiba em Santa Cruz, roga ao diretor informar si dentre as adjuntas, que atualmente freqüentam a Escola alguma aceita a referida nomeação. Pede resposta breve.
70-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Dr. Souza Bandeira ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 16 de maio de 1883, envia requerimento em que pede que remeta com a possível brevidade, uma relação dos alunos de ambos os sexos que tem completado os estudos da 1ª e 2ª série dessa escola, com as notas das aprovações obtidas;

71-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Dr. Souza Bandeira ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 28 de maio de 1883, envia requerimento em que comunica que o regimento interno das escolas públicas de Instrução primária que vigora atualmente, organizado em 1855, precisa de uma revisão.. No intuito de tornar o trabalho tão completo quanto possível , deseja também o concurso das experiências das luzes dos professores da Escola Normal da Corte . Pede que seja enviada a Congregação;

72-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Dr. Souza Bandeira ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 4 de junho de 1883, envia requerimento em que comunica que, nesta data dirijo-me em circular aos delegados dos distritos recomendando-lhes que advirtam as adjuntas e adjuntos ás escolas públicas primárias sobre a necessidade de freqüentarem, ao menos como ouvintes às aulas dessa Escola, a fim de habilitarem-se a desempenhar os deveres da sua profissão. Pede que o diretor envie uma folha com os nomes dos professores que aceitarão o pedido;

73-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Dr. Souza Bandeira ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 11 de outubro de 1883, envia requerimento em que pede uma professora para examinar em costura, as professoras adjuntas interinas sujeitas ao exame de classificação, nomear a professora de trabalhos de agulha dessa Escola, a quem se apresentarão as ditas adjuntas, devendo ser apreciadas as respectivas habilitações;

74-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Dr. Souza Bandeira ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 18 de outubro de 1883, envia requerimento em que pedem uma professora para examinar em costura, as professoras adjuntas interinas sujeitas ao exame de classificação, nomear a professora de trabalhos de agulha dessa Escola, a quem se apresentarão as ditas adjuntas, devendo ser apreciadas as respectivas habilitações;

75- Carta do Professor Francisco José Martins, professor de Música interino comunicando que examinara as alunas da escola (fornece os nomes) a pedido do diretor, 27 de outubro de 1883;

76-Ofício do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, Dr. Souza Bandeira ao diretor da Escola Normal, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 31 de outubro de 1883, envia requerimento em que pede que apresse a remessa das informações dos mestres de Costura,Música e Ginástica dessa Escola, quanto aos professores e professoras que tiveram se sujeitar-se a exames dessas disciplinas;

77-Carta do professor interino de Ginástica Dr. Joaquim Rodrigues ao diretor da Escola Normal da Corte, em 6 de novembro de 1883, comunicando que recebera de seu antecessor o diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, examinar as alunas Maria rosa Dias da Cruz e Claudina Dias da Cruz,

78-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação) convidando algum dos professores adjuntos matriculados nessa escola, e que a freqüentam , para reger interinamente a 1ª escola publica de meninas da Freguesia da Guaratiba, durante o impedimento da professora Amélia Augusta Fernandes. Em 8 de janeiro de 1884;

79-Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação)

convidando algum dos professores adjuntos matriculados nessa escola, e que a freqüentam, para reger interinamente a 2ª ª escola pública de meninas da Freguesia da Guaratiba, durante o impedimento da professora Márcia Elvira de Figueiredo da Fonseca. Em 8 dc janeiro de 1884;

80-Carta do Inspetor geral ao Dr. Sancho de Barros Pimentel solicitando que haja dc obter o título de sua nomeação de membro do Conselho diretor, afim de que se possa realizar sessão do mesmo Conselho, 5ª feira, 24 do corrente mês, nesta repartição, á rua Larga de S. Joaquim nº 104, a 1 hora da tarde. 16 de janeiro de 1884;

81-Carta do Professor e membro da Congregação Paulino Martins Pacheco ao diretor da Escola Normal da Corte, Sancho de Barros Pimentel, em 17 de janeiro de 1884. Solicita reunião para apresentar a julgamento um Projeto de Regulamento;

82-Carta do Inspetor Geral, em 18 de janeiro de 1884, solicitando ao diretor da Escola Normal da Corte a indicação de uma adjunta para reger a 2ª cadeira pública de meninas da Freguesia de Guaratiba, e, caso nenhuma aceite, o nome de qualquer uma aluna da Escola; visto não poder seguir para ali em virtude de moléstia a professora adjunta D. Ana Augusta Proença Moreira;

83-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação) comunica que para os fins que, de acordo com o Ministério do Império, nesta data designo a 3ª escola pública de meninas da Freguesia de Santa Ana para os exercícios práticos que devem fazer as alunas dessa Escola que cursaram no ano findo a aula de Pedagogia, 29 de janeiro de 1884;

84-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação) roga que lhe seja enviado uma relação das alunas que freqüentaram essa escola durante o ano findo, com a declaração dos exames que têm feito, e, se for possível, uma outra relação das pessoas, que, não sendo alunas, todavia tem prestado exames, 30 de janeiro de 1884;

85-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação) roga que lhe seja enviado, com a possível brevidade, uma coleção dos programas adotados no ensino das diversas cadeiras, durante o ano findo, e bem assim uma relação dos professores que se acham em exercício, 13 de fevereiro de 1884;

86-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação) convida o diretor para comparecer nesta Repartição, sábado, 16 do corrente às 2 horas da tarde, a fim de combinar nas providências a tomar sobre o concurso para provimento da 4ª escola publica de meninas da Freguesia de São Cristóvão, no qual o diretor faz parte da comissão; 13 de fevereiro de 1884;

87-Carta do professor Interino M. C. A. Gouveia, comunicando ao diretor Sancho Barros de Pimentel que se achando doente, conforme provo com atestado medico não pode comparecer aos exames para os quais foi avisado. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1884;

88-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (Dr. Sancho Barros Pimentel). Em 15 de fevereiro de 1884, o Inspetor alerta o diretor sobre professores da Escola Normal tomarem parte no ensino particular,e, que mais é, darem explicações particulares mediante estipêndio, ás próprias alunas que depois tem de examinar, e constituindo esse fato uma irregularidade;

89-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação). Em 21 de fevereiro de 1884, o Inspetor. Citando a exoneração do professor de ginástica da Escola Normal da Corte;
90-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira ao Diretor da Escola Normal da Corte (acredita-se pela proximidade das datas que seja o Dr. Sancho Barros Pimentel, pois não há indicação). Em 22 de fevereiro de 1884, o Inspetor comunica ao diretor a circular que chama a atenção dos professores para o cumprimento dos artigos 118 do Decreto nº 8025 de 16 de março de 1881 e 19 do decreto 6479 de 18 de janeiro de 1877;
91-Cópia da Carta do Inspetor Geral Souza bandeira recomenda ao diretor que se faça cumprir o prazo determinado pelos decretos nº 8025 de 16 de março de 1881 e artigo 19 do Decreto nº 6479 de 1877, pois aqueles que até 16 de março de 1885 não satisfizessem á referida exigência serão destituídos. Confere o Secretario Teófilo das Neves Leão;
92-Tipografia, Rio de Janeiro, Secretaria do Paço do Senado, em 13 de março de 1884. Remete ao diretor da escola Normal da Corte uma coleção dos Anais da câmara, correspondente á ultima sessão ordinária, bem como um exemplar da sinopse dos trabalhos pendentes de deliberação do Senado. Assinado o Oficial maior Manuel Paulo de Mello Barreto;
93-O Inspetor Geral Souza Bandeira pede ao Diretor Sancho Barros de Pimentel uma resposta sobre o último Ofício datado de 15 de fevereiro sobre informações a respeito de professores da Escola que exercem e ensinam as próprias alunas. Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, em 13 de março de 1884;
94-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira pede ao Diretor Sancho Barros de Pimentel que remeta fornecer-lhe quinzenalmente a relação dos professores adjuntos, que freqüentam as aulas, de acordo com o que, em Ofício de 4 de junho de 1883 solicitou do diretor, 21 de março de 1884;
95-O Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira remete ao Diretor Sancho Barros de Pimentel vinte exemplares impressos das Instruções aprovadas pela Portaria de 11 de março corrente para as Conferências de que trata o artigo 76 do regulamento anexo ao Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854; exemplares para o arquivo dos professores dessa Escola;
96-O Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira roga ao Diretor Sancho Barros de Pimentel que a fim de nos termos do artigo 5º pela Portaria de 11 de março corrente, a Congregação dessa Escola eleja o professor que deverá tomar-se parte nas conferencias pedagógicas que se realizarão no corrente mês, 1º de abril de 1884;
97-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira roga ao Diretor Sancho Barros de Pimentel comunicando que deve avisar os professores dessa Escola que nos dias 21, 22 e 23 do corrente, se realizarão as Conferências Pedagógicas; 7 de abril de 1884;
98-Segunda Diretoria da Secretaria do Império, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1884. Remete 300 exemplares das instruções que tem de ser provisoriamente observadas nos exercícios práticos de Pedagogia dos alunos da referida escola;
99-Ofício do Inspetor Geral Souza Bandeira roga ao Diretor Sancho Barros de Pimentel comunicando que por enquanto convém que os exercícios práticos de Pedagogia sejam feitos na 3ª escola pública de meninas da Freguesia do Santíssimo Sacramento, à rua da Constituição nº 26, sob a regência da professora D. Anna Dias Vieira. Posteriormente iria por outra escola á disposição do professor de Pedagogia se as necessidades do ensino assim o exigirem, para o que aguardarei a comunicação de V. S., 3 de maio de 1884;

100-Carta do professor Paulino Martins Pacheco ao Diretor da Escola Normal da Corte, 12 de maio de 1884. Cumprindo as ordens do diretor o professor apresenta os melhoramentos que verbalmente já tivera a ocasião de indicar como necessários á aula de Caligrafia e Desenho- Linear;
101-Carta de despedida do professor Paulino Martins Pacheco ao diretor Sancho Barros Pimentel, entregando o cargo ao seu sucessor a aula de Caligrafia e Desenho-Linear que regeu durante mais de quatro anos e que pediu exoneração por seu pedido. Escola Normal, 23 de junho de 1884. Confere: Antonio Soares de Gouveia;
102-Oficio do Inspetor geral Interino Sancho Barros de Pimentel, transmitindo a Diretoria da Escola Normal da Corte o Aviso por cópia, datado do Ministério do Império em 25 de junho hoje findo concernemente ao programa de ensino de Geografia e Cosmografia;
103-Oficio da 2ª Diretoria Ministério dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1884. Encarrega o Inspetor Geral interino da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte se tenha particular atenção a conveniência de aplicar-se gradualmente o método intuitivo, procedendo -se aos diversos exercícios práticos, desde os que se fazem no quadro preto, nas cartas mudas, nas cartas em relevo e nas esferas até cartográficas que habilitam os alunos a desenhar de memória os diferentes mapas.Assinado Franco de Sá. Confere: o secretario Teófilo das Neves Leão;
104-Oficio do Inspetor geral Interino Sancho Barros de Pimentel, transmitindo a Diretoria da Escola Normal da Corte expedindo o Arithmometro de Arens solicitado pelo diretor. 11 de agosto de 1884;
105-Oficio do Inspetor Geral João Pedro Belfort Vieira solicita ao diretor da escola Normal da Corte que declare com urgência se está pendente de parecer dessa escola uma gramática geral de seis línguas, uma dita latina, e uma historia universal expressamente escrita para uso dos alunos dessa mesma Escola, obras do finado professor Dr. Henrique Theodoro Schiefler.Sr de agosto de 1884;
106-Oficio Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, em 25 de agosto de 1884 ao diretor interino Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o Inspetor geral interino João Pedro Belfort Vieira avisando que assume exercícios interinos da Inspetoria Geral.

107-Oficio da Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária do Município da Corte, em 29 de setembro de 18843 pedindo informações sobre os exames tem prestado nessa Escola Normal da Professora adjunta D. Anna Augusta Proença Moreira;
108-Oficio da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte Dr. Emigdio Adolfo Vitorino da Costa, em 20 de março de 1885 pedindo ao diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães que remeta com urgência esclarecimentos sobre a atuação dos professores e desempenho dos alunos;
109-Carta do Diretor da Escola Normal Benjamin Constant Botelho de Magalhães cumprimentando o Inspetor Geral e pedindo solução do Oficio que lhe dirigiu em 20 de março de 1885, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1885;
110-Carta do Diretor da escola Normal da Corte, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, comunica que no corrente mês se tem de proceder as Conferências Pedagógicas dos professores públicos primários que ficaram espaçados de dezembro último e pede a S. S. as providencias no intuito de serem devidamente executadas as instruções de 14 de março de 1884, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1885;

111-Ofício da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte Dr. Emigdio Adolfo Vitorino da Costa, em 14 de abril de 1885 comunicando ao diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães que, de acordo com o professor de Pedagogia, Dr Pelino Joaquim da Costa, designou a 3ª escola pública de meninas da Freguesia do S. Sacramento, estabelecida na casa nº 26 da rua Constituição, para os exames práticos de que trata o dito recado;

112-Carta do professor Manuel Arthur Pero-Participar o diretor da escola Normal que o número de alunos matriculados nas aulas de Caligrafia é grande, rogo que se digne dar providências, solicitando do Poder competente a divisão de trabalho com outro professor, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1885;

113-Segunda Diretoria Segunda Diretoria da Secretaria do Império, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1885. Cumprimenta o Diretor da Escola Normal e porque ainda não recebeu a comunicação do exercício o Dr. Oliva Maia, na qualidade de professor dessa Escola, pede a s.s fazer aquela comunicação a fim de solicitar-se do Ministério da Fazenda a expedição das ordens necessárias para o pagamento dos vencimentos do mesmo professor;

114-Cópia da Carta ao professor de Pedagogia da Escola Normal da Corte Bacharel Pelino Joaquim da Costa da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte em 15 de julho de 1884. Comunica que as lições práticas de que trata o artigo 4º do Regulamento começarão a 1 hora e não irão alem das 3 horas da tarde. Assinado o Inspetor Interino Sancho de Barros Pimentel;

115-Segunda Diretoria da Secretaria do Império, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1885. Cumprimenta o Diretor da Escola Normal e roga-lhe que declare a data em que entraram em exercício na mesma Escola os professores nomeados por Decreto de 2 do corrente mês, o que não consta do seu Ofício de 14 de julho,é essencial para a regularidade dos assentamentos respectivos e expedientes que se tenha de fazer;

116-Carta do professor de Pedagogia Pelino Guedes ao Diretor da Escola Normal Dr. João Pedro de Aquino justificando as dificuldades das aulas práticas acontecerem sem que as escolas anexas;

117-Segunda Diretoria da Secretaria do Império, Rio de Janeiro. Cumprimenta o Diretor da Escola Normal o Diretor interino da 2ª Diretoria dos Negócios do Império e roga-lhe urgente que lhe sirva mandar remeter, com urgência, a mesma Diretoria, alguns exemplares dos programas e regulamentos dessa escola, em 6 de agosto de 1885;

118-Segunda Diretoria da Secretaria do Império, Rio de Janeiro. Cumprimenta o Diretor da Escola Normal e a S.S. declarar se os senhores André Glaudieley e Bacharéis Frederico Carlos da Costa Brito e José de Souza Gayoso, a quem se refere o seu Ofício de 21 do corrente mês tem direito ao pagamento integral das respectivas gratificações até a data em que foram dispensados, estes das função de professores suplementares e aquele das de preparadores, e no caso negativo, qual o desconto que se devera fazer, em 26 de agosto de 1885;

119-Carta de Antonio Valentim da Costa Magalhães comunicando não poder servir uma das mesas examinadoras de Português, nos exames gerais, por já ter sido atribuído pela Congregação várias tarefas. Pede para ser exonerado da função por falta de tempo. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1885;

120-Carta de Colatino Marques de Souza Filho, Bacharel em Ciências Físicas e Naturais e Engenheiro pela Escola Politécnica ao Conselheiro Ministro do Império pede para ser nomeado nas aulas de Noções de Agricultura da Escola Normal. O peticionário afirma ter demonstrado em muitas conferencias pública, sempre com a augusta presença de S. M. o

Imperador, o seu estudo e a sua aplicação e espera de v Exa a nomeação solicitada. Rio, 2 de janeiro de 1886;
121-Oficio do Inspetor geral Emigdio Adolfo Victorio da Costa ao Dr João Pedro de Aquino, Diretor da Escola Normal da Corte, comunica que as 8 horas da noite de 13 de março corrente honrada pela augusta presença de Sua Majestade, o Imperador no salão do Museu Nacional, rua da Velha Guarda começará uma Conferência de Professores Públicos primários na conformidade das Instruções de 11 de março de 1884;
122-Oficio do Inspetor geral Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Dr João Pedro de Aquino, Diretor da Escola Normal da Corte, comunica que em solução ao seu oficio corrente declara que nesta data tenho designado as escolas públicas primárias, 1ª se meninos e 3ª de meninas da Freguesia do Santíssimo Sacramento, para ali se efetuarem as provas práticas dos exames de Pedagogia e Metodologia. Rio de Janeiro, 16 de março de 1886;
123-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro 22 de março de 1887. Oficio do diretor da Escola Normal da Corte comunicando ao Barão de Mamoré que as formalidades referentes a matricula da aluna Luiza Telles Ribeiro;
124-3ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 23 de março de 1887; o sr diretor da Escola Normal cumprimenta o diretor interino da 3ª diretoria da Secretaria do Estado dos Negócios do Império, e roga a vossa excelência se sirva enviar o orçamento das despesas desse estabelecimento para o futuro exercício de 1888;
125-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro 1° de abril de 1887. Oficio do diretor Barão de Mamoré ao Diretor da Escola Normal mande as ocorrências que se deram na Escola Normal da Corte desde maio do ano passado a fim de que possam ser mencionadas no Relatório deste Ministério;
126-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro. 4 de abril de 1887. Oficio do diretor Barão de Mamoré ao Diretor da Escola Normal mande o programa organizado para servir nessa Escola durante o atual ano letivo;
128-Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1887; Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte urgindo que se proceda a revisão dos quadros dos professores adjuntos no corrente ano e a relação dos alunos e alunas dessa Escola e das condições que foram submetidos os exames da Escola;
129-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, e, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte urgindo que se proceda a revisão dos quadros dos professores adjuntos no corrente ano e a relação dos alunos e alunas dessa Escola e das condições que foram submetidos os exames da Escola;
130-Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1887 em resposta ao oficio do diretor que anuncia que, alem de 200 alunos que continuam a freqüentar a Escola, matricularam-se 57 candidatos habilitados em exame de admissão5 de abril de 1887; Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte urgindo que se proceda a revisão dos quadros dos professores adjuntos no corrente ano e a relação dos alunos e alunas dessa Escola e das condições que foram submetidos os exames da Escola;
131-Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1887; Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, Dr João Pedro de Aquino informa-lhe sobre o que se lhe

oferecer a respeito do incluso requerimento em que Carlinda Panasso de Araújo pede ser nomeada professora adjunta ás escolas pública primárias do Município da Corte;
132-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, Rio dc Janciro, 6 dc maio de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, autorizando-o a providenciar afim de que, nas aulas de Português, Aritmética, Geometria, Corografia e História do Brasil dessa Escola se instituam como lições que sirvam de norma ao magistério primário;
133-Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1887; Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, Dr João Pedro de Aquino que remeta com urgência a relação dos exames prestados pelos professores adjuntos que pretendem substituir os catedráticos;
134-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, e, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1887.Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, afim de para reunir a Congregação da Escola;
135-Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1887. Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo recomenda que seja fiel ao Aviso do Ministério dos Negócios do Império sob número 1654 de 5 de maio corrente;(explicita o aviso);
136-2ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1887; o Diretor Interino Balduíno José Coelho remete ao diretor da Escola Normal duzentos exemplares da obra "Primeiras lições de coisas" pelo Conselheiro Ruy Barboza e mais trinta exemplares da leitura "Camoniana Brasileira" do Conselheiro Barão de Paranapiacaba;
137-2ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 8 dc junho de 1887; o Diretor Interino Balduíno José Coelho o senhor Ministro do Império transmite os inclusos exemplares do Ministério da Fazenda afim de que se observe, nesse estabelecimento na parte que lhe for aplicável as recomendações contidas nas mesmas circulares; (anexo as circulares)
138- Rio de Janeiro, 10 de março de 1886, Carta da professora Mariana Bemardina de Veiga ao diretor João Pedro de Aquino avisando que não poderá comparecer para trabalhar;
139-2ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1886; remete a folha dos salários para que seja declarada a consignação a que pertence a despesa;
140- Carta do professor José Halbout ao diretor da escola Normal João Pedro de Aquino comunicando que não pode exercer a cadeira de Francês da Escola Normal da Corte por ter sido nomeado professor do instituto Comercial da Corte;
141- Atestado médico – professora Cândida Bragazzi. Rio de Janciro, 30 de abril de 1886;
142- Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1886; Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, Dr João Pedro de Aquino que remeta com urgência a relação dos alunos e alunas da Escola , mas também as aprovações obtidas por aqueles e aquelas que pertencem ao quadro dos professores adjuntos;
143- Carta do professor Álvaro Joaquim de Oliveira referindo-se as aulas de física e química, ao diretor da Escola Normal João Pedro de Aquino, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1886;
144- Inspetoria Geral da Instrução, Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1886. Pede informações se os professores adjuntos Ruy Paim e

Manuel José de Lacerda, são alunos dessa escola, se freqüentam-na, e quais as matérias que tem prestado exames até hoje;
145- Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1886, Ofício do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao professor Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito que foi nomeado para fazer parte da comissão julgadora do concurso ao provimento da 1ª escola pública do sexo masculino da Freguesia de São João Baptista da Lagoa, concurso que será honrado com a Augusta Presença de Sua Majestade o Imperador;
146-2ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1886, roga sirva informar, com urgência, quais as notas das aprovações obtidas pela ex- aluna dessa Escola Olímpia Francisca Proença, nos exames que prestou;
147- Atestado do professor Candido Baptista Antunes de procedimento exemplar do aluno Carlos Gardome Ramos na aula de Caligrafia e Desenho Linear da Escola Normal da Corte; Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1886;
148-Atestado do professor Fausto Carlos Barreto do procedimento exemplar do aluno Carlos Gardome Ramos na aula de Português da 2ª serie da Escola Normal da Corte; 25 de setembro de 1886;
149- Atestado do professor Paulino Martins Pacheco do procedimento exemplar do aluno Carlos Gardome Ramos na aula de Caligrafia e Desenho Linear da Escola Normal da Corte; Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1886;
150- Carta do Secretario da Escola Normal ao Diretor João Pedro de Aquino Comunicando a respeito de um aluno ter invadido as aulas de Ginástica do sexo feminino. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1886,
160- Carta do aluno Carlos Gardome Ramos, defendendo-se da acusação. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1886;
161-Comunicado da Inspetoria para que o diretor compareça a sessão do Conselho diretor, quarta feira 6 do corrente a 1 hora da tarde para tratar de serviço público urgente. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1886;
162-Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1886; Ofício do Inspetor Emigdio Adolfo Victorio da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte urgindo que se proceda informar a freqüência da professora adjunta Leopoldina Rosa de Magalhães Bastos no corrente mês,
163-Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1886; Ofício do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, assunto: os vinte e cinco anos de serviço do professor José Francisco Halbout;
164- Carta do Aluno Marcelino Sampaio Castello Branco ao diretor da escola Normal, em 20 de dezembro de 1886, roga que possa executar os exames da escola, já que estava suspenso por ser pego na ala das mulheres;
165- Declaração de Augusto Moreira Barros Oliveira Lima defendendo Marcelino Sampaio Castello Branco, acusando o secretário da escola de agressão,21 de dezembro de 1886;
166- Atestado e juramento de Francisco Ferreira Braga, defendendo Marcelino Sampaio Castello Branco, acusando o secretario da escola de agressão,21 de dezembro de 1886;
167-Carta do professor José Francisco Halbout, ao diretor da Escola Normal João Pedro de Aquino, explicitando como aconteceu o caso do aluno Marcelino Sampaio Castello Branco, por ter presenciado o fato, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1886,

168- Carta de Antonio Soares de Gouvêa ao diretor da Escola Normal João Pedro de Aquino em satisfação a ordem verbal que recebeu para informar sobre o requerimento do sr. Marcelino Sampaio Castello Branco, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1886;
169- Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1887, pedindo que informe sobre o parecer a respeito de um trabalho manuscrito do falecido Dr. Guilherme Henrique halbout Teodoro Schiefler, intitulado tratado sobre Historia da Idade Média;
170-. 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, e, Rio de Janeiro, 23 de março de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte urgindo que se considere preenchida em relação a candidata Luiza Julieta Telles Ribeiro em vista do atestado do papado pelo vigário encomendado da freguesia de Nossa Senhora da Gloria;
171-. 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, e, Rio de Janeiro, 23 de março de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte urgindo que se sirva enviar, com toda brevidade, o orçamento das despesas desse estabelecimento para o futuro exercício de 1888;
172- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, e, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, roga q exposição sucinta pedida em Oficio da mesma diretoria de 9 de dezembro ultimo e a que se refere o Aviso de 2 do mês findo, das ocorrências que se deram nessa escola desde maio do ano passado , a fim de que possam ser mencionadas no relatório deste Ministério ;
173- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte ,autoriza a utilização de novas obras na Escola por esgotamento dos livros franceses de português;
174- Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1887. Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Victorio da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, assunto: remeter a relação dos alunos e alunas dessa Escola;
175-2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte ,autoriza dividir as secções das aulas se o número de alunos for grande;
176- Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1887, Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, assunto: oferecer a respeito do incluso requerimento em que Carlinda Panasso de Araújo pede ser nomeada professora adjunta ás escolas públicas primárias do Município da Corte;
177-2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, discutindo sobre os exames e as provas dos alunos;
178-2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, diretor Barão de Mamoré, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, prestar informações acerca do que se alega, em uma publicação incerta, com, a epigrafe - Ministério do Império - na parte editorial do Jornal do Comércio de ontem, relativamente ao programa de português da 1ª serie do curso de estudos dessa escola;
179- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, comunica que por decreto de ontem Sua Alteza A Princesa Imperial Regente em Nome do Imperador Houve por bem me nomear

para o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Manuel do Nascimento;
180- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1887 ; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, que remete para uso dessa Repartição 100 passes da Companhia Vila Isabel, 100 da do Jardim Botânico, 100 da S. Cristóvão e 100 da Carris Urbanos. Balduíno Coelho;
181-2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, pede organizar a escrituração do estabelecimento, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Manuel do Nascimento;
182- Corpo Coletivo União Operária, em 1 de agosto de 1887. Solicita que as alunas da Escola Normal para executar o Hino da Independência, na Sessão Pública Solene deste Centro em 7 de setembro no Imperial Teatro D. Pedro de Alcântara;
183- 3ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, pede organizar a relação de todos os objetos de expediente de secretaria consumidos na Escola;
184-3ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, pede fazer aquisição do que for mais imprescindível e á proporção das necessidades de cada mês;
185-2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, pede informar se é possível reduzir o número de serventes dessa escola. Manuel Nascimento;
186-3ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, enumera as informações detalhando o consumo da escola;
187- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, informa que o número de alunas dessa Escola muito mais avultado do que o número de alunos, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Manuel do Nascimento;
188- Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1887, Oficio do Inspetor Emigdio Adolfo Vitório da Costa ao Diretor da Escola Normal da Corte, assunto: informar que exames prestaram nessa Escola Filomena Maria de Jesus e bem assim as aprovações nas mesmas obtidas;
189- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1887. Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, comunica que por decreto de ontem Sua Alteza A Princesa Imperial Regente em Nome do Imperador Houve por bem me nomear para o cargo de Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império Barão de Cotegipe;
190- Secretaria de Polícia da Corte, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1887. O inspetor Policial declara ao Diretor da escola Normal da Corte que ira providenciar algumas praças de manterem a ordem na porta do edificio;
191- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1887; Oficio ao Diretor da Escola Normal da Corte, comunica que autoriza prorrogar as aulas ate 30 de novembro, não só as aulas como o prazo de inscrição para os exames da mesma Escola, de Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império Barão de Cotegipe;

192- Carta do professor de Pedagogia Valentim da Costa Magalhães ao diretor da Escola Normal João Pedro de Aquino, comunica que entra novamente no exercício da cadeira que estava de licença, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1887;
193-2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1887 ; Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte, declara que devem ser seguidas as instruções dor regimento interno da Escola, de Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império Barão de Cotegipe;
194- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1887 ; Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte, nomeia o sr Arnaldo Duarte de Gouvêa afim de servir como examinador nos exames de música, relativos ao atual ano letivo. Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império Barão de Cotegipe;
195- 2ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1887, Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte, roga remeter até o dia 29 de fevereiro vindouro para organizar o Relatório que deve ser presente á Assembléia geral na sua próxima reunião, uma exposição sucinta das ocorrências que se houverem dado nessa Escola desde maio do corrente ano. O diretor Balduíno Coelho;
196- 3ª Diretoria-Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1887 ; Ofício ao Diretor da Escola Normal da Corte, remete exemplares de livros;
197- Instituto Politécnico Brasileiro, em 19 de dezembro de 1887, agradece ao diretor João Pedro de Aquino a cedencia para a sua sessão solene de 16 de dezembro algumas das salas da Escola Politécnica ocupadas pela escola Normal;
198- 2ª Diretoria- Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1887, licenças médicas;
199- Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional, em 24 de dezembro de 1887 comunica ao diretor da escola Normal João Pedro de Aquino que foi nomeado para comissão julgadora dos trabalhos apresentados na exposição escolar que se realiza no edifício da Imprensa Nacional.

8-Livro de Relatórios Históricos e Memórias de diferentes anos

1- Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizados na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 pelo professor Carlos Maximiano Pimenta de Laet e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de 7 de fevereiro de 1881;
2- Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1880 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 e apresentado á Congregação da mesma Escola na sessão de 11 de fevereiro de 1882 pelo Doutor Affonso Carlos Moreira, professor substituto da mesma Escola;
3- Parecer contrário as decisões do professor Dr. José Manuel Garcia, discordando do modo de ver da comissão nomeada pelo Dr. Diretor desta Escola para de conformidade ouvir as ordens do Governo Imperial, dar parecer sobre o projeto de criação de uma Universidade, peço vênia á douta Congregação para articular as razões em que me fundo para não apoiar com meu voto semelhante parecer;
4-- Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1885 e das condições do ensino na Escola Normal do Município da Corte, organizado na conformidade do art. 58, nº 4 do Regulamento anexo ao Decreto nº 7684 de 6 de março de 1880 e apresentado á

Congregação da mesma Escola na sessão de maio de 1886, pelo Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães;
5- Rascunho do Relatório apresentado pelo Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães;
6- Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1888 na Escola Normal da Corte apresentado ao Governo Imperial pelo diretor interino Bacharel Teófilo das Neves Leão,
7- Memória histórica de ano letivo de 1890, escrito pelo professor da cadeira de Mecânica e Astronomia pelo professor Alfredo Coelho Barreto;
8- Memória histórica apresentada por Alfredo Coelho Barreto a Congregação da Escola Normal da Capital em abril de 1891;
9- Exame da Reforma da Escola Normal, Capital Federal, abril de 1891, Alfredo Coelho Barreto professor de Mecânica e Astronomia;
10 – Memória histórica de 1890, sem autoria;
11- Relatório dos sucessos mais notáveis do ano letivo de 1891, na Escola Normal da Capital Federal, apresentado aa Congregação da mesma Escola em sessão de 14 de março de 1893, por Boaventura Plácido Lameira de Andrade, professor de Geografia e Historia na conformidade do disposto no artigo 52 nº 8 do Regulamento mandado executar pelo Decreto nº 982 de 8 de novembro de 1891;
12- Atos oficiais do ano de 1891;
13- Correspondência oficial;
14- Avisos do Ministério da Instrução Pública;
15- Listagem dos Ofícios do ano de 1891;
16- Dados estatísticos relativos ao ano letivo de 1891, para auxiliar ao Relatório do Ministério do Interior;
17- Relatório apresentado ao Dr. Diretor da Escola Normal pelos membros da Comissão examinadora incumbida de levar efeito as provas de praticas escolar da aluna Maria Léonice Daniele Campos;
18- Programa de Astronomia, capital federal, 1894.

9-Livro de Programa de Pontos da Escola Normal da Corte

1-Programas de pontos de música;
2-5 de novembro de 1880- Pontos para prova oral trabalhos de agulha;
3- 1888- pontos de Geometria e Trigonometria;
4- 1888- pontos de Cosmografias e Geografias;
5- pontos de Corografia e História do Brasil;
6-Pontos de Português;
7--Pontos de Religião;
8- Pontos de Ginástica para o sexo feminino;
9-Pontos de Desenho Livre;
10-Pontos de Desenho Linear e Caligrafia;
11-Pontos de Álgebra, Geometria e Trigonometria;
12- Pontos de Ginástica do sexo Masculino;
13-Pontos de Francês;
14-Pontos de Pedagogia e Metodologia;
15-Pontos de Matemática Elementar-;
16-Pontos de Mecânica e Astronomia;
17-Pontos de Física;
18-Pontos de Mecânica Geral;

19-Pontos de Física e Química; pontos de Biologia;

10-Livro – 3ª Via de Contas da Escola Normal 1880 – 1885 Locais de Compras

1- do Ouvidor nº 61;

2- Gazeta de Noticias. Araújo Mendes S. A- Redação do Escritório- Rua do Ouvidor nº 70;

3- Imperial Estabelecimento Musical- BUSCHMANN S Guimarães- J. Villeneuve S. A – Editores do Jornal do Comércio-Rua sete de setembro 181;

4- Livraria Clássica – Rua Gonçalves Dias, 48, entre as ruas sete de setembro e a D'Ouvidor;

5- Livraria e Loja de Papel-Rua da Alfândega nº 6 . Soares e Niemeyer;

6- Loja do Canto;

7- Cruzeiro-Rua do Ouvidor, 63- J. Pinto & C;

8- Armazém da Louça, Praça do Mercado, 31- A;

9- Antiga Casa Cavalier, Rua sete de setembro, 144- A B. J. da Silva e Souza;

10- Rio de Janeiro Gás Company Limeted;

11- Viúva Hohmann com oficina de marceneiro, Rua sete de setembro, 136;

12- Armazém de materiais e madeiras. Largo DA Carioca, 9- Dias & Grenha;

13- Lopes-Gás-Água. Rua Uruguaiana, 19 C;

14- Livraria Acadêmica-J.C Azevedo;

15- João Dias da Silva & Castro-Grande sortimento de tintas e vernizes, ferragens inglesas, francesas e alemã, trem de cozinha, ferramentas para carpinteiros, marceneiros. Rua dos Andradas, 27;

16- Estabelecimento de Pianos- Pires & Gomes- Rua Sete de setembro, 177;

17-Gazeta de Noticias;

18-A Pena de ouro-;

19-A empresa- O Pais- Rua do Ouvidor, 63;

20- Imprensa Nacional;

21-Drogaria de Freitas, Sobrinhos S.A- Praça General Osório, 61;

22-Agencia de assinatura para jornais estrangeiros;

23-Companhia União Telefônica do Brasil-1886-1887;

24-Livraria Nicolau Alves, Rua Gonçalves Dias, 48- 1886;

25-Barboza, Freitas & Campos- Rua do Ouvidor, 74-A- modas, novidades, artigos de fantasia e preparos para flores. Completo sortimento de artigos para bordar e costurar;

26-Jornal- Novidades- Santos - Guanabara;

27-Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro;

28-Primeiro Bazar do Império- Rua da Assembléia nº 111;

29-Oficina de Funileiro e Bombeiro Hidráulico, Rua do Hospício – 256;

30-Moveis e Colchoaria-Rua D' Alfândega nº 88

11- Livro de Nomeações de Professores da Escola Normal da Corte

1- Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães- Rio de Janeiro, 18 de março de 1880 nomeado por sua majestade Imperial para reger a cadeira de Matemáticas Elementares;

2- Dr. Lyra da Silva- Sua Majestade o Imperador há por bem nomear o Dr Joaquim Rodrigues Lyra da Silva para reger interinamente o lugar de substituto da 4 seção. 1º de março de 1880;

3- Sua Majestade o Imperador designa o contínuo da extinta Diretoria Geral de Estatística. Pedro Willig, para servir igual emprego na Escola Normal. 18 de março de 1880;

4- Sua Majestade Imperial de acordo com o Regulamento que baixou o decreto número 7684 de março, nomeou o substituto interino para exercer interinamente o lugar de secretário da Escola Normal. Palácio do Rio de Janeiro. Assinado por Francisco Maria Sodré. Registrado na folha número 49 do livro competente Segunda Diretoria da Secretária de Estado dos Negócios do Império em 23 de março de 1880. Assinado por Benjamin Constant Botelho de Magalhães;

5- Sua Majestade Imperial há por bem nomear Autero Pereira da Silva Morais para o lugar de amanuense;

6- Sua Majestade Imperial nomeia Francisco Maria Pedreira Ferreira para o lugar de amanuense. 18 de março de 1880;

7- Antonio Pimenta da Silva Pinto nomeado contínuo;

8- José Francisco Halbout- professor da extinta cadeira de Francês do Instituto Comercial- Designado para reger interinamente a cadeira de Francês da Escola Normal- Palácio do Rio de Janeiro. 18 de março de 1880;

9- Cônego João Pires Amorim para exercer interinamente o lugar de professor da cadeira de Instrução Religiosa. 18 de março de 1880;

10- Guilherme Henrique Teodoro Schiefler professor da extinta cadeira de Alemão do Instituto Comercial para reger interinamente a cadeira de Elementos de Cosmografia e História Universal da Escola Normal. Palácio do Rio de Janeiro em 18 de março de 1880;

11- Herculano de Souza Bandeira Filho para exercer interinamente o lugar de professor da cadeira de Filosofia e Princípios de Direito Natural e do Direito Público da Escola Normal; 23 de março de 1880;

12- Sua Majestade o Imperador há por bem designar o professor da extinta cadeira de Português do Externato Imperial Pedro II, Dr José Manuel Garcia; para reger interinamente a cadeira de Pedagogia e Prática de Ensino Primário Geral da Escola Normal. 23 de março de 1880;

13- Augusto Emilio Zaluar para reger interinamente a cadeira de Pedagogia e Prática de Ensino Intuitivo da Escola Normal. 18 de março de 1880;

14- Joaquim Borges Carneiro para exercer interinamente o lugar de substituto da 6 seção do curso de estudos da Escola Normal;

15- Dr Pedro Severiano de Magalhães para exercer interinamente o lugar de professor da cadeira de Elementos de Ciências Físicas e Naturais e de Fisiologia e Higiene da Escola Normal; 23 de março de 1880;

16- Manuel Olimpio Rodrigues da Costa professor da extinta cadeira de Português e elementos de Geografia e Aritmética do primeiro ano do Colégio Pedro II para reger interinamente o lugar de professor da cadeira de Português da Escola Normal. 23 de março de 1880;

17- Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet professor da extinta cadeira de Português e Elementos de Geografia e Aritmética do Internato Imperial Pedro II para reger interinamente a cadeira de Geografia e História do Brasil. 18 de março de 1880;

18- Paulino Martins Pacheco professor da extinta cadeira de Caligrafia do Instituto Comercial para exercer interinamente o lugar de mestre de Caligrafia e Desenho Linear. 18 de março de 1880;

19- Pedro Autran da Matta e Albuquerque nomeado para exercer interinamente o lugar de professor da cadeira de Princípios de Economia Social e Doméstica da Escola Normal. 18 de março de 1880;

20- Francisco Xavier Cunha nomeado para reger interinamente o lugar de substituto da 1 seção do curso de Estudos da Escola Normal. 18 de março de 1880;

21- Carlos Jansen nomeado para reger interinamente o lugar de substituto da 2 seção da Escola Normal da Corte. 18 de março de 1880;

22- Afonso Carlos Moreira nomeado para reger interinamente o lugar de substituto da 3 seção da Escola Normal da Corte. 18 de março de 1880;

23- Benedito Raimundo da Silva nomeado para reger interinamente o lugar de substituto da 5 seção da Escola Normal da Corte. 18 de março de 1880;

24- Francisco José Martins exercer interinamente o lugar de Mestre de Música Vocal. 23 de março de 1880;

25- Olimpio da Costa e Dr Garcia atendendo a requerimentos da 1 cadeira de Português e segundo de Pedagogia. Permite que permutem entre si as respectivas cadeiras. 5 de abril de 1880 assinado Barão Homem de Mello;

26- Cônego João Pires do Amorim, professor interino da cadeira de Instrução Religiosa recebe da 2 Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Barão Homem de Mello concedeu-lhe dois meses de licença sem vencimentos. 29 de maio de 1880;

27- Padre Amador Bueno de Barros nomeado para reger a cadeira de Instrução Religiosa da Escola Normal. 29 de maio de 1880;

28- Cônego João Pires do Amorim Sua Majestade o Imperador há por bem conceder exoneração, que pediu do lugar de professor interino da cadeira de Instrução Religiosa da Escola Normal da Corte. 31 de julho de 1880;

29- Padre Amador Bueno de Barros Sua Majestade o Imperador há por bem nomear para reger interinamente a cadeira de Instrução Religiosa da Escola Normal da Corte. 31 de julho de 1880;

30- Oscar Rego Macedo Amanuense da Escola Normal da Corte. 21 de outubro de 1880. Nomeado pelo Barão Homem de Mello;

31- Bacharel Carlos Maximiano Pimenta de Laet nomeado para reger interinamente o lugar de professor de Matemáticas Elementares da Escola. 18 de março de 1880;

32- Jacy Monteiro exercer interinamente o lugar de professor de Português. 1 de abril de 1881;

33- Evaristo Nunes Pires nomeado para reger interinamente a cadeira de Corografia e História do Brasil. 2 de abril de 1881;

34- Augusto Emilio Zaluar nomeado para reger interinamente a cadeira de Pedagogia e Metodologia ,ficando sem efeito a Portaria de 29 do referido mês que o designou para reger a cadeira de Corografia e História do Brasil. 2 de abril de 1881;

35- Dr. José Manuel Garcia Sua Majestade Imperial declarou sem efeito a Portaria de 31 de março que o nomeou ao lugar de professor de Português, visto não ter aceitado a mesma nomeação. 1 de abril de 1881;

36- Dr. Pedro Severiano de Magalhães passa também a reger a cadeira de Ciências Biológicas. 30 de março de 1881. 2 Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do império. Dr Joaquim Netto Machado;

37- Dr Benjamim Constant passa a reger também a cadeira de Elementos de Mecânica e Astronomia.30 de março de 1881. 2 Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Dr Joaquim Netto Machado;

38- Francisca Eugênia de Carvalho Pereira Sua Majestade Imperial há por bem nomear para Inspetora de alunos. 9 de abril de 1881. 2 Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Dr Joaquim Netto Machado;
39- Amélia Proença Guimarães Inspetora de alunas 9 de abril de 1881. 2 Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Dr Joaquim Netto Machado;
40- Mariana Batista Pereira tomou posse como efetiva. 25 de julho de 1881. Assinado pelo diretor Benjamin Constant Botelho de Magalhães;
41- Cirilo José dos Santos Sua Majestade o Imperador nomeou-o inspetor de alunos. 9 de abril de 1881. 2 Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Dr Joaquim Netto Machado;
42- Joaquim José de Oliveira Alves SMI nomeou inspetor de alunos. 9 de abril de 1881;
43- Sua Majestade o Imperador designou que os professores Augusto Emilio zaluar, Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Dr Pedro Severiano de Magalhães e Antonio Herculano Souza Bandeira reger interinamente também a 1 de Corografia e História do Brasil, 2 Elementos de Mecânica e Astronomia, 3 Ciências Biológicas e 4 de Lógica e Direito Natural e Público. 29 de março de 1881;
44- 2 Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Dr Joaquim Netto Machado;
45- Mariana Bernardina da Veiga S.M. I. nomeou-o para reger interinamente o lugar de professora de Trabalhos de Agulha. 10 de maio de 1881;
46- Capitão Ataliba Manuel Fernandes S.M.I. nomeou para exercer interinamente o lugar de professor de Ginástica. 1 de abril de 1881;
47- Dr. Domingos Jacy Monteira S. M. I.concedeu dois meses de licença com o respectivo ordenado para tratar de sua saúde. 25 de agosto de 1881;
48- Jacy Monteiro pediu para prorrogar em 45 dias a licença que lhe foi concedida para tratar de sua saúde com seu respectivo ordenado; Barão Homem de Mello;
49- Carlos Jansen S. M. I. concedeu exoneração ao cargo de substituto interino da 2 seção do curso de Ciências e Letras da Escola Normal. 28 de fevereiro de 1882; Rodolfo Epifânio de Souza Dantas;
50- Bacharel Alfredo Barreto S. M. I. nomeou para exercer interinamente o lugar de substituto da 2 seção do curso de Ciências e Letras. Assinado por Rodolfo Epifânio de Souza Dantas;
51- Maria Carolina de Almeida Gouveia S. M. I para reger interinamente o lugar de professora de Ginástica. 15 de março de 1882. Rodolfo Epifânio de Souza Dantas;
52- José Manuel Garcia. S. M. I. nomeou para exercer interinamente o lugar de professor da cadeira de Pedagogia e Metodologia. 16 de março de 1881. Rodolfo Epifânio de Souza Dantas;
53- Cirilo José dos Santos S. M. I. concedeu licença de dois meses com duas terças partes de respectivo pagamento para tratar de sua saúde. 3 de abril de 1883. Pedro Leão Veloso;
54- Bacharel Sancho Barros Pimentel nomeou para o lugar de diretor da Escola Normal em 27 de outubro de 1883. Francisco Antunes Pimentel;
55- Artur Carneiro de Miranda e Horta S. M. I. nomeou para o lugar de inspetor de alunos 6 de novembro de 1883;
56- Bacharel Pelino Guedes. S. M. I nomeou para reger interinamente a cadeira de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal. 29 de outubro de 1883;

57- Bacharel Alfredo Coelho Barreto S. M. I. nomeou para professor interino de Matemáticas Elementares. 7 de novembro de 1883;
58- Rodrigo Augusto de Assunção S. M. I.nomeou para o lugar de substituto interino da 2 seção do Curso de Ciências e Letras. 7 de novembro de 1883;
59- Hermenegildo Militão de Almeida.S. M. I. nomeou para professor interino de Lógica e Direito Natural e Público. 19 de dezembro de 1883. Diretor Sancho Barros Pimentel;
60- Hilário Ribeiro S. M. I nomeou para o lugar de professor interino de Português. Francisco Antunes Maciel. 19 de dezembro de 1883;
61- Manuel Ciridião Buarque S. M. I nomeou para substituto interino da 1 seção do Curso de Ciências e Letras. 19 de dezembro de 1883;
62- Antonio Soares de Gouvêa Secretário da Escola. 31 de dezembro de 1883;
63- Bacharel Jose´de Souza Gaioso S. M. I. nomeou para substituto da 2 seção do Curso de Ciências e Letras. 12 de fevereiro de 1884;
64- Antonio Ferreira Viana Junior S. M. I nomeou para reger interinamente a cadeira de Cosmografia, geografia e História Geral. 13 de fevereiro de 1884. Sancho Barros de Pimentel -diretor da Escola;
65- Pedro Barreto Galvão S. M. I nomeou o Engenheiro para o lugar de substituto da 4 seção do Curso de Ciências e Letras . 21 de fevereiro de 1884; diretor Sancho Barros de Pimentel;
66- Paulo Vidal S.M.I nomeou para exercer interinamente a cadeira de ginástica da Escola Normal 1 de março de 1884. Diretor Sancho Barros de Pimentel;
67- Manuel Ciridião Buarque S. M. I nomeou o substituto interino da 1 seção do Curso de Ciências e Letras para o lugar de professor de Português . 4 de março de 188. Diretor Sancho Barros de Pimentel;
68- Bacharel Álvaro Joaquim de Oliveira S. M.I. nomeou para exercer interinamente o lugar de professor de Ciências Físicas. 18 de março de 1884. Diretor Sancho Barros de Pimentel;
69- Flávio Brederode Pessoa de Mello S. M.I amanuense. 18 de abril de 1884;
70- Vicente Casali S. M. I nomeou professor interino de Ginástica para as aulas do sexo feminino e do sexo masculino. 5 de maio de 1884. Diretor Sancho Barros de Pimentel;
71- Artur Carneiro de Miranda Forte S. M. I concedeu-lhe um mês de licença com duas terças partes dos respectivos vencimentos a fim de tratar de sua saúde;
72- Bacharel Frederico Carlos da Costa Brito S. M. I. há por bem nomear para servir interinamente como substituto da 1 seção do Curso de Ciências e Letras. 26 de junho de 1884. Diretor Sancho Barros de Pimentel;
73- D. Stela Nahon S. M. I. nomeou para servir interinamente professora de Ginástica 2 de junho de 1884. Diretor Sancho de barros Pimentel;
74- Bacharel Antonio Valentino da Creta Magalhães S.M. I. para servir interinamente o lugar de substituto da 6 seção do Curso de Ciências e Letras . 7 de junho de 1884. O diretor Sancho Barros de Pimentel;
75- Manuel Artur Ferreira. S. M. I. lugar de professor de Caligrafia e desenho Linear. 17 de junho de 1884.Felipe Franco de Sá;
76- Paulo Vidal S. M. I Professor interino de Ginástica da Escola Normal. Concede 6 meses de licença para cuidar da sua saúde. Sem vencimentos. Felipe Franco de Sá. 2 de janeiro de 1885;

77- Antonio Soares de Gouvêa S. M. I.concedeu um mês de licença ao secretário da Escola Normal. 17 de janeiro de 1885. Francisco Franco de Sá;

78- Flávio Bredero Pessoa de Mello S. M. I concedeu 3 meses de licença para o amanuense da Escola Normal. 17 de janeiro de 1885;

79- Miguel Cardoso S. M. I concede interinamente o lugar de professor de Música da Escola Normal Francisco Franco de Sá. 7 de abril de 1884. Diretor interino Benjamin Constant;

80- Cândida Carneiro Bragazzi S. M. I. nomeia para reger interinamente como professora de Ginástica da Escola Normal. 12 de março de 1885. Diretor Benjamin Constant;

81- Luiz de Carvalho e Mello S. M. I nomeou para o lugar de professor de Ciências Físicas e Biológicas, durante o impedimento de André Glaudre Ivey que se acha em gozo de licença. 5 de maio de 1885. diretor Benjamin Constant;

82- André Glaudre Yvey S. M. I. concedeu ao preparador interino de Ciências Físicas e Biológicas três meses de licença para cuidar de sua saúde. 18 de maio de 1885.Diretor Benjamin Constant;

83- Artur Higino S. M. I. nomeou professor de Ginástica da Escola Normal. 7 de março de 1885;

84- Bacharel João Pedro de Aquino nomeado diretor da Escola Normal. 19 de maio de 1885;

85- Pedro de Albuquerque Rodrigues S. M. I nomeou para exercer o cargo de substitutos da 3 seção do Curso de Ciências e Letras durante o impedimento do dr Afonso Carlos Moreira. 3 de junho de 1886;

86- Paulino Martins Pacheco Professor vitalício da cadeira de Caligrafia e Desenho Linear do extinto Intitulo Comercial para o lugar de professor da aula das mesmas matérias. 2 de julho de 1886;

87- Bacharel Teófilo das Neves Leão S. M. I nomeia professor da cadeira vitalícia da cadeira de Geografia e Estatística Comercial do extinto Instituto Comercial, para o lugar de professor da cadeira de Cosmografia. Geografia e História Geral da Escola Normal. 4 de julho de 1885. Diretor João Pedro de Aquino;

88- Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães S. M. I nomeia o professor para o lugar de professor da cadeira de Elementos de Mecânica e Astronomia da Escola Normal. 2 de julho de 1885. Diretor João Pedro de Aquino;

89- José Francisco Halbout professor vitalício da cadeira de Francês do extinto Instituto Comercial para o lugar de professor da cadeira de igual disciplina. 2 de julho de 1885. Diretor João Pedro de Aquino;

90- João Carlos de Oliva Maia professor vitalício da cadeira de Direito Comercial para o lugar de professor da cadeira de Lógica e Direito Natural e Público da Escola Normal;

91- Cônego Luiz Raymundo da Silva Brito S.M. I para exercer interinamente o lugar de professor de Instrução Religiosa. 13 de agosto de 1885;

92- Flávio Brederode Pessoa de Mello. S. M. I. amanuense da Escola Normal concedeu 3 meses de licença com ordenados para tratar de sua saúde. 27 de agosto de 1885. Barão de Mamoré. 1 de setembro de 1885;

93- Bacharel Antonio Valentin da Costa Magalhães S.M. I nomeou para reger interinamente a cadeira de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal. 19 de setembro de 1885.Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;

94- Francisco Moreira da Rocha S.M.I. nomeou para servir interinamente de substituto da 6 seção do curso de Ciências e Letras da Escola Normal. 3 de março de 1886. Barão de Mamoré;
95- Flávio Brederode Pessoa de Mello S.M. I. concedeu ao amanuense 2 meses de licença .sem vencimentos. 19 de março de 1886. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
96- Joaquim Gomes do Amaral S.M.I. nomeado para servir de amanuense da Escola Normal. 13 de março de 1886. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
97- Fausto Carlos Barreto. S.M.I nomeado para exercer interinamente o lugar de professor de Português da Escola Normal. 26 de março de 1886. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
98- Dr. Pedro de Albuquerque Rodrigues S.M.I. nomeou para exercer interinamente o lugar de substituto da 3 seção do curso de Ciências e Letras . 22 de maio de 1886. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
99- Joaquim Gomes do Amaral S.M. I nomeou para amanuense 22 de maio de 1886. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
100- Joaquim Gomes do Amaral S. M. I.nomeou secretário da Escola Normal 22 de janeiro de 1887. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
101- Belarmino Franklin Batista nomeado amanuense 22 de janeiro de 1887. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
102- José Francisco Halbout S.M. I permitiu que o professor de Francês continuasse o magistério com a gratificação adicional de 400 mil réis a mais a contar a partir de 28 de junho de 1886 próximo passado que completou 25 anos de efetivo exercício. Determinou que o tesouro nacional se faça a competente declaração no assentamento do referido professor. 24 de fevereiro de 1887. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
103- Fausto Carlos Barreto S.M. I. atendendo ao que se referiu o professor interino da cadeira de Português, concedeu-lhe 30 dias de licença, sem vencimento a fim de tratar de negócio de seu interesse, 5 de maio de 1887.Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
104- Ernesto de Souza Graça S.M.I. nomeou para contínuo em 12 de maio de 1887. Barão de mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
105- Firmina Cândida da Silva Maia Nomeada para servir de inspetora de alunas enquanto durar o impedimento do Inspetor Cícero Ferreira Coutinho. 14 de junho de 1886. Barão de Mamoré. Diretor João Pedro de Aquino;
106- Miguel Cardoso S.M.I concedeu licença de 1 mês, sem vencimento para tratar de negócios de seu interesse para o professor de Musica Vocal. 9 de agosto de 1887. Manuel do Nascimento Marchado Portela. Diretor João Pedro de Aquino;
107- Amaldo Duarte de Gouvêa S.M.I. nomeou professor de Musica Vocal enquanto durar o impedimento de Miguel Cardoso 10 de setembro de 1887;
108- Bacharel Antonio Valentim da Costa Magalhães Sua Alteza Imperial, a regente, em nome do Imperado, atendeu ao que requereu o professor de Pedagogia e Metodologia. 3 meses de licença, sem vencimento para tratar da saúde. Diretor João Pedro de Aquino. 13 de setembro de 1887;
109- Bacharel José Gomes de Souza Gayoso Sua Alteza Imperial, a Regente nomeou substituto da 2 seção do curso de Ciências e Letras 6 meses de licença sem vencimento para tratar de sua saúde. 20 de setembro de 1887.Barão de Cotegipe. João Pedro de Aquino;

110- Bacharel João Pedro de Aquino. Sua Alteza Imperial, a Regente, atende ao diretor da Escola Normal que pede 2 meses de licença com três quartas partes de seu ordenado para tratar de negócios de seu interesse. 20 de dezembro de 1887. Entrou em vigor em 3 de janeiro de 1888.Diretor interino José Francisco Halbout;

111- Bacharel José Gomes de Souza Gayoso Sua Alteza Imperial, a Regente em nome do Imperador prorrogou em 6 meses sem vencimentos para o professor substituto da 2 seção do Curso de Ciências e Letras da Escola Normal. 8 de março de 1888. Diretor João Pedro de Aquino;

112- Bacharel José Rodrigues de Azevedo Pinheiro Sua Alteza Imperial, a Regente, em nome do Imperador nomeou a fim de exercer o lugar de substituto da 2 seção do Curso de Ciências e Letras . 5 de maio de 1888. diretor João Pedro de Aquino;

113- Miguel Cardoso. Sua Alteza Imperial, a Regente, em nome do Imperador atendendo ao requerimento do professor interino de Musica Vocal concedeu-lhe 2 meses de licença sem vencimento. 7 de maio de 1888. Diretor João Pedro de Aquino;

114- Vicente Casali O prefeito do Distrito Federal resolve nomear o professor interino de Ginástica da Escola Normal durante o Impedimento do efetivo que está licenciado para tratamento de saúde. 25 de maio de 1896. diretor Cabrita;

Atas da Escola Normal que se encontram no livro de nomeações

1- Ata da sessão da Congregação em 30 de maio de 1885. Presidência do Bacharel João Pedro de Aquino Diretor. As 7 horas da noite achando-se reunidos na sala das Congregações da Escola Politécnica o sr Alfredo Coelho Barreto, Nunes Pires, Bacharel Pelino Guedes, Bacharel Benedito Raimundo da Silva, dr Afonso Moreira, Bacharel Antonio Ferreira Viana Filho, Bacharel José de Souza Gayoso, Ciridião Buarque, Bacharel Frederico Carlos de Costa Brito, Cônego Amador Bueno de Barros. O sr Ferreira Viana louva a aquisição do atual diretor, faz considerações sobre o Parecer da Escola Anexa. Pelino Guedes concorda com o sr Ferreira Viana quanto a boa aquisição que fizera a Escola, pela nomeação do atual diretor e refeita as considerações feitas pelo sr Ferreira Viana.Obtém a palavra o sr Coelho Barreto e diz que tendo o sr Benjamin Constant deixado o lugar de diretor interino da Escola e o sr dr Sancho Pimentel o lugar de diretor efetivo e apresenta a proposta que vem assinada por Ciridião Buarque e Ferreira Viana Filho. A Congregação da Escola Normal tendo em vista os serviços que com a dedicação e zelo louváveis prestavam à mesma Escola o dr Sancho Barros Pimentel e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, este como diretor interino e aquele como diretor efetivo lança na ata um visto de reconhecimento; Em seguida lê-se o ofício do Ministério do Império de 25 de maio de 1885 que solicita a designação dos professores que conjuntamente com os delegados dos distritos tem de inspecionar as escolas públicas e Colégios particulares. Precedendo a eleição foram designados por maioria dos votos do dr Pelino Guedes, Benedito Raimundo da Silva e Antonio Ferreira Viana Filho. Também foram lidos os ofícios do mesmo Ministério de 27 e 30 de maio. Retira-se o dr Afonso Moreira. Depois de algumas considerações de alguns professores procede-se a leitura dos pareceres apresentados pela comissão encarregada de formular as " bases para organização de uma escola anexa prática".Obtém a palavra o sr Pedro Barreto Galvão e declara que apresenta um parecer separado, visto não concordar com o parecer apresentado pela Comissão do qual faz parte e em seguida procedeu a leitura do mesmo parecer. Fala em seguida o sr Coelho Barreto que lembra a organização de um regimento interno visto funcionar a Escola Normal há cinco anos sem o referido regimento, encerrou-se as 9 da noite, Antonio Soares de Almeida.

2- Ata da sessão da Congregação 13 de junho de 1885 as 6 horas da tarde na Escola Politécnica, Alfredo Coelho Barreto, Nunes Pires, Pelino Guedes, Bacharel Benedito Raimundo da Silva, dr Antonio Ferreira Vianna Filho, Bacharel José de Souza Gayoso, Manuel Ciridião Buarque, Engenheiro Pedro Barreto Galvão, Pedro de Albuquerque Rodrigues. È lida e aprovada a ata anterior. Compareceu depois de aberta o sr Bacharel Valentim de Magalhães. Diretor declara que convoca a presente Congregação para se discutir o parecer apresentado pela comissão encarregada de formular as bases para a criação de uma escola anexa. Obtém a palavra o Bacharel Ferreira Viana Filho que lê alguns trechos do parecer, fazendo longas considerações e termina apresentando a seguinte proposta, proponho que se apresente ao Governo o seguinte Projeto: Artigo 1- O Governo anexará à Escola Normal da Corte, todas as escolas públicas primárias do Município Neutro, Artigo 2 O Governo encarregará a Congregação da Escola Normal a elaborar um novo Regimento interno para as escolas públicas; Artigo 3 A direção pedagógica das escolas públicas ficará a cargo do professor de Pedagogia da Escola Normal. Artigo 4 As disposições concernentes à administração econômica das escolas serão estabelecidas no Regimento Interno. Obtém a palavra o sr Pereira Barreto Galvão que depois de algumas considerações trata de explicar o parecer do Conselheiro Rui Barbosa sobre a organização das escolas modelo. Termina as 8 e meia da noite. Antonio Soares de Gouvêa.

3- Ata da Sessão da Congregação em 18 de julho de 1885. Presidência do Bacharel João Pedro de Aquino- diretor. As 6 e meia da tarde na sala da Congregação da Escola Politécnica ,Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, dr João Carlos de Oliva Maia, Bacharel Teófilo das neves Leão, José Francisco Halbout, Evaristo Nunes Pires, Cônego Amador Bueno de Barros, Bacharel Alfredo Coelho Barreto, Bacharel Frederico Carlos da Costa Brito, Bacharel José de Souza Gayoso e os professores Paulino Martins Pacheco, Miguel Cardoso e Artur Higino. Diretor declara que convocou a Congregação afim de ouvi-la sobre umas instruções para o provimento por meio de concurso das cadeiras vagas desta escola , devendo apresentar com urgência à consideração de sua excelência o sr Ministro do Império, pois recebeu ordem verbal para formulá-las e envia-las com maior brevidade possível, visto oferecer o Regulamento algumas dificuldades na execução dos concursos. José Francisco Halbout faz uma pequena consideração, o sr diretor passa em seguida a ler as seguintes instruções: 1 que seja separada da 1 seção, a cadeira de Religião, a fim de que o concurso verse unicamente sobre Português e Francês, 2- Que o concurso para as cadeiras vagas, se faça por seções, seguindo-se em tudo o processo marcado pelas instruções aprovadas por portaria de 18 de julho de 1881 menos no que diz respeito à argüição mútua dos candidatos nas teses, devendo esta argüição ser substituída por uma prova de improviso e argüindo nas mesmas teses somente os examinadores que forem nomeados pelo Governo Imperial e que em vez de dois concursos um para substituto e outro para professor, se faça o concurso marcado nas instruções quando referem-se aos lugares de substitutos e mais uma prova de improviso, ficando o Governo Imperial com direito a escolha dentre os habilitados, uns para professores e outros para substitutos. Isto é que sejam feitas as seguintes provas: 1 de defesa de tese, sendo a argüição feita pelos examinadores, 2- Prova oral de improviso, sobre ponto tirado na ocasião dos vinte organizados pela comissão examinadora. 3- Prova escrita como marca as instruções, 4- Prova oral, ou antes, profissional, isto é, lição dada pelo candidato em uma classe de alunos da Escola Normal, sobre ponto tirado com 24 horas de antecedência, 5- Prova prática nas matérias em que marca as instruções. O sr Benjamin Constant obtém a palavra e faz a seguinte proposta explicativa de seus modos. Tratando-se de alterar o Regulamento na parte

relativa ao modo de proverem as cadeiras vagas, proponho que as nomeações efetivas sejam feitas por livre nomeação do Governo Imperial. O governo que seriamente cuidar do ensino público, encontrará no país pessoal idôneo para essas cadeiras livre de obstáculos que o concurso oferece sem dar, no entanto garantia de bom êxito, poderá assim, o Governo servir de modo mais eficaz a instrução pública. Confiada ainda a sua guarda deve se-lo também a sua inteira responsabilidade. O concurso , como em geral, é uma instituição deficiente, que não inspira confiança que tem por sua natureza vícios orgânicos impossíveis de eliminar que, salvas raras e honrosas exceções, só tem servido e servirá para afugentar das cadeiras públicas, os homens competentes e dignos e animar mediocridades ousadas e aventurosas. Tratando-se especialmente da escola Normal para ambos os sexos. Com a mais forte razão ainda o concurso deve ser abolido, porque seno ineficaz como meio de bem aquilatar do mérito profissional é ainda mais em relação a moralidade do candidato. È este o meu voto. Levanta-se a sessão as 8 e meia da noite;

Ata da sessão da Congregação em 17 de setembro de 1885. Presidência. Bacharel João Pedro de Aquino diretor. As 6 e meia da tarde reunidos na sala da Congregação da Escola Politécnica. Benjamin Constant, José Francisco Halbout, Dr Evaristo Nunes Pires, Monsenhor Luiz Raimundo da Silva Brito, bacharel Alfredo Coelho Barreto, Teófilo das Neves Leão, Manoel Ciridião Buarque, Benedito Raimundo da Silva, bacharel Frederico Carlos da Costa Brito. Procedeu a nomeação de um professor para visitar as Escolas Públicas e Colégios particulares em substituição do sr Paulino Martins Pacheco, conforme o aviso do Ministério do Império de 4 de agosto de 1885. Aproveitando a ocasião participa a Congregação que tendo se retirado o ser Pelino Guedes em comissão do governo, é também necessário que sejam preenchidas as vagas deixadas por S.S nas comissões desta Escola, como sejam de avaliar as Escolas públicas e Colégios particulares e de apresentar a Memória Histórica dos fatos desta Escola durante o ano de 1885. Eleição: foram nomeados o Bacharel Alfredo coelho Barreto e o bacharel Antonio Valentim da Costa Magalhães, para visitar as escolas públicas e Benjamin Constant para apresentar a memória Histórica. Levantaram-se as 7 e meia da noite. Antonio Soares de Gouvêa.

Ata da Sessão da Congregação em 16 de novembro de 1885. Presidência Bacharel João Pedro de Aquino. Diretor. As 6 e meia da tarde achando-se reunidas na sala da Congregação da Escola Politécnica,Benjamin Constant, José Francisco Halbout, Evaristo Nunes Pires, Conselheiro Álvaro de Oliveira, dr João Carlos de Oliva Maia, bacharel Alfredo Coelho Barreto, Teófilo das Neves Leão, Jose'de Souza Gayoso, dr Pedro de Albuquerque Rodrigues e os professores de artes Mariana Bernardina da Veiga, D. Cândida Bragossi, Paulino Martins Pacheco, Miguel Cardoso e Artur Higino. Comparece depois de aberta a sessão, o professor Manuel Ciridião Buarque. o sr direto comunica que o Bacharel Valentim de Magalhães oficiou participando não poder dar cumprimento a comissão que estava encarregando de visitar as escolas públicas e colégios particulares visto ter sido nomeado para servir de examinador em uma das mesas de Instrução Pública. Convocou o diretor para eleger a Comissão que tem de rever os pontos de exame e os programas de ensino para 1886. levanta-se a sessão as 8 horas da noite.

Ata da Sessão da Congregação em 21 de janeiro de 1886. Presidência João Pedro de Aquino as 6 e meia da tarde. Reunidos na sala da congregação da Escola Politécnica o ser Francisco Halbout, João Carlos de Oliva Maia, Bacharel Alfredo Coelho Barreto, Teófilo das Neves Leão, Conselheiro Álvaro de Oliveira, Benedito Raimundo da Silva Brito, Jose'de Souza Gaioso. O sr diretor declara que convocou a Congregação a fim de designar um professor para tomar parte nas Conferências Pedagógicas visto ter se ausentado por

haver pedido exoneração o sr Pelino Guedes professor de Pedagogia desta Escola, e o designado para tomar parte nas mesmas conferências. Foi designado o Bacharel Antonio Valentim da Costa Magalhães para tomar parte nas Conferências Pedagógicas. Levanta-se a sessão as 7 e meia da noite.

Ata da Sessão da Congregação em 24 de março de 1886. Diretor Bacharel João Pedro de Aquino. Encontram-se reunidos na sala da Congregação da Escola Politécnica. Benjamin Constant, José Francisco Halbout, Bacharel Alfredo Coelho Barreto, Teófilo das Neves Leão, João Carlos de Oliva Maia, Conselheiro Álvaro de Oliveira, Benedito Raimundo da silva, Monsenhor Luiz Raimundo da Silva Brito, Bacharel José de Souza Gayoso. Engenheiro Pedro Barreto Galvão, dr Pedro de Albuquerque Rodrigues, Frederico Carlos da Costa Brito, Francisco Moreira da Rocha e professores de artes Mariana Bernardina da Veiga, Cândida Bragossi, Paulino Martins Pacheco, Artur Higino e Miguel Cardoso. Depois de aberto aparece Valentim Magalhães, convocou a fim de ouvi-lo sobre a organização do horário de aulas lendo S.S o horário que organizava em virtude do artigo 37 pede autorização a Congregação para em nome da mesma solicitar do Governo, alteração do artigo 36 mesmo porque já tem sido alterado o artigo 36 em seguida lê os mesmos artigos fazendo largas ponderações. Encerram-se as 7 e meia da noite;

Ata da Sessão da Congregação 29 de março de 1886. Preside

Presidência Bacharel João Pedro de Aquino. As 5 e meia da tarde na Escola Politécnica. Benjamin Constant, José Francisco Halbout, Evaristo Nunes Pires, Alfredo Coelho Barreto, Teófilo das Neves Leão, Conselheiro Álvaro de Oliveira, Fausto Carlos Barreto, Bacharel Benedito Raimundo da Silva, Bacharel José de Souza Gayoso, engenheiro Pedro Barreto Galvão, Dr. Pedro de Albuquerque Rodrigues, Frederico Carlos da Costa Brito e os professores de artes d, Mariana Bernardina da Veiga, Cândida Bragazzi, Paulino Martins Pacheco, Artur Higino e Miguel Cardoso. O sr diretor declara que tem sido nomeado o Sr Fausto Carlos Barreto para o Lugar de professor interino da cadeira de Português, convida-o a apresentar o programa de ensino da referida disciplina. O dr Fausto Barreto apresenta os referidos programas e os lê, submetendo-as as consideração da comissão de ensino. Em seguida o Bacharel Benjamin Constant relator da comissão de programas de ensino. lê o parecer d mesma comissão aprovando os programas apresentados para o ensino de 1886. Levanta-se a sessão as 9 e 10 da noite.

Ata da Sessão da Congregação de 27 de abril de 1886. Presidente João Pedro de Aquino. 6 horas da tarde. Escola Politécnica. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, José Francisco Halbout, Bacharel Alfredo Coelho Barreto, Bacharel Teófilo das Neves Leão, Conselheiro Álvaro de Oliveira, Fausto Carlos Barreto, Bacharel Benedito Raimundo da Silva, Bacharel José de Souza Gaioso, Engenheiro Pedro Barreto Galvão, dr Pedro de Albuquerque Rodrigues, Frederico Carlos da Rocha Brito e o professor de artes Paulino Martins Pacheco. Compareceram depois de aberto o sr Evaristo Nunes Pires, Bacharel Antonio Valentim da Costa Magalhães e Miguel Cardoso. O sr diretor passa a ler o aviso do Ministério do Império de 15 de abril, chama a atenção da Congregação para a última parte do mesmo aviso. Em seguida declara que devendo ser entregues pela primeira vez à duas alunas que terminaram o curso primário do primeiro, os respectivos diplomas deseja saber se a Congregação concorda em tornar solene esse ato. Falam a esse respeito p sr Neves Leão, Benjamin Constant, Nunes Pires, Fausto Barreto, Conselheiro Álvaro de Oliveira, Paulino Pacheco, que propõe que o sr diretor organize o programas da festa sendo aprovado pela Congregação em tornar solene o ato da entrega dos diplomas. O sr diretor

propõe que seja nomeado um orador.Procedendo a votação sendo designado o sr Bacharel Valentin de Magalhães. 7 e meia da noite.
Ata da Sessão da Congregação em 7 de maio de 1886. 6 e meia da tarde na Sala da Congregação da Escola Politécnica.Benjamin Constant, José Francisco Halbout, dr.Evaristo Nunes Pires, Bacharel Alfredo Coelho Barreto, Monsenhor Raimundo da Silva Brito, Conselheiro Álvaro de Oliveira, Bacharel Valentim de Magalhães, Fausto Carlos Barreto, Benedito Raimundo da Silva, engenheiro Pedro Barreto Galvão, dr Pedro de Albuquerque Rodrigues, Francisco Moura da Rocha, Frederico Carlos da Costa Brito, Paulino Martins Pacheco, Artur Higino, Mariana Bernardina da Veiga, Cândida Bragazzi convoca a presente reunião a fim de ser apresentada a memória histórica da Escola Normal. Benjamin Constant pede a palavra. O sr diretor lembra a eleição do relator da memória histórica para o ano letivo de 1886. Procedeu-se a eleição e foi eleito o sr José Francisco Halbout, para relator da referida memória. 8 horas da noite.
Ata da sessão da Congregação de 5 de janeiro de 1886. As 6 horas na Escola Politécnica, mesmos professores , diretor João Pedro de Aquino declara que convocou a Congregação a fim de ser eleita a comissão que deve servir os pontos de exames e bem assim os programas de ensino dos diversos cursos da Escola, para o ano de 1887. Propõe que a comissão seja composta de 3 membros em vez de cinco . é aceita a proposta. O sr. José Francisco Halbout observa que os pontos não devem sais das mãos do secretário a fim de não se darem algumas irregularidades, como as que tomaram o ano passado. 7 horas da noite. Antonio Soares de Gouvêa.
Ata da Reunião de Professores da Escola Normal da Corte em 18 de junho de 1889. Presidência do Bacharel Teófilo das Neves Leão. Diretor interino. Às 2 horas da tarde. Presentes os professores: João Carlos de Celina Maya. Boaventura Plácido Lameira de Andrade, Bacharel Carlos Ferreira França, dr Eugenio Guimarães Rebelo, Bacharel Alfredo Carlos Barreto, Bacharel Baltazar Bernardino Batista Pereira, dr Pedro Severiano de Magalhães, Henrique Oscar Baiana, Cônego José Gurgel do Amaral Barboza, D. Cândida Carneiro Bragazzi, Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, Thomaz Driende, Olavo Freire da Silva, Artur Higino e Mariana Bernardina da Veiga
. O diretor declara que seja nomeada uma comissão de professores da Escola para cumprimentar Sua Majestade o Imperador e felicitar a família imperial na madrugada do dia 16 de corrente e deplorado por todos os brasileiros. Foi unanimemente aprovada a proposta e designados o diretor, dr Eugenio Guimarães Rebello, Bacharel Alfredo Couto Barreto, Cônego José Gurgel do Amaral Barbosa, dr Boaventura Plácido Lameira de Andrade, d. Cândida Bragazzi para fazer parte desta comissão. Antes de terminar a reunião foi recebido um ofício do bibliotecário da Escola comunicando que o pessoal administrativo desejando tomar parte da manifestação que a corporação docente havia deliberado fazer a sua majestade o Imperador, solicitara a nomeação de um de seus membros para representa-lo na comissão. O diretor designou o bibliotecário para representar o pessoal administrativo na comissão. Em seguida consultou pelo diretor sobre os pontos de que trata o artigo 21 parágrafo 1 do Regulamento aprovado pelo Decreto que trata número 10060 de 13 de outubro de 1888 e se tinham alguma indicação a fazer a bem do ensino declararam os professores que nada tinham a dizer a respeito. Nada mais havendo a tratar, terminou a reunião.
Ata da Sessão da Congregação em 24 de novembro de 1883. Presidência Bacharel Sancho Barros de Pimentel diretor. 6 e meia da tarde. Achando-se reunida na sala da Congregação da Escola Politécnica. Faz-se a leitura do parecer da comissão encarregada de examinar os

programas dos exames das diversas cadeiras e aulas, o qual conclui pela aprovação dos mesmos programas. Lê-se a relação das turmas de exames que foram organizadas. O dr Pelino Guedes pergunta se não deve haver uma prova prática nos próximos exames da cadeira de Pedagogia e como se realizar essa prova, quando na época desses exames já devem estar em férias as escolas públicas e quando não foi distribuído no corrente ano, ensino prático da mesma cadeira. Resolvem que vão submeter a questão ao Governo, que em sua opinião é o único competente para resolve-lo. Em seguida faz-se a leitura do parecer da comissão encarregada de examinar o compendio de História Universal de que é autor o SR.DR. Schiefler. Encerram-se as 8 e meia da noite.

Ata da Sessão da Congregação em 19 de janeiro de 1884. Diretor Sancho Barros Pimentel as 6 e meia da tarde, Escola Politécnica.Convocada a pedido do professor de Caligrafia e Desenho Linear Paulino Pacheco para apresentar a sua consideração um projeto de alterações no plano de ensino e algumas outras disposições do regulamento de 16 de março de 1881; ocupa-se se tratar de um requerimento em que se queixa de enfraquecimento n concessão especial que relativamente a sua posição na Escola, lhe foi feito por aviso de Ministério do Império de 30 de abril de 1884. Pede que mantenha as regalias como também faça inserir na ata da sessão o sumário da reclamação e o desfecho que lhe foi dado. Diretor defere o pedido mesmo com reclamações do professor Halbout, Barreto, Paulino Pacheco apresenta em seguida o seu projeto de reforma, lendo-o por artigos e comparando-o com os do regulamento atual justifica alterações que propõe dar a escol no fim de três anos maior o numero de professores primários do que lhe tem permitido as disposições até hoje no regime dos quais ainda não produziu algum, nem mesmo do primeiro grau. Encerrou-se as 9 da noite.

Ata da Sessão da Congregação em 24 de janeiro de 1885. Sancho Barros Pimentel diretor. As 6 e meia da tarde na Escola Politécnica. Discute-se a comissão encarregada de dar o parecer sobre a reforma do Regulamento. O sr diretor declara que com a votação acaba de ter lugar fica prejudicada a ultima parte do parecer. 8 horas da noite.

Ata da Sessão da Congregação 13 de março de 1884. Diretor Sancho Barros Pimentel; as 7 horas na Escola Politécnica. É lido o oficio do Inspetor Geral da Instrução primária e Secundária do município da Corte chamando a atenção do diretor da Escola Normal sobre o fato de alguns professores darem explicações particulares à alunos da Escola mediante estipêndio e depois servirem de examinadores e, ao mesmo tempo, em face das proibições inseridas da Legislação. O sr diretor fez algumas considerações e lembra que foi esse o motivo da retirada dos professores de Ginástica e que não tem a mais leve suspeita dos professores presentes. Lê-se o horário do ano letivo. São apresentados requerimentos de alunos pedindo matrícula em séries anteriores e tem o seguinte despacho Amélia de Azevedo Pereira- Matérias do curso de Ciências, no curso de Artes só poderá ser depois de aprovada nas matérias das séries anteriores. Josefina Francelina Gluck matricule-se em Aritmética e nas Artes que requer, podendo ser ouvinte nas outras matérias. Olímpia Francisca Proença-matrícula, Julia da Costa Saraiva, como requer salva quanto a cadeira de Álgebra da 2 série, por faltar a suplicante o exame de Aritmética. Propôs-se a nomeação de outra comissão de parecer dos programas. O sr diretor transfere a votação pelo adiantado das horas. 9 e 25 da noite.

Ata da Reunião dos Professores da Escola Normal da Corte. 6 de abril de 1889. Bacharel Teófilo das Neves Leão, diretor interino. Ao meio dia, presentes na sala das reuniões os professores Dr. João Carlos de Oliva Maia, Cônego Gurgel do Amaral Barbosa, Boaventura, Plácido Lameira de Andrade, bacharel Carlos Ferreira França. Dr Pedro

Severiano de Magalhães, Bacharel Alfredo Coelho Barreto, Bacharel José Gomes de Souza, Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, dr, Eugenio Guimarães Rebello, Bacharel Henrique Oscar Baiana, Thomaz Driende, Miguel Cardoso, D. Mariana Bernardina da Veiga, d. Cândida Carneiro Bragazzi. O sr diretor declara os motivos da reunião lendo os artigos do Regulamento a esse respeito. Manda proceder a leitura do horário das aulas e repetições deste ano letivo. Consulta os professores sobre a escolha de livros para as lições e exames de Português e Francês.Pede indicações à bem do ensino e da disciplina em geral da Escola que, por ventura os senhores professores consideram convenientes. O horário é unanimemente aceito. Os livros são indicados na lista que vem acompanhando a presente ata juntamente com o horário e a distribuição dos professores adjuntos para as repetições. Encerra-se à 1 hora da tarde.

Ata da Sessão da Congregação em 30 de maio de 1885. Às 7 horas da noite. Diretor João Pedro de Aquino. O sr Ferreira Viana Filho louva a Escola Normal pela aquisição do atual diretor. Faz algumas considerações sobre o parecer da Escola anexa. Pelino Guedes concorda com o sr Ferreira Viana Filho quanto à boa aquisição da Escola. O sr Coelho Barreto diz que tendo o sr. Benjamin Constant deixado o lugar de diretor interino dessa escola e o sr. Sancho Barros Pimentel o lugar de diretor efetivo lança na ata um voto em reconhecimento desses dois dignos funcionários. È lido o oficio do Ministério do Império que solicita a designação dos professores que conjuntamente com os delegados dos distritos tem de inspecionar as escolas publicas e colégios particulares eleição foram designados por maioria dos votos o sr Bacharel Pelino Guedes, Benedito Raimundo da Silva e Antonio Ferreira Viana Filho.Também foram lidos os oficios do mesmo Ministério de 27 e 30 de maio.

Resumo da Ata da Congregação de 11 de março de 1882. Presidência do diretor da Escola. 6 horas da tarde Benjamin Constant, Lyra, Nunes Pires, Schiefler, Magalhães, Francisco cUnha Halbout, Borges Carneiro., Dr Laet, Dr. Coelho Barreto, Dr. Benedito Martins Pacheco. O sr presidente diz a Congregação que tem algumas alunas nas condições do que apresentou na sessão anterior e que deseja ouvir a opinião da Congregação em virtude do artigo 29 do Regulamento. A Congregação deliberou unanimemente que estas alunas sejam matriculadas. O sr presidente pede a Congregação que apresente os programas de ensino. O dr Laet declara que não fez nenhuma modificação alguma no seu programa, apesar das observações que os alunos não terem preparação prévia que o fundador do positivismo Augusto Comte pede para poder fazer seu Curso de Filosofia Segunda, mas declara que reconhece que reconhece que os programas que se acham na síntese subjetiva são perfeitos e que correr de seu curso irá tratando de mostrar os limites naturais de cada parte da matemática. Diz mais, que já encontrou o programa de Aritmética organizado contendo teorias que não pertencem ao domínio desta parte da matemática e este programa foi organizado pelo primeiro propagador do Positivismo no Brasil, o ilustre diretor da escola e ainda mais consultando do Dr Barreto, um fervoroso discípulo do Positivismo, sobre os seus programas ele concordará com a organização por ele dada. O diretor sente que o dr Laet dispondo de tão brilhante talento e erudição, não quisesse imprimir aos seus programas a direção verdadeira, com o qual o mesmo Sr. Diretor concorda; entretanto, concorda com a condição apresentada pelo Dr. Laet, sobre a falta de preparação domestica que Augusto Comte exige, está convencido de que não se pode modificar rapidamente o estado de anarquia existente, entretanto, crê que se deve ir fazendo a modificação, lentamente, e como a Matemática é o primeiro degrau da escala cientifica e deve introduzir a modificação desde já, e deste modo vai chamando atenção dos alunos para o verdadeiro

caminho a seguir. Postos os votos os programas de Matemáticas da 1 e da 2 séries foram aprovados pelos votos do Sr, Halbout, dr. Laet, Borges Carneiro, Pacheco, Cunha, dr. Magalhães, Nunes Pires, Schiefler, dr. Coelho Barreto, dr. Lyra, dr. Benedito, dr Benjamin, visto que é unanimemente. O dr Lyra pela ordem propõe que em virtude de ter de enviar, quanto antes os programas para o Governo Imperial, como o professor de Religião não tenha comparecido às sessões nem tenha mandado o programa de sua cadeira, se considere programa deste ano e do ano passado. A esta proposta, o Sr. Halbout propõe que se diga – como programa provisório- o que serviu o ano passado, e tendo o Dr. Lyra concordado com esta modificação, a proposta ficou reduzida a uma só. O Sr. Pacheco apresenta a seguinte proposta convidar o professor de Religião a vir apresentar o seu programa e o livro ou compendio que segue, ou então, caso não possa vir, mandar o programa quanto anos. O Dr. Magalhães concorda com a proposta, mas declarando que a Congregação é de opinião que o programa do ano passado. È dada à palavra ao Dr. Borges Carneiro para fazer a leitura de um programa de Pedagogia, antes, porém de fazer a leitura, faz algumas considerações sobre a parte teórica e prática e sobre exercícios práticos, sobre as quais o Governo Imperial tem de enviar as instruções necessárias. Apresentam os programas e os compêndios indicados.Fecha a sessão as 8 e meia da noite.

Resumo da Ata da Congregação – 9 de março de 1882. Diretor da Escola. Às 6 horas da tarde. Apresentação de programas para a 1 e 2 série,mas, antes de entrar nesta matéria tem a honra de apresentar a Congregação o novo membro. O Dr. Alfredo Coelho Barreto que foi nomeado por portaria de 28 do mês passado para o lugar de substituto da 2 sessão do Curso de Ciências e Letras, lugar deixado por Carlos Jansen. È posta em votação a pretensão de uma aluna que deseja matricular-se na 2 série independente da cadeira de Álgebra e Geometria, visto faltar-lhe somente da 1 série o exame de Aritmética foi deliberada a matricula. Segundo horário para ginástica inconveniente por diversos motivos entre os de ordem higiênica. O dr Laet faz considerações sobre o modo de organizar os Programas de modo muito elevado e declara por experiência própria chegou a seguinte conclusão. É necessário baixar o nível de ensino na Escola e por esta circunstancia acha os programas apresentados um pouco elevados de mais para o ensino que deve ser distribuído na escola.

Ata da Sessão da Congregação em 16 de novembro de 1885. 6 e meia da tarde Escola politécnica diretor avisa a Congregação que o Bacharel Valentin de Magalhães oficiou-lhe não poder cumprir com a missão de visitar as escolas públicas e colégios particulares visto ter sido nomeado para ser vir de examinador em uma das mesas da Instrução Pública. O sr. Teófilo das Neves Leão declara que está comunicação deve ser feita para a Inspetoria de Instrução Pública. Convocou a reunião da Congregação para eleger a comissão que tem de rever os pontos dos exames e bem assim os programas de ensino para 1886. Foram eleitos Benjamin Constant, dr. João Carlos de Oliva Maia, José Francisco Halbout, Bacharel Teófilo das Neves Leão e Bacharel Antonio Valentin da Costa Magalhães. Em seguida suscitando dúvida de poder ou não a comissão deliberar sem estar presente um dos membros o Bacharel Teófilo das Neves Leão apresenta o seguinte requerimento. Requeiro que se consulte a Congregação se a comissão pode deliberar estando ausente um dos membros? É lido o parecer em resposta ao questionário do congresso Geográfico de Veneza. O dr. Pacheco trata da comissão de visitar as escolas publicas primárias e subvencionadas do Município da Corte. A este respeito declara o sr. Diretor e a comissão embora eleita no seio da Congregação, deve entender-se diretamente com a Inspetoria Geral da Instrução Pública. Encerra-se a sessão.

Sessão da Congregação em 14 de agosto de 1883- as 7 e meia da noite posto em discussão o parecer da comissão, o sr. Borges Carneiro propõe que os livros de leitura os do professor Hilário Ribeiro e em lugar do Atlas indicado designa o de Couturier.
Ata da Sessão da Congregação em julho de 1883. João Pedro de Aquino as 6 e meia da tarde convocou a Congregação afim de ouvi-la sobre umas instruções para o provimento por meio de concurso, das cadeiras vagas desta escola, devendo apresentar com urgência a consideração do Ministério do Império, pois recebeu ordem de sua excelência para formulá-las e envia-las com brevidade possível, visto oferecer o vencimento de algumas dificuldades de execução do curso. Seja nomeado independente de concurso a cadeira de Religião, um sacerdote da confiança do Governo Imperial. Que seja separada da 1ª seção a cadeira de Religião e que o concurso verse apenas sobre `Português e Francês , que o concurso para as cadeiras vagas se faça em sessões seguindo-se contudo o processo marcado pelas instruções aprovadas por Portaria de julho de 1881 menos na parte que diz respeito à argüição mútua dos candidatos devendo esta argüição ser substituída por prova de improviso e argüindo não somente os examinadores que forem nomeados pelo Governo Imperial e que em vez dos cursos para substituto e outro para professor se faça o concurso marcado nas instruções quando referem-se aos lugares de substitutos e mais uma prova de improviso, ficando o Governo Imperial com direito de escolher dentre os habilitados uns para professores e outros para substitutos. Que sejam feitas as seguintes provas: defesa de tese, sendo a argüição feita pelos examinadores. Prova oral de improviso, sobre ponto tirado, dos vinte organizados pela comissão examinadora..

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ

Benjamin Constant -quadro. Vol. 3, nº 298;
Diretoria da Instrução Pública (Escola Normal e Magistério, sobre Pedagogia) - 1891-1908, Volume 3, número 1. p. 45
Docentes: Instrução Pública. Vol. 3 nº 1-páginas 57 a 68
Escolas - Construções, regulamentos, funcionários, alunos e vencimentos. Volume 4, nº 1-páginas 57 a 99;
Estatística do ensino público. Vol. 4 – nª 366
Estatística das escolas públicas-vol. 4, 61
Ofícios da Escola Normal-vol 4 , 72; Códice: 15.3.4
Ofícios de Professores públicos. Vol 3, nº 1 , 93 a 94;
Requerimentos de professores, vol 3 , nº 1- 58 Códice: 11.4.7, 12.1.6, 12.1.7
Conferências Pedagógicas-1872-1889. Códices: 15.3.9, 15.3.10, 13.3.11, 15.3.12, 15.3.13.
Provas de exames e concursos- 1856-1866- 11.3.36;
Pontos de exames e concursos-1867; Códice: 15.3.13.
Provas de concursos: 1868; 12.1.6.
Provas de concursos e exames-1870; 12.1.7.
Provas de concursos-1872. 12.1.8;
Provas de concursos-1878-1880; Códice: 12.1.9!

ANEXO 2

CRONOLOGIA DA ESCOLA NORMAL DA CORTE

1876 - Pelo Decreto 6379 de 30 de novembro de 1876, usando a autorização conferida na lei número 2770 de 20 de outubro de 1875,criou o Governo Imperial duas escolas normais no Município da Corte, sendo uma para professores e outra para professoras de instrução primária e secundária externato a primeira e internato a segunda. O decreto baixou um Regulamento de 21 de artigos das competentes tabelas, mas só ficaram no papel, não se realizando os planos do Governo.

1879 – O Decreto de número 7247 de 19 de abril de 1879 reformava o ensino primário e secundário do Município da Corte e o superior em todo Império, fez no artigo 9 a enumeração das matérias que deveriam entrar no plano de estudos das escolas normais do Estado. Na conformidade deste artigo é que foi organizada por decreto o Regulamento número 7684 de 6 de março de 1880 criação da Escola Normal.

1880 – .Inaugurada em 8 de abril de 1880 em um dos salões do Externato Imperial Colégio Pedro II na presença de suas Majestades Imperiais e do Ministro do Império Barão Homem de Mello e várias pessoas da sociedade.

1881- Foram abertas as aulas o dia 2 de abril. O prazo para matrículas e exames de admissão foi prorrogado até o dia 31 de março. Matriculou-se na primeira série 181 alunos que foram divididos em duas turmas. A primeira com 103 alunos e a segunda com 78.Eram 55 do sexo masculino e 126 do sexo masculino. As aulas funcionaram para ambos os sexos regularmente e sem interrupção até o dia 30 de novembro.

1882-As aulas iniciam no dia 3 de abril. Escola Politécnica. Diretor: Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

1883 –As aulas funcionavam das 5 da tarde Às 9 da noite. Criaram as 5 cadeiras: Matemáticas Elementares, Elementos de Mecânica e Astronomia, Ciências Físicas, Ciências Biológicas, Noções de Agricultura mais 3 cadeiras de Lógica e Princípios de Direito, Economia Social e Doméstica, Pedagogia e Metodologia. Não houve exercícios práticos de Pedagogia como eram recomendados no Regulamento .
1884 – Ministro do Império: Antunes Maciel.Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte Souza Bandeira. Diretor: Sancho Barros de Pimentel.As aulas começaram no dia primeiro de abril.

1885 –Matrículas abertas no dia primeiro de março e encerradas do dia 19 de março. Concorreram na primeira série: 181 alunos: 151 do sexo feminino e 50 do sexo masculino. Na segunda série: 43 alunos: 38 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Na terceira série: 13: 11 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Nesse ano comparecem 61 ouvintes de ambos os sexos. Número total de matriculados: 180 do sexo feminino e 57 do sexo masculino. Começaram a funcionar as aulas no dia 20 de março.

1886 – As aulas foram abertas no dia primeiro de abril. Matriculas até dia 31 de março. As três séries em sua maior parte foram regidas por professores interinos. Nesse ano

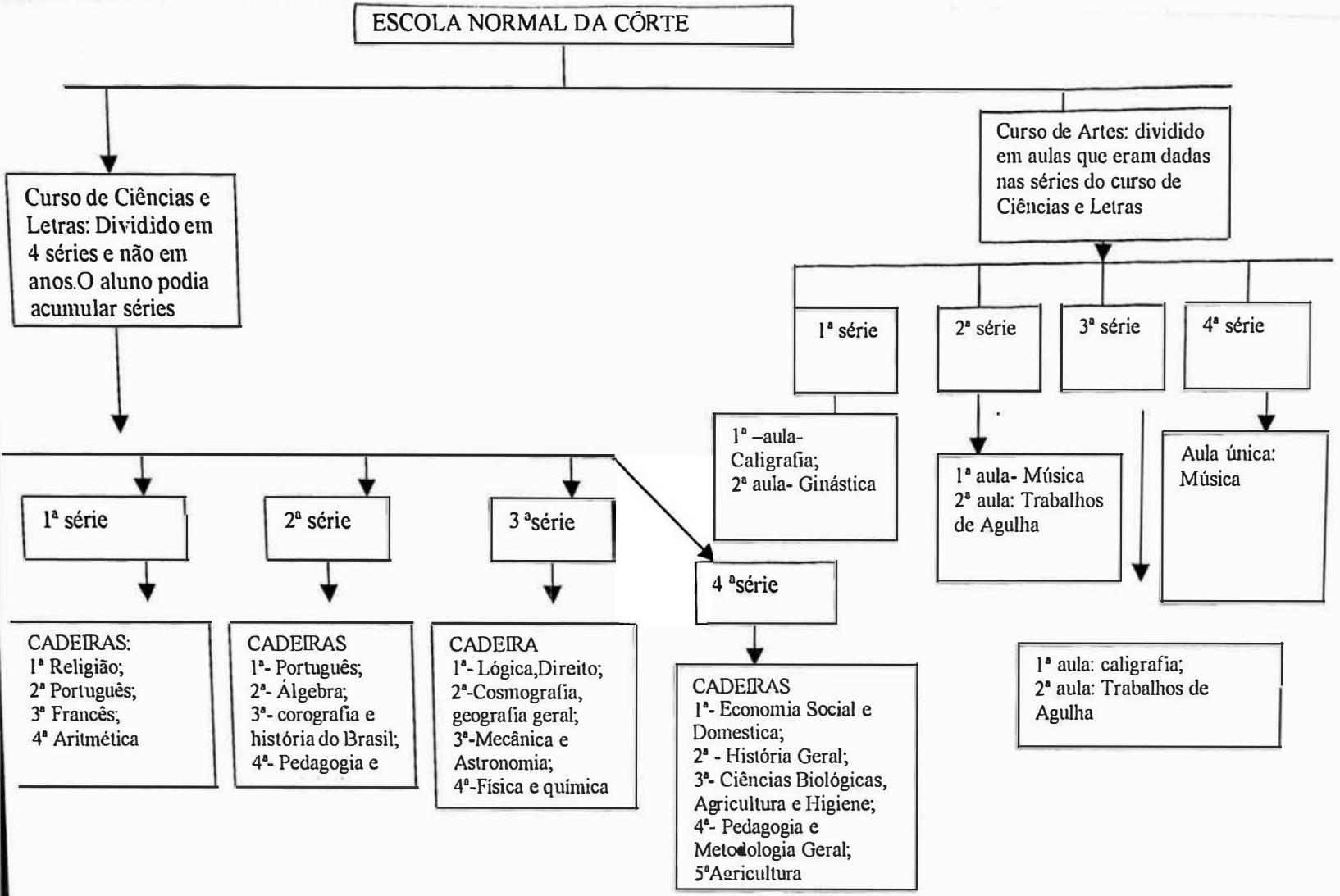
matricularam-se 331 alunos. 255 do sexo feminino e 76 do sexo masculino. No dia 15 de novembro foram realizados os exames.

1887 –As matriculas abriram-se no dia primeiro de março e se estenderam até o dia 14. Foram prolongadas até o dia 31 de março. Exames de segunda época de 1886 prolongaram-se até o dia 31 de março. Matriculou-se na primeira série, 240 alunos: 189 do sexo feminino e 51 do sexo masculino.

1888 –. Foram matriculados 314 alunos. 256 do sexo feminino e 58 do sexo masculino e mais de 100 pessoas requereram cartas de ouvintes. Ainda funciona na Escola Politécnica. e 53 do sexo feminino.. No dia 2 de abril a Escola Normal deixa o edifício da Escola Politécnica, onde funcionava à noite dede 2 de janeiro e passou a ocupar o edifício que lhe foi preparado no campo da Aclamação entre as ruas de São Pedro e o Largo de São Joaquim e tem estado em exercício. O novo edifício satisfaz as exigências do estabelecimento assinalava o progresso bem sensível no ensino primário do Município da Corte. Existiam gabinetes, laboratórios, museu, ginásio.

1889 – Ministro do Império: Antonio Ferreira Viana.Diretor da Escola Teófilo das Neves Leão. Durante o ano letivo reuniram-se os professores da Congregação 6 vezes para tratar das apresentações e aprovações dos programas de ensino e dos horários de aulas.

ANEXO 3


ESCOLA NORMAL DA CÔRTE
Curso de Ciências e Letras: Dividido em 4 séries e não em anos.O aluno podia acumular séries
Curso de Artes: dividido em aulas que eram dadas nas séries do curso de Ciências e Letras
1ª série
2ª série
3ª série
4ª série
1ª –aula- Caligrafia; 2ª aula- Ginástica
1ª aula- Música 2ª aula: Trabalhos de Agulha
Aula única: Música
1ª aula: caligrafia; 2ª aula: Trabalhos de Agulha
1ª série
2ª série
3 ªsérie
4 ªsérie
CADEIRAS: 1ª Religião; 2ª Português; 3ª Francês; 4ª Aritmética
CADEIRAS 1ª- Português; 2ª- Álgebra; 3ª- corografia e história do Brasil; 4ª- Pedagogia e
CADEIRA 1ª- Lógica,Direito; 2ª-Cosmografia, geografia geral; 3ª-Mecânica e Astronomia; 4ª-Física e química
CADEIRAS 1ª- Economia Social e Domestica; 2ª - História Geral; 3ª- Ciências Biológicas, Agricultura e Higiene; 4ª- Pedagogia e Metodologia Geral; 5ªAgricultura